

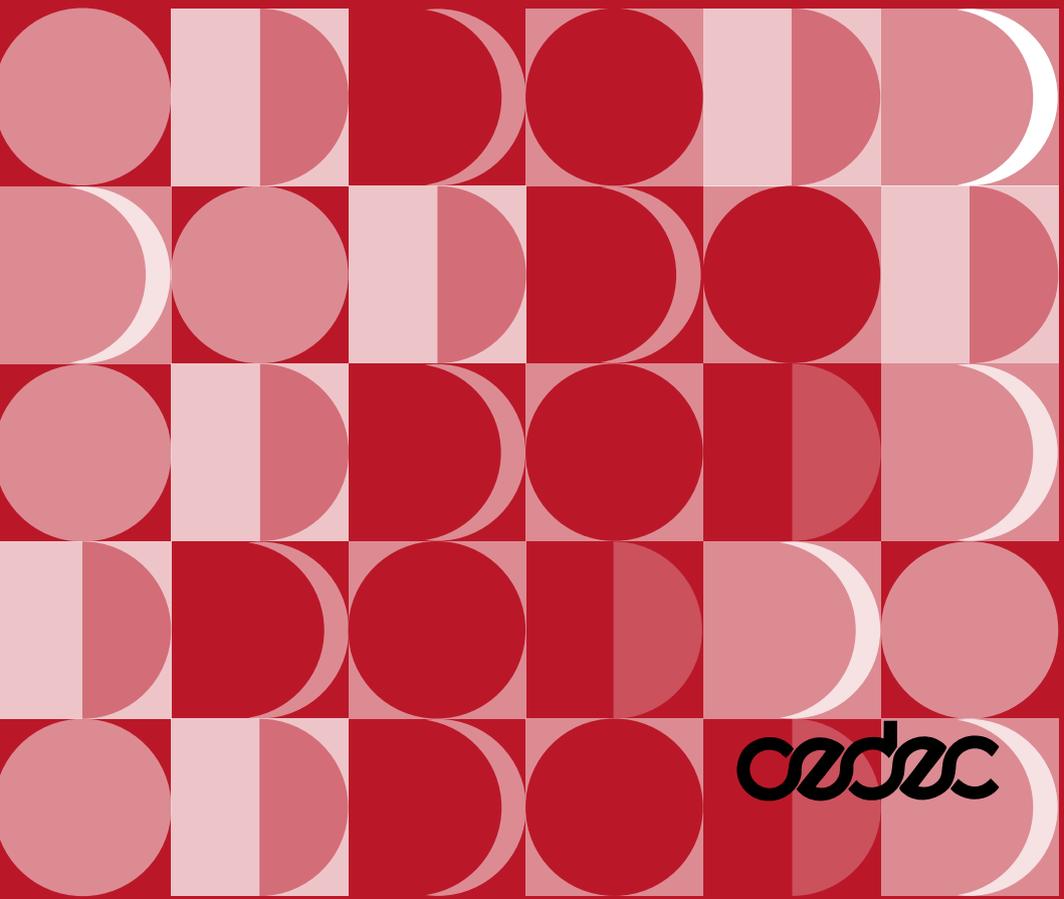
LUA NOVA

revista de cultura e política

2019 | Nº 106

ISSN 0102-6445

A SOCIOLOGIA DE ALAIN TOURAINE



cedsc



SOBRE A REVISTA

Lua Nova tem por objetivo fazer a alta reflexão de temas políticos e culturais, contribuindo assim para elevar o nível intelectual do debate público. Em suas páginas, o leitor encontrará elaboradas incursões nos campos da teoria política (clássica e contemporânea), da teoria social, da análise institucional e da crítica cultural, além de discussões dos assuntos candentes de nosso tempo. Entre seus colaboradores típicos estão intelectuais, docentes e pesquisadores das diversas áreas das ciências humanas, não necessariamente vinculados a instituições acadêmicas.

Os artigos publicados em *Lua Nova* estão indexados no Brasil no Data Índice; na América Latina no Clase – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, no International Political Science Abstracts e na Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal. A versão eletrônica da revista está disponível na SciELO e no portal da Capes.

LUA NOVA

revista de cultura e política

2019 | Nº 106

ISSN 0102-6445

A SOCIOLOGIA DE ALAIN TOURAINE

cedec

LUA NOVA – REVISTA DE CULTURA E POLÍTICA

2019

Razão Social: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC

Rua Riachuelo 217 – Sé – Cep: 01007-000 São Paulo, SP

Telefone: (11) 3871.2966 Fax: (11) 3871.2123

E-mail: luanova@cedec.org.br

CNPJ 48.608.251/0001-80- ISSN 0102-6445

Diretoria

Andrei Koerner

Diretor Presidente

Bernardo Ricupero

Diretor Vice-Presidente

Bruno Konder Comparato

Diretor de Publicações

Cecilia Carmem Pontes Rodrigues

Diretor Secretário

Carla Regina Mota Alonso Diéguez

Diretor Tesoureiro

Comitê de redação

Bruno Konder Comparato (Unifesp)

Brasílio Sallum Jr. (USP)

Flávia de Campos Melo (PUC-SP)

Pedro Meira Monteiro (Princeton University)

Editor

Prof. Bruno Konder Comparato (Unifesp)

Conselho editorial

Adrian Gurza Lavalle (USP), Álvaro de Vita (USP), Brasília Sallum Jr. (USP), Celi Regina Pinto (UFRGS),
Celina Souza (UFBA), Cicero Araujo (USP), Elide Rugai Bastos (Unicamp), Elisa Reis (UFRJ),
Gonzalo Delamaza (Universidad de Los Lagos), Horácio Gonzalez (Universidad de B. Aires), John
Dunn (University of Cambridge), José Augusto Lindgren Alves (Comitê Assessor do Conselho de
Direitos Humanos das Nações Unidas), Leôncio Martins Rodrigues Netto (Unicamp), Marco Aurélio
Garcia (Unicamp) (*in Memoriam*), Marcos Costa Lima (UFPE), Michel Dobry (Université Paris
I-Sorbonne), Miguel Chaia (PUC-SP), Nadia Urbinati (Columbia University), Newton Bignotto (UFMG),
Paulo Eduardo Elias (USP) (*in Memoriam*), Philip Oxhorn (McGill University), Philippe Schmitter
(European University, Florence), Renato Lessa (IUPERJ), Rossana Rocha Reis (Editora) (USP)
Sebastião Velasco e Cruz (Unicamp), Sergio Costa (Freie Universität Berlin), Tullo Vigevani (UNESP),
Victor Manuel Durand Ponte (UNAM, México), William C. Smith (University of Miami)

Preparação e revisão de texto

Andressa Picosque | Tikinet

Isabela Bragança | Tikinet

Projeto gráfico

Maurício Marcelo | Tikinet

Editoração eletrônica

Robson Santos | Tikinet

O Cedec é um centro de pesquisa e reflexão na área de ciências humanas. É uma associação civil, sem fins lucrativos e econômicos, que reúne intelectuais de diferentes posições teóricas e político-partidárias.

revista

sociologia & antropologia

ENTREVISTA

FROM JOURNALISM TO CULTURAL SOCIOLOGY (AND BACK VIA PARSONS). AN INTERVIEW WITH JEFFREY ALEXANDER
Frédéric Vandenberghe

ARTIGOS

WHAT SOCIAL SCIENCE MUST LEARN FROM THE HUMANITIES
Jeffrey C. Alexander

JEFFREY C. ALEXANDER ON THE THEATRICALITY
OF SOCIAL LIFE: DEEPENING THE HERMENEUTICS OF
CULTURAL SOCIOLOGY
Jean-François Côté

BETWEEN THE SPIRIT AND THE LETTER: THE DURKHEIMIAN
THEORY IN THE CULTURAL SOCIOLOGY OF JEFFREY
ALEXANDER
Raquel Weiss

NARRATIVAS SECULARES E RELIGIOSAS SOBRE
A VIOLÊNCIA: AS FRONTEIRAS DO HUMANO NO
GOVERNO DOS POBRES
Patrícia Birman

COMO O TRABALHO FLEXÍVEL AFETA OS MÚSICOS
ERUDITOS? O CASO DA ORQUESTRA DE CÂMARA THEATRO
SÃO PEDRO DE PORTO ALEGRE
Guilherme Furtado Bartz e Ruben George Oliven

AS TRANSFORMAÇÕES DE FRANCIS CHATEAURAYNAUD:
PERCEÇÃO E REFLEXIVIDADE NA SEGUNDA ONDA DA
SOCIOLOGIA PRAGMÁTICA FRANCESA
Fabrício Cardoso de Mello

A DÍVIDA GALOPANTE: A ECONOMIA DAS APOSTAS E OS
SIGNIFICADOS DOS USOS DO DINHEIRO NO TURFE
Rômulo Bulgarelli Labronici

A GRANDE ESPERANÇA: POLÍTICA AGRÁRIA NA CANÇÃO
SERTANEJA DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)
Marcela Elian Lima

PERSONALIDADE E DESTINO: PEDRO NAVA, MÁRIO DE
ANDRADE E A SOCIALIZAÇÃO DO MODERNISMO
André Bittencourt

REGISTROS DE PESQUISA

JEFFREY ALEXANDER AND THE DEVELOPMENT OF
CULTURAL SOCIOLOGY
Ronald N. Jacobs

THE RELATIVE AUTONOMY OF JEFFREY ALEXANDER
Matthew Norton

THE PERFORMATIVE POWER OF IDEAS:
JEFFREY ALEXANDER AS AN ICONIC INTELLECTUAL
Lisa McCormick

MAX WEBER, HANNAH ARENDT, AND THE QUESTION
OF CIVIL POWER
Isaac Ariail Reed

MEMÓRIA

80 ANOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS NA UFRJ: RELEMBRANDO O
PIONEIRISMO DOS PROJETOS GRUPOS ECONÔMICOS (1962)
E TRABALHADORES CARIOCAS (1987)
Gláucia Villas Bôas

RESENHAS

DILEMAS E PERSPECTIVAS DOS FEMINISMOS NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO

Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade. (2018).
Helôisa Duarque de Hollanda (org.). São Paulo: Companhia das Letras.
Verônica Toste Dallon

A TEORIA SOCIAL NO SÉCULO XX. NOVAS "VINTE LIÇÕES"
Teoria Social: vinte lições introdutórias. (2017). Hans Joas &
Wolfgang Knöbl. Tradução: Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes.
Jayme Gomes Neto

CAPITALISMO DE MARCA, TRABALHO AFETIVO E
PRECARIEDADE

*The promise of diversity: how Brazilian brand capitalism affects
precarious identities and work.* (2017). Nicolas Wassor.
Bielefeld: Transcript.
Anna Bárbara Araújo

ENTENDENDO A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL A PARTIR DA
EXPERIÊNCIA DE EMIGRANTES RETORNADOS

*Race on the move: Brazilian migrants and the global reconstruction
of race.* (2015). Tiffany D. Joseph. New York: Stone Brook University
Rodrigo Serrão

VOLUME 9 NÚMERO 1
JANEIRO-ABRIL DE 2019
QUADRIMESTRAL
ISSN 2238-3875



Sociologia & Antropologia
Revista do PPGSA
Programa de Pós-Graduação
em Sociologia e Antropologia/UFRJ
Lgo. do São Francisco de Paula, 1, sala 420
20051-070 Rio de Janeiro RJ
t/fax +55 (21) 2224-8965 ramal 215
revistappgsa@gmail.com
eociologiaeantropologia.com.br
revistappgsa.ifcs.ufjf.br
scielo.br/sant

O **Cedec** agradece a

Andrei Koerner

Bernardo Ricupero

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Maria Rita Loureiro

Raquel Kritsch

Ricardo Sennes

pelo apoio e contribuição recebidos na Campanha da
Lua Nova.

Apoio:



A PERTINÊNCIA DA SOCIOLOGIA DE ALAIN TOURAINE

No livro *Qu'est-ce que la démocratie*, publicado em 1994, Alain Touraine parece descrever a situação que vivemos atualmente:

Muitos sinais podem nos levar a crer atualmente que os regimes que consideramos como democráticos se enfraquecem, assim como os regimes autoritários, e se submetem às exigências do mercado mundial protegido e regulado pelo poder dos Estados Unidos e por acordos entre os três centros principais do poder econômico. Este mercado mundial tolera a participação de países que têm governos autoritários fortes, ou regimes autoritários em decomposição, ou ainda regimes oligárquicos, e finalmente regimes que podemos chamar de democráticos, ou seja nos quais os governados escolhem livremente os governantes que os representam. Este recuo dos Estados, democráticos ou não, acarreta uma diminuição da participação política e do que foi justamente chamado uma crise da representação política. Os eleitores não se sentem mais representados; o que expressam ao denunciar uma classe política que não teria outro objetivo que o seu próprio poder e algumas vezes o enriquecimento pessoal dos seus integrantes. A consciência da cidadania se enfraquece, seja porque muitos indivíduos se sentem mais consumidores do que cidadãos e mais cosmopolitas do que nacionais, seja, ao contrário, porque um certo número dentre eles se sentem marginalizados ou excluídos de uma sociedade à qual não se percebem como participantes, por razões econômicas, políticas, étnicas ou culturais (Touraine, 1994, p. 18).

O fato de um quarto de século mais tarde estas palavras ainda parecerem fazer todo sentido comprova a atualidade do pensamento do sociólogo francês Alain Touraine, e a pertinência de ainda nos debruçarmos sobre seu pensamento,

usualmente relacionado à sociologia da ação. É o que explicitam os textos reunidos no dossiê “A sociologia de Alain Touraine”, dedicado ao pensamento e à trajetória do autor francês, com o qual se abre este número 106 de *Lua Nova*. Os seis artigos e a entrevista que compõem o dossiê foram reunidos e organizados por Flávio Mendes e Ricardo Festi, com a ajuda de Rubia Ramos.

No primeiro texto, *Touraine: le sujet contre le système*, François Dubet se dedica a elaborar uma visão geral da sociologia tourainiana a partir da tensão constante entre o sujeito e o sistema, que atravessa todas as fases de seu trabalho. A oportunidade de compartilhar, desde os anos de 1970, diversos projetos de pesquisa com o intelectual francês, permite a Dubet conhecer de perto as bases do projeto acionalista e sua forma de ação cotidiana.

Em seguida, em *Alain Touraine y la historia*, Danilo Martuccelli também propõe uma abordagem transversal da obra de Touraine. Ele destaca a centralidade da problemática da história, base de suas reflexões sobre atores sociais e tipos de sociedades contemporâneas. Martuccelli sustenta que nem mesmo o processo de revisão ao qual Touraine submeteu sua proposta de teoria social nas últimas três décadas abalou sua convicção de que são os conflitos sociais que movem a sociedade e produzem a história.

No terceiro artigo, as contribuições de Touraine para o desenvolvimento da sociologia do trabalho na França e no Brasil são discutidas por Ricardo Festi. Em *Um desejo de história: a sociologia do trabalho de Alain Touraine (1948-1973)*, encontramos uma exposição bem detalhada do contexto em que se deu a reorganização da sociologia como disciplina acadêmica nos dois países, no pós-guerra, a partir de uma agenda mais ou menos comum. As condições de circulação internacional de Touraine e seus interlocutores brasileiros são igualmente descritas por Festi, que se baseia numa rica consulta a arquivos.

As interações entre Touraine e a sociologia brasileira também são tema do quarto artigo *Alain Touraine e o Brasil: atores sociais e dependência em diálogos dos anos 1970*, de Flávio Mendes. O autor analisa como a assimilação do debate sobre a dependência

latino-americana influenciou a formulação de um modelo de abordagem específico sobre a modernização periférica, presente tanto em textos de Touraine quanto em teses sobre o Brasil que o sociólogo orientou durante a década de 1970.

No quinto artigo, *Entre a América Latina e uma proposta de emancipação: os conceitos de cultura democrática e sujeito na obra de Alain Touraine*, Rubia Ramos demonstra como os estudos do sociólogo francês sobre a América Latina contribuíram para a formulação das noções de sujeito e democracia, que ganharam importância em suas obras mais recentes. A autora aborda a teoria social tourainiana como um esforço permanente de crítica à experiência moderna e discute os alcances e limites de sua proposta para pensar a democracia na contemporaneidade.

Em seguida, em *Conflito e movimentos sociais no acionalismo de Alain Touraine*, Angelina Peralva descreve os fundamentos teóricos da abordagem acionalista tourainiana. Elaborada entre os anos 1950 e 1960, ela serviu de base ao longo das décadas posteriores para suas pesquisas sobre o movimento operário, os novos movimentos sociais e o sujeito. Alvo de sucessivas atualizações, o acionalismo manteve inalterados alguns de seus pilares, como a aposta na centralidade da ação social, e de seu potencial transformador diante das estruturas. Peralva reflete, enfim, sobre a pertinência da proposta de Touraine para o estudo de movimentos sociais contemporâneos.

O dossiê se encerra com uma entrevista, na qual Touraine responde a questões de Flávio Mendes e Ricardo Festi sobre sua trajetória em instituições de ensino e pesquisa francesas e seu intercâmbio com a América Latina. O sociólogo também expõe sua visão acerca de temas atuais, sobre os quais se concentram seus últimos textos.

Este número da revista *Lua Nova* conta ainda com dois artigos avulsos que abordam diferentes aspectos dos problemas decorrentes da reflexão sobre questões nacionais e seu impacto para além das fronteiras. No artigo *A questão curda na guerra da Síria: dinâmicas internas e impactos regionais*, Reginaldo Mattar Nasser e William Moraes Roberto abordam a identidade curda

e seus reflexos, tanto nas tensões políticas internas de seus movimentos, quanto na região do Oriente Médio.

Por fim, este número fecha com o artigo *Caminhos cruzados: marxismo e nacionalismo no Brasil e no Peru (1928-1964)*, no qual André Kaysel argumenta que a análise do marxismo de matriz comunista e o nacionalismo popular no Brasil e no Peru é um bom caminho para quem quer compreender o universo ideológico das esquerdas latino-americanas no século XX.

Cada um dos artigos que integram este número, inclusive os do dossiê, foram avaliados por ao menos dois pareceristas, a quem muito agradecemos.

Faz-se necessário anunciar, ainda, antes que os leitores se debrucem nos artigos da revista, que este número inaugura um novo ciclo na *Lua Nova*, com dois novos integrantes no comitê de redação: Brasília Sallum Jr., da Universidade de São Paulo, e Flávia de Campos Mello, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que vêm somar-se a Pedro Meira Monteiro, da Princeton University. Estes dois novos pesquisadores entraram no lugar de Élide Rugai Bastos e Rossana Rocha Reis, que deixaram de fazer parte do comitê editorial ao final do ano 2018, após uma década de dedicação à revista. Sem a colaboração destas duas pesquisadoras, que foram também editoras entre 2009 e 2015, *Lua Nova* não teria alcançado o patamar elevado em que se encontra hoje, com excelentes níveis de qualificação, de acordo com os índices do Qualis Periódicos, nas mais diversas áreas.

BIBLIOGRAFIA

TOURAINÉ, Alain. 1994. *Qu'est-ce que la démocratie?* Paris: Fayard.

Bruno Konder Comparato

é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Guarulhos, SP, Brasil. E-mail <bruno.comparato@unifesp.br>

Orcid: 0000-0001-9356-0362

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-007010/106>

SUMÁRIO

DOSSIÊ – A SOCIOLOGIA DE ALAIN TOURAINE

- 15** TOURAINE: LE SUJET CONTRE LE SYSTÈME
François Dubet
- 36** ALAIN TOURAINE Y LA HISTORIA
Danilo Martuccelli
- 65** UM DESEJO DE HISTÓRIA: A SOCIOLOGIA DO TRABALHO
DE ALAIN TOURAINE (1948-1973)
Ricardo Colturato Festi
- 97** ALAIN TOURAINE E O BRASIL: ATORES SOCIAIS E
DEPENDÊNCIA EM DIÁLOGOS DOS ANOS 1970
Flávio da Silva Mendes
- 130** ENTRE A AMÉRICA LATINA E UMA PROPOSTA
DE EMANCIPAÇÃO: OS CONCEITOS DE *CULTURA*
DEMOCRÁTICA E *SUJEITO* NA OBRA DA ALAIN TOURAINE
Rubia de Araújo Ramos
- 160** CONFLITO E MOVIMENTOS SOCIAIS NO ACIONALISMO
DE ALAIN TOURAINE
Angelina Peralva
- 195** SOCIOLOGIA, MODERNIDADE E AMÉRICA LATINA:
ENTREVISTA COM ALAIN TOURAINE
Alain Touraine

ARTIGOS

- 219** A QUESTÃO CURDA NA GUERRA DA SÍRIA: DINÂMICAS
INTERNAS E IMPACTOS REGIONAIS
Reginaldo Mattar Nasser e Willian Moraes Roberto

247 CAMINHOS CRUZADOS: MARXISMO E NACIONALISMO
NO BRASIL E NO PERU (1928-1964)

André Kaysel

276 RESUMOS/*ABSTRACTS*

DOSSIÊ

A SOCIOLOGIA DE ALAIN TOURAINE



TOURAINÉ: LE SUJET CONTRE LE SYSTÈME

François Dubet

é directeur de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris, França. E-mail:

<francois.dubet@u-bordeaux.fr>

Orcid: 0000-0003-0497-8965

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-015035/106>

Il ne m'est pas facile d'écrire sur Touraine car c'est aussi écrire sur mon propre travail sociologique et, plus largement, sur une partie de ma vie. En effet, quand j'ai rencontré Touraine en 1976, il m'a associé au programme de travail qu'il montait alors; nous avons fondé un centre de recherche, le CADIS, et depuis nos chemins n'ont pas cessés de se croiser. Je suis trop proche de Touraine pour en être l'analyste objectif; en revanche, je connais bien l'œuvre et un peu l'homme.

J'essaierai donc de présenter le travail sociologique de Touraine en distinguant plusieurs périodes, même si Touraine lui-même aurait du mal à accepter cette manière de faire tant il est convaincu de n'avoir poursuivi qu'un seul projet. Je distinguerai trois grandes périodes: celle de la société post-industrielle, celle des nouveaux mouvements sociaux et celle de la sociologie du sujet. Ce faisant, je laisserai un peu de côté les livres que Touraine a consacré à l'Amérique Latine et à la vie politique française. Puis, je m'interrogerai sur la nature de l'influence de Touraine dans la vie scientifique et intellectuelle.

Action et société post-industrielle

Touraine est entré dans la sociologie dans les années cinquante, au moment où la France se reconstruisait autour de l'industrie. La sociologie aussi se reconstruisait, après la longue éclipse du durkheimisme, autour de deux grandes figures, celle de Raymond Aron et celle de Georges Friedman. Touraine rejoint le groupe de Friedman avec Michel Crozier, Henri Mendras, Jean-Daniel Reynaud, René Tréanton, et prend en charge la question du travail industriel. Son enquête sur la conscience ouvrière aux usines Renault se distingue très sensiblement des deux conceptions dominantes de la conscience de classe. La première est la conception communiste, très largement hégémonique en France et chez les intellectuels: la conscience de classe est une conscience d'exploitation économique qui s'élève vers la globalité grâce à une conscience politique commandée par l'avant-garde du Parti communiste. La seconde venue des États-Unis est d'abord un sentiment d'inégalité et d'exclusion des processus de négociation. Dans *La conscience ouvrière* (1966) et dans *Sociologie de l'action* (1965), Touraine définit la conscience de classe des ouvriers comme la tension entre l'organisation du travail industriel et une revendication d'autonomie professionnelle. C'est au nom de cette autonomie que se structure le conflit de classes opposant les maîtres de l'industrie aux travailleurs qui veulent contrôler le développement industriel.

En Mai 68, la position de Touraine se détache nettement de celle de ses pairs. Même si l'événement mêle plusieurs significations, les sociologues se distinguent assez profondément par le sens qu'ils accordent aux événements. Morin, y voit surtout une rupture culturelle: Mai 68 rompt avec la vieille culture austère et ascétique des sociétés industrielles et appelle une culture de la liberté individuelle, de la communauté élective, de ce qu'on appellera plus tard les valeurs «post-matérialistes». D'autres sociologues, plus

classiques, comme Boudon et Bourdieu, voient dans Mai 68 une conséquence de la crise de l'université engendrée par la massification et les risques de déclassement social. Crozier, et, dans une certaine mesure, Aron, y voient la manifestation des blocages politiques et institutionnels d'une société qui se modernise sans parvenir à se réformer. Dans *Le communisme utopique* (1968), Touraine affirme que Mai 68 est la prémisse d'une autre lutte de classes, celle qui oppose la technocratie aux acteurs sociaux, ouvriers, étudiants, femmes... qui opposent leur autonomie à la gestion scientifique et technique de la société. Pour tous ces sociologues, Mai 68 repose sur une sorte de malentendu, car le mouvement adopte le langage gauchiste, bolchévique et communiste pour parler d'autre chose, de la même manière que la révolution française parlait comme les sénateurs romains et que les bolchéviques russes de 1917 parlaient comme les révolutionnaires français.

Mais, on peut considérer qu'à ce moment là l'espace de la pensée sociologique française est tracé pour quelques années. Les uns pensent en termes de mutations culturelles. D'autres pensent en termes de contradictions du système, d'écart entre les intérêts et les contraintes ou bien de tensions entre la socialisation des individus et leurs conditions sociales. D'autres pensent en termes de transformations politiques et institutionnelles, de bureaucratie et de système politique. Touraine fait l'hypothèse que nous entrons dans une société post-industrielle dans laquelle se forment de nouveaux mouvements sociaux et d'autres formes de domination. C'est la thèse centrale de *La société post-industrielle* (1969).

Je voudrais souligner que cette thèse place Touraine dans une position très particulière. Alors que beaucoup d'intellectuels voient la société comme un pur système de domination et trouvent ainsi un écho immédiat chez les jeunes sociologues proclamés porte-paroles d'un peuple

muet (c'est le cas de Bourdieu et de Foucault), Touraine est, à la fois, solidaire des mouvements contestataires, tout en pensant que ces mouvements parlent une langue qui n'est pas la leur. Situé à gauche, Touraine ne parle pas la langue ouvriériste et marxiste de la gauche et pense que la gauche se trompe de langue et d'époque. Il est proche de ce qu'on appelle alors la «deuxième gauche», d'une gauche profondément démocratique qui affirme que le développement de l'autonomie est l'enjeu des luttes sociales, et que le «système» n'est pas tout puissant. Bref, il est de gauche tout en étant hostile au thème d'une rupture radicale conduisant les gauches à se trahir elles-mêmes devant l'épreuve du pouvoir. D'emblée, la position intellectuelle de Touraine me semble être décalée; il est solidaire d'acteurs dont il ne partage pas les manières de penser et d'agir. En ce sens, Touraine est le contraire d'un intellectuel organique prêtant sa voix à une cause et à un mouvement, mais c'est un sociologue engagé par une conviction: la société est le produit de ses conflits et de ses orientations culturelles, de ce qui appelle son *historicité*.

Les mouvements sociaux et l'intervention sociologique

Au milieu des années 1970, Touraine publie deux livres essentiels. *Production de la société* (1973) s'efforce d'analyser la vie sociale à partir des mouvements sociaux essayant de contrôler l'historicité, c'est à dire la manière dont les sociétés agissent sur elles-mêmes. *La voix et le regard* (1978) propose une méthode d'analyse des mouvements sociaux: l'intervention sociologique. Touraine a constitué une petite équipe (Dubet, Hegedus et Wieviorka) pour mettre en œuvre sur un ensemble de mouvements.

Plutôt que de décrire des mobilisations et d'enregistrer des opinions, nous souhaitons dégager des significations et tester leur consistance auprès des acteurs concernés. D'emblée, Touraine a proposé de travailler avec des

groupes de militants afin de saisir la dynamique des relations entre diverses tendances et surtout afin d'engager les individus dans un travail de réflexion sur eux-mêmes et sur leur action. Or, le propre des militants et des organisations qui les encadrent est de produire des discours idéologiques fortement structurés et «résistant» fatalement aux interprétations des sociologues. D'ailleurs, la plupart du temps, les sociologues analysent ces discours comme des corpus de textes indépendamment de la façon dont les acteurs leur donnent sens. Pour dégager des niveaux de significations et des logiques d'action, il fallait donc «casser» ces discours et inviter les acteurs à réagir à nos propres interprétations sociologiques.

Touraine a choisi d'étudier ces mouvements en formant des groupes de militants engagés à divers niveaux dans la même lutte. Mais pour que les discours ne se cristallisent pas et ne se referment pas sur eux-mêmes, l'intervention sociologique les soumet à trois grands stimuli. Le premier d'entre eux est le débat interne des militants qui ne peuvent développer leurs orientations sans se heurter à d'autres. Mais ce forum ne suffit pas et les sociologues invitent les militants à discuter avec leurs adversaires. Ainsi se crée et se mesure une distance entre les discours et les rapports sociaux «réels», distance qui conduit les militants à réfléchir sur leur propre action. L'originalité la plus forte de l'intervention sociologique ne tient pas seulement à l'organisation de ces débats et à la durée du travail des groupes – plusieurs dizaines d'heures de discussion –, elle réside dans le rôle même des chercheurs qui analysent les débats et le travail des groupes et proposent aux acteurs leurs propres interprétations. En se plaçant du point de vue de l'hypothèse relative à la formation, ou non, d'un nouveau mouvement social, ils soumettent leurs analyses aux acteurs et leur demandent d'y réagir. Alors que la plupart des manuels de méthodologie insistent sur la neutralité du chercheur identifié à une

simple machine à enregistrer, la plus discrète possible, ici le chercheur engage une discussion sociologique avec les acteurs à la suite de très longs débats.

Le mot intervention doit être pris dans son sens le plus fort et il faut bien admettre que cet outil méthodologique a pris à rebrousse-poil quelques habitudes professionnelles soucieuses de «rupture épistémologique» et d'objectivisme. Le chercheur s'engage dans une longue relation avec les acteurs et fait de cette relation l'objet central de son analyse. Bien sûr, cette relation elle-même doit être objectivée, ce qui n'implique pas que l'on objective celui que l'on étudie. Ceci suppose de multiplier les groupes de recherche afin de s'assurer que la stabilité des observations dépasse la singularité des individus et des groupes. Il importe aussi de recomposer les équipes de chercheurs afin que leurs idées ou leur personnalité soient, elles aussi, placées sous contrôle. Quand on obtient les mêmes «faits» à partir de groupes et de chercheurs différents, on peut imaginer que ces «faits» sont suffisamment consistants pour résister aux hypothèses des chercheurs. Sur ce plan, nous ne serons pas déçus car, si nous avons observé des traces de nouveaux mouvements dans les luttes étudiées, nous n'avons pas trouvé le nouveau mouvement que nous espérions. Alors que l'on aurait pu soupçonner l'intervention sociologique d'être une sorte de prédiction créatrice plus ou moins manipulatrice, voire une espèce de thérapie de groupe, l'expérience a plutôt prouvé le contraire. La planète que nous cherchions ne laissait voir au mieux que les traces de quelques astéroïdes.

20

De 1976 à 1982, Hegedus, Touraine, Wiewiorka et moi avons travaillé intensément et parcouru des milliers de kilomètres pour étudier une série de luttes sociales plus ou moins «nouvelles». La sociologie ressemblait à une aventure et je dois à Touraine de l'avoir partagée.

Les luttes étudiantes. A la suite d'une longue mobilisation étudiante en 1976, nous avons formé deux groupes

de militants. La question était de savoir si ce mouvement étudiant était en mesure de considérer que le savoir et la connaissance pouvaient être enjeux de luttes sociales, si les étudiants pouvaient en appeler à la constitution d'une expérience autonome contre une gestion routinière et bureaucratique de l'université et si, au-delà, ils en appelaient à la création de véritables universités en France, pays où celles-ci ont toujours occupé une place secondaire en dépit de l'explosion de la démographie étudiante. Malgré l'acharnement des chercheurs à défendre cette hypothèse, force a été de constater que les militants de nos groupes étaient plus les témoins d'une crise de l'université que les porteurs d'un véritable projet. Sur cette crise du fonctionnement universitaire, amphis de masse, débouchés flottants, distance aux enseignants, les étudiants projetaient une représentation révolutionnaire et ouvriériste des mouvements sociaux. En fait de nouveau mouvement social, nous avons plutôt observé la crise du système universitaire telle que Mai 68 l'avait révélée. Ni enjeu, ni rapport social autonomes et propres au mouvement étudiant n'ont émergé de cette recherche dont il ne resta parfois que l'amertume des militants dont le sol idéologique se dérobaient quand ils observaient, par exemple, qu'ils étaient les meilleurs alliés des enseignants les plus conservateurs et que la production intellectuelle et scientifique se faisait au plus loin d'eux. Depuis cette époque, on ne peut guère dire que cette analyse pessimiste ait été démentie. Au contraire, le sentiment de crise de l'université s'est accentué et la peur de ne pas trouver de place au terme des études s'est accrue aux dépens de luttes appelant à la transformation interne des universités elles-mêmes.

Les luttes anti-nucléaires. Avec le mouvement anti-nucléaire, nous étions a priori bien plus proches de notre hypothèse, car la critique du nucléaire était celle de technostuctures largement publiques bien plus que celle du capitalisme proprement dit. Par ailleurs, la défense de la

nature ou, plus exactement, de sa maîtrise par les citoyens était de toute évidence un enjeu lourd et promis à prendre de plus en plus d'ampleur. Les groupes que nous avons formés confirmèrent ces hypothèses. Mais ils montrèrent en même temps qu'il y a loin de ces principes à la formation d'un mouvement organisé. L'écologie radicale portée par des communautés exemplaires invitait bien des militants à rejeter la science plutôt qu'à la faire entrer dans le jeu démocratique, tandis que d'autres combattaient l'Etat plus qu'une nouvelle classe dirigeante. Il se créait aussi une grande distance entre les résistances locales contre l'implantation d'un équipement et d'une industrie, et un mouvement de contestation générale. Quarante ans plus tard, les choses n'ont guère changées: la conscience et la sensibilité écologiques se sont imposées dans un grand nombre de pays sans que se forme pour autant un mouvement social à la mesure de ces enjeux majeurs. A l'exception de l'Allemagne des années quatre-vingt où les Verts étaient plus pacifistes qu'écologistes, les mouvements écologiques ne sont pas à la taille de ces défis. Ils sont dispersés dans une multitude d'organisations, de groupes et d'ONG eux-mêmes déchirés entre fondamentalistes et politiques et peut-être avons-nous trop crû que les luttes écologiques naissantes des années soixante-dix referaient à leur manière le chemin accompli par le mouvement ouvrier un siècle auparavant.

Lutte régionaliste. Dans les années 1970, une nouvelle génération de militants régionalistes voulait rompre avec la défense traditionnelle des langues régionales en liant cette affirmation culturelle à des luttes économiques contre la fermeture des usines et surtout avec les luttes des viticulteurs du Midi de la France, en Occitanie. Ce qu'il pouvait y avoir de nouveau dans cette mobilisation, c'était la volonté d'en appeler au développement contre le système formé par l'alliance du centralisme et des notables locaux. Une identité culturelle pouvait devenir agent de développement et de

conflit, comme c'était le cas, sous une forme démocratique, en Catalogne et, sous une forme bien plus violente, au pays basque espagnol. La défense de la langue et celle de l'économie se sont croisées mais ne se sont jamais véritablement articulées. Les viticulteurs étaient moins des régionalistes que des défenseurs déçus de l'Etat national qui semblait les abandonner. Depuis lors, l'Etat s'est décentralisé, mais le rêve du mouvement n'existe plus guère. Les luttes économiques et les défenses culturelles ont repris chacune leur route alors que ce type de revendication ne subsiste, comme en Corse, que là où il se noue autour du nationalisme. Mais il serait bien difficile de parler de nouveaux mouvements sociaux dans ce cas.

Si, à la manière de Popper, on définit une démarche scientifique par le fait que des hypothèses sont «falsifiables», nos études sur les nouveaux mouvements sociaux sont plutôt rassurantes: nous n'avons pas véritablement trouvé les mouvements que nous cherchions. En tous cas, nous ne les avons pas trouvés sous la forme que nous attendions. Mais si l'on pense aussi qu'une bonne recherche doit permettre d'anticiper sur des évolutions, sinon sur des événements, là aussi, l'histoire des mouvements que nous avons étudiés avec tant de soin et d'énergie, n'a pas totalement démenti nos conclusions d'alors. Les nouveaux mouvements, on peut aujourd'hui penser aux mobilisations altermondialistes, sont sans doute dispersés dans un ensemble de tendances et de logiques allant de la critique antisystème aux mouvements de contre-expertise sans que leur point d'équilibre ne se stabilise jamais vraiment et sans qu'ils trouvent une expression politique capable de s'imposer. Là encore, ce jugement sociologique n'est en rien une mesure du poids historique de ces luttes et moins encore un jugement moral. Ces mouvements sont plus éclatés et plus radicaux que nous le pensions alors, en même temps que leurs demandes sont plus rapidement institutionnalisées. Au fond, beaucoup d'entre

eux ont fini par imposer leurs questions sans se transformer en organisations puissantes et sans que la gauche s'en fasse véritablement le relais politique. L'écologie est reconvenue comme un enjeu central, la condition féminine aussi, sans que ces enjeux aient été portés par des mouvements «puissants et organisés», reproduisant un peu l'histoire du mouvement ouvrier qui était plus ou moins consciemment notre référence cachée.

Le syndicalisme ouvrier. Dès l'origine du programme de recherche sur les nouveaux mouvements sociaux, Touraine avait pensé qu'il nous faudrait étudier le mouvement ouvrier auquel il avait consacré près de vingt années de son travail. Bien sûr, il n'était pas question de savoir si ce mouvement devenait un «nouveau mouvement social», mais plutôt de voir comment, il se recomposait dans un contexte économique et social marqué par le déclin de la société industrielle.

24 Dans tous les milieux où nous avons travaillé, les militants avaient le sentiment se heurter à de grandes difficultés et de voir s'affaiblir la conscience de classe ouvrière. Les communautés de classe étaient érodées ou quasiment détruites par la vague de désindustrialisation qui touchait de grands secteurs. Des militants se plaignaient du déclin des valeurs industrielles, de la disparition des «modèles» communistes et, surtout, d'une transformation du capitalisme éloignant le «vrai» patron de la direction de l'entreprise. Nostalgie parce que, même si cet univers s'épuisait, la condition ouvrière restait difficile, d'autant plus difficile même que les ouvriers étaient les premières victimes du chômage de masse qui s'installait durablement en France. Les syndicalistes se sentaient enfermés dans des actions défensives et dans un fractionnement croissant de la classe ouvrière.

Solidarité. Au mois d'août 1981, démarre aux chantiers navals de Gdansk ce qui sera sans doute une des plus grandes grèves de l'histoire. Cette grève s'étend dans toute

la Pologne, le parti communiste est obligé de négocier avec Solidarité et seul le coup d'Etat de décembre 1982 réprimera le mouvement pour offrir quelques années de survie au régime. Wiewiorka et moi sommes partis en Pologne en janvier 1982 pour y monter, avec l'aide de sociologues polonais et francophones, une intervention sociologique dans trois grandes villes: Gdansk, Katowice et Varsovie. Du point de vue sociologique, les choses étaient relativement claires. Les militants ouvriers étaient portés par trois logiques fortement intégrées. D'abord une conscience ouvrière s'opposant aux dirigeants des entreprises au nom des conditions de travail et des salaires. Ensuite, une conscience démocratique en appelant à l'ouverture d'un espace public et institutionnel permettant aux demandes sociales de s'y exprimer. Enfin, une conscience nationale combattant des dirigeants identifiés à la domination soviétique. Fortement agrégées, ces revendications ont fini par incarner la société contre un pouvoir de plus en plus illégitime et vide. L'intervention sociologique a aussi montré qu'au fil des mois ces trois formes de conscience tendaient à se distinguer et à se séparer. La conclusion de cette enquête allait de soi: nous assistions à la fin de la société communiste; une société entière l'avait rejetée et il suffira que l'Empire s'écroule pour qu'il n'en reste rien. En même temps, on voyait bien que les forces du nationalisme populiste et religieux et celle de la démocratie libérale allaient se disputer la définition de la nouvelle société. La mort du totalitarisme et le triomphe de l'économie de marché n'étaient certainement pas la fin de l'histoire.

On ne peut penser que la vie sociale est une pure construction subjective et que, dans ce cas, les sociologues ne peuvent que rendre compte de la manière dont les acteurs eux-mêmes rendent compte de cette réalité. A l'opposé, on ne peut croire que ces acteurs sont de simples supports de positions sociales dont les discours et les pratiques

ne seraient que des conséquences mécaniques et programmées. Si la compréhension et l'explication sont bien deux opérations intellectuelles différentes, il faut bien admettre qu'elles peuvent être associées si l'on pense que les acteurs agissent, réfléchissent et s'interrogent sur les mécanismes qui les déterminent. Et comme leurs questions ne sont pas très différentes de celles que posent les sociologues, même quand ils n'en adoptent pas le vocabulaire, la sociologie de Touraine peut être définie comme une forme particulière et particulièrement contrôlée de débat.

La fin des sociétés

26 Au terme de cette période, les choses semblaient claires aux yeux de Touraine. Le scénario selon lequel un nouveau mouvement social, fut-il diffracté en plusieurs luttes, devait succéder au mouvement ouvrier comme le mouvement central de la société post-industrielle n'était pas tenable. Autant il était sûr que nous assistions au *Le retour de l'acteur* (1984), autant cela ne pouvait pas signifier que cet acteur serait incarné par un mouvement social homogène. D'une part, nous sommes engagés dans un long processus de déclin de la société industrielle: montée des populismes, fin de l'hégémonie occidentale, multiplication des voies de la modernité, crise des social-démocraties, règne des identités, triomphe du néolibéralisme... D'autre part, c'est l'idée même de société qui se défait sous nos yeux et c'est dans cette voie que s'engage la réflexion de Touraine depuis la fin des années 1980.

Le livre qui marque à mes yeux une certaine rupture, mais qui est aux yeux de Touraine la radicalisation de sa thèse initiale, est sans doute *Critique de la modernité* (1992). Dans cet ouvrage, Touraine défend la thèse d'une double nature contradictoire de la modernité. D'un côté, à la manière de Weber, la modernité est définie comme le triomphe de la Raison, de la science et de la technique. Mais la modernité

est aussi le triomphe du sujet, c'est-à-dire de la subjectivité personnelle, des droits humains, de la liberté de conscience, de la foi, de l'authenticité personnelle, de la capacité de se définir soi-même contre les contraintes du fonctionnement de la vie sociale. Ainsi, le sujet se manifeste dans mille expériences et dans mille mouvements dans lesquels les individus n'en appellent pas seulement à leurs intérêts, mais aussi à leur liberté et à leur singularité. Bien sûr, si cet appel repose toujours sur des principes non sociaux, il reste aussi enchâssé dans des conditions culturelles et sociales tout en se définissant comme une volonté d'arrachement à ces conditions. Dans la pratique, les choses sont toujours ambivalentes puisqu'elles conduisent à opposer un être pour soi à un être pour la société: sa sexualité contre les catégories du genre, l'éthique religieuse contre la morale religieuse, l'identité pour soi à l'identité collective imposée. En fait, le sujet se manifeste dans les tensions de son expérience comme Touraine le montre dans deux ouvrages: *Pouvons-nous vivre ensemble?* (1997) et *Le monde des femmes* (2006). L'exercice est d'autant plus difficile que la scène sociale est aujourd'hui dominée par des mouvements, des anti-mouvements, qui en appellent à la défense des identités collectives, des autorités religieuses, des États forts et de la violence. Face à eux, il n'est pas certain que le «patriotisme constitutionnel» défendu par Habermas suffise à protéger les démocraties.

27

Avec *La fin des sociétés* (2013), et *Nous, sujets humains* (2015), la pensée de Touraine prend une inflexion plus radicale. Si on définit l'idée de société par l'intégration des subjectivités, des cultures et des systèmes sociaux, et au niveau des individus, par l'intégration des statuts, des rôles et des personnalités, ce qui correspond à la conception de Durkheim, de Parsons mais aussi de Bourdieu, alors nous ne vivons plus dans cette forme de société. Non seulement cette forme de société est en crise, comme le montrent les crises des institutions – écoles, familles, églises – et celles

des démocraties accusées d'être, à la fois, inefficaces et peu représentatives, mais cette crise est bien plus profonde. En effet, si on définit une société par l'intégration d'une économie nationale dirigée par une bourgeoisie et un État nationaux, par une culture nationale et par un système politique et institutionnel souverain, alors, nous sommes au-delà des sociétés avec des souverainetés affaiblies, les coexistences plus ou moins pacifiques des cultures et des identités et, surtout, le monde des réseaux et la domination d'une économie financière internationale détachée de l'économie et des rapports sociaux réels. Au vieux conflit de classes et aux mouvements sociaux classiques, se juxtapose le face-à-face entre un système non social et des acteurs qui se définissent comme des sujets au-delà et contre le système. Écartons un malentendu: la fin des sociétés n'est pas la fin du social, car la formation des sujets et des mouvements d'opposition et de résistance est toujours enracinée dans des conditions sociales, des modèles culturels et des cadres institutionnels et politiques. Mais le social ne prend plus la forme de la société, de l'intégration de l'acteur et du système et du conflit située dans cette intégration et visant son renforcement.

Un rayonnement plus qu'une École

J'aimerais me livrer à un exercice s'apparentant à une intervention sociologique dans laquelle le chercheur essaie d'expliquer aux acteurs le sens de leur action après les avoir longtemps lus et écoutés. Tout le risque de cette tentative vient de ce que l'acteur en question est ici l'œuvre de Touraine, de ce que son «analyste» est un de ses élèves littéralement fabriqué par Touraine et, plus encore, un élève qui lui en rend grâce. Si Touraine ne m'avait pris sous son aile voici quarante ans, je ne serais certainement pas sociologue aujourd'hui, tant les autres manières d'être sociologue me semblaient ennuyeuses, à la fois rhétoriques et loin de la vie sociale.

La situation de Touraine est paradoxale. Dès les années soixante, il est un sociologue et un intellectuel célèbre, ne partageant cette position qu'avec moins d'une demi-douzaine de ses collègues français, et encore en comptant large. Il est aussi connu et largement reconnu dans la plupart des pays du monde. Il est invité partout, écrit dans tous les grands journaux et toutes les grandes revues, ses ouvrages sont tous traduits et il n'y a pas de doute sur sa place dans l'histoire intellectuelle du demi siècle qui vient de s'écouler. Beaucoup plus qu'il ne le croit souvent, Touraine est admiré, tenu pour un grand parmi les grands et ce vaste réseau de lecteurs, d'étudiants et de collègues déborde très largement les sentiments d'admiration impressionnée qu'il engendre auprès de tous ceux qui se sentent toujours très en dessous du niveau auquel se situe son œuvre. Il est vrai que Touraine a souvent l'élégance de vous laisser croire que ce que vous faites est intéressant, parfois intelligent, alors même qu'il suffit de lire la plupart de ses livres pour être sans illusion sur son propre travail.

29

Le paradoxe vient de ce que cette reconnaissance, cette admiration et ces amitiés n'ont pas fait de Touraine le maître d'une Ecole sociologique dont nous pourrions compter les disciples et mesurer leur degré de fidélité et de conformisme à la pensée du père fondateur. En France, il n'y pas l'École de Touraine, comme il y a celle de Boudon et de Bourdieu, comme il y a eu celle de Crozier, comme se forme une école pragmatique ou ethnométhodologique. Les tourainiens sont inspirés par Touraine, nourris de Touraine, ce ne sont pas des gens qui imitent le maître, répandent sa pensée, contrôlent des revues... Ils se sentent les membres d'un collège invisible, pas les élèves d'une salle de classe ou les soldats d'un régiment.

Ecartons immédiatement une explication invraisemblable, celle qui tiendrait à une certaine «faiblesse de caractère» de Touraine, à une nonchalance ou au fait que son œuvre naviguerait dans le *mainstream* inodore et incolore de

la sociologie. En revanche, je crois pouvoir dire que Touraine n'a peut être jamais eu véritablement envie de faire une École. Ceci le distingue très nettement de Durkheim bien sûr, mais aussi plus près de nous, de Boudon et de Bourdieu dans le cas français. Car c'est un vrai travail que de faire une École. Il faut sélectionner des élèves, en faire des disciples, s'assurer de leur conformisme et de leur fidélité, exiger d'être le centre de leurs références, interdire de citer et d'évoquer les «ennemis», sauf pour les assassiner... Il faut aussi contrôler des places, des postes, des éditeurs, des revues, placer ses gens afin que l'enthousiasme admiratif des élèves se conjugue à leurs intérêts de carrière bien compris. Il faut enseigner et placer des élèves à l'École normale supérieure et à Sciences-Po afin de s'attacher les futures élites. Je n'aurai pas la cruauté d'évoquer ceux qui ont fait École, à commencer par Durkheim pour citer un collègue qui ne fâche plus, mais c'est un vrai travail que de faire une École, c'est une stratégie de tous les instants, un jeu de marquages et de démarquages, une vigilance constante dans un monde intellectuel perçu comme un champ de bataille et une guerre plus ou moins chaude. Il faut créer ou prendre une revue, y placer des amis qui sont aussi des vassaux, s'assurer que tous les textes contribuent à votre gloire, écarter les fâcheux, tenir les brides serrées... Bref c'est une «besogne» et une affaire de caractère. Or Touraine a consacré son travail à autre chose et je ne suis pas sûr que celui que l'on perçoit parfois comme un peu casant ait jamais consenti à devenir un chef d'École, pour ne pas dire de secte. Pour des raisons que j'ignore, mais qui me semblent a priori bonnes, Touraine préfère les bandes amicales aux bataillons disciplinés. En tous cas, après des années de travail commun et malgré des différences de position et de renommée considérables entre nous, je peux témoigner que si Touraine faisait peser des exigences de travail relativement lourdes sur ses compagnons, il ne leur demandait jamais d'être «dans la ligne» de sa pensée.

On pourrait attribuer cette influence libérale à un trait de caractère, mais au fond, ceci me semble anecdotique et «contingent». Car si Touraine a choisi l'influence plutôt que l'École, c'est parce que son style intellectuel ne se prête guère à la formation d'une doctrine aisément imitable et reproductible. La pensée de Touraine est construite sur une série de décalages et de porte-à-faux qui fascinent ses lecteurs et ses collaborateurs et dissuadent la plupart de l'imiter. Cette pensée ne se résume pas en quelques recettes élémentaires simples et facilement réductibles aux formules sommaires qui font le bonheur des manuels scolaires et des étudiants. Plus encore, il construit des concepts qui ressemblent à ceux que l'on utilise de manière banale pour, en réalité, dire autre chose, à commencer par ceux de mouvement social ou de sujet.

Quand, dans les années 1950 et 1960, le monde intellectuel français était encore largement sous influence communiste, marxiste et fonctionnaliste américaine, Touraine étudiait la conscience ouvrière comme une figure de l'expérience de travail, et non pas comme une conscience politique ou comme une forme de «clairvoyance historique», d'adhésion à un sens de l'histoire déjà là. Quand il étudie les mouvements sociaux, il donne au concept un sens si singulier que la plupart des mouvements sociaux, surtout les «nouveaux mouvements», apparaissent loin du compte. De la même manière, ce qu'il définit comme l'historicité est le contraire de l'historicisme; *Un Désir d'histoire* (1977) est plus un désir d'action, qu'une volonté de faire l'histoire. Dès la fin des années 1980, ce sociologue met en cause l'idée même de société. Ce qui est un comble! Ce style intellectuel ouvre des portes, fait tomber des barrières et des blocages, donne des idées nouvelles, libère l'imagination de nombreux chercheurs, mais il n'est pas le mieux armé pour fonder une École. «Pire», au fil de son histoire intellectuelle, Touraine a presque toujours existé seul contre les Écoles qui

dominaient alors. Ecrire *Sociologie de l'action* (1965) en pleine mode structuraliste ou *Production de la société* (1973) dans le climat structuro-marxiste des années soixante-dix n'est pas la manière la plus sûre d'être dans l'air du temps.

Un engagement décalé

Comme Touraine est un intellectuel engagé autant qu'un sociologue, son engagement est lui-même des plus décalés. Homme de gauche, il n'a cessé de critiquer la gauche et de se démarquer intellectuellement des mouvements qu'il soutenait politiquement. Le sociologue du mouvement ouvrier critique le syndicalisme dominant sous la coupe du Parti communiste quand la plupart faisaient allégeance. Du côté des étudiants en Mai 68, il défend le mouvement contre ses propres idéologies. Du côté de l'Unité populaire au Chili, totalement solidaire des victimes de Pinochet, Touraine ne partage pas les idéaux et les imaginaires politiques d'une grande partie des militants de l'Unité Populaire. Ami des sociologues latino américains, il n'en partage pas les théories de la dépendance – *Vie et mort du Chili populaire* (1973); *La parole et le sang* (1988). Il étudie, avec quelques autres, les nouveaux mouvements sociaux qu'il appelle de ses vœux, tout en démontrant qu'ils sont extrêmement faibles et englués dans d'anciennes idéologies. Il soutient activement la gauche française tout en écrivant un ouvrage expliquant que son succès ouvrira *L'après socialisme* (1980). Il n'y a peut-être que dans la Pologne de 1980 que l'histoire et la sociologie se sont réconciliées. Sur la plupart de ces dossiers, Touraine a eu raison; le tout politique a affaibli le mouvement ouvrier, le gauchisme n'est pas ce qui reste de Mai 68, les mythes révolutionnaires d'Amérique latine ont fait des héros, des martyrs et des guérillas, pas des révolutions. Quand à la victoire de la gauche française en 1981, on aurait du mal à y voir une mutation socialiste sous le seul prétexte que c'est un épisode important de l'histoire du parti socialiste. L'analyse sociologique

des grèves de 1995 est au plus loin de celles qui voient un mouvement social dans tout ce qui bouge. Suivre Touraine sur tous ces points n'était pas toujours facile, c'était même la façon la plus sûre de se fâcher avec ses amis, et ce n'est certainement pas comme cela que l'on fait École car les écoliers aiment bien adhérer.

En fait, tous ces décalages conduisent à penser que l'œuvre de Touraine s'est toujours construite sur trois plans relativement distincts. Touraine est un théoricien de la sociologie construisant des concepts analytiques organisant une représentation de la vie sociale; c'est à la fois un penseur de l'action, un penseur du système et un penseur du sujet, que celui-ci soit conçu comme un sujet historique ou comme un sujet individuel. Touraine est aussi un historien, ce qui le distingue de nombre de ses collègues théoriciens, car il pense en termes de phases, de périodes et de types de société. Enfin, Touraine est un penseur politique, un penseur de la conjoncture et des rapports de force. Il est comme Parsons tout en étant hostile aux cathédrales théoriques, comme Weber tout en ne s'abandonnant pas aux délices des grandes fresques historiques, et comme Marx tout en ne réduisant pas la vie sociale à la domination. C'est pour cette raison qu'il a tant d'influence, souvent tant de séduction, et qu'il «épouse» tous ceux qui voudraient l'imiter comme des élèves imitent un modèle. Le style intellectuel de Touraine n'est pas confortable, pour lui-même probablement, et plus encore pour les autres. L'hypothèse sociologique, l'hypothèse historique et l'hypothèse politique ne sont pas forcément harmonieuses, parce que le monde est ainsi fait, et l'on peut affirmer parfois qu'un mouvement social est sociologiquement fondamental, historiquement secondaire et politiquement sans effet. Ou le contraire. Mais cet inconfort participe de la fascination admirative que provoque une pensée toujours renouvelée, le «dernier Touraine» surprend toujours, alors même qu'elle ne cesse de tisser la même trame...

Rien ne montre mieux ces décalages et ces paradoxes que la méthode d'intervention sociologique. Traditionnellement, on considère qu'une bonne méthode est celle qui évite que le chercheur intervienne sur son objet. Personne n'est choqué par la vieille habitude faisant qu'un chercheur observe un acteur du dehors tout en affirmant de façon routinière que cet acteur est un acteur, voire un sujet. Or, Touraine propose «d'intervenir», c'est-à-dire de confronter les acteurs aux hypothèses des chercheurs afin de voir ce qu'ils en font. Ce qui est la position la moins naturelle et la moins confortable qui soit et, bien évidemment, ce qui laisse planer un soupçon de manipulation des acteurs par les chercheurs. Après tout, chacun pourrait avoir envie d'être prophète. Mais le chercheur qui aura abandonné le confort de l'observation «objective» pour les charmes du prophétisme sera profondément déçu: dans la plupart des interventions sociologiques, les hypothèses tourainiennes les plus optimistes ne sont pas vérifiées. La production de connaissances résulte d'un échec de la «prophétie» issue des hypothèses construites du point de vue d'un mouvement social et d'un sujet. Ainsi, Touraine invite-t-il à changer de posture de travail et de recherche, tout en privant le chercheur des comforts croisés du positivisme et de la prophétie. Bien que la méthode d'intervention sociologique ait été reprise et développée, force est de reconnaître qu'elle prend à rebrousse poil les habitudes professionnelles les mieux établies et qu'elle ne peut s'exporter comme une technique statistique.

* * *

Il n'est donc pas étonnant que Touraine ait construit une œuvre fondamentale et reconnue comme telle, qu'il ait une influence bien plus grande qu'il ne croît lui-même, que nombre de ses collègues l'aiment et l'admirent. Si Touraine rayonne, il n'a pas fait une Ecole. Il est bien plus proche de

Weber que de Durkheim, de Wright Mills que de Parsons, et après tout, c'est assez flatteur. J'espère que Touraine me pardonnera l'impertinence de ces propos. D'abord parce qu'ils participent de l'amitié que je lui porte, ensuite parce qu'il en a toujours plus appelé à la liberté de ses élèves qu'à leur soumission et à leur obéissance.

François Dubet

é sociólogo, professor emérito da Universidade de Bordeaux e diretor de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris. Pesquisou sobre movimentos sociais, juventude, educação e sobre as desigualdades sociais e os sentimentos de justiça.

Bibliographie

- Dubet, François *et al.* 1978. *Lutte étudiante*. Paris: Seuil.
- Dubet, François *et al.* 1980. *La prophétie antinucléaire*. Paris: Seuil.
- Dubet, François *et al.* 1981. *Le pays contre l'État*. Paris: Seuil.
- Dubet, François *et al.* 1982. *Solidarité*. Paris: Fayard.
- Dubet, François *et al.* 1984. *Le mouvement ouvrier*. Paris: Fayard.
- Touraine, Alain. 1965. *Sociologie de l'action*. Paris: Seuil.
- Touraine, Alain. 1966. *La conscience ouvrière*. Paris: Seuil.
- Touraine, Alain. 1968. *Le mouvement de Mai ou le communisme utopique*. Paris: Seuil.
- Touraine, Alain. 1969. *La société post-industrielle*. Paris: Denoël.
- Touraine, Alain. 1973. *Production de la société*. Paris: Seuil.
- Touraine, Alain. 1973. *Vie et mort du Chili populaire*. Paris: Seuil.
- Touraine, Alain. 1977. *Un désir d'histoire*. Paris: Stock.
- Touraine, Alain. 1978. *La voix et le regard*. Paris: Seuil.
- Touraine, Alain. 1980. *L'après socialisme*. Paris: Grasset.
- Touraine, Alain. 1984. *Le retour de l'acteur*. Paris: Fayard.
- Touraine, Alain. 1988. *La parole et le sang*. Paris: Odile Jacob.
- Touraine, Alain. 1992. *Critique de la modernité*. Paris: Fayard.
- Touraine, Alain. 1997. *Pourrons-nous vivre ensemble? Egaux et différents*. Paris: Fayard.
- Touraine, Alain. 2006. *Le monde des femmes*. Paris: Fayard.
- Touraine, Alain. 2013. *La fin des sociétés*. Paris: Seuil.
- Touraine, Alain. 2015. *Nous, sujets humains*. Paris: Seuil.



ALAIN TOURAINE Y LA HISTORIA

Danilo Martuccelli

es profesor de sociología de la Université Paris Descartes (Francia). E-mail: <danilomartuccelli@gmail.com>

Orcid: 0000-0001-5940-8949

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-036064/106>

Alain Touraine detenta, en muchos sentidos, una posición particular en las ciencias sociales contemporáneas. Pero de todas las razones que explican su singularidad, una de ellas es tal vez la más consistente: la íntima relación que su sociología posee con el análisis histórico. A mi juicio, en ningún otro sociólogo contemporáneo la presencia de la historia resulta tan determinante. No es por azar, sin duda, que el título de su temprano relato autobiográfico realizado en los años 1970 sea *Un désir d'histoire*.

No obstante, la importancia de la historia en la obra de Touraine es infinitamente más significativa. Me parece que lo más profundo y novedoso de su trabajo ha sido siempre la capacidad para leer los eventos del presente por medio de una visión amplia de la historia. Ya sea en notables análisis (como el de Mayo del 1968); en perspectivas más polémicas (como a propósito de las huelgas de 1995 o la salida del liberalismo) o coyunturales (como a propósito de encrucijadas político-electorales), pero también, por supuesto, en lo que es uno de sus principales (y como veremos controversiales) aportes a las ciencias sociales –la interpretación del tránsito de la sociedad industrial a la sociedad programada–, la perspectiva histórica ha siempre orientado sus análisis sociológicos. No sé si es necesario

decirlo, pero se trata de una virtud analítica que, presente en los mejores clásicos de las ciencias sociales desde el siglo XVIII, tiende a perderse –por no decir desaparecer– en los albores del siglo XXI. Alain Touraine es antes que cualquier otra cosa una manera de entender la historia.

En este artículo se buscará explorar la especificidad de esta mirada, a la luz de una doble paradoja. Primera paradoja: a pesar de la precoz conciencia del fin del antiguo mundo industrial, éste continuó ejerciendo, durante varias décadas, en tanto que matriz, un rol central y tal vez, finalmente, contra productivo en los análisis de Touraine. Por un lado, mucho antes y, por lo general, mejor que muchos otros sociólogos, Touraine entendió con una rara perspicacia el fin de la sociedad industrial y la crisis del movimiento obrero en tanto que sujeto de la historia. Por el otro, sus ensayos por caracterizar analíticamente el nuevo estadio histórico (la sociedad programada) y su principal agente (los nuevos movimientos sociales) nunca lograron una estructuración definitiva.

37

Aquí interviene la segunda paradoja. Ante las dificultades interpretativas, que él mismo diagnosticó, en la matriz de la sociedad programada y de los nuevos movimientos sociales, Touraine ha propuesto, desde hace ya casi unos treinta años, un nuevo paradigma sociológico, infinitamente más radical y original que el precedente, en torno al fin de la idea de sociedad y una refundación desde el Sujeto que supone una inflexión significativa en su manera de concebir el proyecto de hacer la historia.

Estas concepciones de la historia animan tres grandes momentos interpretativos, atravesados por el esfuerzo analítico permanente de Touraine, el que se caracteriza por el combate intelectual que nunca dejó de librar frente al hundimiento del mundo social en el cual se formó intelectualmente y del cual extrae los grandes ejes de su imaginación histórica. Una crisis que arrastró una parte de su sociología

y contra la cual progresivamente formuló una nueva concepción de la sociología.¹ La comprensión de estas etapas y tensiones, tomando como eje la concepción específica que Touraine tiene y sostiene sobre la historia será el hilo conductor de este artículo.

Primer momento interpretativo

38 Todo lo que será rápidamente evocado en los párrafos siguientes forma parte de los mejores manuales de la sociología. El entonces joven Alain Touraine formula, en los años 1950, una interpretación indisociablemente sociológica e histórica, sincrónica y diacrónica, de la sociedad industrial y del movimiento obrero. Desde el inicio, su obra se organiza en torno a la historia. Aunque Touraine afirmaba en 1965 que “la problemática de la acción ya no es identificable con el movimiento de la historia” (Touraine, 1965, p. 51), en muchos aspectos en este período, la comprensión de la acción social está subordinada a la evolución de las situaciones históricas. En verdad, si desde los años 1960 rompió abiertamente con toda veleidad de filosofía de la historia, su reflexión continuó siendo indisociable de cierta concepción “evolucionista” de la sociedad. Se trata de una dimensión visible en sus estudios sobre la sociedad industrial (Touraine, 1955) en donde el análisis parte del reconocimiento de diversos momentos en la evolución del trabajo obrero, deteniéndose, sobre todo, en la transición de un sistema profesional a un sistema técnico de trabajo.

La transición de un sistema al otro pasa por tres fases, que Touraine denomina A, B, C, definidas sucesivamente

¹ Rectificación. En una entrevista en 2017 un periodista me atribuyó, no solo lo que no pienso, sino exactamente lo contrario de lo que pienso de la obra de Touraine –el hecho de que su sociología fue arrastrada por el fin del mundo industrial–. A la inversa, como lo desarrollaré en este artículo, es la *absoluta* conciencia del hundimiento radical del mundo social que estudió y describió durante décadas la sociología accionalista, lo que lo forzó a un trabajo teórico de relaboración radical –no sin dificultades– con el fin de aprehender el nuevo estadio histórico.

por el predominio del artesanado, la producción de masa y la automatización. En cada una de ellas existe, aunque en dosis bastante diferentes, la presencia de los dos sistemas de trabajo. En la fase A, se halla una significativa primacía del trabajo profesional incluso si es cierto que la situación productiva es ya la de la industria. En la fase B, se yuxtaponen, por una parte, el trabajo en serie y la cadena de montaje donde el obrero interviene todavía directamente, aunque sea de manera parcial y repetitiva, y, por otra parte, una organización colectiva que dirige con fuerza la ejecución individual del trabajo. Por último, la fase C es la del agrupamiento de las tareas, de la automatización creciente, aun cuando el trabajo de ejecución aún esté presente. Para Touraine es en la fase B, cuando el trabajo sólo puede considerarse desde el doble punto de vista de la descomposición del sistema profesional y de la consolidación del sistema técnico, que el sindicalismo logra transformarse verdaderamente en movimiento obrero. O sea, si el conflicto atraviesa todas las fases de la evolución del trabajo, éste sólo adquiere una importancia central en este momento: cuando la denominada organización científica del trabajo, especialmente el taylorismo y el fordismo, cuestiona directamente la autonomía de los trabajadores, y especialmente la autonomía de los trabajadores calificados. Un choque se produce entre la conciencia de los obreros de ser trabajadores productivos y su experiencia de una gestión de la producción contraria a sus propios intereses. Se produce así el encuentro entre los polos principales de la conciencia obrera. Por una parte, una conciencia orgullosa, manifestada por los obreros de oficio que poseen una gran autonomía profesional, conscientes de su conocimiento, de su saber hacer, quienes consideran a los patrones, e incluso a los partidos políticos, nada más que intermediarios y creen en la idea de una reconstrucción de la sociedad a partir de la fábrica. Por otra parte, una conciencia proletaria, la de los operadores de ejecución, conscientes de su pobreza, de

su incapacidad, los que tienen tendencia a confiar su suerte a los partidos políticos, o a apostar a reivindicaciones estrictamente económicas (Touraine, 1966). La época de oro del movimiento obrero se produce cuando la conciencia de clase obrera integra a la vez la conciencia orgullosa de los profesionales que luchan por la defensa de su autonomía y su saber hacer, y la conciencia proletaria de los obreros especializados incorporados a un sistema técnico de trabajo, al interior de una organización donde el trabajo es repetitivo y parcelado. De manera inversa, la decadencia del movimiento obrero está marcada por la escisión del actor obrero: cuando se separan la conciencia orgullosa y la conciencia de explotación, cuando se yuxtaponen sin unirse dos definiciones del actor.

40 El momento culminante del movimiento obrero, en el sentido estricto del término, se debe pues analizar en relación con un cierto estado de la conciencia obrera, esta misma determinada por las relaciones de trabajo y la organización del trabajo. Touraine se defenderá varias veces de la presencia en su obra de todo determinismo tecnológico. Sin embargo, sin ser propiamente determinista, su análisis siempre está enmarcado por representaciones de conjunto de la vida social en donde impera un cierto determinismo (Touraine et al., 1984, p. 70). Notémoslo porque será importante en lo que sigue: si bien es cierto que los obreros cuestionan la organización del trabajo en nombre de la autonomía profesional, no hay, en este estadio del pensamiento de Touraine, oposición entre la subjetividad y la racionalidad. Incluso al contrario, en el primer gran relato analítico implícito de la modernidad presente en su obra existe, más bien, un tránsito desde la idea de articulación a la idea de una tensión entre un cuestionamiento realizado en nombre de la subjetividad y un conflicto animado por el ideal de otra gestión, más racional, de la producción. A su manera, el análisis de Touraine puede asociarse al estudio histórico de E.P. Thompson (1988, p. 189), para quien el nacimiento

del movimiento obrero no es más que la transición de la economía moral de la protesta (el rechazo del hambre, de la desintegración cultural, de la injusticia en nombre de las antiguas tradiciones feudales) a una cultura de clase basada en una economía política de la explotación.

Ahora bien, este determinismo tecnológico va a alimentar muy rápidamente una concepción totalizante de la sociedad industrial. Touraine dará cuenta de la centralidad del movimiento obrero y de la especificidad de su proceso analítico mediante la noción de Sujeto histórico que designa el principio de unidad y de significado de un sistema de acción histórico, la relación que la sociedad mantiene consigo misma, la manera en que una sociedad dada se apodera de su propio trabajo y de sus resultados para dotar de sentido a su actividad histórica. “El sentido de la historia no se recupera más que a nivel de un sujeto histórico, que no es ni una realidad empírica ni una realidad transcendental, sino que es una noción sociológica cuya naturaleza dialéctica es tal que los actores históricos no pueden jamás identificarse con él, ni tampoco ser comprendidos fuera de su relación con él” (Touraine, 1965, p. 170). Más simple: el sujeto histórico es una construcción intelectual en tensión con las prácticas socialmente realizadas al interior de una situación dada. En este sentido, la influencia del marxismo revisitado por Georg Lukács y, sobre todo, la sombra de la noción de totalidad son importantes en Touraine. Pero para él, a diferencia de Lukács, la voluntad de lograr articular la sociedad en tanto que Sujeto histórico supone la definición de un objetivo (*enjeu*) central que, tomado en su más alta abstracción teórica, se encarna posteriormente en diferentes conflictos y niveles sociales. Dicho de otra forma, es en relación con el sujeto histórico que deben interpretarse las prácticas sociales.

Recapitulemos. Es desde la experiencia subjetiva, ella misma dependiente de diversos modos técnicos de

producción y de trabajo, y de una concepción del Sujeto histórico, como se construye una concepción conflictiva de la historia. Pero esta concepción de la lucha entre dos grandes actores, los dueños de la producción y los trabajadores está, de entrada y desde estos años precoces, inserta en una visión de la historia –en verdad, y para ser más precisos de la visión de un proyecto de hacer la historia, lo que Touraine denomina justamente la “historicidad”–.

42 Aquí se impone una primera ralentización en nuestro análisis, tanto más importante cuanto esta visión épica de la historia que anima sus primeros estudios tendrá una incidencia y una sombra analítica durables sobre su trabajo. La especificidad de la mirada histórica de Touraine se construye por intermedio de la articulación de tres aspectos, cada uno de ellos atravesado por una auténtica tensión. En primer lugar, si Touraine rompe explícitamente con toda veleidad de filosofía teleológica (“encantada”) de la historia, al mismo tiempo, empero, continúa adhiriendo –en todo caso en este período– a la idea del Progreso e incluso a un cierto evolucionismo. Seamos precisos. La concepción de la modernidad que anima su obra en estas décadas le debe aún mucho a la filosofía de la Ilustración. La ruptura operada por la noción de historicidad en relación con el historicismo, la transición de una sociedad situada en la historia –y bajo la influencia del evolucionismo– hacia una consideración activa de la historia al interior de una sociedad no debe, en efecto, inducir a error. Si las sociedades industriales hacen su historia de manera más activa y explícita que las anteriores, es porque logran de manera más clara autorrepresentarse en tanto que sistemas de acción históricos. Así el par central de actores que Touraine revela en la sociedad industrial, los amos de la producción y los trabajadores, participa activamente de los ideales de la modernidad. Como otros hombres de la Ilustración, cree, y esto a pesar incluso de la fuerte influencia que el pesimismo crítico de Georges Friedmann ejerce en él,

en el carácter progresista de la historia, en la progresión continua del saber, en el aumento creciente del control de los hombres sobre su historia a medida que éstos abandonan las referencias a los antiguos criterios trascendentes de orden. En todo caso, Touraine es en esta época, inmediatamente después de la liberación y en plena fase de industrialización de Francia, un modernizador (Touraine, 1977).

En segundo lugar, si es cierto que el sociólogo nunca abrazó la “hermenéutica del trabajo” –la idea central en la tradición marxista de que la historia debía leerse desde la producción material de la vida social–, sí concibió empero la vida social como el resultado de un conflicto permanente entre orientaciones culturales. Imposible minimizarlo: el conflicto tiene en Touraine el mismo rol analítico (y ontológico) que el trabajo tiene en Marx. Para Touraine (1978, p. 107), los movimientos sociales son culturalmente orientados y no pueden comprenderse solamente como la manifestación de las contradicciones objetivas de un sistema de dominación. Precisemos también este punto. Su perspectiva, a pesar de su distancia expresa con el marxismo y su ontología del trabajo, se diferencia también claramente del funcionalismo parsoniano. En este último, se parte de las orientaciones normativas de la acción para descender a los comportamientos, estableciendo una reciprocidad entre los atributos del sistema y las conductas sociales; en el accionismo de Touraine, a la inversa, se apunta a encontrar detrás de las instituciones los proyectos de los actores. El análisis se hace, pues, en función del nivel de implicación en el sistema de acción histórico, en términos de los modelos sociales y culturales a partir de los cuales se organiza la sociedad. De manera más simple, entre el sistema de valores y las normas, Touraine ubica las relaciones sociales de clases y la acción de los movimientos sociales.

En tercer y último lugar, y a causa de lo anterior, si el movimiento obrero es concebido como un objeto central

de la sociología –en verdad de un tipo de historicidad– puede por ende y por eso mismo ser susceptible de ser remplazado por otro actor en caso de modificaciones estructurales. La fuerza de esta mirada nunca será tan fecunda como en el análisis que Touraine (1980) hace del movimiento de Mayo del 68. Por un lado, aún operan residuos del antiguo determinismo tecnológico, especialmente cuando se empeña en ver en el acercamiento entre los estudiantes y los técnicos una alianza producida por el lugar central, presente o futuro, que estas categorías poseen en el sistema de producción en vía de constitución. Por otro, el análisis de los significados vehiculados por los estudiantes en Mayo del 68 se deriva de la constitución de un nuevo tipo societal. En esa época, Touraine tiende a fusionar, de manera altamente original, ambos modos de razonamiento cuando resume el nivel de significado central de los acontecimientos de Mayo como un “momento de la formación de un nuevo conflicto de clases, donde la élite obrera ya no es el actor principal, y es reemplazada por los técnicos y los expertos –ya sea que se los denomine por estos nombres, o bien que sean obreros de ciertas industrias, o estudiantes– como animadores de una clase que se opone a la de los poseedores del poder tecnocrático” (Touraine, 1980, pp. 151-152).

En todo caso, estas tres premisas dan cuenta de la transición de su pensamiento –y de su gran novedad– desde fines de los años 1960. El progreso toma la forma de un nuevo proyecto de emancipación; el conflicto permite diseñar una nueva historicidad; los nuevos movimientos sociales tomarían el lugar del movimiento obrero en tanto que nuevo Sujeto histórico. Esta lectura altamente original del proyecto de hacer la historia le permite a Touraine desembarazarse con una libertad asombrosa de muchas polémicas del período (sobre todo dentro del marxismo) y formular, con una gran fuerza, la tesis del ingreso a un muy distinto período histórico. Pero, como lo veremos en un momento,

lo que le permitió tener un “avance” analítico indudable en los años 1960 se convertirá en la razón de la dificultad –el “retraso”– que Touraine tendrá en interpretar las luchas sociales desde finales de los años 1970.

El segundo momento interpretativo

El segundo momento interpretativo corresponde al estudio de la sociedad programada y de los “nuevos movimientos sociales”. De hecho, desde fines de los años 1960, Touraine dedica lo esencial de su reflexión sociológica a la transición de un tipo de sociedad a otro. Sería falso ver en esta actitud un simple legado del historicismo del siglo XIX. Es mucho más profundo: se trata de uno de los efectos inducidos por la noción de Sujeto histórico que impone siempre, de cierta manera, una representación global de una sociedad. La intuición histórica mayor de Touraine es la de la transición de una sociedad industrial que concibe el movimiento como orientado por las leyes del mercado o hacia la creación de un marco económico bajo la impronta de los empresarios y del beneficio hacia una sociedad posindustrial siempre orientada hacia el movimiento, pero concebido “como gestión de sistemas, como capacidad de programar el cambio” (Touraine, 1973, p. 119; Touraine, 1984, pp. 221-248).

Notémoslo: es la hipótesis histórica lo que orienta el análisis sociológico. La sociedad que nace es definida por un nivel creciente de historicidad, en el cual se estructuran las grandes orientaciones culturales gracias a la distancia que la sociedad toma respecto de su actividad funcional y a la manera como determina, mediante los conflictos sociales, sus grandes orientaciones sociales y culturales. La sociedad programada se define más que toda otra sociedad antes de ella como un mero sistema de relaciones sociales, una sociedad en la cual “lo que aparece primeramente como un conjunto de ‘datos’ sociales es reconocido como el resultado de

una acción social, de decisiones o de transacciones, de una dominación o de conflictos” (Touraine, 1973, p. 7).

En este nuevo tipo societal, la dominación social cambia de rostro y se define de manera creciente en referencia a los mecanismos que dirigen el cambio y los instrumentos de integración social y cultural (Touraine, 1969, pp. 77-78). El objetivo de las movilizaciones ya no es solamente la apropiación del lucro, sino el control del poder para decidir, influenciar y manipular. La dominación se extiende de la empresa a todos los demás aspectos de la vida social. La conciencia de la explotación es reemplazada por la conciencia de la alienación a medida que los individuos deben enfrentar “una dominación extendida a un sistema de producción que integra fabricación, información, formación y consumo más estrechamente que antes” (Touraine, 1973, p. 195). La nueva clase dominante, la tecnocracia, basa su dominación menos en la organización del trabajo que en un control a menudo monopólico del suministro y del procesamiento de un tipo de información.

46

Pero para Touraine dos limitaciones se imponen en esta nueva forma de dominación. Aunque literalmente está en todas partes, “proviene de alguna parte, de los grandes aparatos tecnocráticos, centros de dominación que constituyen la clase dirigente” (Touraine, 1978, p. 34). Por otra parte, y sea cual sea la extensión de esta dominación, la sociedad debe siempre ser representada como un campo de creación conflictivo. El orden social jamás es total ni sin límites y toda sociedad siempre es cruzada por rechazos, revueltas y conflictos. Para Touraine, en una afirmación que se acerca a las de Gramsci, dado que la sociedad no se reduce a su funcionamiento, la tarea de la sociología no es otra que mostrar, tras el orden y el poder, el sistema de acción histórico y las relaciones de clase; “mirar lo que está oculto, decir lo que está en silencio, hacer evidente la falla de un discurso, la distancia de la palabra y de la acción” (Touraine, 1974, p. 88). Pero la

extensión y la transformación de la dominación son tales que a menudo el actor no tiene otras posibilidades de resistencia más que haciendo un llamado a la naturaleza, a un cierto sustento biológico, con el fin de ponerse a salvo de la intrusión del poder (Touraine, 1978, p. 175). De allí la importancia, sin que aún sea central, que otorga a las luchas que reposan en un estatus biológico como la femineidad, la juventud, la vejez, la pertenencia a un grupo étnico e incluso, en cierta medida, la pertenencia a una cultura local o regional.

La hipótesis de la sociedad programada llevaba así una consecuencia mayor, a saber, la ampliación del conflicto de clases a ámbitos ajenos al trabajo. El análisis de las revueltas pasaba entonces a ser de una mayor complejidad, puesto que siempre se trataba de develar detrás de las actitudes de rechazo, a menudo desorganizadas, los fragmentos del nuevo sujeto histórico que se configuraba, y de lograr desembrollar al interior de las acciones colectivas realmente existentes, los significados propios de la sociedad programada. La inextricable imbricación entre la hipótesis histórica y el análisis sociológico dará origen a toda una serie de estudios cuyo objetivo principal será lograr separar en esta madeja lo nuevo de lo antiguo. Varias veces Touraine recurrirá a frases en las cuales la impronta de una visión histórica es determinante: el analista es siempre sometido a la confusión irreprimible entre el mundo antiguo y el futuro; agobiado entre el peso del pasado y el horizonte que se despeja en el futuro; constantemente confrontado con la disociación entre las acciones y las conciencias, entre los objetivos de las movilizaciones y las retóricas empleadas, como lo atestigua especialmente el análisis de la lucha estudiantil de 1976 (Touraine et al., 1978).

Por lo demás, debido a que esta hipótesis histórica dirige el análisis sociológico, Touraine no dejará de pulir durante veinte años sus categorías y sus clasificaciones, con el fin de poder discernir de la mejor manera posible lo que

corresponde a problemas de cambio, lo que remite a conflictos estructurales propios de un tipo societal, o lo que renvía a una mezcla entre innovación cultural y protesta social. La meta claramente enunciada es “descubrir el movimiento social que ocupará en la sociedad programada el lugar central que fue el del movimiento obrero en la sociedad industrial y del movimiento para las libertades cívicas en la sociedad mercantil que le antecedió” (Touraine, 1978, p. 38).

48 El análisis sociológico apuntaba, por lo tanto, a poner a prueba la validez de la hipótesis de un nuevo sujeto histórico, centrado en torno al control de los bienes simbólicos y susceptible de dar un marco de referencia a la fragmentación aparente de las prácticas. Las luchas antitecnocráticas estudiadas, al enfrentar las bases mismas de la sociedad programada, serían reacciones contra los poseedores de los aparatos de gestión quienes, por intermedio de la estimulación de falsas necesidades, imponen sus proyectos (Touraine et al., 1980). Las principales investigaciones realizadas en esta época por Touraine, mediante la intervención sociológica, apuntaban justamente a considerar los pros y los contras, proponiendo un análisis sociológico en sí mismo dependiente de la interpretación histórica. La meta era despejar al interior de una coyuntura determinada el componente de movimiento social presente en toda una serie de nuevas luchas sociales. En realidad, la tensión entre ambas hipótesis llevó a inclinar progresivamente los análisis hacia una dependencia creciente de la interpretación sociológica con un razonamiento de naturaleza histórica. Ciertamente, Touraine se abstuvo de anular el análisis sociológico detrás de la interpretación histórica, pero la reconstrucción de los diferentes significados presentes en la acción remitía siempre, en último análisis, a una hipótesis de naturaleza histórica. De hecho, la naturaleza de la acción, marcada por una multiplicidad de sentidos, especialmente por la tensión observable entre el antiguo mundo y la nueva sociedad,

resulta indisociable de su contexto histórico, única herramienta, según Touraine, que permite verdaderamente distinguir su nivel de significación. El análisis sociológico sólo es posible recurriendo a una interpretación histórica, en que el sentido de la acción es extraído de una totalidad histórica en formación.

Si la interpretación de la historia en fuerte dependencia analítica (e imaginativa) con el movimiento obrero termina “velando” el análisis que Touraine propone de la sociedad programada –a tal punto busca un *analogon* del movimiento obrero en los nuevos movimientos sociales–, son, en rigor, las dificultades de esta hipótesis (y de su radicalidad) lo que explica por qué Touraine se verá obligado a un muy largo trabajo de reconceptualización teórica en torno a la noción de Sujeto.

El tercer momento interpretativo

El tercer gran momento interpretativo de la obra de Touraine es una respuesta al “fracaso” de la hipótesis, en parte “historicista”, de los nuevos movimientos sociales. El autor abraza una concepción de la acción que acentúa con gran fuerza la idea de la creatividad del sujeto. Ciertamente, la creación siempre estuvo en el corazón del accionismo, al punto que ya en 1973 Touraine podía escribir en una afirmación llena de énfasis sartriano “la *sociedad no es lo que es, sino lo que se hace ser*” (Touraine, 1973, p. 10, subrayado mío).

Sin embargo, como lo observamos esta creación estaba enmarcada por una situación social. Aquí se produce el cambio. En donde existía al comienzo una relación estrecha y un tanto determinista entre las formas de industrialización y los niveles de la conciencia obrera, se llega a la afirmación de una separación radical entre las lógicas de racionalización del mundo y los elementos privados y comunitarios de los individuos. Allí donde el acuerdo entre las dimensiones

era dado por una concepción global de la acción de la sociedad sobre sí misma, presentada bajo la forma de tipos sociales (industrial o posindustrial), progresivamente la posibilidad de articulación es únicamente otorgada al Sujeto. De hecho, lo que era una dialéctica (“el trabajo surge entonces como determinado por las condiciones sociales y como su determinante”) (Touraine, 1965, p. 120), se convertirá en una tensión (“el análisis de la sociedad no se construye directamente en torno al contenido de la historicidad, sino que alrededor de la tensión entre ésta y los sistemas naturales movilizados por la actividad social”) (Touraine, 1973, p. 37), antes de constituirse en una mirada que recompone el mundo social desde el Sujeto (Touraine, 1997, p. 54). A lo largo de todo este itinerario intelectual, lentamente, la idea de un acuerdo relativamente inmediato y en el fondo poco problematizado entre el actor y el sistema cede paso a una separación creciente entre las dimensiones objetivas y subjetivas de la vida moderna.

Es sin lugar a dudas el momento más complejo de la obra de Touraine. Es el que ha suscitado, tal vez, sino menor atención, una mayor incompreensión. Es, sin duda, el menos claro en su formulación, pero es, al mismo tiempo y con certeza, su versión más personal y original. Un excelente conocedor de la obra de Touraine, Alberto Melucci (1975) lo entrevistó, por lo demás, desde los años 1970 al hablar de una sociología que se inclinaba en demasía hacia una concepción prometeica del actor y de la acción como capacidad radical de creación en el límite de una filosofía del sujeto. La crítica era –y es– justa; sin embargo, es gracias a este trabajo de “de-socialización” de la creación como Touraine logrará, por un lado, liberarse radicalmente de las dificultades de su mirada histórica (bajo el peso de la doble impronta del determinismo técnico y del candado imaginario del movimiento obrero) y, por el otro, proponer una

sorprendente y por momentos enigmática mirada sobre el mundo contemporáneo.

El acto inaugural de este tercer momento es de una radicalidad asombrosa –al punto que por momentos puede ser entendido como una proposición “antisociológica”–. La creatividad se desprende de su arraigo en el trabajo, no se afianza del todo en torno a una concepción del conflicto social y se asume plenamente como un acto *nuevo*. Por un camino distinto y propio, Touraine da con una visión de la creación próxima al imaginario radical de Castoriadis o a la libertad sartriana. Ante la distancia analítica constatada entre las dimensiones subjetivas y las dimensiones objetivas (lo propio de los límites reconocidos de la hipótesis de la sociedad programada y los nuevos movimientos sociales), Touraine abandona o radicaliza (la indecisión sobre qué término elegir forma parte del problema) su concepción de la historia (aquella que animó sus dos primeros momentos interpretativos) y abraza una concepción asombrosamente prometeica del actor social. Ciertamente, al comienzo de manera dubitativa, puesto que la fuerza de la “creatividad” aparece como una mera consecuencia del flujo y el reflujo de los nuevos movimientos sociales, los que no habrían sido más que la primera ola, aún inconsistente, de las luchas futuras de la sociedad programada (Touraine, 1984). En el fondo, durante unos lustros, lo que pronto será la “vieja” intuición histórica de partida sigue siendo operativa, en todo caso, continúa siendo visible en la hipótesis histórica y en la respuesta a los límites de dicha hipótesis. Pero, progresivamente, la creación gana fuerza y rol analítico, y con ella la noción de Sujeto.

Es, sin duda, uno de los momentos más creativos de Touraine, o mejor dicho, un período más o menos largo, en el que se debate en medio de un verdadero combate creativo. Me permito un comentario personal a este estadio. Doctorando bajo su dirección en estos años, no puedo sino testimoniar en primera persona, y desde fines de los años

1980, de lo denodado de este esfuerzo a la vez de revisión crítica, de intento de renovación y de impronta de la “vieja” visión de la historia. En mi recuerdo, es la agonía creativa lo que más marcó los seminarios de todos aquellos años cuyo primer desenlace intelectual fue *Critique de la modernité* (Touraine, 1992). Creo que nunca aprendí tanto sobre el trabajo intelectual (y su dimensión de “creación heroica” como la denominó Mariátegui) como en esos seminarios. En Touraine, la influencia de cierta representación de la historia y de la sociedad industrial era entonces todavía profunda. El rodeo por la historia había sido para él el gran recurso para interpretar la sociedad y la fuente de sus principales logros interpretativos desde fines de los años 1960. Pero desde fines de los años 1980, no puede más desconocer los límites de su hipótesis histórica. Ante esta situación muchos se habrían resignado intelectualmente, pero no fue su actitud. Con la sorprendente energía de sus entonces 60 años asumió sin desmayo la travesía del desierto y propuso, paso a paso, libro tras libro, nada menos que un nuevo paradigma sociológico.

Entendámoslo bien. Frente a esta dificultad (la dificultad de detectar el nuevo movimiento social central), la tarea habría podido desplazarse ya sea hacia un análisis exhaustivo de las relaciones de dominación y de las clases dirigentes², sea hacia un exhaustivo esfuerzo por definir el nuevo tipo societal –lo que hará Manuel Castells (1998) en torno a la sociedad informacional–, o hacia un trabajo de reconsideración de la sociología de los movimientos sociales propiamente dicho (lo que a su manera hizo la sociología estadounidense). Touraine no tomó ninguna de estas vías. Por el contrario, se lanzó en dirección de una reflexión

² Se debe destacar sobre este aspecto que en el programa de investigación lanzado por Touraine en torno a los nuevos movimientos sociales, la sección que debería haberse dedicado al estudio de la clase dirigente nunca fue llevado a cabo (Touraine, 1978, p. 107).

histórica radical a propósito de la distancia entre las dimensiones objetivas y subjetivas. Sin abandonar ni la sociedad, ni la historia, ni los movimientos sociales, el Sujeto pasó a ser el gran principio de articulación del análisis sociológico.

En torno al Sujeto, durante ya casi 30 años, Touraine no cesa en destruir categorías sociológicas y de proponer nuevas. En ese trabajo, verdaderos logros son reconocibles: desde la reconceptualización de la idea misma de modernidad (Touraine, 1992) hasta la noción, tan heurística y curiosamente poco utilizada, de discursos sociales dominantes (en remplazo de la noción de ideología con el fin justamente de subrayar el “flotamiento” de los discursos) (Touraine, 2005 y 2007). Pero en esta labor refundadora también son activos los puntos de incomprensión. Tal vez la tensión central de este tercer momento pueda expresarse así: es desde una concepción altamente creativa del Sujeto (y por momentos de-socializadora) que Touraine busca proponer una visión de conjunto de la vida social.

53

En este proyecto, una gran cantidad de muy venerables conceptos sociológicos son liquidados, comenzando por la idea de sociedad. El fin de la sociedad (Touraine, 1981 y 2013) en Touraine, a pesar de ciertas obscuridades, designa una realidad analítica central: aquello que la sociedad industrial pudo realizar –definir el bien cada vez menos en relación con Dios y cada vez más en términos de funcionamiento societal– deja de ser un principio central en el mundo contemporáneo. La utilidad social que fue la base de la idea de sociedad y del orden social que forjó la modernidad hizo que el equilibrio del conjunto social primara sobre toda ética. Esta fue la moral de los tiempos modernos cuya gran versión –y promesa– construyó la idea de una modernidad triunfante asociando el progreso y la felicidad personal. Para Touraine, este supuesto es justamente lo que impide comprender sociológicamente el mundo actual. ¿Por qué?

Porque si la ruptura entre lo objetivo y lo subjetivo – ya enunciada por Hegel– ha sido siempre el substrato último de la modernidad, ésta no había empero cejado en ser regulada (“superada”) por el Espíritu Absoluto, el Progreso, el Proletariado, la Totalidad, sin olvidar la Nación, el Desarrollo e incluso Dios. El propio Touraine, en sus dos primeros momentos, adhirió a esta filosofía “paliativa” de la modernidad. En efecto, el movimiento obrero primero, los nuevos movimientos sociales después, operaron como promesas, si bien no necesariamente de una “síntesis”, por lo menos de una articulación de las distintas dimensiones objetivas y subjetivas.

54 Contra este residuo “historicista” y mediante una concepción (ultra)radicalizada de la historicidad, Touraine propone una reformulación de la sociología por medio del fin de las sociedades. A mi entender, el desamparo de muchos lectores –y sin duda por momentos el mío– proviene de esta radicalidad. Sin embargo, en su raíz el rol práctico e intelectual que le otorga a la noción del Sujeto es funcionalmente equivalente al que le concedía en el pasado a la idea de sociedad. El Sujeto se convierte en el criterio del bien y en el principio de la integración. “El respeto del Sujeto es hoy en día la definición del bien” (Touraine, 1992, p. 268); o, más aún, en el mismo sentido, “si fuera necesario medir la modernidad, habría que hacerlo mediante el grado de subjetivación aceptada en una sociedad” (Touraine, 1992, p. 269). Touraine no puede ser más explícito sobre este punto: los actores “ya no se definen en relación con la sociedad, sino que en relación con el Sujeto” (Touraine, 1997, p. 134; Touraine, 2013). La organización social debe basarse en lo que de manera un tanto equívoca denomina un principio no social (esto es, no “utilitarista”), a saber, la protección de la libertad del Sujeto.

Touraine sabe que no hay más principio único, pero no cesa en “analizar” sus trazas fantasmagóricas, ya sea como

nostalgia de Dios y del Uno, como Eros o el deseo, como Mercado o Estado, como Comunidad (Touraine, 1992, pp. 207-231). Los análisis en la descendencia crítica de esta visión de la historia son tanto más fuertes y logrados cuanto que Touraine los efectúa desde un trabajo de autoliberación de lo que fue su propia creencia en esta modalidad del proyecto de hacer la historia.

Pero a estas interpretaciones “en negativo” que Touraine expresa el advenimiento de un nuevo mundo social como consecuencia de la descomposición de la sociedad precedente cuyo principal resultado es el profundo alejamiento de lo individual y de lo colectivo, del ser y del cambio, añade formulaciones más afirmativas o “positivas”. Curiosamente, es aquí donde las principales dudas se inscriben. En un mundo social carente de todo principio de totalidad, Touraine se esfuerza en encontrar *un* principio de recomposición –el Sujeto–. En términos narrativos, establece en Descartes su punto de partida más o menos arbitrario, primero opone dos facetas de la modernidad (razón y sujeto; Touraine, 1992); luego propone al Sujeto como principio de articulación entre la razón y la comunidad (Touraine, 1997); finalmente, y en un crescendo crítico radical, hace del Sujeto el único verdadero principio de inteligibilidad del mundo social –lo que explica la centralidad creciente que ha adquirido en su obra los derechos humanos– (Touraine, 2013, 2015).

Muchos de los malentendidos que causa su trabajo en las últimas décadas se encuentran aquí. La novedad innegable de la visión –una sociedad reconstruida sobre el Sujeto– se pierde cuando esta proposición analítica se entiende como una mera valorización más de los derechos humanos. Lo que Touraine dice –o quiere decir, si entiendo bien– es otra cosa: vivimos en un mundo social que no es más una sociedad porque se organiza en torno al Sujeto (en rigor, habría que decir a los sujetos); que se desliga, por ende, de la cuestión de la utilidad del conjunto (o si se quiere de la

integración, la gran noción del período funcionalista); que necesita pensar desde nuevas bases las instituciones (que de ahora en más se miden y juzgan por su capacidad de preservar las capacidades de los sujetos); y que, incluso si Touraine nunca lo ha expresado con toda la claridad suficiente, hace de los movimientos sociales un objeto particular (y ya no más central) del análisis sociológico. ¿Por qué? Porque la conflictividad que constituye al/los sujeto/s no puede más limitarse a la sola dimensión de las luchas sociales. Es la vida social en toda su latitud la que se vuelve el teatro de la creatividad del sujeto. La historicidad no opone más a una clase contra otra, ella se desplaza en torno a la defensa de los sujetos contra el control creciente del sistema. Pero esta defensa, y en parte aquí en contra de lo que Touraine parece afirmar, es irreductible a los solos movimientos sociales porque es infinitamente más diversa e infinitamente más expandida en la vida social.

56 Llegamos, a mi juicio, al corazón del malentendido. El Sujeto (histórico) en el tercer momento interpretativo de Touraine define tanto el principio activo mediante el cual el sujeto –digamos los sujetos empíricos– opone resistencia a las lógicas sistémicas, como a los sujetos (personales) en su trabajo por autoconstituirse y emanciparse. Si es claro, por un lado, que “vemos que se opone una lógica de la integración social cada vez más utilitarista con un Sujeto definido por una relación del individuo consigo mismo y no más por su pertenencia a una esencia o a una comunidad” (Touraine, 1992, p. 410), por el otro, el sujeto (personal) del cual de ahora en más se habla a causa de la entronización de este nuevo principio de Sujeto (histórico) exigirá un estudio infinitamente más pormenorizado de las experiencias de los individuos.

En verdad, me parece que esto exige una concepción distinta, infinitamente más descentrada, del/de los “actor”/es de la historia. Touraine posee todos los elementos intelectuales

para hacer esta tarea, pero nunca la hizo a cabalidad –ni siquiera en su estudio sobre el movimiento de las mujeres– (Touraine, 2006). Hacerlo suponía estudiar con ahínco aquello que siempre había quedado implícito en su sociología de la acción –“revalorizar” los niveles “inferiores” de análisis, las instituciones y las organizaciones, pero también las formas más “modestas” de la acción colectiva, unos y otros desvalorizados analíticamente frente a los niveles más altos de la historicidad–.

Seamos explícitos: en el primer y segundo momento interpretativo, la historicidad opone clase contra clase y es desde este nivel que debe hacerse el análisis de la sociedad. En breve, el Sujeto histórico prima ampliamente sobre el sujeto personal. En el tercer momento interpretativo, la historicidad se generaliza y abraza el perímetro del mundo social en toda su latitud, puesto que por doquier los sujetos deben enfrentarse a las lógicas del sistema para constituirse como sujetos. O sea, de ahora en adelante, y en toda lógica, es a este nivel –desde los sujetos personales– como debe efectuarse el análisis. En resumen, el sujeto personal prima descriptivamente sobre el Sujeto histórico. O si se quiere, en este nuevo momento histórico e interpretativo, el Sujeto histórico no puede estudiarse, sino privilegiando los sujetos personales en detrimento de los movimientos sociales.

La noción de movimiento social –y su deuda con una cierta descripción histórica y societal– impidió así concretizar el horizonte de estudio de los sujetos personales. Nunca el análisis de Touraine fue tan justo como cuando entendió que la importancia preponderante de las luchas antitecnocráticas (por la que apostó en su segundo momento interpretativo) debía dar paso al estudio de los sujetos personales, hasta cierto punto en vínculo son los avatares del movimiento de las mujeres (Touraine, 2006). Pero solo hasta cierto punto. En realidad, el estudio del sujeto personal exige romper con la idea de una prevalencia de algunos sobre otros –eso a lo que justamente condena la lógica histórica de los movimientos

sociales y la búsqueda de un remplazante para el proletariado—. El autor no logra desasirse completamente de esta exigencia. “No son las categorías más objetivamente definidas que serán, como fue el caso en el pasado, los actores históricos; lo serán las categorías, no las más frágiles, sino las que más directamente están definidas por la necesidad o la voluntad de hacer compatibles ambos universos que separa la desmodernización” (Touraine, 1997, p. 359). Touraine las nombra: la juventud, las mujeres, los inmigrantes, los miembros de minorías y los defensores del medio ambiente, ya que son ellos quienes se empeñan más conscientemente en actuar y en ser reconocidos como Sujetos. En el fondo, el autor rechaza la idea que habría que dar una prevalencia al sujeto personal sobre el sujeto histórico. Pero su voluntad de leer el sujeto personal desde el Sujeto histórico le impide justamente abordar dimensiones centrales de aquél, incluso si reconoce, con razón, que “es necesario siempre reencontrar al sujeto personal, el individuo como sujeto, en el centro de las situaciones históricas, como es necesario reconocer hoy día que son los problemas de la vida privada, de la cultura y de la personalidad que están en el centro de la vida pública” (Touraine, 1992, p. 335).

La noción de sujeto en Touraine no está desprovista de ambigüedades, a comenzar por el hecho de que la sociología del Sujeto se construye oponiéndose al Sistema (Martuccelli, 1999). La contextualización social del Sujeto es así muchas veces problemática, por cuanto es concebida como la invocación a una subjetividad “no social”, caracterizada únicamente por la oposición a tendencias sistémicas. “El Sujeto no tiene otro contenido que la producción de sí mismo” (Touraine, 1997, p. 28). Ciertamente, Touraine se esfuerza por darle rostros analíticos. Vuelve así sobre la Nación, interpretada como un Sujeto político mediador entre la internacionalización económica y la fragmentación de las identidades; a la idea de etnicidad como una combinación, en

la vida personal, de una racionalidad instrumental y de una identidad cultural; al rol decisivo de las mujeres en su mayor capacidad, respecto de los hombres, para combinar ambas dimensiones de la experiencia; a la democracia como capacidad de establecer una articulación entre estas dos mismas dimensiones; o más aún, a la redefinición de la educación como capacidad de los individuos de articular conjuntamente sus universos de posibles materiales y un universo construido en torno a la cultura de la juventud. En estos esfuerzos, el Sujeto (individual o colectivo), sea cual sea el nivel de análisis, es siempre “un Sujeto *vacío*, sin otro contenido que su esfuerzo de reconstrucción de una unidad entre el trabajo y la cultura, entre las presiones del mercado y de las comunidades” (Touraine, 1997, p. 109, subrayado mío).

A pesar de la sinonimia por momentos absoluta del Sujeto y de la voluntad, la principal dificultad no radica en este nivel. Ciertamente, la idea de un Sujeto que está en el fundamento de su propia autofundación y autocreación, la idea según la cual no hay nada antes de la voluntad del Sujeto de plantearse a sí mismo como sustrato “no social” de la acción, no es siempre una noción fácilmente comprensible para la sociología. Sin embargo, el análisis sociológico puede en parte aceptar formulaciones de esta índole –reconocer que la subjetividad es irreductible a los roles o a las identidades estatutarias–. Pero en Touraine, bajo la influencia de Sartre, el Sujeto va más allá de esto y aparece por momentos como una pura reivindicación de libertad y creación contra el sistema. Confrontados a conductas objetivas y coacciones reales, el sujeto debe escoger, de manera conflictiva, su autenticidad. Ahora bien, ésta es problemática y Touraine lo sabe, sin duda mejor que Sartre. Condicionado por factores externos que limitan su campo de acción, el sujeto no puede escoger un proyecto personal en contra del Sistema. Es lisa y llanamente falso pensar que los sujetos pueden crear un proyecto libremente y de manera solipcista. Ésta es la razón

por la cual Touraine no cesa en definir el Sujeto a nivel de una acción colectiva y por medio de un conflicto social y no principalmente por una reflexividad personal o por una creación radical continua de sí mismo. A diferencia notoria de Sartre, quien quería en el fondo superar, sin lograrlo, la conciencia desdichada del individuo, Touraine piensa, por el contrario, que uno de los objetivos de la lucha colectiva es justamente lograr preservar la condición de la apertura, lo que supone definir al Sujeto como un conflicto sin descanso contra la influencia permanente de la sociedad, contra el mundo de las mercancías y contra las fuerzas que lo reducen a una identidad colectiva. O sea, la idea del Sujeto como movimiento social es una consecuencia de la imposibilidad de concebir (positivamente) un sujeto personal desligado de su lazo con el Sujeto histórico.

60

Touraine en el fondo nunca se desprende de lo que piensa y articula ambas realidades, a saber, el Sujeto como movimiento social. El sujeto personal no cesa así de ser comprendido en referencia al Sujeto histórico, puesto que el Sujeto es “desprendimiento del individuo creado por los roles, las normas, los valores del orden social. Este desprendimiento sólo se produce por una lucha cuyo objetivo es la libertad del Sujeto y cuyo medio es el conflicto con el orden establecido, los comportamientos esperados y las lógicas del poder” (Touraine, 1992, p. 337).

Al hablar del Sujeto como movimiento social, Touraine quiere señalar que la vida de cada sujeto (personal) está enmarcada por la historicidad propia al mundo de hoy, pero al resemantizar de esta manera el término “movimiento social” introdujo, sin duda, el riesgo de la confusión. Adoptando esta posición, tal vez normativamente justificada en aras de un proyecto emancipatorio, Touraine se cerró sobre todo al estudio *concreto* del sujeto personal. En efecto, en este tercer momento interpretativo el análisis sociológico del Sujeto debía sino necesariamente partir desde los sujetos

(personales), por lo menos otorgarles a éstos (a sus experiencias, a sus existencias, a sus pruebas...) una importancia y una función analítica dirimente y distinta a la que Touraine les dio. Una maniobra que puede ser leída en estrecha analogía a lo que hizo en el pasado con las luchas sociales que no lograban izarse hasta los grandes objetivos (*enjeux*) de la historicidad. Lo que fue parcialmente factible en el marco de las luchas sociales (proponiendo una clasificación de éstas en función de su grado de historicidad) se vuelve infinitamente más polémico tratándose de los sujetos personales –a menos de movilizar el muy discutible lenguaje de la alienación con el fin de definir una escala de subjetivación–.

Si Touraine hizo –y con qué fuerza– el tránsito hacia los sujetos personales comprendiendo lo que esto implicaba para el análisis sociológico en un mundo social de ahora en adelante organizado en torno al Sujeto y sus derechos, jamás se abocó empero verdaderamente al estudio profundizado de los sujetos personales (en las instituciones, en la vida social, en el mundo político...). En último análisis, y en este punto preciso, su visión continuó siendo fiel a *una* concepción del proyecto de hacer la historia. La fórmula el Sujeto como movimiento social engendró así dos escollos. Por una parte, generó una serie de malentendidos entre los lectores de la obra de Touraine. Por otra, y esta vez por cuenta de la propia imaginación analítica suya, esto le indujo a pensar que el estudio de la historicidad del sujeto personal tenía que seguir vinculándose a las luchas sociales (y a los conceptos construidos en este marco de análisis) cuando en realidad, y en fase con lo que su trabajo crítico realizó hasta sus últimas consecuencias, de ahora en más es desde los sujetos personales, de manera ascendente y no descendente, como debe comprenderse la historia.

* * *

Quisiera terminar este artículo con un comentario personal. El primer libro que leí de Touraine, en castellano,

fue el *Postsocialismo* y, si no me equivoco, fue en 1985. Un año después se convirtió en mi director de tesis doctoral. Desde entonces, durante ya más de 30 años, no he cesado de leer y frecuentar sus trabajos, desde sus primeros estudios hasta sus últimas producciones. Con los años, he terminado creyendo que si su análisis sobre el fin de la sociedad industrial y la crisis del movimiento obrero es, sin duda, su aporte más sólido a la teoría social, lo que más original anida en su obra, incluso si es sin duda más problemático, es su análisis (incluso por momentos su intuición) de lo que no siempre con total claridad denomina el fin de lo social, el fin de la sociedad, lo no social o el Sujeto.

62

Touraine lo sabe mejor que nadie. En los últimos 30 años de su vida intelectual no ha cesado en luchar –no veo otro verbo posible– para desentrañar esta realidad. Cuando leo sus últimos libros, me es imposible no advertir la profundidad del combate que por momentos libra contra sus viejas concepciones, muchas veces mediante esas mismas concepciones; su plena conciencia de no lograr hacerse del todo inteligible; su esfuerzo denodado, texto tras texto, por buscar una formulación definitivamente clara de lo que él percibe con absoluta claridad y entiende en ruptura con la sociología heredada y esclerotizada. No sé si mi interpretación de su obra hace justicia a sus sucesivos esfuerzos intelectuales. Como tantos otros, me costó y me sigue costando por momentos entender muchas de sus formulaciones de los últimos años. Pero progresivamente he terminado admitiendo, y espero comprendiendo, la fuerza de sus intuiciones actuales: su voluntad de analizar lo propio de la vida social hoy como una trama infinitamente contingente, sin un principio societal utilitario central dictando el Bien; como un horizonte plural de sujetos personales en conflicto contra el sistema; como un mundo social que es preciso recomponer en torno al Sujeto (a los sujetos personales).

En todo caso, en lo personal, y a veces en desacuerdo con sus interpretaciones, nunca he cejado en leer con interés sus libros. Ninguna sorpresa en ello. En el balance de la historia, qué duda cabe, los autores, los verdaderos como Touraine, valen infinitamente más por la novedad de las preguntas que inventan que por las respuestas siempre afectadas de caducidad que le arrancan a la vida social.

Danilo Martuccelli

Es profesor de sociología, con licencia de la Université Paris Descartes, actualmente es investigador en la Universidad Diego Portales (Santiago de Chile). Sus principales temas de investigación son la teoría social, la sociología política, las sociologías del individuo. Ha realizado distintas investigaciones de campo sobre el racismo, la experiencia escolar, el populismo o la individuación, entre otros temas, tanto en Francia como en otras sociedades europeas y latinoamericanas. Uno de los principales propósitos de su trabajo es estudiar los fenómenos colectivos y los cambios históricos a partir y a escala de las experiencias de los individuos. Dos de sus más recientes trabajos son: *La condition sociale moderne* (Paris, Gallimard, 2017) y *Sociologia dell'esistenza* (Napoli-Salerno, Orthotes, 2017).

63

Bibliografía

- CASTELLS, Manuel. 1998. *La société en réseaux – tome 1: l'ère de l'information*. Paris: Fayard.
- MARTUCCELLI, Danilo. 1999. *Sociologies de la modernité*. Paris: Gallimard.
- MELUCCI, Alberto. 1975. Sur le travail théorique d'Alain Touraine. *Revue française de sociologie*, v. 16, n. 3, pp. 359-379.
- THOMPSON, Edward P. 1988. *La formation de la classe ouvrière anglaise*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme.
- TOURAINÉ, Alain. 1955. *L'évolution du travail ouvrier aux usines Renault*. Paris: CNRS.
- TOURAINÉ, Alain. 1965. *La sociologie de l'action*. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain. 1966. *La conscience ouvrière*. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain. 1969. *La société post-industrielle*. Paris: Éditions Denoël.
- TOURAINÉ, Alain. 1973. *Production de la société*. Paris: Seuil.

- TOURAINÉ, Alain. 1974. *Pour la sociologie*. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain. 1977. *Un désir d'histoire*. Paris: Stock.
- TOURAINÉ, Alain. 1978. *La voix et le regard*. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain. 1980. *Le communisme utopique*. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain. 1981. Une sociologie sans société. *Revue française de sociologie*, v. 22, n. 1, pp. 3-13.
- TOURAINÉ, Alain. 1984. *Le retour de l'acteur*. Paris: Fayard.
- TOURAINÉ, Alain. 1992. *Critique de la modernité*. Paris: Fayard.
- TOURAINÉ, Alain. 1997. *Pourrons-nous vivre ensemble?* Paris: Fayard.
- TOURAINÉ, Alain. 2005. *Un nouveau paradigme*. Paris: Fayard.
- TOURAINÉ, Alain. 2006. *Le monde des femmes*. Paris: Fayard.
- TOURAINÉ, Alain. 2007. *Penser autrement*. Paris: Fayard.
- TOURAINÉ, Alain. 2013. *La fin des sociétés*. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain. 2015. *Nous, sujets humains*. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain; DUBET, François; HEGEDUS, Zsuzsa; WIEVORKA, Michel. 1978. *Lutte étudiante*. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain; DUBET, François; HEGEDUS, Zsuzsa; WIEVORKA, Michel. 1980. *La prophétie anti-nucléaire*. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain; DUBET, François; WIEVORKA, Michel. 1984. *Le mouvement ouvrier*. Paris: Fayard.



UM DESEJO DE HISTÓRIA: A SOCIOLOGIA DO TRABALHO DE ALAIN TOURAINE (1948-1973)¹

Ricardo Colturato Festi

é professor de Sociologia no Departamento de Humanas do Colégio Técnico de Limeira da Universidade Estadual de Campinas (Cotil-Unicamp). Campinas, SP, Brasil E-mail: <ricardofesti@gmail.com>

Orcid: 0000-0001-6360-2875

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-065096/106>

Neste artigo, analiso a primeira fase da produção intelectual de Alain Touraine (1948-1973), levando em consideração que as teses desenvolvidas pelo autor em seu doutorado, defendidas em 1965, em particular a sua proposta de uma nova teoria geral sociológica – a “sociologia da ação” – foram resultado de um longo processo de reflexão realizado em suas pesquisas empíricas e em seus embates teóricos no período precedente. Nesse sentido, por meio de uma ampla pesquisa em arquivos, priorizo expor os principais estudos empíricos realizados e coordenados pelo francês, buscando apontar as principais conclusões teóricas e os impactos destas em suas teses. Por fim, darei um destaque especial na relação de Touraine com a América Latina, pois as pesquisas empreendidas na região e os diálogos travados com os sociólogos latino-americanos também foram importantes na formulação de sua teoria.

¹ Este artigo é um desdobramento de reflexões que desenvolvi em minha tese de doutorado em sociologia, defendida em 2018, na Unicamp, intitulada *O mundo do trabalho e os dilemas da modernização: percursos cruzados da sociologia francesa e brasileira (1950-1960)*, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Antunes.

A formação sociológica de Touraine

Touraine pertenceu à geração de sociólogos que, vindos majoritariamente da filosofia (no caso dele, da história), se formou com a prática do ofício nas décadas de 1950 e 1960, numa época em que praticamente inexisteriam cadeiras de sociologia nas universidades, muito menos um curso de graduação.² Portanto, coube a essa geração, ao mesmo tempo em que delimitava teoricamente o novo campo de conhecimento, reorganizar a sociologia na França, criando instituições de ensino e pesquisa capazes de romper com o conservadorismo das tradicionais e rígidas universidades. Foi nesse período que surgiram o *Centre d'Études Sociologiques* (CES), o *Institut de Sciences Sociales du Travail* (ISST), a *VI^e Section de l'École Pratique des Hautes Études* (EPHE) e diversos laboratórios e centros de pesquisa.

O sociólogo francês realizou seus estudos de graduação em história na prestigiosa e elitista *École Normale Supérieure* (ENS), vinculada à Sorbonne. Insatisfeito e incomodado com o ostracismo e o conservadorismo do corpo docente, e com a incapacidade do curso em explicar o mundo em seu processo de transformação, o jovem Touraine se afasta da instituição para conhecer de perto as experiências de implementação do “socialismo” em países do Leste Europeu.³ Ao retornar à França, abandona de vez o curso e decide se mudar para Valenciennes, em Raismes, uma cidade de operários mineiros e metalúrgicos, na divisa com a Bélgica, para trabalhar numa mina de carvão durante o inverno de 1947-1948. Em *Un Désir d'Histoire*, descreve com detalhes a sua estadia na região, a vida miserável e as condições de

² A formação teórica dos primeiros sociólogos do pós-guerra ocorreu, principalmente, nos famosos seminários organizados no interior do *Centre d'Étude Sociologique* e nos intercâmbios de estudos nos EUA. O primeiro curso de graduação na França só foi criado em 1958.

³ Com uma bolsa de estudos, Touraine visita a Hungria e a Jugoslávia no ano de 1947.

trabalho dos operários, e aponta as suas primeiras reflexões sobre a consciência operária. Essa experiência o aproximou do mundo do trabalho e da indústria, dando-lhe uma sensibilidade distinta para esta questão.

Durante essa estadia, chegou em suas mãos o livro de Georges Friedmann, *Problèmes humains du machinisme industriel*, que definiu o curso da sua vida:

Ele me desconcertou. Publicado em 1946, era uma obra muito nova para a França, pois a universidade francesa não se interessava pelos problemas contemporâneos do trabalho, e sobretudo do trabalho operário, objeto provavelmente muito vulgar para os nossos grandes espíritos. Friedmann foi o primeiro a estudar seriamente as usinas e a produção, a desenvolver críticas contra o taylorismo e as suas pretensões científicas. Ele evocou as objeções de fisiologistas, de psicólogos e de sociólogos; ele tentou dar uma primeira imagem da organização do trabalho através das primeiras grandes enquetes americanas, das atitudes coletivas do trabalho. Eu li este livro com exaltação. Ele falava de tudo aquilo que me interessava. Ele se aventurava longe do mundo escolar, falando de tudo o que ingenuamente eu teria chamado de “a vida”. O mundo operário, ou seja, o trabalho material de produção, uma classe social e o movimento operário tinham irrompido em minha existência. Para mim, jovem burguês hiperescolarizado, a Libertação e o período de 1945-1947 (os comunistas no governo) tinham mudado tudo. Mas a irrupção de minha experiência vivida com a classe operária como realidade e como força foi mais concretamente importante. Se me tivessem pedido para desenhar a sociedade, eu teria feito em seu centro uma fábrica ou uma mina. (Touraine, 1977, pp. 44-45, tradução nossa)

67

A obra de Friedmann apresentava uma nova perspectiva de produção do conhecimento que parecia preencher

a distância que separava a sua formação intelectual e o mundo do trabalho, o quartier Latin e Billancourt. “Eu não era conduzido pela teoria ou pelas hipóteses; eu queria simplesmente refletir sobre o trabalho e não mais somente sobre textos”, escreveu Touraine (Touraine, 1977, p. 46, tradução nossa). Imediatamente após devorar o livro, enviou uma carta à Friedmann, que lhe respondeu calorosamente e o recomendou regressar imediatamente à Paris, terminar o curso de história na ENS e trabalhar com ele no recém-criado CES, compondo, assim, a equipe que levaria à frente as primeiras pesquisas sobre o mundo do trabalho francês.

Além da sociologia apresentar uma maior capacidade e dinâmica para analisar a realidade concreta contemporânea e de propor soluções aos problemas, a perspectiva de rápida ascensão acadêmico-profissional oferecida pela nova disciplina, desenvolvida em modernas instituições, era um forte elemento de sedução aos jovens acadêmicos. É surpreendente o quão rápido ela adquiriu prestígio e reconhecimento científico nas décadas de 1950 e 1960, um fenômeno que não esteve restrito à França. Nesse caso, vale lembrar que a sociologia se tornou uma disciplina de prestígio, com fortes vínculos com as políticas modernizadoras do país, proporcionando-lhe um significativo aporte financeiro às suas pesquisas (Tanguy, 2017).

68

A proposta de uma sociologia do trabalho na França foi elaborada a partir de críticas e delimitações com a sociologia industrial norte-americana, principalmente por meio das elaborações de Friedmann (1946, 1963, 1956), Touraine (1952, 1955, 1961) e Naville (1961, 1963), quando ainda eram membros do CES. Todavia, esse processo não se tratou de um distanciamento no âmbito puramente teórico, pois as pesquisas empíricas dirigidas por esses autores ao longo dos anos 1940 e 1950 os fizeram confrontar as teses da sociologia industrial com a realidade concreta do mundo industrial francês.

Touraine (1952) afirma que a sociologia industrial norte-americana refletia o próprio desenvolvimento das relações

entre capital e trabalho, e também a tradição do movimento operário norte-americano, ou seja, um movimento sindical de pressão e reformista. Estes tinham como prática isolar os problemas internos à empresa e abrir mão de uma ação transformadora da sociedade. Portanto, a mais marcante de suas características era o rol passivo dos operários na valorização de seu trabalho. Nesse contexto,

não é o operário, o movimento operário, independente de qual ele seja, quem define as condições desta valorização, mas os psico – ou sociotécnicos – quem consideram o meio social da fábrica como um terreno de experiências e aceitam intervir sobre os quadros impostos pela empresa. (Touraine, 1952, p. 165, tradução nossa)

Assim, a *Human Relations*, principal base teórica da sociologia indústria norte-americana, se propunha a substituir as ações espontâneas dos trabalhadores por uma sociologia intervencionista ou, na expressão de Roethlisberger (1941, tradução nossa), por “médicos da sociedade”, criando, como bem destacou Braverman (1987), não uma ciência social, mas tão somente um ramo da ciência gerencial.

Diante de um movimento operário de tradição combativa e revolucionária, seria impossível a construção de uma “ciência gerencial” na França, baseada em um modelo teórico em que a fábrica era compreendida enquanto um sistema fechado. O estrutural-funcionalismo era, portanto, descartado. Em seu lugar, os franceses buscaram construir uma sociologia que explicasse a realidade concreta a partir de sua totalidade e historicidade. Portanto, ela deveria ser “considerada, em sua dimensão mais vasta, como o estudo, em seus diversos aspectos, de todas as coletividades humanas que se constituem à ocasião do trabalho” (Friedmann e Naville, 1961, p. 89, tradução nossa).

Nesse sentido, os franceses propuseram um novo domínio das ciências sociais, estruturado em estudos

interdisciplinares sobre o mundo do trabalho, reforçando um diálogo com a psicologia social, a economia, a demografia, a etnologia e a história do movimento operário. Entendiam que a sociologia do trabalho não teria uma fronteira rigorosamente delimitada, já que o trabalho seria uma das questões centrais para compreender o conjunto da sociedade.

Isto permitiu a produção de uma heterogeneidade de pesquisas e interpretações sobre o mundo do trabalho ao longo das décadas de 1950 e 1960, a partir de um amplo leque de temas, como as atitudes e a consciência operárias, a mobilidade social e profissional dos trabalhadores, os impactos sociais das transformações tecnológicas, as formas de organização das empresas, o sindicalismo, entre muitos outros. O momento áureo da institucionalização desse novo domínio foram as publicações do primeiro volume da famosa revista *Sociologie du Travail*, em 1959, e dos dois volumes do *Traité de Sociologie du Travail*, organizados por Friedmann e Naville, em 1961 e 1962.

70

Projeto de tese sobre consciência operária, trabalho e ação social

Em 1953, após realizar um estágio de estudos de um ano nos EUA – financiado pela fundação Rockefeller – e antes de retornar a Billancourt para coletar novos dados ao livro que publicaria dois anos mais tarde, Touraine apresentou um projeto de pesquisa para um doutorado de Estado em Letras, com os temas “A consciência de classe e a ação operária” (tese principal) e “O trabalho e as classes sociais” (tese secundária). Dez anos depois, quando finalmente defendeu a sua tese, os títulos finais ficaram “Sociologia da ação Social” e “A consciência operária”.

Ao longo desse intervalo, entre o depósito do projeto e a defesa da tese, o autor se manteve dentro de um mesmo campo de reflexão teórica, abordando um conjunto

delimitado de problemáticas, embaçadas, principalmente, em suas pesquisas empíricas. Em seus relatórios de avaliação encaminhados ao *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS),⁴ Touraine aponta o desejo de realizar pesquisas que buscassem uma relação entre os temas da sociologia industrial e a sociologia das classes sociais pois, segundo sua perspectiva, os dois abordavam os mesmos problemas sobre o trabalho, a significação social deste e a unidade de seus diversos aspectos.⁵

Tratava-se, portanto, de um projeto de enorme envergadura que implicava certas condições financeiras e estruturais que só foram possíveis de serem obtidas graças à estrutura criada pelas novas instituições de ensino e pesquisa na França. Além disso, o autor soube muito bem aproveitar as demandas vindas de organismos nacionais e internacionais, como a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE) e a Fundação Rockefeller, em benefício de suas pretensões. É interessante perceber, ao ler os relatórios finais dessas pesquisas empíricas, uma tensão entre uma análise objetiva e técnica sobre os impactos da aceleração da produtividade do trabalho, aos moldes das exigências das agências financiadoras, e uma análise crítica e autônoma dos resultados dessas políticas. É verdade que havia uma aproximação entre as políticas modernizadoras e o projeto de uma sociologia socialdemocrata,⁶ mas isso não implicava uma adesão acrítica desta àquela.

Em 1953, diante desse novo meio acadêmico em formação, o jovem Touraine via a oportunidade de iniciar um grande projeto de reflexão teórica que pudesse aportar com uma nova teoria sociológica geral. Recém-chegado dos

⁴ Cf. Dossier de carrière: Alain Touraine, *Centre national de la recherche scientifique* (CNRS). Archives Nationales (France). Código: 91 0024 DPC.

⁵ Cf. Dossier de carrière: Alain Touraine, CNRS, Archives Nationales (France). Código: 91 0024 DPC.

⁶ Cf. entrevista com Touraine, realizada por mim, em 22 fev. 2017.

EUA, o autor francês tinha a pretensão de superar a sociologia industrial norte-americana e formular uma nova teoria sociológica em deliberado debate com Talcott Parsons, autor em voga e representante máximo do estrutural-funcionalismo daquele momento. De acordo com que se recorda Cardoso, Touraine “queria fazer uma nova teoria da ação”.⁷ O mundo do trabalho, que naquele momento era o fator central da sociedade francesa, seria o ponto de partida da reflexão tourainiana.

As primeiras grandes pesquisas empíricas de Touraine

Nesta parte do artigo, apresento os objetos, os métodos e algumas das conclusões centrais de Touraine em duas pesquisas empíricas realizadas durante o seu período de formação enquanto sociólogo. As preocupações com as consequências das transformações técnicas sobre o trabalho e a sociedade expressavam uma ainda forte influência de Friedmann em seu trabalho. No entanto, indo além de seu mestre, Touraine se preocupou também em compreender, por meio de pesquisas de opinião sobre as orientações e a consciência do operário, a ação social dos sujeitos e a implicação disso na formação da sociedade moderna.

72

A evolução do trabalho nas fábricas Renault

A pesquisa que Touraine empreendeu nas fábricas Renault foram realizadas, essencialmente, entre 1948 e 1949, sob a direção de Friedmann, financiamento do CES-CNRS, e complementadas por novas pesquisas empíricas em 1951, 1952 e 1954. Com elas, Touraine obteve o diploma de Estudos Superiores em História (hoje, equivalente ao mestrado) em 1949 e, posteriormente, em 1955, publicou o livro *L'évolution du travail ouvrier aux Usines Renault*.

⁷ Cf. entrevista com Fernando Henrique Cardoso, realizada por mim, em 6 dez. 2017.

O autor analisa as relações industriais sob a ótica da observação histórica, buscando alargar a perspectiva dada até então pela sociologia industrial norte-americana aos estudos similares. Com isso, encontrou, no complexo de fábricas da Renault, o que considerou como a manifestação das sucessivas etapas da evolução técnica da indústria francesa desde a primeira guerra mundial (Touraine, 1955). O foco da investigação era a relação entre a máquina e o homem. Sua explicação sobre a evolução da técnica e das categorias profissionais, no entanto, se pautou em elementos históricos e macrossociais, o que o levou à compreensão de que a técnica é um desdobramento do modelo econômico adotado, e não o contrário. “Se as descobertas técnicas produzem transformações econômicas, elas se explicam, por sua vez, pelas condições do mercado, dos produtos e da mão de obra, pelas exigências de uma situação econômica” (Touraine, 1955, p. 10, tradução nossa). Ou seja, teria sido a necessidade de um crescimento econômico acelerado no período do pós-guerra na França, pautado no desenvolvimento industrial, que conduziu a adoção de novas técnicas e de um novo maquinário, tendo, com isso, um desdobramento nos aspectos profissionais.

Touraine encontrou nas oficinas da Renault dois departamentos completamente diferentes quanto à técnica e à organização do trabalho. O primeiro fabricava peças para diversos motores e tinha máquinas ultrapassadas, oficinas com chaminés e estoques amarrotados. O segundo era um galpão consagrado somente à fabricação do modelo do carro 4CV, com máquinas modernas e um estoque reduzido. Esses dois departamentos representavam, na análise de Touraine, a diferença entre a velha fábrica do pré-guerra daquela que viria a dominar o cenário fabril francês. Podia-se verificar, nessa fase de transição pela qual passava a economia industrial, a “degradação massiva do trabalho” e o surgimento de um “operário especializado”

em todos os locais em que se instalava a produção em série⁸ (Touraine e Verley, 1949).

Para explicar esta passagem de um sistema de trabalho qualificado para um de trabalho especializado ou de um sistema profissional para um sistema técnico de trabalho, Touraine constrói um quadro descritivo conforme as situações encontradas nas oficinas da Renault, dividindo o desenvolvimento da indústria na primeira metade do século XX, em três fases distintas. A primeira, a Fase A, seria o antigo sistema e se caracterizaria pelo trabalho qualificado e pelas máquinas universais e “flexíveis”. Em seguida, a Fase B, período de transição, se caracterizaria pelo desenvolvimento do maquinismo e pelo trabalho especializado ou não qualificado de alimentação das máquinas. Essa seria a fase em que a produção é organizada pelo taylorismo-fordismo. Por último, a Fase C seria a do automatismo, das máquinas especializadas complexas, e da eliminação do trabalho diretamente “produtivo” (manual).

74

A passagem para a Fase C teria criado uma grande reviravolta na história do trabalho, pois nessa se criou um novo tipo de operário, de relação de trabalho e de relação entre a produção e a sociedade. Com máquinas especializadas complexas ou máquinas automáticas, a produção passou a ser realizada em fluxo contínuo. O operário tornou-se um controlador de máquinas ou um supervisor de sistema. “Neste estágio, a qualidade do operário não é mais definida a partir das condições técnicas do trabalho, mas a partir de suas condições sociais” (Touraine, 1955, p. 177).

⁸ No caso das usinas Renault, o departamento de ferramentaria, onde se exigia um trabalho mais “artesanal”, 38,2% dos trabalhadores eram não qualificados e 61,8% qualificados. Já na linha de montagem do departamento de usinagem, onde se empregava máquinas mais modernas, 82,6% eram não qualificados e somente 17,4% qualificados (Touraine e Verley, 1949).

Na Fase C é necessário um clima de colaboração para a eficácia do processo de produção. O empregador busca o espírito de controle, o sentido de responsabilidade, mais que uma habilidade ou um *savoir-faire*. Suas capacidades manuais são menos importantes que as suas atitudes em exercer com seriedade, inteligência e precisão uma determinada tarefa. Em efeito, a qualificação dos operários é constituída de “competências técnicas e inseparavelmente de qualidades sociais, ou seja, de sua atitude a ocupar um lugar determinado numa organização à sua vez técnica e social” (Touraine, 1955, p. 54).

A substituição do operário qualificado – que tinha na destreza, no saber empírico e na experiência as suas vantagens e utilidades para o processo de trabalho – por um operário especializado (não qualificado), num amplo processo de fragmentação das operações, teria tido um efeito sobre a consciência operária. O típico operário do século XIX, segundo Touraine (1955), se constituía como uma classe social que colocava uma nítida barreira social entre a sua cultura e o resto da sociedade e, portanto, o antagonismo de classe era muito mais evidente. Com o desenvolvimento do maquinismo ao longo da primeira metade do século XX, as “barreiras” que evidenciavam as diferenças entre as classes tendem a ficar ofuscadas com o desenvolvimento do consumo e da cultura de massa difundida pelos grandes meios de comunicação (jornal impresso, cinema, rádio, televisão). Ao mesmo tempo, no interior da fábrica, a alienação tende a avançar, com o operário perdendo a dimensão da totalidade do processo de trabalho. Por isso que, na Fase C, são as questões sociais, mais que as profissionais, que ganham relevância para a definição da força de trabalho.

75

O Projeto 164 e as atitudes operárias

Um dos mais importantes projetos europeus de pesquisa sobre o mundo industrial na década de 1950 foi o Projeto

164, que teve como tema central “As atitudes dos trabalhadores em relação às transformações técnicas da indústria do aço”. Financiado pela Agência Europeia de Produtividade, setor da OECE, e as comissões nacionais de produtividade, ele foi concretizado por seis institutos de pesquisa de seis diferentes países do velho continente. No caso da França, a pesquisa ficou a cargo do ISST e a direção de Jean Daniel Reynaud (ISST) e Alain Touraine (EPHE).⁹

A ideia desse estudo surgiu da convicção de que era tempo de realizar uma pesquisa mais sistemática sobre a adaptação ao progresso técnico desde os pontos de vistas da organização e do indivíduo em um dos ramos em que ele aparece: a siderúrgica. O crescimento da produção de aço afeta diretamente os desenvolvimentos técnicos e um tal crescimento não seria possível sem inovações técnicas, portanto esperamos concentrar a atenção dos pesquisadores nos problemas referentes à adaptação na indústria do aço.¹⁰

76

O projeto vigorou de 1954 a 1957 e foi executado em duas etapas. Cada estudo levou em consideração os fatores sociais internos e externos às fábricas, o processo de trabalho, o peso e o papel dos sindicatos, a política salarial e de promoção, a qualificação e a formação dos operários, entre muitos outros aspectos. Eles compreendiam tanto uma descrição das transformações técnicas ocorridas nas fábricas e as suas consequências sobre o trabalho (aspectos objetivos), quanto uma análise da percepção dessas transformações pelos trabalhadores (aspecto subjetivo).

⁹ Trabalharam enquanto pesquisadores, durante a primeira fase do estudo, Jacques Dofny e Bernard Mottez, com ajuda de Adrien Morel; e durante a segunda fase, Claude Durand, Paul Pascon e Philippe Pigelet, com ajuda de Tércence Maranta.

¹⁰ Cf. “Attitudes des ouvriers de l’industrie sidérurgique à l’égard des changements techniques : une étude pilote. Confidentiel. Rapport de l’étude pilote”. *Projet 164 – Recherche en sociologie industrielle. Juin 1955-juin 1959*. Arquivos da OCDE, Paris. Microfilme: OCDE 83.

A equipe do ISST escolheu como campo de pesquisa uma *tôlerie*¹¹ da cidade de Mont-Saint-Martin, localizada na bacia siderúrgica de Longwy, região de Lorena, no Leste da França e no limite fronteiro com a Bélgica e Luxemburgo. A fábrica escolhida, uma dentre as quatro principais produtoras de aço do país, tinha ao redor de 5.000 operários e instalaria, em agosto de 1955, um novo laminador de chapas (*plate mill*).¹² Isso daria aos pesquisadores a oportunidade, diferente dos outros institutos envolvidos na pesquisa, de avaliar as atitudes dos operários na alteração do maquinismo, captando as opiniões dos operários antes e depois das mudanças, destacando as suas expectativas e julgamentos.

Nove anos após a publicação do relatório final (1957) do Projeto 164 na França, Touraine escreveu uma nova conclusão para a publicação de 1966 do ISST (Dofny *et al.*, 1966). Nesse novo livro, ele submete as análises empíricas realizadas quase uma década antes ao esquema teórico defendido em sua tese, buscando generalizar as conclusões da pesquisa e colocá-las sob uma perspectiva histórica. “Este modo de análise conduz, na prática, a problematizar sobretudo as formas de introdução da mudança, ou seja, da gestão dos desequilíbrios necessários introduzidos pela inovação” (Dofny *et al.*, 1966, p. 241, tradução nossa), ressalta.

Sua exposição parte de categorias duais para explicar as transformações ocorridas nas atitudes e na consciência operárias. O antigo centro industrial, a siderúrgica, dominado por um tipo de trabalho, de relações sociais e condições de existência tradicionais é substituído por uma instalação muito mais moderna. Dessa forma, distanciando-se dos casos

77

¹¹ Em francês, *tôlerie* é a fabricação, o trabalho ou o comércio de *tôle*. É também o local em que se trabalha a *tôle*. *Tôle* é a chapa de ferro ou de aço obtida pela laminação.

¹² Uma das grandes alterações ocorrida na fábrica selecionada foi a instalação de uma *linha de produção*. Todo o maquinário foi substituído por novos fornos, prensas e laminadores etc.

estudados, o autor considera possível generalizar a mudança de atitude vivida pelos operários como um exemplo vivo da experiência de redescoberta pela sociedade francesa da expansão (econômica). “De fato, a mudança observada nos informa historicamente mais que as crises vividas pelos setores arcaicos, porque a economia francesa, durante o período estudado, está em expansão” (Dofny *et al.*, 1966, p. 242).

Após a modernização da fábrica, um quadro novo de referências aparece: a organização racional da empresa. Esta serviria a toda uma linguagem comum, que pode servir tanto ao conflito quanto à negociação. A ideia de que o nível salarial depende antes de tudo da ação coletiva dos trabalhadores é predominante, “mas os operários da nova *tôlerie* aprenderam a definir sua situação, seus interesses, seu adversário em termos mais concretamente econômicos” (Dofny *et al.*, 1966, p. 247). Disso desdobra sua principal conclusão:

78 Antes da mudança, a empresa é o lugar onde se manifesta a contradição fundamental do trabalho e do dinheiro; após, ela é conhecida como um campo de ação onde os trabalhadores encontram novos meios de defender sua reivindicação. Com a modernização, passamos da ruptura ao conflito. (Dofny *et al.*, 1966, p. 247)

As pesquisas no Laboratório de Sociologia Industrial

O *Laboratoire de Sociologie Industrielle* (LSI) foi criado em janeiro de 1958 por iniciativa de Fernand Braudel, presidente da VI Sessão da EPHE, e de Friedmann. Dois anos depois, a direção deste novo laboratório passou para as mãos de Touraine. Ele havia deixado o CES e o CNRS em 1958 para ingressar na EPHE, vinculando-se, desde o início, ao LSI. As alterações nos eixos e temas de pesquisas ao longo de sua curta e promissora história coincidem com os mesmos movimentos que o sociólogo francês realizou em sua obra. Tanto em um

quanto em outro, afluía uma vontade de compreender a nova sociedade que emergia, aventurando-se em temas que transbordavam o âmbito da indústria e do trabalho. Este movimento levou, após as rebeliões de 1968, à alteração do nome do laboratório para *Centre d'Études des Mouvements Sociaux* (CEMS) em 1970, consolidando, assim, o início de uma nova fase centrada nos estudos sobre os movimentos sociais.

A criação do LSI pode ser considerada como parte da evolução que vinha ocorrendo na própria EPHE. Ele teve como objetivo principal e fundador reunir e associar um certo número de pesquisadores orientados para os mesmos problemas e “desejosos de desenvolver um conjunto coerente de proposições teóricas e de elevar o nível técnico e metodológico de suas pesquisas” (Le Laboratoire de Sociologie Industrielle de L'école..., 1960, p. 218). Nessa perspectiva, os interesses do grupo estavam para além de compreender a sociedade francesa ou os temas exclusivamente vinculados ao trabalho. Interessavam-se “do sindicalismo francês aos nacionalismos latino-americanos, da mobilidade social à urbanização, do hospital às relações de classe” (Le Laboratoire de sociologie industrielle, 1966, p. 1).

Segundo o relatório de atividades do LSI de 1966, a inspiração inicial do laboratório era “refletir metodologicamente sobre a razão de ser das sociedades industriais ou em via de industrialização; compreender como as sociedades inventam sua história, por meio dos movimentos sociais, a dinâmica das organizações, os projetos pessoais” (Le Laboratoire de sociologie industrielle, 1966, p. 1).¹³ O Quadro 1 nos fornece um panorama das pesquisas realizadas pelo LSI. Se acompanharmos a sua evolução ao longo da década de 1960, fica claro um deslocamento das preocupações do grupo com as temáticas sobre o mundo industrial e do trabalho para as relacionadas

¹³ Cf. Rapport d'activité du laboratoire de sociologie industrielle, 1966, p. 1. Arquivo da EHESS, Paris. Código: CEMS1.

ao desenvolvimento, em particular ao processo de industrialização de países periféricos, e às esferas sociais e políticas que passaram a ter relevância no mundo ocidental, como foi o caso das universidades e do movimento estudantil.

Quadro 1
Principais pesquisas realizadas no LSI entre 1958 e 1969

Eixo central	Tema	Período ¹⁵	Pesquisadores
Atitudes no trabalho e consciência operária	A consciência operária	1958-1964	Alain Touraine
	Atitudes no trabalho e projeto pessoal	1958-1960	René Bassoul, Pierre Bernard, Alain Touraine
	Os operários de origem agrícola	1958-1964	Alain Touraine e Orietta Ragazzi
	Os operários, a mobilidade e o desenvolvimento econômico	1958-1966	Lucien Karpik
O sindicalismo	¹⁴	1958-1966	Claude Durand, Sabine Erbès-Seguín, Daniel Vidal, Eliane Baumfelder
Problemas urbanos e regionais	As decisões da localização industrial	1958-1966	Touraine, Vito Ahtik, Sylvia Zygel e Manuel Castells
Desenvolvimento econômico (mudanças sociais) e movimentos sociais na América Latina	¹⁴	1965-1969	Touraine, D. Pécaut, M. Pécaut, Bernard Mottez, Cecilia Sella, Roberto de Las Casas e Esteban Pinilla de Las Heras, G. de Sierra
Novos aspectos das estruturas sociais na França	¹⁴	1966-	Karpik, Touraine, Ahtik, Amiot
Organizações e empresas		1966-	Bernard Mottez
Organização universitária e movimento estudantil	¹⁴	1967-1969	N. Abboud, S. Bosc, G. Le Maitre, L. Maheu, C. Zaidman

Fonte: Elaboração própria. Tabela baseada nas informações Le Laboratoire de sociologie industrielle (1966, 1969).

¹⁴ Ocorreram várias pesquisas temáticas que não foram especificadas na tabela.

¹⁵ Não foi possível precisar a data de término de algumas pesquisas.

Nos primeiros anos e até meados da década de 1960, o LSI se concentrou nos estudos sobre a classe operária e o processo de industrialização, em particular sobre as atitudes e a consciência dos operários frente ao trabalho e suas transformações técnicas e organizacionais. Essas pesquisas seguiam o mesmo universo de preocupação inaugurada pelas investigações conduzidas por Friedmann no CES, mas a abordagem agora visava explorar muito mais as experiências dos operários em seu trabalho do que as consequências das transformações técnicas sobre eles. O modelo seguido era o das enquetes levadas à frente pela *Survey Research Center* da Universidade de Michigan, onde Touraine havia estabelecido contato em um de seus intercâmbios nos EUA. Os resultados parciais ou finais eram expostos por meio de seminários, organizados no interior do laboratório, dando ênfase às discussões sobre as elaborações teóricas relativas aos temas abordados nas pesquisas como também a apresentação de novos métodos e técnicas de investigação.

81

Nas pesquisas organizadas em torno do eixo “Atitudes no trabalho e consciência operária”, vale destacar os temas sobre a “consciência operária” e sobre “os operários de origem agrícola”. A primeira teve início em 1956 no CES, com aportes financeiros da Fundação Rockefeller, e foi levada para o LSI após sua fundação. Ela envolveu mais de 50 pessoas, entre pesquisadores, funcionários e estagiários, sendo que foram aplicados questionários com 2002 operários de 80 diferentes departamentos, 200 aglomerações e 400 estabelecimentos em toda a França. O objetivo era compreender a experiência social no trabalho a partir da percepção dos próprios operários, alimentando a perspectiva de ação social e de sujeito histórico que Touraine vinha desenvolvendo. Essa pesquisa foi a principal fonte para a elaboração de sua tese secundária, defendida em 1965, *La conscience ouvrière*.

A segunda pesquisa a destacar estudou os operários de origem agrícola. Tratava-se de compreender como as

atitudes dos operários urbanos em relação a sua nova situação social eram determinadas pela experiência de mobilidade (êxodo rural). A conclusão era que “a consciência de ascensão social própria àqueles que conseguiram penetrar na economia industrial e urbana favoriza a sua vez um otimismo considerável e uma marginalidade em relação à situação de trabalho” (Touraine e Ragazzi, 1961, p. 117, tradução nossa). Portanto, não existiria um choque com o trabalho industrial, pois ele era percebido como uma promoção e como uma etapa de curta duração. O resultado dessa pesquisa foi publicado em 1961, no livro *Ouvriers d'origine agricole*.

82

Outro tipo de pesquisa que foi marcante no LSI era relacionada às relações político-acadêmicas que Touraine e seu grupo estabeleceram com vários institutos e universidades da América Latina. Elas tiveram início em 1958, ano de fundação da LSI, menos de um ano após o retorno do sociólogo francês de sua estadia em Santiago do Chile para dirigir uma pesquisa sobre sociologia industrial. A confrontação e a comparação entre as sociedades de capitalismo avançado e a periferia era um elemento fundamental para o desenvolvimento e o amadurecimento da teoria de Touraine. Além disso, era também uma oportunidade de empreender pesquisas empíricas, contando com incentivos financeiros de organismos nacionais e internacionais que tinham como preocupação o desenvolvimento do “terceiro mundo”, e de se vincular aos jovens sociólogos latino-americanos que despontavam em meio a uma recém-criada estrutura acadêmica em seus países.

A América Latina enquanto encruzilhada da modernização

É amplamente conhecido que Touraine manteve uma profunda relação pessoal,¹⁶ intelectual e profissional com a

¹⁶ Foi durante esta estadia no Chile que Touraine conheceu Adriana Arenas, com quem se casou alguns meses depois.

América Latina, em particular o Brasil e o Chile, e que ela teve reflexos sobre os seus estudos, publicando vários livros e artigos sobre a região (Di Tella *et al.*, 1966; Touraine, 1961, 1973, 1988). Isso nos permite afirmar que a sua obra, em particular a sua primeira fase, contém um diálogo, ainda que nem sempre direto, com a realidade latino-americana. As singularidades do processo de industrialização da região e a teoria da dependência, formulada por seus parceiros brasileiros e chilenos, o permitiu incorporar elementos novos em sua teoria geral.

Os contatos entre o grupo francês da sociologia do trabalho e a América do Sul se estabeleceram no contexto de expansão internacional das relações acadêmicas da sociologia. A criação de um novo domínio da sociologia no Brasil e no Chile que estudasse a indústria e o mundo do trabalho era parte não apenas da demanda por analisar e explicar a nova realidade latino-americana, impulsionada pela industrialização e a urbanização, mas também do projeto de ampliar a influência da “escola” francesa para além do velho continente. As relações estabelecidas no interior das associações, entidades e eventos internacionais, como a *International Sociological Association* (ISA) e a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Unesco), foram decisivas para a efetivação desta proposta (Festi, 2017).

Os primeiros contatos entre os brasileiros e Friedmann ocorreram na primeira metade da década de 1950, quando Anísio Teixeira, então presidente da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e Fernando de Azevedo, professor da cadeira II de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), planejaram impulsionar, com ajuda dos franceses, a sociologia industrial em São Paulo. Mas Friedmann só pôde visitar a cidade em 1958, momento em que ministrou um seminário na USP e sugeriu a criação

do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit), um laboratório que manteria contatos com o recém-criado LSI e com os jovens sociólogos Alain Touraine e Michel Crozier.¹⁷

Porém, antes da chegada dos franceses ao Brasil, um outro polo recém-criado da sociologia, o Instituto de Sociologia da Universidade do Chile, entrou em contato com Friedmann solicitando ajuda na criação de uma linha de pesquisa no campo da sociologia industrial. O velho sociólogo envia para esta missão Touraine, Reynaud e Brams, que levaram à frente, junto aos chilenos, uma pesquisa no período de 1956 a 1957. Juntou-se a eles o argentino Torcuato Di Tella, importante sociólogo em seu país ao lado de Gino Germani.

Huachipato e Lota: o Chile enquanto objeto

84

O objetivo do projeto de pesquisa era compreender, por meio de pesquisas empíricas, observações de campo e aplicação de questionários, as funções e os papéis das categorias profissionais e as atitudes de dois diferentes grupos de operários em dois distintos meios de trabalho, ou seja, os mineiros, residentes em Lota, e os operários siderúrgicos, de Huachipato. Para execução da pesquisa, foram recrutados jovens universitários chilenos. Entre os participantes estava o estudante de história Enzo Faletto, que assim se recorda do trabalho que realizaram:

O primeiro estudo foi sobre os grupos de supervisores, que no Chile eram chamados de mayordomos de mira, ou capatazes. A ideia era acompanhar esse capataz em suas atividades e anotá-las, mas no fundo se tratava de

¹⁷ Encontramos nos arquivos de Florestan Fernandes diversas cartas de Crozier que comprovam sua vontade de vir à São Paulo, fato que nunca se concretizou. Cf. Fundo Florestan Fernandes. Acervo Coleções Especiais da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) em sua Biblioteca Comunitária (BCo).

conhecer o mundo das minas, com o que me envolvi por quase três semanas [...] depois [...] fizemos entrevistas com os operários sobre a atividade. Touraine participou todo o tempo. Ele organizou a pesquisa e iniciou todo o trabalho de campo que levou, por fim, à elaboração dos questionários. Depois de Touraine veio, por meio do convênio, Reynaud, com quem iniciamos a análise e sobretudo a primeira parte da sistematização e da organização dos dados. (Rego, 2007, p. 192)

A conclusão das pesquisas em Lota e Huachipato, escrita por Touraine e Reynaud (Di Tella et al., 1966), 10 anos depois, deixa evidente uma aproximação com as teses da dependência para explicar a América Latina. Segundo os autores, a região teve uma industrialização com singularidades próprias, diferente do processo ocorrido na Europa. Dois fatores eram fundamentais: as relações de dependência desses países com os centrais, o que caracteriza uma autonomia limitada de seus sistemas nacionais de decisão, e a singularidade desse processo por mobilizar as massas populares enquanto força de transformação – e, por isso, as suas reivindicações teriam sido, ao menos parcialmente, reconhecidas. Isso terá certa implicação sobre o seu conceito de “sujeito histórico”, pois na América Latina o antagonismo de classe não era tão evidente e não era o elemento central para definição do curso do movimento evolutivo da sociedade, como seria na Europa. Os operários latino-americanos teriam uma certa consciência do seu papel no desenvolvimento econômico e, portanto, o conceito de classe social seria insuficiente para a América Latina, sendo necessário a incorporação dos conceitos de nacionalismo e de desenvolvimento. Seria a articulação desses três elementos que permitiria compreender as orientações dos operários latino-americanos.

Um projeto inacabado no Brasil: industrialização e movimentos sociais

O projeto do LSI “Mudança social e movimentos sociais na América Latina” era parte das investigações que compunham o eixo “Desenvolvimento econômico e movimentos sociais na América Latina”, conforme mostra o Quadro 1. Articulado em 1964, com Gino Germani, e colocado em prática no ano seguinte, ele foi um pretencioso projeto de cooperação entre pesquisadores de diversos países, que buscou realizar uma análise comparativa das escolhas econômicas (tipos de investimentos, formas de determinação dos salários, inflação etc.) dos atores sociais no processo de transformação da sociedade ou, para usar o vocabulário de Touraine, da manifestação do sistema de ação histórico. Segundo um outro relatório, o LSI visava, em colaboração com institutos de pesquisa latino-americanos, realizar um “certo número de enquetes sobre a formação das classes operárias, sobre os efeitos das imigrações internas, os movimentos sociais e nacionais, e sobre a formação dos dirigentes da classe econômica”.¹⁸

86

As investigações seriam realizadas na Argentina, no Brasil, no Chile, no Peru, na Colômbia e no México. Isso exigia não apenas uma significativa articulação político-acadêmica, algo possível aos franceses num momento de relevantes aportes financeiros advindos de organismos nacionais e internacionais para os temas relativos ao desenvolvimento dos países do “terceiro mundo”, mas sobretudo dependia das condições políticas de cada nação. Os golpes militares foram um dos principais limitadores na articulação dessa e de outras pesquisas. Mesmo assim, estiveram envolvidos na elaboração desse projeto os mais importantes centros

¹⁸ Cf. Laboratoire de Sociologie Industrielle. *Rapport sur les activités de l'École Pratique des Hautes Études – VI^e Section – concernant l'Amérique du Sud*. Fonds Louis Vela : fonds de dossier sur l'Amérique Latine. Années 1960. Arquivos da EHESS, Paris. Código: CP9/72.

de estudos sociológicos da América do Sul, ainda que nem todos tenham participado da sua concretização.¹⁹

Segundo um dos relatórios do LSI,

Os estudos que serão realizados na América Latina abordam um aspecto essencial deste programa: como a introdução, nos processos de decisão social, das categorias criadas pela industrialização, em relação tanto aos operários quanto aos dirigentes industriais, determinam as políticas econômicas, as vias sociais do desenvolvimento?

A formulação mesmo desta questão mostra que a orientação destas pesquisas é diferente de muitos trabalhos sociológicos, mais interessados pelas consequências ou pelas condições sociais da industrialização. Ao invés de situar primeiro uma sociedade em uma escala de crescimento ou de desenvolvimento e de pesquisar, em seguida, os atributos sociais desta situação econômica, queremos reconhecer a diversidade de caminhos do desenvolvimento e explicar a maneira pela qual cada sociedade combina os dois elementos fundamentais da industrialização: a submissão do presente ao futuro graças a uma taxa elevada de investimentos; a participação de uma parte crescente da população no controle e na utilização dos instrumentos e dos produtos do trabalho coletivo.²⁰

87

¹⁹ Entre eles estão o Cesit, da USP, o Centro de Sociologia Comparada do Instituto Torcuato Di Tella e o Instituto de Sociologia da Universidade de Buenos Aires, os dois dirigidos por Gino Germani, o Departamento de Sociologia da Universidade de Buenos Aires, dirigido por Garcia Rena, a Faculdade de Sociologia de Bogotá, com ajuda de Fals Borda e Rotinof. O Centro Latino Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (Clapcs) do Rio de Janeiro, na época dirigida por Manuel Diegues, chegou a manifestar interesse em participar da pesquisa, mas nada confirma a efetivação desta parceria. Os documentos pesquisados levam a crer que a Fundação Ford também colaborou financeiramente com o projeto.

²⁰ *Recherche sur les voies sociales de l'industrialisation en Amérique Latine*, (Mimeo), p. 1. Fonds Clemens Heller – Amérique Latine. Arquivos EHESS, Paris. Código: cpCH33.

Como fica claro no texto anterior, as problematizações que colocavam o grupo de sociólogos em torno de Touraine coincidiam com as mesmas refletidas por uma parte da sociologia latino-americana, ou seja, as dificuldades do desenvolvimento econômico na periferia do capital.²¹ Os atores estudados – sejam os operários, sejam os industriais – eram compreendidos tanto como agentes do desenvolvimento quanto como defensores de interesses privados. Mas o elemento mais concreto desse estudo seria, afirma o documento, a investigação sobre a formação da consciência operária. Ela permitiria compreender o conjunto das formas pelas quais uma categoria profissional se torna um ator político e social, intervindo ativa ou passivamente nas decisões que afetam o desenvolvimento nacional.

As primeiras reuniões das equipes de pesquisa ocorreram ao longo do primeiro semestre de 1965, realizadas em Paris e Buenos Aires, com participação de Gino Germani. O LSI assumiria a maior parte dos custos do projeto, pagando as missões, os coordenadores e os pesquisadores.²² A pesquisa se efetivaria com a aplicação de questionários entre os operários – cerca de 800 a 1000 questionários por país – e a investigação em documentos relativos à atuação sindical, aos movimentos sociais e ao sistema político. As pesquisas foram realizadas entre novembro de 1965 e agosto de 1966, sem a participação da equipe brasileira, como mostrarei em seguida. O Brasil seria um dos principais países para a aplicação dessa pesquisa e a efetivação dessa relação

88

²¹ O mesmo documento ressalta a importância da realização de estudos sobre os empresários, aspecto que não foi contemplado pelo projeto francês. No entanto, destacam, “felizmente a Cepal levou a frente um importante programa de pesquisa nesse domínio. Os trabalhos de F. H. Cardoso no Brasil e A. Lipman na Colômbia, já demonstram o interesse nesses estudos. F. H. Cardoso deve estender as suas pesquisas para o conjunto da América Latina” (Cf. *Recherche sur les voies sociales de l’industrialisation en Amérique Latine*, (Mimeo), p. 3).

²² Cf. *Budget Amérique Latine de la VF Section de l’EPHE (1963-1964)*. Fonds Clemens Heller – Amérique Latine. Arquivos da EHESS, Paris. Código: cpCH33.

político-acadêmica de cooperação. Foi em São Paulo que, alguns anos antes, Touraine ajudou a criar o Cesit, um centro de pesquisa sobre o mundo da indústria e do trabalho que, desde a sua fundação, estabeleceu fortes laços acadêmicos e intelectuais com o LSI. Friedmann, quando veio ao Brasil no final dos anos 1950, viu no grupo de sociólogos da USP um potencial parceiro do novo laboratório que ajudou a criar na EPHE. Portanto, os primeiros anos do Cesit serviram para estreitar os laços pessoais e aprofundar as reflexões em comum em torno de temas como a classe operária, os empresários, a industrialização e o desenvolvimento, entre outros.²³ A pesquisa que se iniciou em 1965 deveria concretizar esse projeto intelectual franco-brasileiro que vinha sendo preparado. No entanto, apesar da insistência e do desejo de Touraine, o Cesit acabou não participando da pesquisa. As razões para esse desfecho podem ser encontradas nas correspondências entre os intelectuais envolvidos, encontradas nos arquivos pessoais de Florestan Fernandes.²⁴

89

Após sua defesa de doutorado, em junho de 1965, Touraine realiza uma nova viagem a Santiago do Chile onde se encontra com Fernando Henrique Cardoso, em exílio após o golpe militar no Brasil. Provavelmente, foi nesse encontro que ele se inteirou pela primeira vez da situação política no Brasil e das incertezas sobre o futuro do Cesit. Após deixar o Chile, Touraine ainda visitou o Brasil com o objetivo de convencer aqueles que ficaram em São Paulo a participarem da

²³ Cardoso fez seu primeiro intercâmbio para a França no final de 1962 e início de 1963, estagiando no LSI. Foi durante esta estadia que ele começou a escrever a sua tese de livre-docência sobre os empresários (defendida em 1963). Também passou por Paris, neste mesmo período, Octavio Ianni. Além dessas viagens, vale destacar as publicações de artigos de brasileiros na revista *Sociologie du Travail*, em particular no dossiê *Ouvriers et syndicats d'Amérique Latine* (1961), assim como as traduções para o português, um ano após as suas publicações em francês, dos dois volumes do *Tratado de Sociologia do Trabalho* (1962, 1963), organizados por Friedmann e Naville.

²⁴ Os arquivos de Florestan Fernandes estão guardados na Biblioteca da UFSCAR, no Acervo de Coleções Especiais. As correspondências a que nos referimos foram produzidas entre novembro de 1965 e outubro de 1966.

pesquisa do LSI. Fernandes, que no momento assumiu a direção política do Cesit na ausência de Cardoso, estava no exterior. Coube, portanto, ao sociólogo francês, conversar pela primeira vez com Luiz Pereira e Leôncio Martins Rodrigues.²⁵

Com Fernandes ausente durante sua passagem pelo Brasil, restou ao francês tentar convencê-lo por meio de cartas. Numa delas, mostrou-se preocupado com a situação política do Brasil: “em primeiro lugar, é possível realizar uma pesquisa por meio de entrevista neste momento?”, escreveu. Em seguida, caso fosse de interesse do Cesit, apresentou as condições para a efetivação do projeto no Estado de São Paulo, ou seja, a aplicação de questionários entre 900 e 1.000 operários e a pesquisa documental, como já descrevemos anteriormente²⁶.

90 As dificuldades políticas não eram os únicos empecilhos para a efetivação desse projeto internacional. Do ponto de vista intelectual, a pesquisa do LSI coincidia com as aspirações e reflexões que vinham sendo feitas pelo grupo do Cesit. Numa carta a Fernandes, Cardoso, em viagem ao México, informa que havia avançado em seus estudos sobre o empresariado. Como pesquisador do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (Ilapes), órgão vinculado à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), ele estava encaminhando também uma pesquisa sobre a classe operária da Argentina e do Chile. “Além disso, o Leôncio deve ir a Santiago agora em janeiro para ajustar uma colaboração nova com o Cesit, sobre o mesmo tema. Por outro lado, o Weffort preparou um trabalho sobre ‘desenvolvimento social e classes populares’”, escreveu Cardoso²⁷.

²⁵ Cf. *Carta de Touraine a Florestan Fernandes*. Paris, 17 de novembro de 1965. Fundo Florestan Fernandes. Acervo Coleções Especiais UFSCAR/BCo. Código: 02.09.0125

²⁶ Cf. *Carta de Touraine a Florestan Fernandes*. Paris, 22 de dezembro de 1965. Fundo Florestan Fernandes. Acervo Coleções Especiais UFSCAR/BCo. Código: 02.09.0144.

²⁷ Cf. *Carta de Cardoso a Florestan*. México, 1 de janeiro de 1966. Fundo Florestan Fernandes. Acervo Coleções Especiais Ufscar/BCo. Código: 02.09.1010.

Nesse momento pós-golpe militar, tanto a Cepal quanto o clima intelectual cosmopolita instaurado em Santiago apareciam para os jovens membros do Cesit como meios oportunos para dar continuidade em suas carreiras acadêmicas e intelectuais. Cardoso, principal articulador do Cesit, encontrava-se agora envolvido com um projeto de enorme envergadura internacional, compondo uma equipe dirigida por José Medina Echevarría, num cargo de bastante prestígio. Apesar de Echevarría formalmente ser o supervisor de Cardoso, na prática ele havia entregue ao brasileiro a direção de todas as investigações.²⁸

Esta ansiedade e preocupação com o futuro de suas carreiras pode ser captada na carta que Rodrigues enviou a Fernandes, de Santiago do Chile, em 14 de janeiro de 1966:

Touraine passou por SP e propôs-me a direção (para o Brasil) de uma pesquisa que pretende realizar na América Latina. O assunto, em princípio, me interessou porque está na área de minhas preocupações [...] No entanto, a verba que Touraine dispõe parece-me pequena para o tamanho do projeto, de modo que estou inclinado a não aceitar. Como a coisa parece ainda meio “verde”, pretendo ir ganhando tempo. Em começos de março, quando voltar ao Brasil, discutirei o assunto com o senhor para tomar uma decisão definitiva.²⁹

91

De fato, entre todos os membros do Cesit, Rodrigues era o que melhor havia desenvolvido uma pesquisa sobre a consciência e as atitudes operárias, tema de sua tese

²⁸ A equipe era composta, segundo Cardoso, por jovens investigadores (sendo 1 chileno, 1 uruguaio, 1 argentino, 1 guatemalteco, 1 mexicano e 2 brasileiros – ele e Weffort). O posto que ocupava na Cepal era o mais alto na carreira profissional da ONU, recebendo 1.200 dólares mensais, livre de impostos, mais um adicional para a educação os filhos.

²⁹ Cf. Carta de Rodrigues a Florestan Fernandes. 14 de janeiro de 1966. Fundo Florestan Fernandes. Acervo Coleções Especiais Ufscar/BCo. Código: 02.09.0337.

de doutorado ainda não defendida naquele momento. Como na Cepal oferecia-se a oportunidade de continuar suas investigações em pesquisa semelhante a que fizeram no Cesit, preferia seguir os passos de Weffort e ir “ganhando tempo” com Touraine. No entanto, diferente da impressão de Rodrigues, a pesquisa do LSI estava bem madura e sendo realizada em outros países. Com a possibilidade de uma verba complementar para a pesquisa no Brasil, Touraine tentou ganhar para o projeto Luiz Pereira, na época diretor do Cesit. Para isso, escreveu cartas a ele e novamente a Fernandes, que concordou que Pereira era um pesquisador perfeitamente qualificado para participar do projeto. No entanto, talvez devido ao valor oferecido para esse trabalho,³⁰ Pereira também acaba recusando a oferta.

92 Em carta, Fernandes parece ter argumentado que Pereira estava atribulado demais com outras tarefas, dentre elas a direção do centro, para assumir a coordenação da pesquisa do LSI no Brasil. Em resposta, Touraine reconhece que o “desenvolvimento intelectual de bons pesquisadores pode ser ameaçado pelo peso dos trabalhos coletivos e das responsabilidades de todas as ordens”, e complementa: “eu acredito que o mais sábio é esperar. Meu desejo de participar de pesquisas no Brasil segue vivo, mas sempre busco associar de uma maneira igual pesquisadores de meu grupo com pesquisadores de instituições nacionais”.³¹ A questão seria retomada em conversa pessoal numa viagem que Touraine faria ao Brasil em breve, mas que, por conta de vários adiamentos e do endurecimento

³⁰ Touraine propôs de imediato o pagamento de 1.200 dólares a Pereira pela colaboração no projeto, mais outra soma um pouco acima desta para o trabalho de campo (Cf. *Carta de Touraine a Luiz Pereira*. 20 de julho de 1966. Fundo Florestan Fernandes. Acervo Coleções Especiais UFSCAR/BCo. Código: 02.09.0143).

³¹ Cf. *Carta de Touraine a Florestan Fernandes*. 23 de agosto de 1966. Fundo Florestan Fernandes. Acervo Coleções Especiais Ufscar/BCo. Código: 02.09.0142.

da ditadura, nunca ocorreu, impossibilitando a continuidade da relação entre o LSI e o Cesit, sonhada no início dos anos 1960.

Conclusão

Neste artigo busquei demonstrar que a primeira fase da produção intelectual de Touraine foi também, como ele mesmo reconheceu em entrevista concedida a mim, um período de formação enquanto sociólogo, a partir dos embates teóricos travados e, sobretudo, das pesquisas empíricas. O novo estilo de investigação criado pela geração de sociólogos do pós-guerra teve como princípio o trabalho de campo com a aplicação de questionários para medir e quantificar as atitudes de grupos sociais e a observação participante. Com enormes aportes financeiros advindos de organismos nacionais e internacionais “modernizadores”, foi possível exportar essa tradição sociológica para outros países, influenciando grupos e centros de pesquisa, como foi o caso do Brasil, por meio da comunidade acadêmica internacional estabelecida nesse período.

Touraine não foi apenas um dos mais importantes representantes deste novo estilo de pesquisa, como foi além dele, usando-se dos métodos estabelecidos para alimentar novas problemáticas e perspectivas de abordagens sobre o mesmo objeto, o mundo do trabalho e da indústria. Suas preocupações, desde os seus primeiros estudos nas fábricas Renault até os dos estudantes em maio de 1968, se pautaram em explicar os conflitos sociais desde a perspectiva das experiências dos atores envolvidos. Dessa forma, a modernidade ia sendo definida enquanto uma época em que os sujeitos históricos tinham consciência de sua capacidade de criar a própria sociedade. Esse conjunto de questões alimentaram aquilo que viria a resultar em sua proposta de teoria geral expressa nos livros *Sociologie de l'action* (1965) e *Production de la Société* (1973).

Arquivos pesquisados:

Acervo Coleções Especiais da UFSCar.

Arquivos da EHESS, Paris.

Arquivos da OCDE, Paris.

Arquivos Nacionais da França, Paris.

Entrevistas:

Alain Touraine, 22/02/2017

Fernando Henrique Cardoso, 06/12/2017

Ricardo Colturato Festi

94 é doutor em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com a tese intitulada *O Mundo do Trabalho e os Dilemas da Modernização: percursos cruzados da sociologia francesa e brasileira (1950-1960)*. Estágio de pesquisa (doutorado sanduíche) na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris (EHESS), 2015-2017. Professor de Sociologia do Cotil-Unicamp. Membro do Grupo de Pesquisa “Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses”, coordenado pelo prof. Ricardo Antunes. Têm experiências nas áreas de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho e Pensamento Social.

Bibliografia

BRAERMAN, Harry. 1987. *Trabalho e capital monopolista a degradação do trabalho no século XX*. 3a. ed. Rio de Janeiro: LTC.

DI TELLA, Torcuato *et al.* 1966. *Huachipato et Lota: étude sur la conscience ouvrière dans deux entreprises chiliennes. (Recherche menée par l'Institut de recherches sociologiques de l'Université du Chili)*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique.

DOFNY, Jacques *et al.* 1966. *Les ouvriers et le progrès technique. Étude de cas: un nouveau laminoir*. Paris: Armand Colin.

FESTI, Ricardo Colturato. 2017. *A primeira geração de sociólogos do trabalho no Brasil (1950/60) e seus diálogos com a “escola” francesa*. Paper apresentado no XVIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Brasília, DF, 26 a 29 de julho. Disponível em: <http://bit.ly/2CZhOpe>. Acesso em: 8 mar. 2019.

- FESTI, Ricardo Colturato. 2018. *O mundo do trabalho e os dilemas da modernização: percursos cruzados da sociologia francesa e brasileira (1950-1960)*. Tese de Doutorado em Sociologia. Campinas: Unicamp. Disponível em: <http://bit.ly/2G1sJQf>. Acesso em: 9 mar 2019.
- FRIEDMANN, Georges. 1946. *Problèmes humains du machinisme industriel*. Paris: Gallimard.
- FRIEDMANN, Georges. 1963. *Où va le travail humain ?* Paris: Gallimard.
- FRIEDMANN, Georges. 1956. *Le travail en miettes : spécialisation et loisirs*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles.
- FRIEDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre. 1961. *Traité de sociologie du travail*. Paris: Armand Colin.
- LE LABORATOIRE DE SOCIOLOGIE INDUSTRIELLE. 1966. Paris: EPHE, Laboratoire de sociologie industrielle.
- LE LABORATOIRE DE SOCIOLOGIE INDUSTRIELLE. 1969. Paris: EPHE, Laboratoire de sociologie industrielle.
- LE LABORATOIRE DE SOCIOLOGIE INDUSTRIELLE DE L'ECOLE pratique des Hautes Etudes. 1960. VIe section. *Revue française de sociologie*, v. 1, n. 2, pp. 218-219.
- NAVILLE, Pierre. 1961. *L'automation et le travail humain : rapport d'enquête (France, 1957-1959)*. Paris: Centre national de la recherche scientifique.
- NAVILLE, Pierre. 1963. *Vers l'automatisme social? Problèmes du travail et de l'automation*. Paris: Gallimard.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. 1966. [Correspondência]. Destinatário: Florestan Fernandes. Santiago, 14 jan.
- REGO, José Marcio. 2007. Entrevista com Enzo Faletto. *Tempo Social*, v. 19, n. 1, pp. 189-213. 6 Jun. 2007.
- ROETHLISBERGER, Fritz Jules. 1941. *Management and morale*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- TANGUY, Lucie. 2017. *A sociologia do trabalho na França: pesquisa sobre o trabalho dos sociólogos (1950-1990)*. Tradução Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Edusp.
- TOURAINÉ, Alain. 1952. Ambiguïté de la sociologie industrielle Américaine. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. 12, pp. 131-146.
- TOURAINÉ, Alain. 1955. *L'Evolution du travail ouvrier aux usines Renault*. Paris: Centre national de la recherche scientifique.
- TOURAINÉ, Alain. 1961. Industrialisation et conscience ouvrière à São-Paulo. *Sociologie du Travail*, v. 3, n. 4, pp. 77-95.
- TOURAINÉ, Alain. 1973. *Vie et mort du Chili populaire: journal sociologique, juillet-septembre 1973*. Paris: Éditions du Seuil.
- TOURAINÉ, Alain. 1977. *Un désir d'Histoire*. Paris: Stock.

- TOURAINÉ, Alain. 1988. *La parole et le sang: politique et société en Amérique Latine*. Paris: Odile Jacob.
- TOURAINÉ, Alain.; RAGAZZI, Orietta. 1961. *Ouvriers d'origine agricole*. Paris: Éditions du Seuil.
- TOURAINÉ, Alain.; VERLEY, Étienne. 1949. Enquête française de sociologie industrielle. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. 7, pp. 109-121.



ALAIN TOURAINE E O BRASIL: ATORES SOCIAIS E DEPENDÊNCIA EM DIÁLOGOS DOS ANOS 1970¹

Flávio da Silva Mendes

é doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e atualmente conclui o pós-doutorado pelo departamento da área na mesma universidade. Campinas, SP, Brasil. E-mail: <flavio85@gmail.com>

Orcid: 0000-0001-6884-2333

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-097129/106>

Desde seus primeiros contatos com a América Latina, na década de 1950, Alain Touraine percebeu que uma sociologia dedicada a essa região não poderia replicar todas as teorias e conceitos clássicos da disciplina. Imersos em processos tardios de industrialização, países como Chile, Brasil e Argentina, com os quais ele teve maior contato, não espelhavam a estrutura social da França ou da Inglaterra do século XIX, período no qual essas nações se modernizaram ou, em outros termos, viram se afirmar no interior de suas fronteiras o modo de produção capitalista. Nas sociedades periféricas, a dependência econômica externa contribuiria para a reprodução de uma realidade complexa, que combina traços autoritários e oligárquicos – herdados do período colonial – com pressões para a consolidação de uma ordem social democrática e burguesa. Um projeto conduzido por Estados que se esforçam para conciliar interesses opostos defendidos por classes sociais frágeis: de um lado os operários, que transitaram de forma rápida e

¹ Este texto apresenta resultados parciais de uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

desorganizada do meio rural para o urbano-industrial e, de outro, uma burguesia que tenta impor sua dominação interna sobre trabalhadores e a velha oligarquia, enquanto sofre a pressão da dependência externa. Desvendar a conduta desses atores era o que mais interessava a Touraine, afinal ele definia a ação e os conflitos sociais como principais objetos da sociologia: apenas a partir desses temas seria possível compreender o movimento que permite às sociedades produzirem a si mesmas e se transformarem.

Essa postura o aproximou de outros intelectuais latino-americanos que também pensavam os desafios da modernização periférica. Neste artigo, analiso sob quais condições essa aproximação se transformou em diálogo, sobretudo a partir da passagem do sociólogo francês pela Universidade de São Paulo no início dos anos 1960, e como esse intercâmbio se reproduziu nos anos seguintes. Parte deste texto será dedicada à exposição e discussão do conteúdo de dez teses sobre o Brasil orientadas por Touraine na França durante a década de 1970. Através de seus objetos e hipóteses, essas pesquisas revelam boa parte dos termos em que se deu o intercâmbio entre a perspectiva tourainiana e a sociologia brasileira, num período no qual esta se esforçava para compreender as causas do fracasso do projeto de modernização concebido no período pré-1964.

98

Touraine e a sociologia francesa no pós-guerra

Antes de passar à análise das teses sobre o Brasil orientadas por Touraine, tema central deste artigo, apresento alguns dados sobre a trajetória do sociólogo e a situação da sociologia francesa entre as décadas de 1950 e 1960, período em que ele ingressou no espaço acadêmico. Analisar esse contexto é importante para conhecermos os temas sobre os quais Touraine se interessou e seus principais interlocutores. O próprio sociólogo faz questão de começar muitas de suas exposições, escritas ou orais, com um panorama da vida intelectual europeia a partir do início do século XX no qual

a noção de crise é central. Para ele, o florescimento de ideias ligado ao otimismo iluminista, que marcou a produção científica nos séculos anteriores – já abalado pelo ciclo revolucionário do XIX –, foi enfim derrubado pelo início da Primeira Guerra Mundial, evento que radicalizou os conflitos em solo europeu. Além das duas grandes guerras, tragédias como o holocausto imprimiram reviravoltas no pensamento social e estimularam reflexões como as produzidas pela sociologia crítica alemã. Mas, para Touraine, esta escola era uma exceção: um olhar mais amplo sobre o velho continente revelava, segundo ele, a “carência de um modelo europeu”, sobretudo diante da expansão da sociologia estadunidense.

Nascido em 1925 na região da Normandia, Touraine cresceu em Paris. Filho de um médico, ele atravessou o entre-guerras num ambiente que definiu como burguês-aristocrata, decadente, afetado pela ruína de valores que compunham o modo de vida francês². Na escola preparatória, ele teve a sensação de viver num mundo erudito, mas fechado em si, de costas para o que se passava ao seu redor. Alheio, por exemplo, à ocupação nazista de Paris, entre 1940 e 1944. Uma impressão que se repetiu após seu ingresso na École Normale Supérieure, em 1945, para cursar História. Incomodado, ele decidiu se afastar das aulas e foi ao norte da França para trabalhar em minas de carvão, em meio a operários franceses, poloneses e alemães. Neste período, enquanto se interessava por questões relacionadas à consciência e organização dos trabalhadores, ele leu *Les problèmes humains du machinisme industriel*, livro de Georges Friedmann, com quem entrou em contato em seguida. O sociólogo, pioneiro em pesquisas sobre trabalho, convenceu-o a concluir a licença em História para em seguida ingressar em seu laboratório, vinculado ao Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), em 1950.

99

² “Era um mundo no qual o dinheiro certamente não faltava, mas onde o exército e a Igreja [*le sabre et le goupillon*] eram mais importantes ou em todo caso mais respeitadas que a conta no banco” (Touraine, 1977, pp. 12).

Enquanto decidia sua área de estudos – a sociologia do trabalho – Touraine também se interessava por questões teóricas e metodológicas. Com o objetivo de se aprofundar nestes temas, viajou aos Estados Unidos em 1952, financiado por uma bolsa da Fundação Rockefeller. Lá, teve contato com o funcionalismo estrutural de Talcott Parsons, que se tornaria o alvo de suas críticas mais duras. Também passou por Columbia, Nova Iorque e Chicago, onde se sentiu mais à vontade em meio à efervescência dos estudos urbanos. A excursão pela América do Norte se justificava pela convicção de que lá a sociologia era mais atenta às questões sociais de seu tempo e, por isso, mais respeitada e consolidada como disciplina do que na França. Impressão compartilhada por Michel Crozier, colega francês que participaria, em 1959, da criação da revista *Sociologie du Travail* ao lado de Touraine e Jean-Daniel Reynaud. Crozier considerava que havia um vazio na sociologia francesa quando sua geração chegou à academia. Um cenário produzido entre as duas grandes guerras, quando preocupações políticas e filosóficas teriam ofuscado reflexões sociológicas e dificultado a realização de pesquisas empíricas. Aquela era, para ele, uma geração sem “pais”, ou seja, sem grandes referências intelectuais, o que permitiria certa ousadia. Por outro lado, a fragilidade do debate teórico era compensada por um empirismo radical: ele e seus colegas “dedicavam-se ao trabalho de campo como se este fosse uma religião” (Crozier, 1996, pp. 10). Uma postura que seria premiada quando a sociologia francesa – sobretudo a vertente dedicada a temas ligados ao trabalho – passou a ser valorizada e estimulada, inclusive pelo Estado francês.³ Ela passou a atrair muitos estudantes

³ Em 1951, a criação do Institut des Sciences Sociales du Travail, a partir da iniciativa do Ministério do Trabalho em parceria com a Universidade de Paris, favoreceu o avanço dos estudos nesta subárea. Os financiamentos provinham do Estado francês com o apoio dos Estados Unidos, através do Plano Marshall. Essa história é detalhada por Lucie Tanguy (2008).

recém-formados, como os que se integravam ao grupo de pesquisas liderado por Touraine, Crozier e Reynaud.⁴

Porém, o reconhecimento não impediu que esses pesquisadores refletissem sobre suas referências teóricas e os objetos de suas análises. A partir do final dos anos 1950 eles se distanciaram do marxismo, que servia de base de inspiração filosófica para o grupo, ainda que de forma não dogmática. Eles também passaram a notar, nos resultados de suas pesquisas de campo, alguns elementos contraditórios que pareciam negar a hipótese da centralidade do trabalho que orientara a primeira agenda de investigações. A partir dessas constatações, decidiram abandonar a revista *Sociologie du Travail* em 1967, cerca de um ano antes da agitação estudantil que impactaria de forma definitiva as reflexões de Touraine.

É possível destacar três diferentes fases no pensamento de Alain Touraine, reconhecidas pelo próprio autor, por alguns de seus colegas e por muitos críticos de seus textos: 1) a sociologia das sociedades ditas industriais, com foco no trabalho, que durou até 1967; 2) a sociologia das sociedades que chamou de pós-industriais, nas quais se sobressaem os novos movimentos sociais, na qual se engajou entre 1967 e 1992; e, por fim, 3) a sociologia do sujeito, à qual tem se dedicado desde o lançamento de *Critique de la modernité*, em 1992. Apesar das muitas mudanças, há também elementos fundamentais comuns que atravessam todas as fases, o que justifica esta breve introdução ao seu pensamento. Touraine sempre sublinhou a importância do trabalho de campo, pelo qual se interessou desde sua experiência entre operários de minas de carvão no norte da França. Além da base empírica, sua sociologia foi concebida como intimamente colada à reflexão histórica, considerada fundamental para escapar de

101

⁴ As impressões de Touraine e Crozier sobre a sociologia francesa devem ser compreendidas como discursos engajados num conflito em torno da refundação da disciplina. Para uma análise detalhada deste momento, ver Chapoulie (1991).

explicações rígidas e deterministas. Por fim, o objetivo principal dessa disciplina, para ele, seria sempre a compreensão dos atores e dos conflitos sociais. Esses pressupostos acompanharam o sociólogo mesmo quando voltou sua atenção para as “sociedades dependentes”, como mostrarei a seguir.

América Latina e Brasil: primeiros contatos e a construção de um modelo

Em 1956, a partir de uma demanda da Universidade do Chile, Friedmann enviou Touraine a Santiago para que ele apoiasse a criação de um centro de estudos dedicado à sociologia do trabalho. Durante seu breve período no país, ele realizou algumas pesquisas, sobretudo sobre operários mineiros, e conheceu sua futura esposa, chilena. Em 1960, ele chegaria à Universidade de São Paulo graças a um convite semelhante, dessa vez feito pelo sociólogo Fernando de Azevedo, que buscava auxílio para a formulação de uma agenda de pesquisas sobre a sociedade industrial.

102

Quando chegou a São Paulo, em 1959-60, Touraine se impressionou com o ambiente intelectual e com a qualidade dos jovens pesquisadores da Faculdade de Filosofia da USP. Outro fato que chamou sua atenção foi a divisão da área de sociologia: “na USP nessa época havia duas cadeiras, que nós chamávamos constantemente a cadeira americana e a cadeira francesa. A cadeira americana era dirigida por Florestan Fernandes. A outra cadeira, de [Fernando de] Azevedo, nós chamávamos de cadeira francesa” (informação verbal).⁵

A definição de Touraine – apoiada numa oposição entre Estados Unidos e França que correspondia aos conflitos do meio acadêmico de seu país – é imprecisa para caracterizar as duas cadeiras da USP. Porém, a partir de um ponto de vista original, ela põe em relevo divergências que existiam

⁵ Entrevista cedida em fevereiro de 2018.

na sociologia brasileira e na Escola Paulista, em particular, agitada por intensos debates sobre a institucionalização da disciplina e o papel do sociólogo. Na Faculdade de Filosofia da USP, que iniciou suas atividades em 1934 sob a influência de uma missão francesa de professores, a década de 1950 foi de afirmação de um quadro docente já composto majoritariamente por brasileiros, muitos dos quais pretendiam renovar as práticas de ensino e pesquisa. Em 1954, quando Florestan Fernandes assumiu a cadeira I, até então dirigida por Roger Bastide, ele passou a liderar esse esforço.

A partir desse momento, alguns daqueles que até então se autodenominavam sociólogos deslocaram-se para outras áreas de conhecimento (como a estética e a literatura), outros permaneceram na sociologia, mas transferiram-se para a cátedra contraposta à de Florestan Fernandes, a Cadeira de Sociologia II. (Pulici, 2007, pp. 99-100)

Os textos-manifestos publicados por Florestan e alguns de seus auxiliares⁶ enfatizavam a necessidade de a sociologia se diferenciar de outras disciplinas para se afirmar como ciência. Também era fundamental romper com a tradição ensaística, valorizar a pesquisa empírica e se dedicar a discussões teóricas e metodológicas. Não surpreende, portanto, que Touraine – que defendia princípios semelhantes para a sociologia de seu país – se sentisse mais à vontade no diálogo com auxiliares de Florestan. Simpático pelo debate que se produzia na cadeira I, ele sugeriu que seus membros assumissem a liderança do novo centro de pesquisas sobre trabalho e sociedade industrial que seria criado:

⁶ Na cadeira I destacavam-se nomes como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Inanni, Marialice Foracchi e Maria Sylvania de Carvalho Franco. Na cadeira II, os mais conhecidos eram Antonio Candido, Ruy Galvão de Andrada Coelho e Maria Isaura Pereira de Queiroz. Uma lista completa dos integrantes das duas cátedras entre 1954 e 1969 foi elaborada por Pulici (2007, pp. 119-120).

Eu fiz meu relatório diante das duas [cadeiras] e me perguntaram se havia alguma recomendação do que fazer, de quem deveria se ocupar desse novo centro de pesquisas. Eu disse: “olha, vocês é que devem decidir, mas eu estou muito impressionado por um assistente da outra cadeira, da cadeira de Florestan, que se chama Fernando Henrique Cardoso”. (informação verbal)⁷

Pouco depois, o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit) foi criado junto à cadeira I. A passagem de Touraine pela USP produziu alguns vínculos duradouros: Fernando Henrique Cardoso, Azis Simão⁸ e Juarez Brandão Lopes⁹ publicaram artigos no número especial “Ouvriers et syndicats d’Amérique Latine” de *Sociologie du Travail*, lançado em 1961. Cardoso ainda publicou outros dois artigos na revista, em 1963 e 1967, mesmo ano em que Touraine voltou ao Brasil como professor visitante. Cardoso foi, em seguida, lecionar por um semestre em Nanterre (Romão, 2006). Nos anos 1970, os laços de Touraine com o Brasil seriam renovados: durante aquela década ele orientou nove teses de doutorado dedicadas ao país. A primeira foi defendida em 1973 e a última em 1980. As pesquisas mais antigas tiveram início ainda no final dos anos 1960 e sofreram com os efeitos negativos da ditadura brasileira sobre a possibilidade de realização de trabalhos de campo. Também trazem reflexões políticas coladas ao esforço de interpretação da conjuntura nacional. Entre os pesquisadores, eram sete brasileiros, uma belga (Ghislaine Duque) e uma francesa (Christine Apesteguy). Cinco eram vinculados à Universidade de Nanterre e quatro à École de Hautes

104

⁷ Entrevista cedida em fevereiro de 2018.

⁸ Apesar de vinculado à cadeira II, Simão foi um dos pioneiros em pesquisas sobre operários industriais (Lopes, Peçanha e Ramalho, 2012).

⁹ Interessado pela consciência operária – tema favorito de Touraine –, Lopes também tinha em seu currículo uma passagem pela Universidade de Chicago, nos anos 1950.

Études en Sciences Sociales (Tabela 1). A maioria seguiu carreira acadêmica no Brasil.¹⁰

Tabela 1
Teses sobre o Brasil orientadas por Alain Touraine nos anos 1970

Autor	Título	Instituição	Ano
Andrea Loyola	<i>Les ouvriers et le populisme</i>	Nanterre	1973
Aspásia Camargo	<i>Bésil, Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste</i>	EHESS	1973
Ilse Scherer-Warren	<i>Le syndicat et le changement de la société agraire dans le Rio Grande do Sul</i>	Nanterre	1973
Décio Saes	<i>Classe moyenne et système politique au Brésil</i>	EHESS	1974
Christine Apesteguy	<i>L'intervention fédérale en Amazonie : éléments pour une définition de l'État militaire au Brésil</i>	Nanterre	1976
Ligia Maria Pereira	<i>Bourgeoisie industrielle et capital étranger au Brésil (1956-1977)</i>	Nanterre	1978
Julio Cesar Grieco	<i>L'union fait la faiblesse : le commandement général des travailleurs et la politique brésilienne (1962- 1964)</i>	EHESS	1979
Maria das Graças Grossi	<i>Système politique et développement économique: le cas du Minas Gerais</i>	Nanterre	1979
Ghislaine Duque	<i>Casa Nova : interventions du pouvoir et stratégies paysannes. Un « municípe » du « sertão bahiano » à l'heure de la modernisation</i>	EHESS	1980

Fonte: Pires-Sabóia (2000).

Seria natural pressupor que eles compartilhavam as preocupações que Touraine expressava em sua nova fase de trabalho, inaugurada no final da década anterior; mas a equação não é tão simples. Enquanto o sociólogo francês voltava sua atenção ao estudo do que passou a chamar de “sociedades pós-industriais” e à conduta dos atores que lhe seriam típicos – os

¹⁰ Segue uma lista com a principal vinculação institucional dos que ingressaram como pesquisadores e docentes em universidades brasileiras: Andrea Loyola passou à área de estudos sobre medicina social e ingressou na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, mesma instituição à qual se vinculou Aspásia Camargo. Décio Saes lecionou na Universidade Estadual de Campinas. Lígia Maria Pereira trabalhou junto à Universidade Federal de Minas Gerais. Ghislaine Duque foi professora da Universidade Federal de Campina Grande.

novos movimentos sociais –, seus orientandos dedicados a pesquisas sobre o Brasil eram estimulados por outras questões. Preocupados em compreender a crise do populismo, do nacional-desenvolvimentismo e as raízes do regime autoritário, eles pensavam numa chave de análise mais classista, atentos à organização de camponeses, trabalhadores, classes médias e burguesia. De sindicatos, partidos e do Estado, tudo num contexto – que todos fizeram questão de sublinhar – marcado pela industrialização tardia. Um “modelo de desenvolvimento dependente”, também imaginado por Touraine, era a chave para pensar o Brasil e a América Latina.

106

O sociólogo francês construiu esse modelo a partir do diálogo com autores latino-americanos, com os quais compartilhava a certeza de que os obstáculos à modernização dos países da região não eram idênticos aos enfrentados pelos países centrais, pioneiros da expansão capitalista. Nestes, a consolidação da nova ordem social e do novo modo de produção ocorreu sob controle estrito da burguesia, que se impunha frente às forças sociais do antigo regime. O surgimento de um discurso contestatório só se deu mais tarde, em meio à lenta integração dos setores dominados à política. Em paralelo, ainda de acordo com Touraine, surgia um pensamento social capaz de olhar para o sistema em sua totalidade e, através de sua crítica, contestar sua suposta naturalidade. Em resumo: ao final do processo, economia, política e ideologia estavam articuladas e davam sentido à experiência moderna.¹¹

Para Touraine, este caminho em sociedades dependentes é diverso e incompleto. Em primeiro lugar, porque a expansão capitalista e a consolidação de uma ordem burguesa ocorrem tardiamente, num momento em que os setores dominados já são capazes de exercer maior pressão política. A luta pela integração das massas pressiona o sistema político

¹¹ Esta sequência aparece descrita com mais detalhes em *Production de la société e Un désir d'histoire*, além de outros trabalhos em que ele se dedicou à elaboração de uma teoria social da modernidade ou da modernização.

e prejudica a formação de uma hegemonia burguesa, o que ajuda a explicar a força do Estado populista e sua estratégia de conciliação de interesses antagônicos. Neste cenário, a análise das relações sociais não pode seguir uma abordagem tradicional, baseada em classes, pois estas não aparecem tão bem estruturadas quanto nas sociedades industriais típicas.¹² Outra diferença: as relações entre o político, o social e o econômico aparecem de forma *desarticulada*, sobretudo quando tomamos como parâmetro a história da expansão capitalista na Europa. Isso ocorre graças à existência de um fator heterônimo, a dominação econômica externa:

No mundo latino-americano, as formas da mudança histórica – ou seja, a dependência em relação ao estrangeiro – comandam a vida social mais diretamente do que as leis internas do sistema capitalista. É um erro querer analisar essas sociedades como analisamos as nossas. Não que elas careçam de realidade própria ou que sejam inteiramente redutíveis a uma lógica de lucro que se elabora num lugar distante, mas porque a dependência cria sociedades de um tipo particular. Infelizmente as sociedades dependentes são ainda pouco estudadas: é por isso que eu lhes dediquei um livro em 1976. Elas não são colônias, elas têm uma ampla autonomia. Mas a dependência lhes vira do avesso: nelas a ideologia domina a política que domina a economia no nível nacional, enquanto ao mesmo tempo um poder econômico dirige do exterior seu funcionamento. (1977, pp. 162, tradução nossa)¹³

107

¹² Vale ressaltar que, para Touraine, as classes sociais também perdem importância nos países centrais a partir da transição à sociedade pós-industrial e da emergência dos novos movimentos sociais.

¹³ A derrota da Unidade Popular no Chile influenciou a visão pessimista de Touraine sobre a América Latina. O sociólogo estava no país quando ocorreu o golpe militar contra Salvador Allende, em 1973. Em sua análise do período de conflitos que marcou o mandato do presidente socialista, ele enfatiza a disparidade entre a força de “ações de tipo político-ideológicas” e a “fraca capacidade de desenvolver uma política econômica” (1977, pp. 162).

Não por acaso, a sociologia do desenvolvimento ocupa boa parte do pensamento social desses países: ela é, segundo Touraine, antiestruturalista, mais atenta ao movimento e à transformação do que as formas consolidadas. Por isso a noção de modo de produção – sincrônica, mais adequada à sociologia das sociedades industriais – lhe é menos cara do que a de *modo de desenvolvimento*, diacrônica, capaz de revelar os conflitos que envolvem o processo de modernização inacabado. Outra afirmação importante: Touraine sugere que essa sociologia do desenvolvimento deve valorizar as dinâmicas internas e os conflitos entre os atores sociais, pois estes conservariam uma autonomia relativa em relação à dominação externa, à dependência. Este argumento seria um dos mais fortes e originais presente no livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Publicado em 1967, ele é considerado por Touraine a maior contribuição da sociologia latino-americana ao debate sociológico do século XX em geral:

108

foi o grupo de Cardoso que teve um raciocínio que eu acho muito simples e muito claro. Não são detalhes. São coisas enormes, mas simples. Quando Cardoso diz: “vocês falam de dependência, é claro que há dependência. A questão não é essa. A questão é: não há nada além da dependência?”. Ora, a gente não pode dizer isso. [...] Era um tanto genial de sua parte, não esquecer a herança marxista: a luta de classes existe. [...] Ele fez um raciocínio de uma simplicidade formidável, este pequeno livro é uma maravilha. Escrito com ar claro, simplicidade, nenhum jargão, nenhum debate pessoal. Direto ao ponto. Os atores políticos têm uma liberdade, eles não são determinados. Veja só! Na escala da sociologia do século XX, que nasceu no final do XIX, este é um dos debates maiores. Um dos debates mais importantes do século XX, ao lado da

questão sobre totalitarismo, que dominou a Europa.
(informação verbal)¹⁴

Neste aspecto, a proposta da teoria da dependência ia ao encontro das reflexões teóricas de Touraine. Do seu ponto de vista, definido como “acionalista”, a compreensão de uma sociedade deve sempre partir de sua dinâmica interna, da forma como os atores em conflito produzem sua história. Ela “não deve nunca aparecer como uma situação, como uma organização social, mas como uma ação” (1973, pp. 173, tradução nossa). Essa proposta foi apresentada em sua tese de doutorado *Sociologie de l'action*, de 1965, elaborada em oposição direta ao funcionalismo. Enquanto este privilegiava o estudo das condições de *reprodução* da sociedade, Touraine propunha uma sociologia voltada a decifrar o que torna possível sua *produção* e conclui que os conflitos entre os atores estão na base de todo processo de transformação. Essa proposta teórica foi ampliada e aprimorada em *Production de la Société* (1973), na qual são apresentados três níveis de ação social, definida como objeto maior da sociologia. O primeiro, mais elevado, é o da disputa pelo modelo cultural que rege a sociedade, ao qual Touraine se refere com o conceito de *historicidade*. Logo abaixo, encontraríamos o sistema institucional, onde ocorrem os conflitos em torno das normas internas que regem a sociedade e suas instituições. E há, por fim, o nível do sistema organizacional ou das práticas sociais em sentido amplo, que devem ser compreendidas a partir de sua articulação com as normas e com a forma da dominação social. Essa distinção é fundamental, pois, para Touraine, só podem ser chamados de “movimentos sociais” aqueles atores que são capazes de agir no nível mais elevado. Ou seja: que conseguem questionar a dominação social e impulsionar processos

109

¹⁴ Entrevista cedida em fevereiro de 2018.

de transformação social. Uma posição ocupada pelo movimento operário nas sociedades industriais e pelos novos movimentos sociais nas pós-industriais.

Acredito, porém, que há uma contradição ou questões mal resolvidas entre essa teoria, concebida como flexível, e as conclusões que ele deriva da construção do “modelo dependente”, bastante rígidas: em muitos textos ele afirma que os atores sociais de países periféricos e dependentes seriam incapazes de se contrapor à dominação externa e, portanto, nunca seriam atores plenos:

A América Latina é um continente de atores sem ação. [...] O que eu chamei de desarticulação da ação coletiva indica que o excesso de autonomia das ideologias e mesmo da ação política em relação à realidade econômica engendra uma mobilização social e política mais fictícia do que real, mais teatral do que eficaz. O que nos leva a uma constatação sem surpresa: a América Latina é apenas parcialmente moderna; ela tem uma capacidade insuficiente de ação técnica, econômica, social e política. (Touraine, 1988, pp. 469)

110

Alan Scott (1996) notou incoerências semelhantes entre a teoria acionalista e a noção de sociedade pós-industrial, que Touraine passou a adotar a partir da década de 1970. Neste outro tipo de sociedade, os atores também apareceriam enfraquecidos frente a uma estrutura de dominação que lhes escapa. Ou seja: enquanto sua proposta teórica seria antideterminista, a definição de um modelo rígido de sociedade apontaria em direção oposta. Tharailath Oommen (1996) parte de crítica semelhante para contestar a hipótese de que movimentos sociais em sentido pleno – ou seja, capazes de colocar em questão uma ordem social – não podem aparecer em sociedades totalitárias ou colonizadas. Destaco esses pontos porque eles são centrais para compreender o “modelo de desenvolvimento dependente”, que

serviu de base não apenas para os trabalhos de Touraine sobre a América Latina, mas também para as pesquisas que seus orientandos realizaram sobre o Brasil durante os anos 1970: atores sociais fracos, dependência e desarticulação estão entre as ideias-chave de muitos desses trabalhos.

As pesquisas sobre o Brasil: temas, hipóteses e referências

Andrea Loyola defendeu sua tese – *Les ouvriers et le populisme. Les attitudes ouvrières à Juiz de Fora* – em 1973. A pesquisa parte de uma questão cara à sociologia do desenvolvimento: como explicar as formas de ação e de consciência de trabalhadores recém-chegados ao espaço urbano? Este tema aparecia tanto em estudos de Touraine na França e no Chile quanto em textos de Juarez Brandão Lopes, como o livro *Sociedade industrial no Brasil*. Nesta obra, a hipótese central é de que a persistência de valores tradicionais nas atitudes operárias decorre de sua origem rural, o que explica tanto a dificuldade de adaptação ao meio urbano quanto os obstáculos à ação coletiva. Uma pesquisa de campo realizada por Loyola junto a operários de Juiz de Fora teria mostrado que as origens sociais não bastam para esclarecer a conduta dos trabalhadores. Esta seria multidimensional: resultado do cruzamento de influências do meio em que vivem – a fábrica, a cidade – e do contexto nacional (populismo, dependência, autoritarismo etc.). Nesta forma de abordagem, o Estado ganha destaque, pois ele é o responsável por definir “as regras do jogo” no qual os atores estão inseridos. Neste sentido, ela sustenta que seria impossível compreender as atitudes e expectativas da nascente classe trabalhadora brasileira sem considerar o peso da ideologia nacional-desenvolvimentista.

Outro trabalho que toma como referência os debates sobre desenvolvimento é *Le syndicat et le changement de la société agraire du Rio Grande do Sul*, tese defendida por Ilse Scherer-Warren em 1973. Nela, a categoria de “economia nacional

dependente” aparece logo no início da introdução. Essa é definida, sobretudo, a partir da coexistência de estruturas modernas e arcaicas, como as que ela encontrou no movimento camponês do Rio Grande do Sul, “setor subordinado” que é objeto da pesquisa. A “situação de dependência” é o ponto de partida para a definição do método de análise, que deve contemplar duas visões complementares. A primeira é histórico-estrutural, concentrada sobre aspectos econômicos, políticos e culturais no interior da dinâmica de mudança da “sociedade global”. A segunda deve dar conta da situação de dependência em si, ou seja, da relação que a sociedade periférica estabelece com o centro e como essa influencia suas características internas: seu sistema econômico (relações de produção, de propriedade etc.), político (Estado, partidos e ideologia) e social (estrutura de classes e ideológica).

112

Aspásia Camargo também realizou sua pesquisa sobre o movimento camponês; porém, em *Brésil Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste*, tese defendida em 1973, sua atenção está voltada para o Nordeste, mais precisamente sobre o peso que as lutas de trabalhadores rurais da região exerceram sobre o contexto de crise política nacional do início dos anos 1960. Camargo anuncia na introdução à tese que não pretende se dedicar a aspectos “comunitários”, considerados típicos de movimentos camponeses, mas à sua ação política. Para ela, a mobilização de trabalhadores rurais no pré-1964 tinha a capacidade de denunciar o caráter limitado do desenvolvimento e as relações entre oligarquia latifundiária e Estado. Atraía, portanto, a atenção de intelectuais, de partidos políticos de esquerda e do presidente João Goulart, que pretendia encontrar neste setor social a base de sustentação política necessária para contornar a crise inaugurada pela renúncia de seu antecessor, Jânio Quadros. Os camponeses seriam naquele contexto um ator tão importante quanto foram os trabalhadores urbanos na Era Vargas. Camargo tenta decifrar a natureza contraditória

de um Estado populista que é, ao mesmo tempo, um agente de enquadramento de forças políticas heterogêneas e um fator de impulsão à mobilização popular. Um Estado ator que se afasta, portanto, de definições clássicas, que lhe atribuem o papel de árbitro dos conflitos sociais ou de defensor exclusivo dos interesses das classes dominantes. Ambas seriam inadequadas para explicar seu lugar em sociedades dependentes, compostas por atores sociais fracos. No final da tese, há uma reflexão muito próxima às preocupações de Touraine sobre a viabilidade de movimentos sociais fortes, capazes de questionar uma forma de dominação social, no interior de nações dependentes, *desarticuladas*, submetidas a interesses externos:

Contudo nós tendemos a acreditar que movimentos autônomos não terão lugar numa sociedade enquanto ela continue tributária de um sistema internacional que define os parâmetros de sua vida econômica, perturbam a composição de sua classe dominante, introduz tecnologias que desequilibram o mercado de trabalho, acentuam a distância entre operários qualificados e a massa de trabalhadores, entre a cidade e o campo, entre as regiões, provocam o aumento imensurável do desemprego, dos sub-proletários, dos marginais, em suma – desarticulam as relações sociais. (Camargo, 1973, pp. 392)

Décio Saes também dedicou sua pesquisa a um ator social e seu lugar na política brasileira. Em *Classe moyenne et système politique au Brésil*, tese defendida em 1974, a protagonista é a classe média, objeto recorrente de reflexões na América Latina graças à sua importância nos processos de modernização – em que se destacara na crítica ao sistema oligárquico – e, mais tarde, na crise do populismo, quando assumiria um caráter mais conservador, como aliada das classes dominantes. Essas seriam as duas visões hegemônicas entre

intelectuais da região, que passaram da exaltação às classes médias – por exemplo o caso do tenentismo no Brasil – ao desprezo ou desconfiança diante de sua nova feição, retrógrada e tecnocrata. Saes toma distância dessas leituras e pretende relativizar o diagnóstico de “degradação” dos setores médios. Para tanto, analisa sua postura ao longo do processo de industrialização no Brasil, sobretudo durante o período conhecido como de “substituição de importações”, em que estes se expandiram junto com o crescimento do setor de serviços e conquistaram maior força política.

114 Saes também parte de uma análise histórico-estrutural que toma as relações entre os atores sociais e o sistema econômico e político brasileiros ao longo do tempo a partir de mudanças importantes da sociedade durante a expansão capitalista. Outro desafio que ele enfrenta é o da definição do significado do termo “classe média”. Em sociedades com estratificação tão complexa como as latino-americanas, seria impossível reunir, num mesmo grupo, trabalhadores com posturas políticas e ideológicas diversas. Essa desigualdade, que remeteria ao período da escravidão,¹⁵ contribui tanto para a dominação social quanto para a desorganização do movimento operário: trabalhadores não-manuais de camadas mais elevadas tenderiam a se afastar de outros estratos inferiores, com medo da ameaça de proletarização e, assim, adotariam posições mais conservadoras. Para Saes, enfim, não é suficiente recuperar a noção de classe média em seu sentido clássico, europeu. Apesar dessa reflexão concentrada sobre os setores médios, Saes permanece alinhado à concepção marxista do conflito de classes entre dois polos antagônicos, a burguesia e o proletariado. Essa convicção o leva a afirmar que a classe média não possui uma ideologia própria, mas tende a se alinhar às posições das classes

¹⁵ Décio Saes cita a pesquisa clássica de Florestan Fernandes sobre a integração do negro na sociedade de classes e a persistência de uma hierarquização que tende a desvalorizar o trabalho manual.

fundamentais de acordo com a conjuntura: “a posição política dos grupos médios depende da conjuntura, do modo como se articulam e se opõem a prática política burguesa e a prática política operária, de seus problemas e tensões” (1974, pp. 38).

A tese de Christine Apesteguy – *L'intervention fédérale en Amazonie. Éléments pour une définition de l'État Militaire au Brésil*, concluída em 1976 – foi concebida em diálogo com o projeto “Amazonie 2000”, liderado por Pierre Monbeig no CNRS. Geógrafo francês, Monbeig fora professor da USP entre 1935 e 1946 e já se dedicava ao estudo da Amazônia numa abordagem multidisciplinar, concentrada na análise das forças que pautavam projetos de integração nacional. Sua contribuição foi importante para pesquisadores que pensavam a intervenção do Estado militar, pois ele desconstruía a hipótese de que a história do “pioneirismo” no Norte do país começara a partir do golpe de 1964. O que teria mudado, segundo ele, era sua justificação ideológica. Apesteguy compartilha essa visão em sua pesquisa, que se concentra justamente sobre as estratégias de integração praticadas pelos militares. A nova ideologia que justifica a integração era concebida pelo Estado, mas na condição de instrumento da classe dominante, pois alçava ao status de “interesse nacional” e questão de segurança uma política que servia à expansão capitalista. A autora destaca ainda outras duas funções estatais importantes que aparecem coladas à ideológica: a econômica, de incentivo à acumulação através da criação de estruturas e isenções fiscais; e a policial, coercitiva, que resulta na repressão aos movimentos populares de resistência. Apesar de não ter como objeto um ator social específico, a tese de Apesteguy se assemelha às demais dirigidas por Touraine ao se preocupar com a História – que aparece na primeira parte ao lado da descrição do espaço amazônico – e com as estruturas da dependência, que exercem enorme peso sobre a forma de expansão capitalista na

região. A autora destaca alguns momentos dessa estratégia, como a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966, e o lançamento de dois grandes projetos: o Plano de Integração Nacional, em 1970, e o Segundo Plano Amazonense, de 1974.

Bourgeoisie industrielle et capital étranger au Brésil, tese defendida por Lígia Maria Pereira em 1978, é dedicada à análise do papel da burguesia paulista na implantação e manutenção do “modelo de desenvolvimento capitalista dependente”, sobretudo a partir de 1956. Ela dialoga com muitos trabalhos que, após o fracasso do projeto nacional-desenvolvimentista, criticaram setores da classe dominante por seu caráter antinacional, subordinado a interesses estrangeiros. Pereira toma Florestan Fernandes como uma referência importante neste debate. Ela sublinha a centralidade de sua hipótese da dupla determinação, interna e externa, à qual estaria submetida a expansão capitalista em sociedades dependentes, bem como a incapacidade da burguesia nacional de executar um programa de modernização. Carente de hegemonia, esta classe apresentaria uma feição autoritária, sobretudo diante do temor de uma revolução social que saísse de seu controle. Daí seu caráter antinacional. Para Pereira, essa visão é semelhante àquela que Touraine apresenta no livro *Les sociétés dépendantes*, de 1976: os países periféricos contam com burguesias frágeis, incapazes de liderar projetos nacionais. Elas acabam substituídas pelo Estado que, por sua vez, alia-se ao capital estrangeiro para realizar grandes transformações estruturais. Pereira também se ampara em *Crítica à razão dualista*, de Francisco de Oliveira que, mesmo fiel ao binômio “capitalismo dependente”, teria enfatizado em seu ensaio o caráter capitalista em detrimento da noção de dependência. Essa perspectiva, que Pereira considera a mais adequada, permitiria dar maior destaque aos conflitos internos e ao papel decisivo da burguesia nacional durante o processo de expansão do

capitalismo dependente, ao lado do Estado e do capital estrangeiro. Daí deriva a hipótese que guia sua pesquisa, emprestada de Francisco de Oliveira: a situação econômica é fundamental para a definição da política econômica, mas esta é acima de tudo *política*, ou seja, corresponde ao estado da luta de classes no país.

Maria das Graças Grossi também estudou a burguesia em seu doutorado, defendido em 1979. Em *Système politique et développement économique: le cas de Minas Gerais (Brésil)*, a autora recupera o debate sobre o tema, assim como fizera Pereira, mas prefere se concentrar sobre a trajetória da burguesia de Minas Gerais, seu estado de origem. Além do interesse pessoal, a pesquisadora justifica o recorte pela oportunidade de estudar uma região com características particulares no interior da heterogênea estrutura de produção nacional. Grossi propunha um olhar sobre a questão regional e um debate sobre o peso que o regionalismo político exerce sobre o conjunto do país. Essa dupla perspectiva lhe permitiu apresentar a hipótese de que o declínio econômico da burguesia de Minas Gerais não resultou numa perda equivalente de poder político nem de força social, sobretudo em âmbito local. Fenômeno que abriria a possibilidade para se pensar a partir de um “modelo mineiro de desenvolvimento”, que não seria idêntico ao nacional.

Ao tratar do sistema político dependente de seu estado, a autora toma como referência a teoria de Touraine, cuja análise não se dá em termos de dominação, mas de influência, pressão e reivindicação. Isso, segundo Grossi, evita o erro comum de tomar as classes sociais como atores diretos no interior do sistema político. Haveria sempre uma mediação entre atores e representação. Nas sociedades dependentes – e Minas Gerais representaria uma dependência dentro da dependência – essa mediação seria ainda mais acentuada. Daí a grande autonomia do sistema político, a ponto de ser possível identificar, em sociedades de enclave, uma “classe

política” interna sem ligação com a produção local, mas colada a interesses de grupos econômicos estrangeiros. Este seria o caso do sistema político mineiro, um Estado carente de setor produtivo de ponta e dominado por uma burguesia dependente em relação a outras regiões do país.

Em *L'union fait la faiblesse. Le commandement général des travailleurs et la politique brésilienne: 1962-1964*, tese defendida em 1979, Júlio César Grieco também se concentra na análise de atores sociais em sociedades dependentes. Logo na introdução, ele retoma a trajetória do debate sobre desenvolvimento na América Latina e a ruptura com as teses clássicas que afirmavam sua inevitabilidade, num sentido evolucionista. Neste percurso, as apostas otimistas no caráter progressista da burguesia também ruíram, o que inspirou grandes discussões sobre a conduta dos setores sociais dominantes. O mesmo não teria ocorrido em relação às classes dominadas, que são objeto da pesquisa de Grieco. Seu foco é sobre o movimento de trabalhadores, com destaque para a forma assumida pelo sindicalismo em países de capitalismo tardio e suas diferenças em relação ao modelo europeu. Uma de suas características peculiares, realçada pelo autor, é a dependência do movimento sindical em relação ao Estado. Essa percepção serve de ponto de partida para Grieco questionar a ideia de que as classes populares brasileiras haviam alcançado um grau elevado de radicalização nos anos anteriores ao golpe de 1964, ao ponto de ameaçarem a ordem social vigente. Essa hipótese, que era sustentada tanto por setores da esquerda quanto da direita, apontava para um incremento de formas de organização autônoma dos trabalhadores e se tornou um parâmetro para vários estudos sobre a crise do populismo durante os anos 1960. Grieco propõe uma leitura oposta que sublinha – como sugere o título de sua tese – a fraqueza da classe trabalhadora, organizada por sindicatos cujas direções eram bastante dependentes do sistema político.

Ghislaine Duque estuda o movimento camponês em *Casa Nova: interventions du pouvoir et stratégies paysannes. Un «municipe» du «sertão bahiano» à l'heure de la modernisation*, tese defendida em 1980. A partir do contato com a população afetada pela construção da barragem de Sobradinho, na fronteira dos estados da Bahia, Pernambuco e Piauí, Duque tenta responder a algumas questões: em quais condições aqueles camponeses, “clientes” de programas de assistência social, poderiam se converter em atores? Como e quando eles passariam à ação? De que forma poderiam superar o limite de demandas econômicas, imediatas, e assumirem uma conduta mais ampla e autônoma? Essas perguntas aproximaram a autora das discussões que Touraine fazia sobre os novos movimentos sociais, mas ela não se restringiu a este marco teórico. Ainda no Brasil, decidiu cursar disciplinas na PUC do Rio de Janeiro, onde teve contato com Ivandro da Costa Sales, e no Museu Nacional, onde um grupo ligado a Moacir Palmeira realizava pesquisas sobre o movimento camponês no Nordeste. Esses contatos lhe permitiram conhecer a obra de outros autores brasileiros que aparecem em sua bibliografia, como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Costa Pinto, Juarez Brandão Lopez ou Francisco de Oliveira.

Ao analisar as referências bibliográficas das nove teses, agora tomadas em conjunto, é possível identificar alguns textos e autores recorrentes. Fernando Henrique Cardoso está entre os mais citados, com várias obras, entre as quais se destacam *Notas sobre Estado e dependência*, com quatro aparições, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, cinco vezes, e *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, elaborado com Enzo Faletto, lembrado em seis trabalhos. *Crítica à razão dualista*, de Francisco de Oliveira, também é citado em seis teses. Octavio Ianni é outra presença constante: *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil* e *O colapso do populismo no Brasil* são mencionadas quatro vezes

cada. O livro *A industrialização de São Paulo*, do historiador Warren Dean, aparece como referência para cinco pesquisas. Há ainda um autor unânime: Celso Furtado é lembrado em todas as nove teses, por diversas obras. E pertence a ele a mais citada, oito vezes: *Formação econômica do Brasil*.

A lista de autores e obras também nos permite identificar alguns centros de maior influência. O primeiro, sem dúvida, é a sociologia paulista, representada por Cardoso e Ianni, mas também por autores pioneiros em estudos sobre o meio operário, como Juarez Brandão Lopes e Azis Simão. Já Florestan Fernandes, mestre dessa geração, só aparece com maior frequência nas bibliografias de teses defendidas a partir da segunda metade dos anos 1970, quando já estavam publicadas duas de suas obras mais citadas: *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, de 1973, e *A revolução burguesa no Brasil*, de 1975. Em contrapartida, são raras as referências a seus trabalhos anteriores à década de 1970, em que pesavam questões de método e teoria das ciências sociais. Outros nomes que aparecem, porém com menor intensidade do que os “paulistas”, são os de autores ligados aos debates sobre a dependência num viés marxista, como Ruy Mauro Marini.

As referências também variam de acordo com o tema da pesquisa, o que fica muito claro quando separamos trabalhos que se concentram sobre o espaço urbano – sindicatos, organizações patronais, aspectos da industrialização – daqueles voltados ao meio rural. Enquanto, nos primeiros, são mais numerosas as citações de autores vinculados à cadeira I de sociologia da USP ou à teoria da dependência, em suas variadas feições, nos últimos aparecem referências específicas que remetem a outras escolas ou tradições. São os casos, especialmente, das teses de Aspásia Camargo e Ghislaine Duque, ambas dedicadas ao movimento camponês no Nordeste brasileiro. Sem ignorarem a questão mais ampla das sociedades dependentes e de seus atores sociais,

presente em todas as teses, elas se aproximam de autores e textos que dão maior atenção à questão regional em seus trabalhos. É o caso de nomes vinculados ao Museu Nacional, como Moacir Palmeira, lembrado por sua tese em francês, *Latifundium et capitalismo au Brésil: lecture critique d'un débat*, ou Afrânio Garcia Jr., com sua dissertação *Terra de trabalho*. As teses de Camargo e de Duque também compartilham outras obras de referência, como *A terra e o homem do nordeste*, de Manuel Correia de Andrade, *Os sertões*, de Euclides da Cunha, e *Cangaceiros e fanáticos*, de Rui Facó. Ambas também citam textos de Caio Prado Jr. sobre a questão agrária no Brasil. Mas há diferenças: Aspásia Camargo lembra diversas obras de Gilberto Freyre, autor ausente na bibliografia de Ghislaine Duque. Nesta, a autora mais citada é Maria Isaura Pereira de Queiroz: são sete trabalhos sobre messianismo e tradição no meio rural brasileiro.

Essa presença marcante de Queiroz na bibliografia de uma das teses abre novos caminhos para nossa reflexão. Vinculada à tradição da cadeira II de sociologia da USP, ela não teria camuflado seu mal-estar diante da predileção de Touraine pelos membros da cadeira I, durante sua estadia em São Paulo.¹⁶ Isso não foi obstáculo, no entanto, para que ela se tornasse a maior referência da pesquisa de Duque, orientanda que talvez seja a mais distante da abordagem privilegiada por seu orientador não só pela escolha de seu objeto – os camponeses do Nordeste, também estudados por Aspásia Camargo – mas, sobretudo, por ter sublinhado em sua tese o peso de aspectos culturais que seriam próprios desse ator, como o messianismo, tema em que Queiroz era e ainda é uma referência incontornável. Essa liberdade

121

¹⁶ Segundo Touraine, quando ele manifestou sua simpatia por Fernando Henrique Cardoso e outros pesquisadores da cadeira I “foi um drama. Porque o pessoal da minha cadeira, em especial Maria Isaura [Pereira de Queiroz], ficou furioso. Maria Isaura não falou mais comigo pelo resto da sua vida. O que era uma bobagem, porque tanto faz a cadeira I ou a cadeira II.” (informação verbal, entrevista cedida em fevereiro de 2018).

da qual Duque desfrutou para escolher os rumos de seu trabalho foi compartilhada pelos outros doutorandos de Touraine, segundo apurei em entrevistas: o sociólogo francês não impunha sua perspectiva ou sua agenda de pesquisas aos orientandos que se dedicavam ao Brasil. Neste sentido, as referências constantes a autores vinculados direta ou indiretamente à cadeira I de sociologia da USP não seria fruto da orientação de Touraine, mas da escolha dos próprios pesquisadores que, mesmo distantes, compartilhavam muitas das questões que animavam as ciências sociais brasileiras. Sobretudo aquelas vinculadas à longa tradição de estudos – que remetia à CEPAL e a Celso Furtado, presente em todas as teses – dedicada a identificar os obstáculos ao desenvolvimento nos países periféricos. Preocupação que, a partir de 1964, se converteu num esforço de interpretação sobre as causas do colapso do populismo e do nacional-desenvolvimentismo, colado à reavaliação da conduta dos atores sociais. Temas difundidos em que a presença de expoentes da escola paulista era marcante.

Mas até que ponto essa visão sobre atores sociais e dependência no Brasil pode ser estendida para outros países latino-americanos? Para responder a essa questão, analisei o conteúdo de três teses sobre o Chile orientadas por Touraine no mesmo período: *La stabilité politique du Chili: quelques hypothèses sur le rôle du mouvement ouvrier*, de Francisco Zapata Schaffeld, defendida em 1970; *Le comportement ouvrier au Chili*, de Roberto Décio de las Casas, de 1975; e *Voie légale vers le socialisme? La tactique de l'Unité Populaire et les institutions politiques chiliennes*, elaborada por Susana Bruna del Campo e concluída em 1975. É possível notar já pelos títulos dessas pesquisas que elas compartilham com os trabalhos dedicados ao Brasil o interesse pelos atores sociais e sobre suas formas de expressão política. As duas primeiras tratam do movimento operário, enquanto a terceira analisa a tática da Unidade Popular, aliança que deu expressão às demandas

das classes dominadas chilenas. Outro dado interessante é que a tese de Zapata Schaffeld foi elaborada num período de ascensão do movimento operário no país, enquanto as de Décio de las Casas e Bruna del Campo se encerraram após o golpe militar de 1973, que derrubou Salvador Allende. Veremos que essa mudança radical de conjuntura teve peso sobre seus trabalhos.

Zapata Schaffeld iniciou sua pesquisa em Santiago, em 1967, junto ao Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES), que era dirigido por José Medina Echavarría e Fernando Henrique Cardoso. Este aparece em sua bibliografia ao lado de outros brasileiros, como Juárez Brandão Lopez, Celso Furtado, Leôncio Martins Rodrigues, Azis Simão e Francisco Weffort. Cardoso e Furtado são lembrados na tese de Décio de las Casas, que dialoga com nomes vinculados a outra vertente da teoria da dependência, como Theotônio dos Santos e André Gunder Frank – algo que também faz Bruna del Campo ao citar Ruy Mauro Marini.

Na tese de Zapata Schaffeld, um dos pontos de partida é a ideia de que o sistema político chileno se consolidou mais cedo do que em outros países da América Latina, antes que a pressão das massas populares se fizesse sentir. Quando estas apareceram, logo foram absorvidas pelo regime e passaram a expressar suas demandas através de um sindicalismo organizado e autônomo, o que contribuía para legitimar as instituições políticas. A autonomia dos sindicatos chilenos contrastava com a situação do movimento operário de outros países. No Brasil, por exemplo, encontraríamos um sindicalismo controlado pelo Estado, cuja descrição o autor retira de textos de Azis Simão e Leôncio Martins Rodrigues. Para Zapata Schaffeld, em suma, os atores sociais estariam mais consolidados no Chile do que em outros países latino-americanos. O movimento operário, em especial, teria se integrado ao sistema político

e passado a influenciá-lo, o que o aproximava mais de um modelo de experiência europeu do que latino-americano. Há uma visão otimista do autor a respeito da estabilidade e abrangência das instituições políticas e da força dos atores sociais e chilenos. Uma leitura compreensível naquela conjuntura em que o país abrigava uma democracia supostamente aberta à participação popular. Talvez essa impressão explique o fato de Zapata Schaffeld não colocar a teoria da dependência como base de suas reflexões: ela é lembrada, mas ele não considera a falta de controle dos atores sociais nacionais sobre o sistema econômico como um fator condicionante da sociedade chilena.

Nas outras duas teses, defendidas após o golpe militar, a postura é outra. Tanto para Décio de las Casas quanto para Bruna del Campo, a dependência econômica é um dos motivos fundamentais para o fracasso da democracia popular chilena. Ela ajuda a moldar, para o primeiro, o comportamento dos atores sociais internos. Inclusive do movimento operário, que foi o objeto de sua pesquisa. Bruna del Campo também parte da teoria de dependência para discutir a estrutura social chilena e retoma Ruy Mauro Marini, por exemplo, para discutir a existência de uma classe trabalhadora superexplorada e excluída do sistema político, o que vai em sentido contrário à tese central de Zapata Schaffeld. O golpe contra a Unidade Popular inspirou uma leitura mais pessimista expressa nas duas últimas teses, mas os três trabalhos perseguem objetivos idênticos: compreender as especificidades do desenvolvimento capitalista na periferia e a conduta dos atores sociais neste processo. A mudança na conjuntura só teve reflexo, portanto, nas hipóteses e conclusões das teses: se o Chile democrático permitia interpretar sua história a partir de uma aproximação maior à experiência europeia, a ditadura de Pinochet exigia uma abordagem mais colada à ideia de um modelo de desenvolvimento dependente.

Conclusão

Em seus textos dedicados à América Latina, Touraine levantava questões semelhantes, o que o aproximava dessa perspectiva então dominante na sociologia brasileira. Mas sua abordagem não era idêntica. Ao definir um rígido “modelo dependente de desenvolvimento”, que apresentei anteriormente, e ao enfatizar em suas análises os desvios deste em relação ao caminho clássico da modernização trilhado por países europeus, o sociólogo francês se afastou de alguns pressupostos fundamentais do pensamento social da Escola Paulista. Uma forma de interpretarmos essa ruptura é através da comparação entre o lugar da periferia e de seu alcance heurístico nas perspectivas de Touraine e de alguns expoentes da sociologia da USP.

Ao discutir o pensamento social dessa Escola a partir de um trecho do prefácio de Florestan Fernandes à primeira edição de *A sociologia numa era de revolução social*, de 1962, Elide Rugai Bastos acredita:

ser possível apontar para uma afirmação implícita na análise, que parece ancorar a definição do objeto de investigação: *a partir da periferia percebe-se melhor o movimento da sociedade, possibilitando a verificação dos princípios que a estruturam*. Aqui está a gênese do método. Florestan explicita essas intenções levantando as possibilidades de reflexão sociológica desenvolvida por seu grupo inscrever-se no debate internacional. (2002, p. 189, grifo original)

Ao desviar-se da norma, a modernização dos países periféricos exige retificações de abordagens clássicas da sociologia e a construção de novos modelos. Mas estes não se encerram em si: para Florestan Fernandes, eles devem contribuir para o debate sociológico como um todo, além das fronteiras nacionais. Daí a posição “quase privilegiada” que ele atribui aos sociólogos brasileiros. A periferia sobre a qual e de onde eles falam não é

apenas um objeto de estudo. Ela é “o objetivo, unidade de pesquisa, o desafio à compreensão, a busca de um suporte teórico e o método de investigação” (Bastos, 2002, pp. 186).

A sociologia do desenvolvimento proposta por Touraine não tem a mesma dimensão. Embora dialogue com a perspectiva que sublinha aspectos originais da História e da realidade latino-americana e valorize as contribuições do pensamento social da região – da teoria da dependência, em particular – à sociologia em geral, o sociólogo francês não rompe completamente com um lugar de fala que toma a experiência europeia como parâmetro definitivo de análise. Este ponto de vista – do qual muito dificilmente ele poderia se afastar – é o da modernidade europeia, sobretudo francesa. É a essa realidade que sempre remete seu pensamento, mesmo quando ele olha para outras sociedades. É dela também que ele retira seus objetivos de pesquisa, os desafios à compreensão e as bases teóricas e metodológicas da investigação, mesmo quando afirma a incompatibilidade entre um modelo de análise europeu e a realidade das sociedades dependentes. É neste ponto, aliás, que surge uma tensão crucial, não resolvida: diante da impossibilidade de compreender os atores e a ação social nessas sociedades a partir de uma abordagem clássica, Touraine sublinha a fraqueza, a imperfeição ou o desvio à norma. A inadequação entre a realidade latino-americana e a teoria social gera um impasse que pesa sobre a primeira: nosso problema é que não somos plenamente modernos.

Conhecer sua posição também nos ajuda a entender a predileção pelos estudos sobre a industrialização e os conflitos urbanos no Brasil que ele revelou durante sua passagem pela USP, no início dos anos 1960: esses temas permitiam um vínculo mais imediato com o debate sobre modernidade e modernização que sempre o preocupou. Algo que ele me revelou em entrevista recente, quando o questioneei sobre o que o levou a se aproximar da Cadeira I de Sociologia:

A única coisa que posso dizer é que tinha essa gente da sociologia do trabalho e gente que eu me sentia menos próximo como Maria Isaura [Pereira de Queiroz], que era realmente a ideia do Brasil rural, da tradição. Coisas de boa qualidade, porém mais distantes do que eu me ocupava, da modernização, da industrialização. (informação verbal)¹⁷

Ou seja: as pesquisas voltadas exclusivamente ao meio rural ou a atores considerados tradicionais que não se propusessem a pensá-los em relação com o urbano lhe pareciam alheios ao debate sobre a modernização. Uma separação rígida entre dois mundos – o arcaico e o moderno – que corre o risco de recair numa visão dualista das sociedades dependentes. A periferia não atinge em seu pensamento o *status* de método que conquistou entre alguns expoentes da sociologia paulista: os percalços da modernização latino-americana não lhe parecem elementos constitutivos da modernidade em si e não podem, portanto, dar grandes contribuições à compreensão do todo. Não revelam, para Touraine, caminhos específicos *no interior* da experiência moderna, mas *marginais* em relação a ela, exóticos, dotados de um caráter heurístico que se limitaria às suas próprias fronteiras periféricas. Em suma: a marginalidade se sobrepõe à especificidade.

Mas essas características não apagam a importância de seu intercâmbio com a sociologia brasileira. Touraine teve uma sensibilidade rara entre intelectuais estrangeiros diante da realidade da América Latina e contribuiu para a construção de uma sociologia crítica de seu processo de modernização. Conhecer os termos desses debates e os contextos nos quais eles se inseriram nos permite identificar melhor aspectos da História do pensamento social brasileiro e latino-americano. Afinal, o olhar do estrangeiro talvez ajude a revelar alguns aspectos que nós, imersos em nossos conflitos, temos dificuldades para enxergar.

¹⁷ Entrevista cedida em fevereiro de 2018.

Flávio da Silva Mendes

é doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e atualmente conclui o pós-doutorado pelo departamento da área na mesma universidade.

Bibliografia

- BASTOS, Elide R. 2002. Pensamento social da escola sociológica paulista. *In: MICELI, Sérgio. O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002*. São Paulo: Anpocs.
- CHAPOULIE, Jean-Michel. 1991. La seconde fondation de la sociologie française, les États-Unis et la classe ouvrière. *Revue Française de Sociologie*, v. 32, n. 3, pp. 321-364.
- CROZIER, Michel. 1996. Alain Touraine: a pioneer in the new french sociology. *In: CLARK, Jon; DIANI, Marco. Alain Touraine*. Londres: Falmer Press.
- GADEA, Carlos A.; SCHERER-WARREN, Ilse. 2005. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. *Revista de Sociologia e Política*, n. 25, nov. 2005.
- LOPES, José Sérgio L. 2013. Touraine e Bourdieu nas ciências sociais brasileiras: duas recepções diferenciadas. *Sociologia & Antropologia*, v. 3, n. 5, pp. 43-79, jun. 2013.
- LOPES, José Sergio L.; PESSANHA, Elina; RAMALHO, José Ricardo. 2012. Esboço de uma história social da primeira geração de sociólogos do trabalho e dos trabalhadores no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 118, pp.115-129.
- OOMMEN, Tharailath K. 1996. Social movements in a comparative perspective: situating Alain Touraine. *In: CLARK, Jon; DIANI, Marco. Alain Touraine*. Londres: Falmer Press.
- PIRES-SABÓIA, Anita (org.). 2000. Catalogue général de thèses soutenues en France sur le Brésil: 1823-1999. *Cahiers sur le Brésil Contemporain*, Paris. Hors série.
- PULICI, Carolina. 2007. De como o sociólogo brasileiro deve praticar seu ofício: as cátedras de sociologia da USP entre 1954 e 1969. *Perspectivas*, v. 31, pp. 97-120.
- ROMÃO, Wagner M. 2006. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do Cesit*. São Paulo: Humanitas.
- SCOTT, Alan. 1996. Movements of modernity: some questions of theory, method and interpretation. *In: CLARK, Jon; DIANI, Marco. Alain Touraine*. Londres: Falmer Press.

- TANGUY, Lucie. 2008. Retour sur l'histoire de la sociologie du travail en France: place et rôle de l'Institut des sciences sociales du travail. *Revue Française de Sociologie*, v. 49, n. 4, pp. 723-761.
- TOURAINÉ, Alain. 1961. Industrialisation et conscience ouvrière à São Paulo. *Sociologie du Travail*, v. 3, n. 4, pp. 77-95.
- TOURAINÉ, Alain. 1973. *Production de la société*. Paris: Editions du Seuil.
- TOURAINÉ, Alain. 1976. *Les sociétés dépendantes: essais sur l'Amérique Latine*. Paris: Editions Duculot.
- TOURAINÉ, Alain. 1977. *Un désir d'histoire*. Paris: Stock.
- TOURAINÉ, Alain. 1988. *La parole et le sang: politique et société en Amérique Latine*. Paris: Odile Jacob.



ENTRE A AMÉRICA LATINA E UMA PROPOSTA DE EMANCIPAÇÃO: OS CONCEITOS DE *CULTURA* *DEMOCRÁTICA* E *SUJEITO* NA OBRA DA ALAIN TOURAINE

Rubia de Araújo Ramos

é doutoranda em Sociologia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Campinas, SP,

Brasil. E-mail: <ramos.arubia@gmail.com>

Orcid: 0000-0002-5658-6755

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-130159/106>

Introdução

A teoria da ação de Alain Touraine é conhecida internacionalmente pelos trabalhos realizados na América Latina. Apesar disso, a produção intelectual do autor ainda é pouco conhecida por parte da sociologia brasileira. São poucos os estudos sobre Touraine, sua produção intelectual, os trabalhos que realizou no Chile, na Argentina e no Brasil, e suas contribuições para a formação do pensamento social latino-americano, sobre os movimentos sociais e outras formas de ação espontânea da sociedade.¹ Entre as relações que o autor estabeleceu com a América Latina, ainda no início de sua trajetória intelectual, participou da criação de um centro de pesquisas sociológicas, em 1956 na Universidade do Chile, onde estudou consciência operária; e no Brasil, em meados da década de 1960, fez parte da criação do

¹ Alonso (2009); Gadea e Scherer-Warren (2008, 2005a, 2005b); Gohn (2006, 2011, 2014); Peralva (2000, 1992) e Scherer-Warren (2014) são exemplos de intelectuais brasileiros que se utilizaram das contribuições de Alain Touraine para realizar pesquisas sobre movimentos sociais no Brasil.

Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit) na Universidade de São Paulo (USP).

É certo que durante quase toda a sua trajetória intelectual, Touraine se dedicou a compreender a América Latina a respeito da organização social e política, e especialmente as capacidades de ação social e de democracia. Seu objetivo era analisar categorias e formas de ação e de desenvolvimento do continente latino-americano (Touraine, 1989a, p. 19). Para isso, ele optou por entender núcleos e grupos de agentes coletivos a partir de conteúdos internos, assumindo uma postura contrária ao pensamento que constrói a América Latina, transpondo noções elaboradas e utilizadas na Europa e na América do Norte. Centrado nos atores, Touraine buscou potenciais de transformação da história e identificou certa fragilidade de formação das classes sociais locais como resultado de uma “heterogeneidade estrutural” das sociedades, em parte porque a base das sociedades, isto é, a mão de obra, não costuma participar das trocas econômicas e dos sistemas políticos nacionais. “O isolamento rural, o analfabetismo, a marginalidade urbana, a força dos círculos de relações pessoais e familiares limitam a participação na vida pública” (Touraine, 1989a, p. 141). De modo geral, Touraine não encontrou nos trabalhadores agrícolas, nas classes médias e nem mesmo entre os operários industriais, categorias culturais e políticas homogêneas. A posição dos Estados latino-americanos também foi, segundo essa análise, um elemento importante, no sentido de que a atuação dos Estados se confunde com a atuação de atores políticos, sociais, econômicos, e até mesmo culturais, ocupando o papel do personagem central da modernização e dificultando, desse modo, relações exclusivamente entre atores sociais (Touraine, 1989a, pp. 55-79).

O interesse pelo desenvolvimento latino-americano teve maior expressão nas duas primeiras fases da trajetória do autor: a primeira delas, já mencionada, quando sob o

debate de inspiração marxista, Touraine desenvolveu estudos empíricos sobre a consciência operária de trabalhadores de minas de carvão e da siderurgia no Chile, bem como da classe operária de São Paulo; a segunda fase, dedicada aos movimentos sociais enquanto atores da historicidade² moderna – em especial a onda de novos movimentos na Europa e as revoltas de maio de 1968 na França – que marcaram a emergência da noção de “novos movimentos sociais” em sua obra. Nesse período, o contexto latino-americano ficou marcado pela sequência de golpes militares de Estado, tratados pelo intelectual francês na reflexão sobre as relações existentes entre as diferentes formas autoritárias de poder, como o paternalismo e o caudilhismo, por exemplo, e as capacidades de luta dos atores sociais. Os trabalhos dessa fase mostram que havia maior interesse do autor nas relações entre o social e o político, de modo que Touraine (2004, p. 88) se ocupou dos movimentos sociais e políticos urbanos da América Latina, conforme se observa no livro *Palavra e sangue*.³

132

A terceira e mais recente fase caracteriza-se como teoria mais abrangente e propositiva, que trata de uma importante construção teórica do autor, expressa nos conceitos centrais e interdependentes de “cultura democrática” e “sujeito”, ambos correspondentes ao entendimento touraineano da modernidade ocidental. Essa fase traz formulações que

² O conceito de historicidade (*historicité*) é central na obra do autor e permanece em todas as fases de seu pensamento. Ele faz referência às capacidades da sociedade produzir-se a si mesma, suas orientações sociais e culturais a partir da própria ação e atribuição de sentido à suas práticas. Trata-se da ação de transformação e criação de si. A historicidade constitui o objeto de luta dos movimentos sociais e das relações de conflito social na busca de seu controle, isto é, controlar orientações para os sistemas de ação, para a produção da sociedade, do funcionamento organizacional, das instituições políticas e dos conflitos de classe, até orientações culturais. Para aprofundar o conceito, ver *Production de la Société* (1973a).

³ O livro foi publicado no mesmo período de democratização da América do Sul. Foram diferentes experiências no decorrer da década de 1980: Primeiro a Bolívia em 1982, depois Argentina em 1983, Uruguai e Brasil em 1985, e Chile em 1989.

resultam de trabalhos precedentes do autor, realizados também como análise de processos de modernização e desenvolvimento da América Latina; fato que nos permite considerar experiências latino-americanas como importantes para a construção da teoria geral mais recente de Touraine em torno dos temas modernidade, democracia e atores sociais. Em outras palavras, podemos partir da suposição de que a construção dos conceitos centrais – de “cultura democrática” e “sujeito” –, destacados desde o início da atual fase, possui ligação relevante com as pesquisas anteriormente realizadas sobre a vida social e política da América Latina.

A relação entre os diagnósticos da América Latina e a terceira fase da obra touraineana foi brevemente apresentada por Gadea e Scherer-Warren (2008), porém, sob uma perspectiva geral de democracia, que desconsidera especificidades do conceito de “cultura democrática” e seu caráter propositivo – um aspecto central para a noção de “sujeito” e para compreender os nexos entre este, os estudos sobre América Latina, e demais conteúdos do trabalho teórico mais recente do autor. Para tratar dessas relações, bem como de seus limites e contribuições enquanto teoria da ação contemporânea, proponho considerarmos a terceira fase do autor não como ruptura, mas como uma continuidade, cuja intermediação se dá pela crítica touraineana da modernidade, a qual nos ateremos de início, e nos dois momentos seguintes, os conceitos de “cultura democrática” e “sujeito”, para posteriormente identificarmos nexos existentes entre a análise da América Latina e os conceitos destacados da crítica do autor.

A proposta é estabelecer uma reflexão e identificar conexões a partir das principais obras do autor que buscam dar continuidade à teoria dos “novos movimentos sociais”, interessadas em analisar realidades marcadas pelo capitalismo avançado que registra, no interior desse pensamento, o fim da sociedade industrial e a necessidade de um novo paradigma teórico.

A leitura touraineana da modernidade

A concepção de modernidade em Alain Touraine vincula-se à sua crítica ao pensamento moderno que diz ser a razão objetiva o grande protagonista das transformações da sociedade (Touraine, 2008 [1992], 1998 [1997]). Segundo o pensamento do autor, a supressão de categorias subjetivas da vida social, próprias do universo simbólico das relações humanas, tende a eliminar o entendimento das capacidades do ator fazer sua própria história, da sociedade produzir-se a si mesma; ela reduz o homem à figura do cidadão submetido às leis e dificulta diagnósticos sobre movimentos sociais e outras formas de mobilização coletiva de transformação, impossibilitando uma compreensão teórica mais apurada sobre os dilemas da modernidade, seus contrassensos, e os potenciais de ação e reação dos indivíduos que dela fazem parte.

O “discurso interpretativo dominante” (Touraine, 2009) da modernidade entende que o progresso da racionalidade e da técnica, isto é, aspectos próprios da ideia predominante de modernização, levaria à liquidação de crenças, privilégios, ideias e formas tradicionais de organização política e social, e se constituiria um processo libertário que combinaria razão e prazer; crescimento econômico, liberdade política e felicidade individual (Touraine, 2008, p. 195). No entanto, a valorização da lógica dos mercados econômicos, da produção em massa de bens materiais e culturais, e o incentivo ao consumo, próprios da razão objetiva, mostrou uma modernidade em crise ao gerar condições desfavoráveis às experiências que reúnem o *homem de cultura* e o *homem de técnicas*. Os elementos que compõem essa modernidade não parecem mais análogos e interdependentes, conforme afirma Touraine, pois “a dissociação entre as estratégias econômicas e a construção de um tipo de sociedade de cultura e de personalidade operou-se muito depressa” (Touraine, 2008, p. 196). De um lado estaria a economia mundializada e a constante inovação de tecnologias, que não contribuíram

para a diminuição das desigualdades e não trouxeram maior segurança e participação; e do outro lado, o crescente comportamento dos grupos voltados para as identidades culturais e questões locais.

A separação entre as duas faces opostas da modernidade – objetiva e subjetiva –, tratada por Touraine como *dissociação*, marca o período denominado de “baixa modernidade” (Touraine, 1998, pp. 156-160), também tratado como “pós-industrial” ou “programada” (Touraine, 1998, 2004), cuja maior característica seria a separação entre Estado e sociedade, sistema e corpo social, valendo a sobreposição do mundo das técnicas e dos mercados em relação aos direitos subjetivos, identitários e culturais (Touraine, 1998, pp. 178). Tal fragmentação entre sistema e ator aponta para o desaparecimento de princípios, metas sociais que possam torná-los complementares, e para a ausência de unidade entre desenvolvimento, valores sociais e culturais. Do ponto de vista do projeto modernidade, o autor anuncia a crise do progresso.

135

A concepção dual do conceito de sociedade moderna, central na terceira fase do autor, considera temas vinculados à razão e à subjetividade como igualmente necessários para analisar e compreender processos de desenvolvimento próprios de sociedades complexas. Tal ideia deve-se à proposta de pensar a vida social a partir de baixo, isto é, dos indivíduos, considerando a vontade pessoal enquanto fato observável, que tende a combinar personalidade individual e herança cultural com a participação no mundo das técnicas, da economia e da política (Touraine, 1998, p. 189). Tal abordagem é identificada anos antes, quando Touraine (1989a) apresentou resultados de suas análises de categorias sócio profissionais na América Latina, como trabalhadores agrícolas, o setor informal urbano, operários, a classe média e outros.

Para Touraine (2008, p. 334), à medida que a racionalidade objetiva avança, maior é a imposição da modernidade ocidental sobre culturas e sociedades periféricas, e o que

deveria ser libertação, torna-se alienação. Assim mostrou a história ocidental do século XX: sucessivos processos de modernização exógenos, imposições de um poder nacional ou estrangeiro que produz dissidentes, grupos excluídos, minoritários, e aumento dos níveis de desigualdade. Esses contrassensos da modernidade foram percebidos por Touraine (1989a, p. 148) no contexto latino-americano, sobretudo nas formas de luta, situadas, segundo o autor, em três planos: das lutas sociais, que se referem, em certa medida, à luta de classe; da independência nacional, contra a dominação estrangeira; e da integração nacional, contrária ao poder oligárquico e à segmentação econômica. Todos esses aspectos foram encontrados nas experiências de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nos diversos movimentos urbanos, como feminista e negro, bem como nos movimentos de jovens e os movimentos indígenas por todo o continente que, no período referido pelo autor, passava por reformulações pós-governos ditatoriais.

São fortes os indícios de que o desenvolvimento da análise da sociedade pós-industrial passa pelos estudos sobre o desenvolvimento industrial latino-americano e suas particularidades, em parte concentrados em *Palavra e sangue* (1989a).⁴ Nos termos da sociedade programada ou pós-industrial é necessário observar que o diagnóstico em nada se aproxima da ideia de ruptura ou negação da sociedade industrial, pois a luta de classes continua proporcionalmente à ação que a sociedade exerce sobre si mesma. (Touraine, 2004, p. 129)

Considerando que política não se restringe ao sistema institucional e aos partidos políticos, Touraine observa que na América Latina a ação coletiva atinge seu mais alto grau quando une motivações e objetivos, experiência e ação, cultura e política.

⁴ Outras obras trazem conteúdos da experiência Latino-americana. Cf. Touraine, 1973a, 1973b, 1976, 1978, 1984, 1998, 2008, 2007, 2009.

Nesse sentido, a defesa comunitária de grupos camponeses – indígenas ou não – ou dos pobres da cidade indica a ligação mais forte, que se pode observar no continente, entre o esforço para participar de um processo de modernização e a defesa de uma identidade ou de uma comunidade ameaçadas. (Touraine, 1989a, p. 276)

Não se tratando, necessariamente, de movimentos sociais, as experiências de luta na América Latina tendem a alargar as pretensões democráticas – condição que se vincula à proposta teórica de combinar as duas faces da vida do Homem moderno, a ação instrumental e a identidade cultural, sendo o apelo ao “sujeito” uma formulação mais recente dessa proposta.

O argumento favorece nossa hipótese de que análises das experiências da ação social e política na América Latina, realizadas por Touraine (1989a [1987], 1984), tenham contribuído consideravelmente para sua proposta mais recente: a crítica da modernidade e os conceitos propositivos de “cultura democrática” e “sujeito”, encontrados desde *Crítica da Modernidade e Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Dessa relação, podemos considerar a afirmação de Touraine (1989a, p. 16) sobre a América Latina ser um “terreno ideal de análise e reflexão”, pois a ideia de modernidade pode ser vista por toda parte, na vontade de crescimento, na aposta na educação, e na busca de participação política e social, passando pela identidade cultural e pela luta contra o poder estrangeiro. Nessa perspectiva, só é possível compreender a vida social moderna por meio da relação de interdependência entre os mundos da produção técnica, científica e das práticas cotidianas, sem dissociá-los no diagnóstico crítico da modernidade e de suas condições de democracia.

De acordo com suas pesquisas, Touraine apresenta diferentes processos de modernização na América Latina, os quais compartilharam da ausência de padrões típicos da sociedade

industrial europeia, isto é, a não exclusividade do trabalho na luta por justiça social⁵ e a heterogeneidade de tensões, conflitos e contradições. O autor considerou diversos aspectos do desenvolvimento latino-americano, mas foi a formação dos atores sociais, divididos entre a situação objetiva (de classe) e a origem (trajetórias pessoal e coletiva), bem como a relação entre política e sociedade, que ganharam centralidade nesse estudo e, anos depois, pôde ter um desenvolvimento mais amplo nos conceitos de “cultura democrática” e “sujeito”.

A sociedade não pautada exclusivamente no trabalho industrial, e no movimento operário como ator da transformação histórica, apresenta conflitos por toda parte (Touraine, 1989b). Tal percepção das mudanças sociais se somou à recuperação da noção mais abrangente de “sociedade civil”, até então esquecida, e junto com ela a ideia de diferentes atores de pressão social, diferentes movimentos sociais e formas de organização.⁶ Sobre a retomada da sociedade civil, Touraine (1996, pp. 160-161) justifica sua escolha em defesa da democracia, conforme se verifica no seguinte trecho:

138

[...] a democracia tem como objetivo principal garantir a igualdade não só dos direitos, mas também das oportunidades e limitar o quanto possível a desigualdade dos recursos. Tal concepção de democracia impôs-se durante todo o tempo em que o mundo moderno viveu sob o signo do que Horkheimer designava por razão objetiva. Na medida em que batia uma sociedade hierarquizada que visava, antes de tudo, a reprodução de uma ordem social, a sociedade política tinha aparecido, da mesma forma que a razão científica, como um agente de libertação. No entanto, quando o sucesso da modernização multiplicou os bens de consumo, aumentou

⁵ Podemos dizer que as funções sociais no mundo do trabalho, antes definidoras da identidade do Homem, deixam de ser suficientes para a identificação do indivíduo diante dos efeitos da dissociação.

⁶ Sobre a relevância dessa retomada: Cf. Cohen, 1985.

a mobilidade e enfraqueceu as hierarquias tradicionais, foi a sociedade política e sua moral do dever que apareceram como impositivas e os modernos encontraram bem depressa mais liberdade na sociedade civil do que no Estado.

Os novos atores, em grande parte minorias políticas marginalizadas, se formam como grupos de reivindicação e resistência aos contrassensos da modernidade, ao mesmo tempo em que manifestam características da crise em seu interior, por vezes mais voltados para aspectos da autoestima e da dignidade do indivíduo do que de categorias propriamente coletivas. Os movimentos negro, ambientalista, indígena, gay, feminista e estudantil, são alguns exemplos trazidos por Touraine (1998, 2008, 2009), e correspondem à ideia de que “quando não se é mais definido por sua atividade, se constrói ou reconstrói para si uma identidade a partir de suas origens” (Touraine, 2008, p. 191).

Essa noção de sociedade voltada para os atores e suas capacidades de ação enquanto motor das transformações também é encontrada nos estudos sobre América Latina, conforme se observa no seguinte trecho:

139

Mesmo quando os atores são fracos, ausentes ou desarticulados, é sempre em termos de atores e de capacidade de ação que se colocam os problemas da América Latina. (...). É nisto que o seu estudo pode ajudar-nos a redescobrir que, entre a lógica implacável do controle social e a liberdade selvagem do lucro, o essencial da vida social é construído de relações entre atores, e que somente a combinação de suas esperanças e de suas lutas pode produzir o que chamamos de desenvolvimento, isto é, uma capacidade mais forte de ação da sociedade sobre si mesma; conseqüentemente e ao mesmo tempo, o êxito econômico e uma maior participação social e política. (Touraine, 1989a, p. 538)

Não considerar o desenvolvimento como uma relação direta da modernidade objetiva, e sim das capacidades da sociedade produzir-se a si mesma – de ter o controle social e coletivo da própria historicidade, isto é, a apropriação da própria ordem social e cultural, produzindo suas normas, instituições e práticas (Touraine, 1978, pp. 47-49) – indica a centralidade atribuída à ação, aos movimentos sociais e às novas formas de luta que chamam atenção para demandas no campo da cultura e de atividades que não estão necessariamente vinculadas ao mundo do trabalho.

140 Para dar conta das transformações sociais observadas, na tentativa de compreender os caminhos tomados pela modernidade ocidental, a terceira fase da sociologia de Alain Touraine propõe refletir a mudança de paradigma e considerar a possibilidade de novas motivações da ação social e suas relações de conflito.⁷ Nesse conjunto há uma pergunta central a ser respondida: “Como poderemos viver juntos? Iguais e Diferentes?” (Touraine, 1998). A resposta parece dar-se pelo estudo da organização política necessária às demandas das sociedades contemporâneas, e da ação de um novo perfil de agente social e político. Trata-se da proposta teórica da “cultura democrática” (Touraine, 1996), uma valoração política de princípio democrático correspondente às especificidades das sociedades heterogêneas, complexas, que tende a descentralizar o poder e a reforçar o desenvolvimento endógeno na retomada de conteúdos e sentidos partilhados pelas manifestações coletivas e representações locais, combinando interesses, liberdade e igualdade em meio à diversidade (Touraine, 1998, pp. 281-282, 313).

Podemos forçar e dizer que a proposta de uma “cultura democrática” poderia ser um remédio para os problemas

⁷ A ideia de um novo paradigma acompanha as duas últimas fases do autor. Seu sentido foi inicialmente apresentado como a passagem da *sociedade industrial* para a *sociedade pós-industrial*, conforme pode ser verificado em Touraine (1969, 1978). As formulações mais recentes em torno desse princípio constam em Touraine, (2007 [2005]).

advindos do “capitalismo limitado e dependente” (Touraine, 1989a, p. 32) da América Latina, pois trata-se de um modelo sensível a sociedades marcadas pela diversidade social e cultural, e que favorece o desenvolvimento autossustentado, isto é, mais independente de mercados externos. Trago nesses termos porque embora Touraine não tenha apresentado a “cultura democrática” em seus trabalhos sobre a modernidade latino-americana, cerca de quatro anos depois de *Palavra e Sangue*, as primeiras reflexões do autor sobre um valor de democracia na sociedade pós-industrial aparecem em *Crítica da Modernidade*, obra em que anuncia pressupostos do conceito apresentado em 1994.

Essa concepção de democracia pressupõe relações de conflito, de confronto entre adversários que partilham de uma mesma referência cultural, de uma historicidade comum, e que disputam entre si pela direção dessa historicidade. O fato de compartilharem referenciais sociais e culturais não permite que haja conflito no sentido estrito do termo, favorecendo, ao mesmo tempo, que ele seja uma realidade permanente entre os mundos da técnica, do trabalho, e dos valores culturais das identidades. Para Touraine (2004, p. 12) os conflitos sociais são importantes numa democracia, porque é por meio deles que a sociedade produz a si mesma, produz suas instituições e suas formas de organização. Tal importância não é, certamente, exclusividade do presente, da modernidade ocidental global, ou da América Latina, pois no passado recente da sociedade industrial, segundo o autor (1996, p. 129), foi possível observar que nos espaços onde o confronto foi mais direto, maiores foram as condições da consciência de classe. Com as transformações apresentadas, isto é, com o avanço de tecnologias, meios de comunicação e informação, a construção e manutenção da democracia passa a estar em toda parte; os debates sobre diminuição das desigualdades sociais e econômicas deixam de ser exclusivos das relações de produção,

assim como discussões gerais de interesse comum deixam de se restringir aos ambientes parlamentares, partidários e demais órgãos da política institucional. Diante desse conjunto, Touraine (2004, p. 119) questiona: “Que agente coletivo pode ocupar, numa sociedade programada, o lugar que pertenceu ao movimento operário na sociedade industrial?” e é em busca dessa resposta que observaremos as reflexões posteriores do autor, trazidas em sua fase mais recente.

Cultura democrática

A proposta de uma “cultura democrática” só aparece no trabalho de Touraine, nesses termos, com a publicação de *Qu'est-ce que la démocratie?* em 1994. Antes disso, a ideia, que apresentaremos nesta seção, pode ser encontrada em obras de transição entre a segunda e terceira fase, entre o período que o autor dedicou aos movimentos sociais enquanto trama fundamental da sociedade, objeto de sua sociologia da ação, e o período em que apresenta o “sujeito” como um princípio central da ação dos movimentos sociais nas sociedades pós-industriais. Ela busca reconstruir o projeto de modernidade baseado na liberdade do Homem e em valores que tendem a combinar igualdade e diversidade. Por tratar-se de uma construção teórica orientada pelo “dever ser”, o conceito reforça a ideia de que a democracia real, sob bases culturais e formação de indivíduos democráticos, seria o meio eficaz e possível para desfazer consequências imprevistas e indesejadas da modernidade radicalizada. Esse modelo de democracia tem como princípio os atores sociais e as capacidades políticas da sociedade civil, os “sujeitos” como seus principais agentes no fortalecimento das representações e participação pública nos assuntos de interesse comum.

Tendo em vista que a “cultura democrática” na modernidade radicalizada tende a ser uma cultura política compartilhada entre diversas identidades, as quais dependem de filiações no interior dos territórios nacionais, sua valorização,

atribuída pelo autor, deve-se à capacidade de combinar elementos pertencentes tanto ao universo das técnicas quanto ao da subjetivação (Touraine, 1996, p. 265). Trata-se da noção que considera, para além do sistema político formal, as condições democráticas do cotidiano, “campo de conflitos, de negociações e de mediações entre a racionalização e a subjetivação, que são as duas faces complementares e opostas da modernidade” (Touraine, 2008, p. 377). Seria a educação política e a consciência coletiva compartilhadas entre diferentes identidades que respeitam e preservam direitos fundamentais do Homem.

Como resposta ao diagnóstico de dissociação, da ruptura dos laços que unem liberdade pessoal e desenvolvimento da modernidade, a “cultura democrática” tem como objetivo combinar, pela via política, razão instrumental e identidades culturais, a técnica e o simbólico. Essa proposição passa pela necessidade de garantias institucionais e pela relação com o desenvolvimento autossustentado, isto é, a independência de poderes centralizadores e de interesses externos, e, portanto, a autonomia que permite uma gestão política interna entre desenvolvimento econômico e participação social e política enquanto caráter definidor da estabilidade de suas condições democráticas, não devendo ser o avanço econômico, por si só, indicativo de desenvolvimento (Touraine, 2008, p. 217, 1996, p. 220).

A concepção touraineana de democracia destina-se a alcançar um desenvolvimento apoiado na igual participação e responsabilidades do Estado e da sociedade civil. Ela pressupõe mudança social e rejeita “as teorias da modernização que descrevem a sociedade como um trem cujos vagões sociais e políticos são puxados pela locomotiva da racionalização e do progresso material” (Touraine, 1996, p. 219). A questão posta é a democracia como prática cotidiana do desenvolvimento social e econômico de uma sociedade; só é democrático o desenvolvimento que tem a sociedade civil

como seu principal agente, e que, portanto, não seria obra de elites que tomam para si os interesses da sociedade.

Um indicador das condições de democracia é a relação entre Estado, sociedade política e sociedade civil; três esferas que comportam três importantes dimensões democráticas: representatividade, cidadania e limitação dos poderes. Trata-se de esferas distintas e interdependentes, em que o direito, expresso pela lei, exerce a função de mediação para salvaguardar direitos fundamentais, unidade do Estado, e participação dos cidadãos na construção da vida política e coletiva (Touraine, 1996, p. 43). Tendo em vista que democracias não são sistemas fechados, e sim constante construção em busca de sua própria manutenção, não é possível estabelecer qualquer fórmula para a relação de interdependência entre as esferas democráticas (os poderes) e as dimensões mencionadas. Segundo Touraine (1996, p. 46), “não existe qualquer equilíbrio ideal entre as três dimensões da democracia. Não existe, em nenhum lugar, uma democracia ideal”.

144

O caráter democrático de uma sociedade passa a ser descrito a partir das disposições entre as dimensões. No contexto de dissociação, por exemplo, da sociedade pós-industrial, Touraine prioriza a saída da crise pela via política da esfera pública, isto é, pelos espaços de livre debate e de conflitos que favorecem a manutenção do pluralismo e de vínculos de representação entre sociedade civil e sociedade política, entendidos como pressupostos da vida democrática. Muito além da definição puramente institucional ou moral da política contemporânea, a “cultura democrática” exige consciência para diminuir distâncias entre cultura e instituições políticas, vida privada e vida pública.

A cultura democrática não é somente a difusão das ideias democráticas, um conjunto de programas de educação e emissões de televisão ou de publicações para o grande público; reduz-se tampouco a um discurso que será tanto

mais facilmente recebido – como é do conhecimento de todos – na medida em que for mais genérico e, por conseguinte, vier a ser utilizado por cada qual em um sentido conforme a suas ideias e interesses. A cultura democrática é a concepção do ser humano que opõe a resistência mais sólida a qualquer tentativa de poder absoluto – até mesmo validado por uma eleição – e, ao mesmo tempo, suscita a vontade de criar e preservar as condições institucionais da liberdade pessoal. (Touraine, 1996, pp. 155-156)

Em Estados pressionados pelos mercados internacionais, a relação entre Estado e sociedade civil tende a ser dificultosa e a opinião pública volta-se para problemas da vida privada ou de ordem global, como riscos ao meio ambiente, por exemplo. Com base na nova configuração, Touraine se propõe a encontrar fundamentos da democracia contemporânea também no plano da cultura e não exclusivamente nas instituições. A proposta é pensar a democracia a partir da interdependência entre os poderes, e não da separação dos mesmos, como fora um dia necessário associar democracia e Estado republicano na luta contra o poder absoluto da monarquia. Sem essa correlação não se pode pensar, segundo Touraine (1996, p. 50), na soberania popular, na influência do sistema político sobre a sociedade civil e sobre o Estado, e vice-versa, ou ainda sobre a importância da opinião pública para a jurisprudência, e muito menos numa “cultura democrática”.

Tendo em vista que as condições institucionais para a ação do “sujeito”, seja ele individual ou coletivo, são importantes para a prática da “cultura democrática”, o conceito se apegua à ideia da partilha de uma política, que é democrática, como forma possível de obter unidade entre as instituições e a diversidade dos meios cultural e social. Essa unidade depende, em primeiro plano, da autonomia das ações das esferas civil e política, e de mediações realizadas pela ação de associações, sindicatos, cooperativas, clubes, partidos, jornais,

importantes figuras públicas e intelectuais, para orientação política e formação da opinião (Touraine, 1996, p. 51).

Sobre a autonomia política, seu papel é contribuir para melhores condições de representatividade das demandas próprias do cotidiano, impedindo dissociação entre governantes e governados, de modo que os indivíduos se vejam como atores, cidadãos participantes da vida coletiva e importantes para a soberania nacional diante das ameaças da economia financeira global e de comunitarismos. A função do político, nessa formulação, torna-se indispensável para o desenvolvimento autossustentável, pois “somente o sistema político tem o encargo de fazer funcionar a sociedade em seu conjunto, combinando a pluralidade dos interesses com a unidade da lei, estabelecendo relações entre sociedade civil e o Estado” (Touraine, 1996, p. 67).

146

Se comparado aos modelos de democracia liberal e republicano, é possível afirmar que a concepção de “cultura democrática” é mais alargada, não reduzida ao indivíduo ou ao Estado; sua prioridade está na esfera pública política, cuja validade encontra-se nas questões próprias da vida comum. Podemos considerar que ao partir da sociedade civil, dos atores sociais, a noção trazida por Touraine (1996, p. 29) jamais pode ser reduzida a garantias institucionais, como limitação dos poderes ou qualquer outra forma que indique ação e poder de cima para baixo. Ela também não pode ser confundida com o multiculturalismo ou com a concepção republicana, pois não se restringe à identidade ou às instituições. Uma de suas finalidades seria permitir que sociedades se defendam de mercados globais que tendem a invadir espaços locais, bem como fomentar a sociedade política enquanto construção institucional mediadora entre a autonomia de coletivos, organizados no âmbito da sociedade civil, regras jurídicas e atividades econômicas.

Não se trata de síntese de razão e cultura, ou coletividade e individualidade; a unidade democrática estaria

nas autonomias das diferentes esferas da sociedade contemporânea, e especialmente na autonomia da esfera política, livre de influências religiosas e da racionalidade técnica instrumental. Sua importância registra uma espécie de antídoto para o fenômeno da dissociação e outros efeitos indesejáveis que acompanham a sociedade pós-industrial, cujos reflexos podem ser notados nos sistemas democráticos. Para além da esfera política, a noção de unidade democrática, tratada pelo autor na forma de “cultura democrática”, depende também da vontade de liberdade pessoal, das motivações e da ação dos atores sociais, dos movimentos sociais, permitindo que essa unidade não assuma apenas o aspecto normativo do pensamento touraineano, mas também a possibilidade da prática.

O Sujeito democrático

A noção de cultura democrática aparece como possibilidade prática na obra de Touraine, com o conceito de “sujeito”, o qual ganhou centralidade nos trabalhos mais recentes do autor. O “sujeito”, um novo tipo de ator, nasce no contexto de crise de representação política – seja de partidos ou de sindicatos – e se revela como novas formas de expressão e emergência de coletivos, mais individualizados e mais fracos de social se comparados ao movimento operário da sociedade industrial. Tratado como a menor unidade de uma coletividade, o “sujeito” individual aparece como princípio não social de liberdade, o desejo individual que serve como antídoto para o fenômeno da dissociação que nunca é completa.⁸ Fruto da modernidade

147

⁸ A dissociação entre sistema e ator só seria completa na situação “pós-social” (Touraine, 2011, pp. 122- 123), que corresponde à destruição dos vínculos que unem história econômica e história social. Como uma radicalização do diagnóstico touraineano do desenvolvimento da modernidade ocidental, a definição de pós-social, ou “fim do social”, passa pelo fato dos atores deixarem de ser identificados e analisados pela função social que ocupam, ou seja, não serem mais atores sociais, e sim atores morais e pessoais. Por isso a ideia de “não social” sobre a ação.

mais recente, entendida por Touraine (2008, p. 216) na imagem mais visível “do vazio, de uma economia mais fluida, de um poder sem centro, sociedade muito mais de troca que de produção”, o “sujeito” aparece como um ator que se sente responsável por si mesmo diante da sociedade fragmentada.

Sobre a relação entre “sujeito” e ator, Touraine (2008, p. 221) faz a seguinte consideração:

A ideia de ator social não é separável da ideia de sujeito, porque se o ator não se define mais por sua utilidade para com o corpo social ou por seu respeito aos mandamentos divinos, quais princípios o guiam senão os de se constituir como sujeito, de estender e proteger a sua liberdade? Sujeito e ator são noções inseparáveis e que resistem conjuntamente a um individualismo que restitui a superioridade à lógica do sistema sobre a do ator, reduzindo este último à procura racional – portanto calculável e previsível – de seu interesse.

148

Nesse sentido, todo indivíduo pode ser um “sujeito” se sua conduta corresponder ao desejo de associar vontade de liberdade, apelo à razão e pertencimento a uma cultura. Tal comportamento traduz um apelo do que Touraine (1996, p. 28) considera como sociedade democrática, isto é, aquela que deve “combinar liberdade dos indivíduos e o respeito pelas diferenças com a organização racional da vida coletiva pelas técnicas e leis da administração pública e privada”.

O diagnóstico da imagem da sociedade moderna como a de uma sociedade de poucos atores, levou Touraine a tratar, em termos teóricos, da necessidade de reação à dificuldade de formação de atores sociais na sociedade pós-industrial, marcada pelas novas formas de produção, informação, consumo e comunicação. Seria, então, a figura do “sujeito” uma porta de entrada para refletir os diversos processos de

modernização e da dissociação. Com ele, Touraine se posiciona em relação à história moderna das ideias e constrói uma análise teórica geral sem realizar pesquisas empíricas, rompendo com práticas de pesquisa que se utilizava até então. É importante observar que essa noção de novo ator marca uma considerável mudança de paradigma sociológico touraineano que desde seus primeiros trabalhos vinha pensando nos termos do sujeito histórico das relações de classe social e nos movimentos sociais como expressão de luta coletiva e organizada na disputa pelo domínio da historicidade (Touraine, 1973a; 1978), isto é, na disputa pelas orientações culturais, pelos recursos de autoprodução da sociedade.

Com o “sujeito” no núcleo da análise social, Touraine procura responder às transformações sofridas pelo contexto de dissociação da sociedade pós-industrial, buscando potenciais de ação na sociedade que descreve do presente, e mantendo dois importantes pressupostos de sua análise das relações sociais modernas: o conflito, mencionado anteriormente, e a historicidade, que corresponde à produção da sociedade por ela mesma – dois princípios que se inter-relacionam, no sentido de que é nas condições de conflito que a sociedade se autoproduz. Esse novo ator surge no pensamento do autor como um apelo moral pela democracia, cujo modelo apresentado (Touraine, 1996) não encontra suas bases na pauta dos direitos de minorias políticas, e sim nos direitos universais/fundamentais. Esse modelo torna-se curioso e não problematizado no interior da teoria tourainiana, pois a sociedade que ela mesma anuncia, caracterizada pela diversidade social e cultural, não teria levado Touraine a considerar os limites dos direitos universais para a ampliação de direitos específicos destinados às minorias. Em outras palavras, podemos dizer que a proposta de uma “cultura democrática” vinculada à noção de direito universal desconsidera parte da luta dos atores sociais/“sujeitos”, atentando apenas para o conflito em torno dos efeitos da

dominação do mundo objetivo sistêmico, isto é, a dominação econômica e política, sem tratar do aspecto da luta pelo direito de liberdade do “sujeito” e sua legitimidade.⁹

O novo conceito apresentado por Touraine desde seu livro *Crítica da modernidade* é expressado como elemento central da ação dos movimentos sociais e culturais da diversidade contemporânea, cuja distinção foi pouco trabalhada por ele.¹⁰ A ideia de sujeito também aparece como uma proposta metodológica (Touraine, 1998, p. 157), de modo que assumir a existência do “sujeito” contribuiria para compreender a natureza das sociedades contemporâneas, cuja unidade não se encontra e não se explica somente pelo mundo do trabalho, pela ordem institucional ou pelo movimento do progresso. Em seu livro *Podemos viver juntos? iguais e diferentes*, Touraine dá indícios de que o “sujeito” é um princípio fraco, em razão de maior individualidade, de ser uma espécie de subjetivação de resistência ao poder objetivado na ciência, na política e na economia. Tal apelo revela “a liberdade e a criatividade do sujeito pessoal como agente de combinação da ação instrumental e da defesa duma identidade” (Touraine, 1998, p. 160). Para usar palavras dele, seria como um *bricoleur*.¹¹ o “sujeito” da modernidade pós-industrial se apresenta instável, exigindo “trabalho cotidiano para tornar a costurar o tecido social que se rasgou” (Touraine, 1998, p. 160).

150

⁹ A problemática em torno das demandas do “sujeito” e do modelo de democracia ancorado no cumprimento de direitos fundamentais é um tema importante a ser enfrentado pela sociologia da ação tourainiana. Certamente merece uma atenção que os objetivos desta comunicação não nos permitem avançar nessa direção, mas registrar como possível limitação do modelo teórico de Touraine, em especial sobre a estrutura institucional democrática necessária para a ação do “sujeito”.

¹⁰ A diferença entre movimentos sociais e movimentos culturais foi pouco explorada por Touraine, como podemos verificar em seu livro *O pós-socialismo* (2004). Em *O que é democracia*, Touraine (1996, p. 84) menciona que todo movimento social deve ter, por excelência, um programa político de apelo a princípios gerais que se combinem aos interesses particulares em seu interior, e embora mencione, por diversas vezes, os movimentos culturais, não apresenta definição.

¹¹ *Bricoleur* refere-se a pessoas que se ocupam de pequenos e variados serviços de modo amador. Na linguagem popular, podemos considerar a imagem do “faz-tudo”.

A justificativa do apelo ao “sujeito” aparece quase como um momento de resistência criativa aos efeitos perversos da modernidade ocidental, conforme se observa nas palavras do próprio autor:

penso que o apelo ao Sujeito, significa, ao mesmo tempo e de maneira indissociável, o engajamento em um conflito social e uma orientação cultural [...]. O apelo ao Sujeito não é um princípio que possa comandar direta e positivamente a lei e a organização social; é um recurso contra o poder de aparelhos que se apresentam como os administradores, até como os produtores da informação. (Touraine, 2008, p. 358)

A apresentação do “sujeito” como saída possível dos efeitos do fenômeno da dissociação, busca desvelar um tipo de ator, isto é, um tipo de ação, que pode ser considerada como a personificação das relações de interdependência entre instituições democráticas e cultura, sendo esta o elemento que diferencia e qualifica esse novo ator em relação aos movimentos sociais que Touraine trabalhara. É necessário observar que essa noção de “sujeito” não se aproxima da imagem do indivíduo autossuficiente, isolado. Ele se refere às condições pessoais, interpessoais e sociais de construção da própria liberdade e da própria experiência social contra todas as formas de dependência, seja psicológica ou política (1996, p. 163). Não podendo ser confundido com a razão individual, tampouco com o indivíduo singular, a ideia de “sujeito” só tem sentido quando associamos a liberdade individual às relações, filiações, formas de organização e de poder. Definido por aspectos prefigurativos, Touraine (1996, pp. 171-172) apresenta o “sujeito” como indivíduo que integra identidade e técnicas, se posicionando como ator ao demonstrar capacidades de modificar seu meio e transformar a própria experiência de liberdade. Nessa lógica, ele complementa:

a ideia de sujeito combina três elementos cuja presença é igualmente indispensável. O primeiro é a resistência à dominação; o segundo é o amor de si pelo qual o indivíduo estabelece sua liberdade como a condição principal de sua felicidade e como um objeto central; o terceiro é o reconhecimento dos outros como sujeitos e o conseqüente apoio às regras políticas e jurídicas que proporcionam ao maior número possível de pessoas o máximo de oportunidades de viver como sujeitos. (Touraine, 1996, pp. 171-172)

152

Podemos considerar que com as mudanças sofridas pela modernidade radicalizada, a hipermodernidade, e com atenção para os efeitos de fragmentação da vida social no contexto de dissociação entre os mundos objetivo e subjetivo, o “sujeito” aparece como expressão de reconhecimento de atores sociais contemporâneos e de coletividades enquanto detentores de direitos, sobretudo o direito de serem atores da própria história e do meio social que partilham. Trata-se do esforço do indivíduo para transformar a própria experiência social em construção de si como ator, sendo o espaço político o lugar legítimo e mais seguro para ampliar a sua participação, a participação da sociedade civil como um todo nas decisões de interesse comum. Touraine (1998, p. 23) afirma ser esse esforço do indivíduo para se tornar ator o que ele chama de “sujeito”. Trata-se de uma reação à dissociação, uma resistência que pode indicar os princípios que animam movimentos contemporâneos caracterizados pela diversidade de pautas e pela centralidade ocupada pelas questões culturais, lutas que do ponto de vista do trabalho, não seriam lutas sociais, e sim movimentos culturais em defesa da equidade e do pluralismo da diferença cultural.

A crítica da modernidade apresentada pelo autor mostrou que o novo quadro social que se formou exige novas estruturas de atuação e o reforço da representatividade

política, uma vez que partidos e sindicatos, em sua maioria, se tornam grupos de interesses e poder fechados para as novas demandas de socialização e questões vinculadas ao plano das ideias e da cultura (Touraine, 1996, pp. 80-81).

Uma vez considerada a fragilidade da ação correspondente ao sujeito, os textos mais recentes do autor nos levam a entender que o valor desse novo ator estaria na essência do indivíduo de formação democrática, isto é, que reconhece o outro como “sujeito” e segue na persistência da consciência de si enquanto ator. O fato é que Touraine entende “sujeito” e democracia como interdependentes, apostando que “o reconhecimento do sujeito humano individual pode ser a base da liberdade coletiva, a democracia” (Touraine, 1998, p. 163). Para ele, esse princípio pode ter alcance universal, prescindindo qualquer norma social específica e pré-definida, e permitir, em certa medida, a politização da sociedade, ainda que com traços pouco definidos, em tempos onde o poder tende a se concentrar fora da rede da sociedade.

153

O entrelaçamento entre o diagnóstico da modernidade (latino-americana) e os conceitos de “cultura democrática” e “sujeito”

A sociologia da ação de Alain Touraine sempre manteve, junto com as noções de conflito e historicidade, a tendência em tratar mais da sociedade do que do Estado. Essa prevalência dá indícios de suas preocupações com a democracia e com a crise do que chama de “projeto modernidade”, conforme vimos. Interessado nas capacidades de ação da sociedade civil, enquanto atores da experiência social, Touraine atribuiu importância central ao conceito de movimento social por que seria o local de formação de grandes conflitos, “onde a capacidade dos homens de fazerem a sua história atinge o nível mais elevado” (Touraine, 1989a, p. 283). No caso da América Latina, por mais diversa que ela seja, como sempre foi, Touraine a entendeu como incapaz de gerar

movimentos sociais poderosos, porque os atores sociais que nela ele observou constituíram-se como figuras dependentes de partidos ou de viver sob o controle do Estado. Nas palavras dele: haveria uma “ausência de atores sociais com uma autonomia de ação” (Touraine, 1989a, p. 504).

Para evitar mal-entendidos, é importante considerar que o diagnóstico dos atores sociais na América Latina situava o continente num momento diferente daquele a que o autor se refere como pós-industrial, voltado para o contexto da Europa Ocidental, no qual identifica o “sujeito”. O estudo sobre a fragilidade dos atores de classes na América Latina, como já mencionado, aponta para um contexto de formação de sociedades industriais, cujo crescimento se deu pelo aumento da população urbana e informal, pela melhoria dos índices de analfabetismo e mortalidade infantil, e também pela permanência de grandes desigualdades sociais – dados que revelaram considerável distância entre o desenvolvimento pelo qual a América Latina passava entre os anos de 1960 e 1980 e os dilemas da modernidade vivida pelos países centrais do sistema econômico global. O fato é que essa distância não nos impede de identificar nexos entre as dificuldades enfrentadas pelos países em desenvolvimento, sobretudo no que se refere à heterogeneidade estrutural das sociedades latino-americanas e suas influências sobre a formação dos atores sociais, e as proposições teóricas posteriormente apresentadas pelo autor, especialmente entre os anos de 1990 e 2000, das quais destaquei os dois conceitos já apresentados.

Em certa medida, podemos considerar que a ideia de “sujeito” se relaciona com a América Latina pela sua ausência. Pelo aspecto negativo da predominância do pensamento que afirma o desenvolvimento do continente como dependente e pelos poucos movimentos sociais diante de importantes fenômenos de crise. Em entrevista a Khosrokhavar (2004), Touraine fala sobre a possibilidade do “sujeito” na

América Latina e afirma que esse tema penetra o continente por baixo, no sentido de que as condições obtidas pela fragmentação da sociedade, simultânea à abertura ao mundo moderno, urbano e competitivo, leva à formação de identidades individuais em condições sociais inferiores. Para ele, “domínio externo e capacidade de integração interna associada à predominância do Estado sobre a sociedade, explicam a fraca formação de uma política do sujeito” (Touraine, 2004, p. 93).

A partir das formulações do autor, a respeito do “sujeito” como valor individual presente em todos os lugares, sua negação, isto é, sua forma negativa, é expressada como “subordinação dos atores a um sistema de poder que anula as estruturas sociais afim de deixar o indivíduo flexível ao mercado ou submetê-lo a uma ideologia” (Touraine, 2004, pp. 106-107). Por essa lógica, a expressão positiva do “sujeito” na América Latina pode ser identificada na figura das mulheres que são autoridades no núcleo familiar e são verdadeiros potenciais do agir como “sujeito”, motivadas pelo desejo de superação das condições de sobrevivência, muitas vezes agravadas pela ausência dos pais de seus filhos.

Embora ele (Touraine, 2004, p. 84) afirme que a ideia de “sujeito” na América Latina não teve grande penetração, em parte pela predominância do tema da dependência, isto é, de um lado o domínio de mercados externos, e do outro a integração interna dependente das ações do Estado sobre a sociedade, dificultando a formação da política do “sujeito”; há fortes indícios de que em termos de construção teórica, os estudos sobre as dificuldades de ação autônoma no contexto latino americano tenham contribuído, em grande medida, para que Touraine viesse a pensar a noção de “sujeito”. Alguns exemplos de aproximação com essa noção foram mencionados pelo autor, como os índios do México, da Guatemala, da Bolívia, do Equador, e mais recentemente, do Chile. Ambos na tentativa de vincular democracia e

defesa de identidade cultural, demonstrando consciência de si, assim como é possível identificar no movimento negro brasileiro, que vincula a luta em defesa da identidade com a luta por melhores condições econômicas e sociais, e por maior participação na vida política.

Os perigos da perda de autonomia da capacidade de agir, da decomposição interna de uma sociedade submetida a sistemas globais apresenta, basicamente, duas possibilidades: a primeira seria inteiramente negativa, do ponto de vista da ação, ao enfatizar as dificuldades e a passividade dos indivíduos diante do poder exógeno do mundo objetivo; e a segunda seria identificar as formas de ação existentes e possíveis, mesmo em situação de dificuldades, que apresentam uma consciência real de caminhos de luta pela liberdade do Homem e por um desenvolvimento moderno desejável pela base da sociedade. Certamente Touraine optou pela segunda abordagem.

156

A vontade compartilhada pelos atores contemporâneos estaria vinculada à dificuldade de formação de atores sociais, isto é, de movimentos sociais fortes, capazes de disputar o controle social da historicidade. Essa fragilidade de formação favorece a criação de atores mais voltados para os referenciais individuais, da origem e da cultura, de motivações provenientes de anseios pessoais, e não mais necessariamente por necessidades de natureza coletiva, como Touraine pôde observar na sociedade industrial. Tal movimento, do ator coletivo para o ator individualizado revela, em certa medida, a criação de “sujeitos” no interior dos movimentos sociais em condições de maiores fragilidades, de tal modo que se torna essencial relacionar democracia, movimentos sociais e “sujeito” para pensar a sociedade nos dias atuais.

Utilizando uma análise imanente às obras mais recentes do autor, não é possível falar de “sujeito” sem falar de democracia, pois esta é a condição política necessária para a existência do “sujeito”. A democracia seria o único meio

político de salvaguardar a diversidade que registra a sociedade pós-industrial, seria a única forma política de se obter certa unidade no interior de sociedades compostas por indivíduos, grupos e interesses diversos. Seu caráter indispensável se deve, em parte, à relevância do compartilhamento de valores, para além da língua nacional e de regras jurídicas, por exemplo, que permitem unidade comum. Tal aspecto, a “cultura democrática” permite que se trate, em termos teóricos, de espaços de debates e deliberações políticas (Touraine, 1996, pp. 165-166) mesmo em condições de crise social, de dificuldades de formação de movimentos sociais.

Democracia e “sujeito” aparecem no pensamento touraineano como mediações de desenvolvimento e modernização, na forma política e de ação, entre os mundos objetivo e subjetivo dissociados pela modernização ocidental mais recente. Sobre isso Touraine (1996, p. 175) esclarece:

o sujeito é o esforço do indivíduo ou da coletividade para unir as duas faces de sua ação; a democracia é o sistema institucional que garante a combinação dessas duas faces no plano político e permite que uma sociedade seja, simultaneamente, una e diversa. É a razão pela qual a democracia é uma cultura e não somente um conjunto de garantias institucionais.

157

Nesse sentido, democracia seria o reconhecimento de que indivíduos e coletividades têm o direito de serem atores da própria história e terem a devida liberdade, mantendo, desse modo, as capacidades de ação independentemente dos atores em questão, se são fracos ou se são fortes. O entendimento é que “sujeito” é criador de si mesmo, da vida individual e coletiva, sendo “a teoria da democracia apenas a teoria das condições políticas de um Sujeito que nunca poderá ser definido por uma relação direta a si mesmo que é ilusória” (Touraine, 1996, p. 34).

Rubia de Araújo Ramos

é doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp) e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Bibliografia

- ALONSO, Angela. 2009. As teorias dos movimentos sociais: um balanço em debate. *Lua Nova*, n. 76, pp. 49-86.
- COHEN, Jean. 1985. Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. *Social Research*, v. 52, n. 4, pp.184-187.
- GADEA, Carlos; SCHERER-WARREN, Ilse. 2008. Modernidad y democracia en América Latina. Las miradas de Alain Touraine. *Espacio Abierto*, v. 17, n. 1, pp. 75-86.
- GADEA, Carlos; SCHERER-WARREN, Ilse. 2005a. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. *Revista de Sociologia e Política*, n. 25, pp. 39-45.
- GADEA, Carlos; SCHERER-WARREN, Ilse. 2005b. Alain Touraine e a democracia na América Latina. *Cadernos do CEAS*, n. 220, pp. 9-18.
- GOHN, Maria da Glória. 2006. *A produção de Alain Touraine para a produção do conhecimento na Sociologia Urbana: sujeitos coletivos e multiculturalidade*. Paper apresentado no XXX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, 24 a 28 de outubro.
- GOHN, Maria da Glória. 2011. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, pp. 333-361.
- GOHN, Maria da Glória. 2014. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.
- PERALVA, Angelina. 1992. *Reinventando a escola: a luta dos professores públicos do Estado de São Paulo na transição democrática*. Tese de Livre Docência em Educação. São Paulo: USP.
- PERALVA, Angelina. 2000. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra.
- SCHERER-WARREN, Ilse. 2014. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. *Política e Sociedade*, v. 13, n. 28, pp.13-34.
- TOURAINÉ, Alain. 1969. *La société post-industrielle*. Paris: Denoël.
- TOURAINÉ, Alain. 1973a. *Production de la société*. Paris: Seuil.

- TOURAINÉ, Alain. 1973b. *Vie et mort du Chili populaire*. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain. 1976. *Les Sociétés dépendantes*. Paris: Duculot.
- TOURAINÉ, Alain. 1977. As classes sociais. In: ZENTENO, Raul Benitez (org.). *As classes sociais na América Latina: problemas de conceituação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 11-68.
- TOURAINÉ, Alain. 1978. *La voix et le regard*. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain. 1984. *Le retour de l'acteur*. Paris: Fayard.
- TOURAINÉ, Alain. 1989a. *Palavra e Sangue: política e Sociedade na América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- TOURAINÉ, Alain. 1989b. Os novos conflitos sociais para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, n. 17, pp. 5-18.
- TOURAINÉ, Alain. 1996. *O que é democracia?* Petrópolis: Vozes.
- TOURAINÉ, Alain. 1998. *Poderemos viver juntos? iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes.
- TOURAINÉ, Alain. 2004. *O pós-socialismo*. São Paulo: Brasiliense.
- TOURAINÉ, Alain. 2007. *Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes.
- TOURAINÉ, Alain. 2008. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- TOURAINÉ, Alain. 2009. *Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante*. Petrópolis: Vozes.
- TOURAINÉ, Alain. 2014. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 4. ed. São Paulo: Loyola.
- TOURAINÉ, Alain; KHOSROKHAVAR, Farhad (org.). 2004. *A busca de si: diálogo sobre o sujeito*. Rio de Janeiro: Difel.



CONFLITO E MOVIMENTOS SOCIAIS NO ACIONALISMO DE ALAIN TOURAINE

Angelina Peralva

é pesquisadora associada ao Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques (Cadis) na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris, França. E-mail: <peralva@univ-tlse2.fr>

Orcid: 0000-0003-0479-4402

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-160194/106>

Introdução

Antes de se tornar sociólogo, Alain Touraine foi o que se chamou mais tarde um “*établi*”:¹ alguém que, vindo de outro meio social, incorporou-se ao mundo dos trabalhadores. Jovem, Touraine trabalhou por um ano nas minas de carvão do norte da França, na região de Valenciennes. Toda a sua sociologia da ação é, de início, marcada pela imagem do movimento operário. Isso é dito por ele, em um livro de entrevistas autobiográficas:

Para mim, jovem burguês hiper escolarizado, a Liberação e o período 1945/47 (os comunistas no governo) mudaram tudo. Mas a irrupção da classe operária em minha experiência de vida, como realidade e como força, foi mais concretamente importante. Se alguém me pedisse para desenhar a sociedade, haveria no seu centro uma fábrica ou uma mina. Para mim, o mundo operário era o fogo (e

¹ A expressão designa militantes de classe média que, nos anos 1960, se empregavam nas fábricas para se aproximar do mundo operário. Robert Linhart (1978) fez dela o título de um livro onde relata sua experiência de um ano como operário numa fábrica de automóveis da Citroën em Paris.

eu nunca perdi essa imagem que hoje se tornou arcaica). Escolhi a mina porque o carvão chama o fogo. (Touraine, 1977, p. 45)²

Essa sociologia mudou muito ao longo do tempo, a tal ponto que é possível falar de três “Touraine”, relativamente diferentes um do outro, não obstante o fato de que fortes elementos de continuidade caracterizam também seu pensamento.

As primeiras pesquisas sobre o trabalho operário conduziram a uma noção central do acionalismo tourainiano: a noção de consciência operária. Apresentada como o resultado de uma ampla pesquisa empírica (Touraine, 1966), ela está por trás de uma primeira construção teórica mais geral (Touraine, 1965) e permanece um elemento central, quase dez anos mais tarde, em *Production de la société* (1973). Este último livro foi concebido como um ponto de partida, um arcabouço teórico capaz de abrir caminho para um conjunto de pesquisas empíricas. Mas ele é, ao mesmo tempo, um livro de transição. De um lado, toda a construção de uma sociologia da ação ali proposta toma por base o modelo do movimento operário; ao mesmo tempo, o livro é fortemente alimentado por um debate em torno da sociedade pós-industrial e desse formidável terremoto que foi, no século XX, a luta estudantil dos anos 1960.

De tal modo que, se *Production de la société*, construção analítica extremamente abstrata, só é possível porque a ideia de consciência operária e de movimento operário estavam no centro de uma análise da sociedade industrial, o livro tem os olhos voltados para o futuro. E é isso que permite a Touraine, já naquele momento, definir ali a grande questão que dominaria nosso presente como sendo a busca dos atores, dos campos de ação e do que estaria em jogo nos

² Todas as traduções são da autora do artigo.

combates sociais das sociedades pós-industriais. Construído a partir das conquistas teóricas do primeiro Touraine, *Production de la société* já anuncia um segundo.

Trata-se do Touraine dos “novos movimentos sociais”. Em meados dos anos 1970, para levar a cabo essa busca dos atores, dos campos de ação e do que estaria em jogo na sociedade pós-industrial, foi inventado o método da intervenção sociológica. Todo um programa de investigação de diferentes lutas – estudantis, feministas, ambientalistas, regionalistas e operárias – foi organizado (Touraine et al., 1978, 1980, 1981, 1982, 1984).³ Mas, em fins dos anos 1980, registram-se, em conferências e nos debates internos do Centre d’Analyse et d’Intervention Sociologiques (Cadis), os primeiros sinais de uma nova mudança de orientação.

162 É difícil saber exatamente quando termina o segundo Touraine. Ao que tudo indica, paralelamente às pesquisas citadas, uma nova problemática estava em gestação, a do sujeito pessoal – por oposição ao sujeito histórico que foi o movimento operário. Em todo caso, o livro que marcou a ruptura foi sem dúvida *Critique de la modernité* (Touraine, 1992).⁴ Mais difícil ainda é dizer o que foi guardado e o que foi abandonado entre o início e o fim desse percurso. A noção de conflito foi formalmente mantida, mas perdeu substância, ainda que em vias de recuperação num período mais recente. A noção de movimento social desapareceu, cedendo lugar à noção de movimento cultural, pouco teorizada. Isso se explica pela ideia de tipos societais e das mutações que conduziriam de um tipo a outro, as sociedades industrial e pós-industrial configurando tipos distintos.

³ Sobre o movimento feminista, apenas um relatório foi produzido.

⁴ Em 1987 e 1988, após uma longa estada no Chile, Touraine lança, primeiro em espanhol, depois em francês, dois livros sobre a América Latina. Depois disso, nenhum livro foi publicado até 1992. Um intervalo notável para alguém habituado a publicar um livro por ano ou, no máximo, de dois em dois anos.

Conflito e movimentos sociais no acionalismo tourainiano

Apresentaremos a seguir as principais categorias analíticas que marcaram essa evolução do acionalismo tourainiano, introduzindo mais adiante algumas questões quanto à utilidade de um eventual retorno ao aparelho conceitual inicial para entender acontecimentos recentes que pontuaram a história brasileira.

A noção de historicidade

A carreira de Touraine iniciou-se em um momento fortemente marcado pelo funcionalismo de Talcott Parsons. O encontro dos dois ocorreu em Harvard, em 1952, onde Touraine viveu um ano com uma bolsa da Fundação Rockefeller. A noção de historicidade pautou a ruptura com o funcionalismo parsoniano, através da afirmação da insuficiência de uma imagem da sociedade que se limitaria a uma pura lógica de reprodução. Por oposição a essa imagem, Touraine afirmava que a sociedade não apenas se reproduz, ela também se produz. Ela não era o que era, mas o que se fazia ser, através de uma dinâmica de acumulação, capaz de retirar da produção social um excedente destinado ao investimento; através do conhecimento – capacidade de simbolização própria às coletividades humanas e elemento de sua transformação; e através de um modelo cultural que definiria os quadros gerais de funcionamento de diferentes tipos de sociedade. A historicidade designa portanto, para Touraine, não o caráter histórico da vida social, mas esse traço particular das coletividades humanas que é a capacidade de que dispõem para agir sobre si mesmas – traço que impediria, segundo ele, qualquer analogia com organismos que desenvolvam funções puramente adaptativas.

163

A noção de consciência operária

O grande ganho das primeiras investigações de Touraine foi o de afirmar a existência de uma consciência

de classe dos operários, suscetível de ser empiricamente verificada, e muito concretamente situada, no interior das relações de trabalho. Uma ampla pesquisa por questionário realizada com operários situados em diferentes estágios do processo de passagem entre o sistema profissional e o sistema técnico de trabalho, entre o puro ofício e a automação avançada, permitiu-lhe estabelecer que o máximo de consciência de classe encontrava-se a meio caminho entre essas duas situações extremas, quando a autonomia profissional do operário enfrenta as obrigações impostas pelo sistema de organização do trabalho (Touraine, 1966, p. 50).

Por trás dessa afirmação, um pressuposto: enquanto a condição operária foi globalmente definida pela miséria e pela proletarização, as atitudes operárias só poderiam orientar-se para a revolta e a revolução, definindo-se por uma consciência proletária, de privação e ruptura. Foi a melhoria das condições gerais de vida dos operários que tornou perceptível a existência de uma referência positiva ao trabalho. As relações de trabalho são portanto o lócus da consciência operária, que Touraine define, nessa mesma ocasião, como um sistema de exigências que deriva do próprio trabalho, através da dupla valorização da criatividade e do controle do trabalhador sobre suas obras. A consciência de classe não se define portanto somente como uma consciência de pertencimento, ou como sentimento de hostilidade em relação a uma outra categoria sócio-econômica; define-se mais precisamente como identificação entre um conflito vivido e um princípio de explicação social e histórico. Essa consciência é o que define o operário enquanto sujeito histórico. A noção de consciência operária está por trás da concepção tourainiana de movimento social, definido como conduta coletiva orientada para a historicidade e portadora de um conflito de classes.

A sociedade como sistema de sistemas de ação

Da noção de produção da sociedade, que dá título ao livro de mesmo nome (Touraine, 1973), derivam relações

de classes: uma classe popular se opõe a uma classe superior pelo controle da historicidade. Exatamente porque a sociedade se produz, e não apenas se reproduz, sua divisão em classes aparece como algo inelutável. A classe superior se apropria da historicidade, afirmando sua dominação sobre a classe popular. Nesse sentido, a historicidade é uma referência comum positiva para ambas as classes: a historicidade é o que está em jogo nos conflitos de classes. Tais conflitos se expressam através de movimentos sociais, categoria de análise da ação social. Qualquer mobilização coletiva, mesmo de base popular, não é um movimento social. Só o é quando visa a historicidade, constituindo-se assim como expressão de um conflito de classes.

Essa distinção remete a um último elemento geral do acionalismo tourainiano, presente no Touraine da primeira e da segunda fase: sua concepção da sociedade como um “sistema de sistemas de ação”, relativamente autônomos mas ao mesmo tempo hierarquizados. Isso lhe permite distinguir diferentes ordens de significados das condutas humanas. Na perspectiva parsoniana, as condutas definem-se fundamentalmente em termos de conformidade ou desvio relativamente a normas e valores coletivos (Parsons, 1951). Para o individualismo metodológico – na sociologia francesa, Boudon é uma referência incontornável (Boudon, 1977, 1979) – ou para a teoria da ação organizada (Crozier e Friedberg, 1977), essas condutas têm um significado principalmente estratégico. Touraine acrescenta um terceiro tipo de conduta: a conduta de historicidade, expressão de um conflito social geral – conduta do tipo movimento social.

A cada sistema de ação, corresponde assim, na perspectiva tourainiana (Touraine, 1973), um tipo particular de conduta coletiva. No nível mais elevado, encontra-se o sistema de ação histórica, que organiza as relações entre o funcionamento da sociedade e sua historicidade. Por seu intermédio, as orientações da historicidade transformam-se

em categorias da prática social; e, inversamente, recursos materiais e simbólicos são mobilizados na ação da sociedade sobre si mesma. Em nível intermediário, situa-se o sistema institucional. Ele é o lócus da produção de decisões e de normas. Nesse nível que diferentes atores definem as regras do jogo social. Por seu intermédio, as orientações da historicidade traduzem-se em normas que regulam a prática social. No nível mais baixo, enfim, situa-se o sistema organizacional. É ali que se manifestam da maneira mais direta as práticas sociais. É ali também que os três níveis de ação a que nos referimos aparecem amalgamados.

O objeto próprio de uma sociologia da ação, na acepção tourainiana daquele momento, consistia em separar no plano analítico, no interior das condutas coletivas, orientações referentes a cada um desses níveis de ação. A cada sistema de ação corresponderia, assim, conforme dissemos, um tipo particular de conduta coletiva: ao sistema de ação histórica e às relações de classes, os movimentos sociais; ao sistema institucional, as condutas estratégicas, as lutas de influência e as tensões institucionais; e ao sistema organizacional, os jogos entre papéis desempenhados, as expectativas face a esses papéis e as condutas de crise organizacional.

Isso significa que toda ação coletiva poderia ser entendida como potencialmente analisável a partir de cada um desses tipos de condutas. Uma luta poderia ser a expressão principal de uma crise organizacional; de uma tensão institucional; ou de uma relação conflitiva no plano da historicidade – em outros termos, como um movimento social. O método da intervenção sociológica, cujos princípios foram expostos em *La voix et le regard* (Touraine, 1978), foi inventado para descobrir que orientação das condutas tinha maior peso na ação coletiva, mas sobretudo para esclarecer seu significado enquanto movimento social.

Uma última observação sobre esse tema. Para Boudon (1977, 1979), que ancora, como Mancur Olson (1978), a

ação individual na noção de interesse, a passagem da ação individual para a ação coletiva é algo problemático e a noção de efeito perverso insiste na possível dissociação entre uma e outra. Para Crozier e Friedberg (1977), a cooperação constitui uma preocupação central – ela deriva quase que naturalmente do jogo estratégico dos atores. A cooperação impõe limites a esse jogo estratégico, é um imperativo da ação. Ação individual e ação coletiva formam portanto dois aspectos complementares do mesmo problema. Em sua análise dos movimentos sociais, Touraine situa-se diretamente no plano das ações coletivas. O conflito em jogo nos movimentos sociais mantém-se, no entanto, acima de tudo, como um conflito individual. No caso do movimento operário, ele se baseia na relação, pessoal e direta, entre o operário e seu trabalho, ou suas obras. A passagem da consciência individual à consciência coletiva se opera por meio da implicação em uma experiência comum.

Mutação societal e sujeito pessoal

167

A noção de mutação societal é construída para sinalizar a passagem entre dois sistemas de ação histórica, ou dos tipos de sociedade; a noção de sujeito pessoal, por sua vez, emerge com força a partir do momento em que a ideia de sociedade pós-industrial, através da qual Touraine inicialmente pensou o declínio da sociedade industrial, perde também sua força analítica.

A sociedade pós-industrial e os novos movimentos sociais

Em 1969, Touraine formalizou uma ideia que iria ocupar um lugar importante na sua reflexão: a ideia de mutação societal. Essa noção, que ocupa um lugar específico em sua análise dos processos de mudança, foi mais sistematicamente abordada em *Production de la société* (1973). Ela designa a transição entre dois sistemas de ação histórica, sem que sejam levados em conta os mecanismos concretos através dos quais a mudança ocorre. Através da noção de mutação,

trata-se simplesmente de descrever tipos de sociedades que se distinguem pela maneira de operar sua historicidade.

Ao publicar *La société post-industrielle* (1969), Touraine sustentou justamente que estava em curso uma verdadeira mutação societal. A sociedade industrial, que havia gestado o movimento operário, encontrava-se em declínio, ao passo que emergia uma outra, que se poderia também chamar *programada*. Enquanto a sociedade industrial havia atribuído um lugar central ao maquinismo e ao trabalho, a sociedade pós-industrial era dominada pelos grandes aparelhos de produção do conhecimento e pela indústria cultural. A tecnocracia estava destinada a substituir o antigo patronato, dirigindo os processos de mudança, mas também ampliando o campo da dominação, que passava a integrar fabricação, informação, formação e consumo mais estreitamente que antes.

168

Essa nova representação da vida social deu origem, conforme indicamos, a um vasto programa de pesquisas desenvolvido ao longo dos anos 1970 e 1980, orientado para a análise das lutas que se supunha portadoras de novos movimentos sociais. Estes últimos estariam fadados a ocupar, na sociedade pós-industrial nascente, o lugar ocupado, na sociedade industrial, pelo movimento operário. Qualquer que tenha sido a importância desse programa de pesquisas do ponto de vista dos conhecimentos produzidos sobre os atores em evolução na sociedade francesa da época, no que se refere à hipótese em que ele se baseava seus resultados se revelaram claramente negativos.

Touraine havia definido os movimentos sociais, à imagem do movimento operário, através de três princípios: um princípio de identidade, entendido como capacidade de um ator coletivo definir-se a si mesmo enquanto ator; um princípio de oposição, entendido como capacidade de definir seu adversário; e um princípio de totalidade, correspondendo ao que de comum estaria em jogo na luta. O movimento operário definiria sua própria identidade através da relação

positiva do trabalhador às suas obras, ao mesmo tempo enquanto base de sua criatividade e fonte de progresso social.⁵ Opunha-se ao patronato, resistindo à dominação sofrida. E ambos – patrão e operário – identificavam-se ao progresso social e científico, objeto de suas lutas e jamais redutível nem a um, nem a outro.

O fracasso do programa de pesquisas sobre os novos movimentos sociais vem do fato de que – salvo no caso excepcional do estudo sobre o sindicato Solidariedade na Polônia (Touraine et al., 1982), que revelou-se como a combinação entre uma luta sindical, um movimento democrático e um movimento de libertação nacional – o modelo acima descrito não encontrou correspondência nas lutas empíricas estudadas. Em nenhum caso os atores coletivos analisados puderam designar a tecnocracia como figura geral de um adversário da luta e nenhum princípio de totalidade, nenhuma referência compartilhada entre dominantes e dominados no interior do movimento puderam tampouco ser enunciados.

Face a tais resultados, duas hipóteses pareceriam cabíveis. A primeira, de tipo histórico: em caso de uma mutação incompleta, a sociedade nascente não teria ainda produzido seus novos atores centrais. A segunda, de tipo teórico: o modelo imaginado a partir do exemplo do movimento operário não se aplicaria à sociedade programada. Tudo faz crer que Touraine optou pela segunda hipótese. Em todo caso, à exceção de um programa de pesquisas sobre o antigo mundo socialista, que ele dirigiu quase que apenas por delegação e do qual nenhum livro de sua autoria foi publicado, desde o começo dos anos 1990 Touraine deixou de lado suas pesquisas empíricas para dedicar-se quase que

⁵ O poema “O operário em construção”, de Vinicius de Moraes (1959) é uma tradução poética perfeita dessa concepção tourainiana. Vinicius diz do operário: “era ele que erguia casas/ onde antes só havia chão” (Moraes, 1959, p. 45). Erguer casas é um ato de criação de significado simultaneamente individual e coletivo.

com exclusividade a um longo retorno à teoria – retorno de que abordaremos agora alguns aspectos.

O tema do sujeito pessoal

Essa inflexão implicou um abandono dos quadros habituais da reflexão sociológica, em prol de uma incursão mais geral na história do pensamento moderno. De início, o debate versou sobre a pós-modernidade e a condição pós-moderna. Na França, naquele momento, o interlocutor a quem Touraine procurou responder foi Jean-François Lyotard (1979). Lyotard havia pautado a questão do declínio das grandes narrativas, expressão da razão moderna, que haviam mobilizado os seres humanos em torno de uma promessa de futuro: fé no progresso, na justiça, na busca de uma sociedade melhor, no socialismo. O fim das grandes narrativas instalava a humanidade em uma experiência fragmentária e vazia de sentido, projetando-a num além da modernidade, a pós-modernidade.

170

Critique de la modernité (1992), de certo modo, é a resposta proposta por Touraine a esse debate. Mas o livro lhe permite ao mesmo tempo empreender uma revisão geral de sua própria teoria da ação. São três partes. A primeira chama-se “A modernidade triunfante” e mostra como a experiência histórica da modernidade foi efetivamente vivida no Ocidente como uma afirmação forte da razão, em ruptura com preconceitos e crenças de um mundo tradicional. A razão é evocada com duas acepções principais: a partir de seu impacto sobre a transformação das relações entre o homem e o meio – a razão instrumental; mas também a partir de seu impacto sobre a transformação das relações entre os homens – a racionalidade normativa, que implicava, mais além de qualquer fundamento divino, a capacidade de a humanidade fabricar uma ordem propriamente humana.

A segunda parte do livro chama-se “A modernidade em crise”. Ali, Touraine mostra o esgotamento progressivo de

uma modernidade pautada em um ideal de correspondência estreita entre o ator e o sistema, concepção que reduzia o ator à interiorização de uma racionalidade normativa de valor universal. Esse esgotamento teria duas origens: a autonomização crescente do ator que afirmaria cada vez mais fortemente sua liberdade; e a crítica empreendida por intelectuais anti-modernos contra uma razão percebida como dominação, e portanto desqualificada em suas pretensões à universalidade.

Na terceira parte, enfim, Touraine apresenta sua própria concepção da modernidade. Não basta, diz ele, concebê-la em termos puramente negativos, como recusa da tradição e afirmação radical do valor universal da razão. Desde o início, enquanto experiência, a modernidade foi informada por duas lógicas complementares, mas opostas: uma lógica de racionalização – incidindo ao mesmo tempo no plano instrumental e no plano normativo, conforme evocamos anteriormente; e uma lógica de subjetivação – pautada pela referência do sujeito a um princípio não social de autonomia e liberdade: vontade de ser ator de sua vida, vontade de ser sujeito, de ser capaz de dizer eu. Tal sujeito, agora definido por Touraine em termos não sociais, constitui-se e ganha forma na luta contra o antissujeito – isto é, contra tudo aquilo contra o qual um sujeito se insurge pelo fato de ver-se impedido de ser sujeito. O sujeito tourainiano é sempre um dissidente: “É o gesto de recusa, de resistência que cria o sujeito” (Touraine, 1992, p. 318).

A partir dessa representação extremamente geral da experiência moderna como tensão entre a racionalização e a subjetivação, um novo retorno sobre a análise de sociedades concretas se tornava possível. A constatação de um debilitamento da razão moderna em sua expressão normativa permitia compreender melhor por que os movimentos da sociedade programada não podiam repetir a configuração própria do movimento operário enquanto expressão interna a uma estrutura classista. Touraine havia concebido

a classe superior como duplamente identificada a uma lógica de ordem (ou de dominação) e a uma lógica de mudança (ou de racionalidade instrumental). A razão moderna, doravante menos ambiciosa, passara a ancorar-se cada vez mais em dinâmicas sistêmicas, definidas por suas próprias determinações, mas abandonando qualquer ideia de uma ordem social. O poder se exerceria por identificação direta à dinâmica econômica e aos processos de mudança, adotando preferencialmente formas derivadas de exercício da dominação.

Daí por que o fato importante passava a ser a separação entre o sujeito e o sistema, este último sendo definido como um campo de produção econômica e cultural, com impacto direto sobre o desenvolvimento. Touraine dirá por conseguinte:

O mais visível é a dissociação entre a ordem da mudança e a ordem do ser, antes associados na ideia de modernidade, que significava ao mesmo tempo racionalidade e individualismo. Cresce a distância entre as mudanças incessantes no plano da produção e do consumo e o reconhecimento de uma personalidade individual, que é ao mesmo tempo sexualidade e identidade cultural coletiva. (Touraine, 1992, p. 119)

172

Isso implicava também o reconhecimento de que, sem desaparecer, a dominação tornava-se menos direta e visível. Sua visibilidade passava a depender de um conflito explicitado pelo sujeito pessoal e pelos movimentos sociais. Na sociedade pós-industrial, ou programada, “o antissujeito” (nova figura da dominação) manifestava-se através de lógicas de aparelho, notadamente nas indústrias culturais, mas só o conflito seria capaz de torná-lo identificável.

Embora expressando-se em termos diferentes, Touraine manteve uma linha de continuidade com seu pensamento anterior, em função do lugar fundamental atribuído ao conflito enquanto expressão de uma oposição geral entre um

princípio de ordem/dominação, mas também de modernização e mudança próprios à razão moderna, e um princípio de resistência e liberdade manifestado através do sujeito. O movimento operário foi uma das figuras históricas mais importantes desse conflito, expresso na tensão entre racionalização e subjetivação.

A pesquisa sobre os novos movimentos sociais representou um esforço para identificar esse conflito no interior dos quadros culturais que modelavam a experiência e a contestação estudantil e do movimento de mulheres, a identidade regional face à identidade nacional no caso do movimento occitano, o apelo a relações de equilíbrio entre o homem e a natureza por oposição às lógicas puramente tecnocráticas no caso do movimento ecologista nascente. Esse esforço, conforme dissemos, fracassou certamente por duas razões principais. De um lado esses movimentos, por mais novos que fossem, emergiam envoltos nos trajes do movimento operário. Usavam sua linguagem e queriam desenvolver-se à sua sombra. Era-lhes muito difícil, por conseguinte, conceber a si próprios como movimentos distintos e autônomos. Mas, por outro lado, a própria teoria encontrava-se atrasada em relação à realidade dessas novas mobilizações, na medida em que se agarrava a uma definição do conflito social formulada em termos muito diretamente classistas – com a ideia de que uma tecnocracia viria substituir o antigo patronato e com definições da dominação que, embora não fossem as mesmas observadas no quadro da sociedade industrial, permaneciam formalmente análogas ou de mesma natureza.

A hipótese enunciada em *Critique de la modernité* (Touraine, 1992) de um adversário diretamente estruturado pelo conflito, pelo movimento e pela ação coletiva (e não mais imediatamente identificável por sua posição nas relações de trabalho, como fora o patronato frente ao movimento operário), foi ilustrada em um dos livros posteriores de Touraine (1999), pela referência aos “novos novos

movimentos sociais” ou movimentos dos “sem”: sem papéis, desempregados, população de rua... Touraine sugeria que, na conflitualização da experiência da exclusão – ela própria, um dos sinais mais notáveis de uma separação patológica entre o sujeito e o sistema –, era possível vislumbrar essa capacidade dos movimentos sociais de estruturarem a dominação, ao mesmo tempo em que a combatiam.

Mas outra diferença importante separa o movimento operário enquanto figura histórica do conflito moderno e esses “novos novos” movimentos emergentes, no quadro da sociedade programada. O objeto do conflito que opunha operários e patrões era a dupla identificação de uns e outros com o progresso enquanto expressão da razão moderna. Na nova sociedade programada, esse objeto compartilhado desaparecia, sinal suplementar da ausência de correspondência entre o sujeito e o sistema. Daí por que, diz Touraine, o objeto do conflito é o eu: a capacidade de um sujeito pessoal de existir enquanto sujeito.

174

Abandono (parcial) de uma sociologia dos movimentos

Enquanto Touraine reinvestia o campo teórico, o Cadis – laboratório que ele fundou em 1981 para investigar os novos movimentos sociais e que dirigiu até 1993 – diversificou consideravelmente seu campo de preocupações para procurar responder a problemas da atualidade francesa: racismo, periferias urbanas e imigração, violência, escola, saúde, diversidade cultural.⁶ As técnicas de pesquisa da intervenção sociológica, inicialmente concebidas para interrogar movimentos sociais, foram adaptadas ao estudo desses novos objetos. François Dubet (1994) também formulou, naquele momento, sua sociologia da experiência, categoria de análise mais adaptada a esses novos objetos que

⁶ Ver, no site do Cadis, as pesquisas dirigidas nesse período principalmente por Michel Wieviorka e François Dubet: <http://cadis.ehess.fr/index.php?1902>.

a categoria ação. A bem dizer, estudava-se uma sociedade em decomposição e o termo mutação foi abundantemente mobilizado para descrever a face sombria da mudança, não obstante seu significado outro no contexto do acionalismo tourainiano (Touraine, 1973).⁷ Desde os anos 1990, por outro lado, o estudo da ação coletiva tornou-se um objeto preponderantemente abordado por pesquisadores da área de ciência política ou desenvolveu-se fora do Cadis.⁸

Três exceções a esse quadro geral são os estudos de Castelain-Meunier (1992, 2005) sobre os homens, a paternidade e a incidência do movimento feminista e do movimento gay sobre eles. Embora essas pesquisas se inscrevam em um registro empírico de investigações sobre as relações de gênero e suas transformações, elas podem, sem dificuldade, ser associadas a uma dinâmica de movimentos culturais. Touraine jamais se preocupou em formalizar a noção de movimentos culturais, contrariamente ao que havia feito com a de movimentos sociais. Mas é indiscutível que os objetos abordados por Castelain-Meunier no âmbito do Cadis são os que melhor correspondem a essa noção, que remete a mudanças nas práticas privadas, as quais, por efeito de agregação, convertem-se em mudanças nas representações e nas práticas coletivas. Do mesmo modo, a questão do sujeito pessoal esteve muito presente nos estudos de Bataille (2003) sobre os pacientes portadores de câncer. A partir de meados dos anos 2000, as pesquisas de Pleyers miraram decididamente nas mobilizações globais, de início com estudos sobre os Fóruns Sociais Mundiais (Pleyers, 2011) e, mais

175

⁷ Idem.

⁸ Exemplo significativo são as lutas em torno da epidemia da aids, recentemente imortalizadas no filme multipremiado *Cento e vinte batimentos por minuto*, de Robin Campillo. Registram-se vários estudos sobre o assunto, desenvolvidos por cientistas políticos ou sociólogos de fora do Cadis. Apenas a título de exemplo e sem pretensões a um registro exaustivo, Favre (1992), Barbot (2002) e Buton (2005). A pesquisa de Jeanine Barbot foi dirigida por Claudine Herzlich no Centre d'Etude des Mouvements Sociaux (Cems), laboratório que Touraine dirigiu antes de fundar o Cadis.

recentemente, através da reunião de pesquisas sobre uma ampla gama de ações coletivas que adquiriram importância em escala local, ao mesmo tempo em que participavam de protestos de escala global (Bringel e Pleyers, 2017).

Touraine, por sua vez, deixou de lado a sociologia empírica, e mesmo teórica, apoiando cada vez mais sua reflexão na história das ideias – a ponto de convidar seus leitores, em um livro de 2013, a abandonar a disciplina e a substituí-la por uma ciência moral reinventada (Touraine, 2013). Nesse novo registro de expressão, dois temas principais acompanharam uma longa lista de publicações: a ideia do fim das sociedades e do fim do social; e a intuição de que a mulher seria, na contemporaneidade, a nova figura cultural do sujeito.

176 Desde 1981, pelo menos, Touraine vem chamando a atenção para o fato de que a sociologia ter-se-ia libertado de um objeto dela constitutivo em sua origem, o estudo da sociedade. Muitos sociólogos ter-se-iam insurgido contra essa definição da disciplina, que marcou profundamente a sociologia clássica, eliminando por completo de suas análises qualquer referência à ideia de sociedade. No melhor dos casos, a sociedade tornara-se, para alguns deles, um efeito não intencional, derivado da agregação de ações individuais. Essa recusa da ideia de sociedade traduziu-se em seguida em vários outros livros. Em 1995, Touraine interrogou-se sobre nossa capacidade de viver juntos, não obstante o fato de sermos ao mesmo tempo iguais e diferentes. A expressão “viver juntos” era proposta como um substitutivo ao termo banido “sociedade”. Em 2013, um novo livro insistiu nessa temática, propondo a ideia não apenas do fim da sociedade, mas mais ainda do fim do social.⁹

⁹ Em carta dirigida a Touraine em 2013, comentando seu livro (e sobre a qual conversamos em encontro posterior), manifestei meu completo acordo quanto à ideia de um fim das sociedades, mas também meu completo desacordo quanto à ideia de fim do “social”, mediação socioeconômica através da qual um poder global continua a se exercer sob diversas formas.

O segundo tema, o da centralidade da mulher como nova figura cultural do sujeito, atravessou pelo menos três livros (Touraine, 2005, 2006, 2007). Ali, a experiência feminina era pensada através de seu impacto sobre o modo de funcionamento de um mundo antes marcado pela especialização e pela separação entre vida pública e privada; e doravante caracterizado por esse elemento primordial na experiência feminina – o desejo, o esforço e a capacidade para combinar essas duas dimensões da experiência social.

Em seus dois últimos livros (2015, 2016), Touraine registra a importância de novos atores coletivos que emergem em um cenário globalizado. Na sociedade de comunicação (o termo banido – sociedade – retorna frequentemente, embora sem a importância conceitual que lhe foi atribuída pela sociologia em sua origem), faríamos face a um poder total, ao mesmo tempo econômico, político e cultural. Os novos movimentos que vemos emergir seriam pautados por um apelo à democracia e à dignidade humana, princípios mais do que tudo de natureza ética. Para Touraine, esses movimentos participam de uma afirmação dos direitos fundamentais dos seres humanos enquanto sujeitos (pessoais), capazes de se construir e de se transformar, transformando ao mesmo tempo seu ambiente social e natural. A ação coletiva na sociedade de comunicação, diz ele também, não manifesta apenas, nem principalmente, as contradições internas de uma dominação econômica e política; manifesta sobretudo um modo histórico de afirmação de direitos e da legitimidade social e política daquilo que não é mais um conjunto de reivindicações, mas um movimento de libertação do sujeito humano.

177

Um legado do acionalismo tourainiano?

Ao abandonar a sociologia, Touraine de certo modo deixou órfãos aqueles que o cercavam. Órfãos daquilo que por longo tempo caracterizou seu trabalho de sociólogo: a

vontade de integrar estreitamente pesquisa empírica e teoria social. Ao sugerir, como em 2013, que uma ciência moral reinventada substituísse a sociologia, apenas explicitou as bases analíticas em que ele próprio passou a mover-se, no terreno das ideias – seu lugar de fala, como se costuma dizer hoje. O caminho para ele é sem volta. E para nós?

Nas condições históricas em que esse abandono se efetuou – e Touraine repetiu isso inúmeras vezes – o mais visível, no plano empírico, era, no seu vocabulário, a separação entre o sujeito e o sistema. Concretamente, isso significava uma dinâmica econômica socialmente desenraizada, comandada pelo capital financeiro; e, paralelamente, a emergência de uma onda identitária – no caso da França e da Europa, parte ancorada em imigrantes pobres, desempregados, e nas suas práticas religiosas, e parte em franceses “brancos” (“*petits blancs*”, conforme a expressão consagrada) em situação de mobilidade social descendente, simpatizantes potenciais de uma extrema-direita nacionalista e xenófoba. O registro empírico mais amplo dessa separação foi provavelmente aquele efetuado por Castells em sua trilogia sobre a Era da Informação (1996, 1997, 1999) e, mais particularmente, no segundo volume, justamente intitulado *O poder da identidade*.

178

Isso era, de fato, o mais visível e traduziu-se no debate francês através da preeminência do tema da exclusão, que colonizou o que de mais significativo se fez no período em matéria de sociologia urbana. No plano do menos visível, registram-se as pesquisas pioneiras de Alain Tarrow que, pelo menos desde 1987, vão revelar uma outra face dessas populações de excluídos – sua capacidade em utilizar a mobilidade entre as duas margens do Mediterrâneo como recurso para inscrever-se em uma economia global. Esta última, embora informal e dita “subterrânea”, desenvolvia-se a céu aberto, tendo como plataforma de interligação de redes territoriais e humanas um bairro do centro de Marseille, Belsunce.

Essas práticas de participação dependente dos migrantes na economia global configuraram aquilo que, em um amplo leque de pesquisas – primeiro na esteira de Alejandro Portes (1997, 1999), que analisou a circulação de migrantes entre os Estados Unidos e a região caribenha, e depois do próprio Tarrius (2002) – designou-se como um fenômeno de “globalização por baixo”.¹⁰

No abandonado vocabulário do acionalismo tourainiano, essas práticas poderiam ser qualificadas como estratégicas, de nível mais baixo portanto que os movimentos sociais a que Touraine originalmente atribuiu papel tão central; e não obstante capazes de extrair uma população de excluídos de suas situações de exclusão, inscrevendo-a em dinâmicas de mobilidade territorial e social, abrindo caminho para que se construíssem como sujeitos de suas próprias vidas, sem necessitar refugiar-se em atitudes de corte sectário como as descritas por Castells (1997). Não que essas lógicas sectárias não existissem. Não apenas existiam, mas continuam existindo e drenando muita energia das periferias urbanas francesas, como mostram há vários anos os estudos de Khosrokhavar (2013, 2017) sobre a radicalização religiosa. Mas elas não eram toda a realidade. Para além delas, havia também condutas positivas e de mobilidade social, embora com repercussões do ponto de vista da implosão dos quadros institucionais-legais – notadamente toda a esfera do direito do trabalho, sobre os quais se assentaram as democracias modernas. Participavam portanto, à sua maneira, de um processo que Touraine dizia ter conduzido ao “fim das sociedades”, mas apoiando ao mesmo tempo sobre si próprios as condições através das quais construía suas vidas e se construía enquanto sujeitos (Peralva, 2015, 2016).

¹⁰ No Brasil, Ribeiro (2006, 2007) utilizou os termos “outras globalizações” e “globalização popular”. Para um balanço da literatura, conferir Peralva (2015).

Mais recentemente, a série de movimentos que emergiram no Brasil na esteira de 2013 convidam a nos interrogarmos sobre a pertinência do uso do aparelho conceitual tourainiano para analisá-los, ao mesmo tempo que sobre os limites de seu legado. Três fenômenos importantes parecem ter-se delineado no âmbito do movimento de 2013. Em primeiro lugar, um conjunto de lutas urbanas, em parte (mas não apenas) induzidas pela proximidade de dois mega-eventos esportivos (a Copa do Mundo de 2014, precedida em 2013 pela Copa das Confederações; e os Jogos Olímpicos de 2016). Contestaram-se naquele momento uma série de políticas de promoção inconsiderada dos interesses das empresas de transporte urbano, das empreiteiras e da Fifa, sem que se levasse em conta o ponto de vista dos cidadãos sobre a vida na cidade. Em segundo lugar, 2013 introduziu no cenário brasileiro um fenômeno novo de comunicação, apoiado nas redes sociais, que alterou duravelmente as condições em que se produz e se consome informação no país, rompendo o monopólio de fala da grande imprensa. E, enfim, terceiro elemento, 2013 pôs em cena coletivos de ativistas em ruptura com o quadro político-partidário brasileiro – coletivos de sensibilidade autonomista e libertária, que implementaram uma renovação considerável das práticas militantes e das formas de organização da luta com inspiração e orientação democráticas.¹¹

No plano das lutas urbanas, 2013 deu visibilidade a um importante conflito de orientações do ponto de vista do direito à cidade e da gestão da cidade. Mobilidade, moradia e planejamento urbano foram pautas fundamentais. O projeto Tarifa Zero, que remonta à gestão de Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo (1989-1992), foi referência em várias

¹¹ Na esteira de 2013, também foram gerados, em meio aos escombros do sistema político-partidário, um conjunto de movimentos de sensibilidade liberal, como o MBL ou o Vem pra Rua, que não serão analisados aqui. As considerações sobre 2013 baseiam-se em uma pesquisa da autora (Peralva et al., 2017), utilizada aqui para ilustrar a maneira como o acionalismo tourainiano poderia ser remobilizado em favor de uma compreensão daqueles acontecimentos.

lutas contra o aumento das tarifas dos transportes desde o começo do século, antes de tornar-se, a partir de 2005, um objetivo do Movimento Passe Livre (MPL), criado no Fórum Social Mundial de Porto Alegre. O projeto, como se sabe, propõe a criação de um Fundo de Transporte que financiaria a mobilidade urbana, democratizando seu acesso para o conjunto dos usuários, independentemente de suas condições individuais de renda. A questão da moradia popular vem sendo objeto de uma luta contínua do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) há mais de 20 anos, mas ela foi novamente pautada em 2013 no contexto da resistência às remoções ligadas à preparação da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop) e os comitês locais formados nas 12 cidades-sede tiveram papel primordial nessa resistência.

Alguns polos de conflito foram particularmente emblemáticos. Na Vila Autódromo – aglomeração precária de moradias, beneficiária de uma concessão de terreno feita pelo governo do estado do Rio de Janeiro, e situada em área onde a Prefeitura construiu o Parque Olímpico – um contra-projeto de renovação urbana, elaborado por moradores e urbanistas e parcialmente vitorioso, disputou espaço com o projeto oficial (Bayer, 2017). O conflito incidia diretamente sobre as lógicas elitistas do planejamento urbano, pilotadas por políticos e empreiteiras e visando excluir da área populações de baixa renda. O movimento #OcupeEstelita se opôs e obteve na Justiça o embargo à construção de um conjunto de torres no espaço do antigo parque ferroviário Estelita, patrimônio urbanístico do centro de Recife (Nogueira, 2015).¹² O movimento #Ocupacocó, em Fortaleza, opôs uma resistência de quatro meses à destruição de uma área verde para a

181

¹² O vídeo *Cabeça de Prédio*, publicado em dezembro de 2015 na página do Movimento #OcupeEstelita no Facebook, é de grande interesse na medida em que traduz em imagens da cidade os termos de um conflito em torno das lógicas da urbanização.

construção de um viaduto, em uma cidade que havia perdido, em 35 anos, 90% da sua cobertura vegetal (Pinheiro, 2014). Lutas semelhantes foram registradas de norte a sul do país, marcadas por uma aliança constante entre movimentos populares e diversos profissionais de classe média. Modelo muito presente nas análises de Touraine sobre a consciência operária, que ele jamais reduziu à pura resistência dos proletários, arguindo que dos operários qualificados vinha a capacidade, no interior do movimento, de projetar a luta em um conflito de orientações em torno da historicidade. Historicidade por sua vez percebida como programa de investimento econômico e definição cultural do desenvolvimento.

Conforme dissemos, 2013 também alterou em profundidade e duravelmente as condições de produção e circulação da informação no país. Houve uma ruptura do monopólio da fala das grandes empresas de comunicação. Ainda que um novo quadro institucional não tenha acompanhado e regulado essa mudança, e ainda que certas dimensões negativas do fenômeno, como a circulação acelerada de *fake news* nas redes sociais, venham chamando a atenção de pesquisadores e estejam na origem da formação de coletivos de checagem entre os profissionais da imprensa, tudo não é negativo nessa mudança. Suas dimensões positivas são mesmo consideráveis. Uma vasta gama de coletivos de comunicadores de favelas – Ocupa Alemão, Ocupa Borel, Coletivo Papo Reto, Maré Vive e muitos outros – disseminaram-se no Rio de Janeiro, mobilizando-se principalmente em torno daquilo que Silva (2015) chama de “terceira geração” de demandas e direitos.¹³ Thâmara (2014) relembra o quanto,

182

¹³ As demandas de primeira geração, diz ela, teriam como eixo a busca de acesso a serviços materiais básicos – água, energia, pavimentação, telefonia pública e equipamentos de educação e saúde. As de segunda geração envolveriam o acesso a serviços mais sofisticados – ensino superior, formação em línguas estrangeiras, informática, como via de acesso a empregos qualificados. As demandas de terceira geração envolveriam questões vinculadas ao gênero, à etnia, à orientação sexual, à segurança, ao meio ambiente e aos direitos humanos lato sensu (Silva, 2015, p. 26).

nesse novo contexto, a campanha #CadêoAmarildo, pilotada pela Anistia Internacional, foi importante para fazer com que convergissem a indignação da opinião pública diante de ações policiais violentas empreendidas contra manifestantes e a indignação contra o massacre desse pedreiro pobre da favela da Rocinha pela mesma polícia, que agia de forma ainda mais violenta em um contexto definido pela presença de populações matáveis, conforme o termo preciso de Agamben (1997). A esses coletivos somaram-se outros, formados por universitários e profissionais de classe média, que através de vídeos e fotografias propunham uma tradução emocional e estética das mobilizações. E, mais ainda, coletivos de midialivristas *stricto sensu*, formados por produtores não profissionais de informação, dos quais uma parte mantém relações complexas e ambivalentes com o jornalismo profissional: aspirantes a jornalistas vindos das favelas de São Paulo, em situação de mobilidade social, estudantes de comunicação de grandes universidades públicas e privadas, jornalistas recém-formados em universidades de segundo time – todo esse universo converge em uma nebulosa de coletivos, que tenta dar resposta à crise da imprensa profissional. Crise que teve como um de seus indicadores as demissões maciças de jornalistas nas redações de São Paulo, em junho de 2013, conforme registrou Bruno Torturra em artigo de dezembro daquele ano para a revista *Piauí* (Torturra, 2013).

Peralva et al. (2017a, 2017b) chamaram a atenção para as relações ambíguas entre ativistas e jornalistas profissionais que doravante parecem caracterizar esse novo campo da comunicação. As lógicas de experimentação de novas tecnologias e as novas modalidades de produção da informação, em parte apoiadas no *streaming* que garante filmagens ao vivo com recursos limitados e qualidade ainda precária; ou no *crowdsourcing* que garante amplitude no levantamento de informações, simplesmente graças a redes militantes – tudo isso tem um impacto sobre o trabalho dos jornalistas, que se

perguntam como fazer a diferença no cotidiano para justificar a pertinência do seu campo profissional. Observa-se mesmo um mimetismo entre órgãos da grande imprensa que experimentam técnicas de produção e difusão da informação, como as entrevistas em *streaming* nas redes sociais ou as filmagens com *smartphones* adotadas pela Rede Globo. Por outro lado, a ausência de um modelo econômico capaz de garantir a reconfiguração e a estabilização desse novo campo da comunicação parece levar muitos aspirantes a jornalistas a uma participação dependente na imprensa profissional, que lhes assegura visibilidade, mas em condições que incidem sobre a precarização da atividade jornalística e a aprofundam.

184

Todas essas mudanças são fundamentais do ponto de vista da prefiguração de uma nova institucionalidade democrática no plano da comunicação, a ser negociada no futuro, do mesmo modo que o são também, no plano político, aquelas que se efetuaram no nível das práticas militantes e organizacionais. O ano de 2013 engendrou uma nebulosa de pequenos coletivos de ativistas – e não apenas de midiativistas – auto-geridos, reivindicando sua independência em relação aos partidos políticos e às grandes organizações sindicais e populares, cujas relações com o PT eram geralmente estreitas.¹⁴ No interior dessa nebulosa, comunidades e redes de extensão nacional, estabilizadas por uma longa história no campo da cultura, como o Fora do Eixo, mas também formas de organização menos estáveis como rodas de conversa, múltiplas assembleias populares instaladas em diferentes cidades do país, e ocupações de espaços públicos (praças, parques, terrenos em disputa). A articulação desses diferentes coletivos caracterizou-se por relações de horizontalidade e construiu-se no interior do movimento, com

¹⁴ A participação do MTST, nesse universo, talvez tenha sido a exceção que confirma a regra.

instrumentos próprios e formas de expressão artística, às vezes pautadas pela reapropriação de recursos e lógicas da publicidade comercial, com vídeos projetados nas paredes das cidades relembrando as pautas da luta, como no caso do coletivo *Projetação*. Nada disso era propriamente novo, posto que correspondia a tendências gerais que já se haviam observado na segunda onda do movimento global (Castells, 2013).¹⁵ De resto, a segunda onda brasileira manteve laços estreitos com a primeira – por um lado, através do caráter global dos dois mega-eventos esportivos que catalisaram os protestos de 2013, institucionalizado através da chamada Lei da Copa e pela presença no país, naquele momento, de uma imprensa internacional que contribuiu para dar-lhes visibilidade; mas também, por outro lado, pela presença explicitamente reconhecida, no interior do movimento, de uma herança de lutas da geração do começo do século e pelas novas redes de solidariedade, colaboração e troca de experiência nas quais os coletivos de 2013 viram-se inseridos.

185

Contribuições e limites da sociologia de Alain Touraine para a análise e compreensão de movimentos como o de 2013 no Brasil

Em que medida o acionalismo tourainiano pode ser mobilizado para entender o movimento de 2013, e outros de mesmo tipo? Já nos referimos à questão de um conflito, patente nas lutas daquele ano, em torno das grandes orientações do desenvolvimento urbano. Lutas, portanto, que não apenas continham demandas – oposição às expulsões, moradia popular – mas que disputavam o sentido do que deveria ser feito do ponto de vista do viver na cidade. Várias outras lutas – as do Movimento dos Trabalhadores Rurais

¹⁵ O movimento anti-globalização do início do século visou os grandes órgãos estruturadores do poder global. A segunda onda, filha da web 2.0, interpelou a democracia e seus limites a partir de diferentes realidades nacionais (Peralva et al., 2017a, 2017b; Bringel, 2017).

Sem Terra (MST) contra o agronegócio e por uma agricultura sem agrotóxicos, as dos expulsos por barragens pela defesa do meio-ambiente – podem ser compreendidas na mesma perspectiva. Os padrões culturais do desenvolvimento econômico estão sendo disputados palmo a palmo, e isso corresponde no acionalismo tourainiano aos conflitos mais importantes, os conflitos de historicidade.

Por outro lado, o conjunto de grandes movimentos que emergiram em escala mundial desde o início do século – a primeira e a segunda ondas da luta global, das quais 2013 faz parte – não podem ser qualificados senão como movimentos democráticos. Eles o são, não apenas enquanto manifestação de demandas de abertura do sistema político, como em parte ocorreu na Primavera Árabe. Mas também, mais profundamente, enquanto conflitos em torno de uma repartição menos assimétrica e menos brutal do poder sobre o desenvolvimento, como manifestam os exemplos que indicamos acima. E o são, por fim, enquanto escolhas organizacionais de tipo horizontal, por oposição ao sistema de partidos e aos regimes representativos que configuram sistemas verticalizados.

186

Touraine sempre foi sensível à questão da democracia. A ela dedicou um livro (Touraine, 1994), embora por ele próprio considerado como uma obra menor. Ao expor os resultados de suas pesquisas sobre o sindicato polonês Solidariedade, considerou-o como o mais importante movimento social da segunda metade do século XX e como um movimento social “total”, por combinar uma tripla dimensão sindical, nacional e democrática. Em *Production de la société* (Touraine, 1994), preocupou-se em distinguir a noção de contradição, motor segundo ele de movimentos históricos e rupturas revolucionárias, e os conflitos internos a uma sociedade nos quais se ancoravam condutas de historicidade, implicando renegociações e reorientações em torno de certos objetos – ou do que estava *em jogo* na

historicidade (*l'enjeu de l'historicité*). O conflito operário, por exemplo, estruturaria um movimento social que se distinguiria da guerra por não visar a destruição de seu adversário e por compartilhar com ele uma representação comum do mundo (o progresso humano, embora dele os adversários em conflito propusessem definições distintas).

Isto posto, e curiosamente, Touraine jamais se deteve, mesmo em seu percurso teórico mais recente – aquele que o lançou no campo da história das ideias – em qualquer discussão relativa às formas políticas de exercício da democracia, ou à crise do regime representativo. Jamais se debruçou sobre temáticas próprias da sociologia política strictu sensu. No meu entender, por isso mesmo é difícil encontrar diretamente na sociologia tourainiana elementos capazes de articular o sentido dos movimentos globais de segunda geração com a crise da democracia e sua renovação necessária, elementos fortemente presentes nesses movimentos.

As características democráticas dos movimentos da segunda onda requerem vários níveis de análise. Primeiramente, são expressão de uma dinâmica social democrática que se traduziu, no espaço brasileiro (mas também mundial), em elevação significativa no meio popular dos patamares de educação, de acesso à informação e de acesso à cultura, não obstante graus persistentes e importantes de desigualdade social. A educação, a informação e a cultura tornaram-se recursos de luta política mobilizados por populações pobres, independentemente ou em aliança com segmentos de classe média. Em segundo lugar, generaliza-se a forma rede, horizontal e colaborativa por definição. Redes que estruturam o poder econômico em escala global, mas que estruturam também o ativismo de uma nebulosa de coletivos presentes nesses movimentos. Essa estruturação é favorecida por uma base tecnológica de acesso simples, com características de interatividade, a web 2.0. No 2013 brasileiro, o Facebook foi uma rede social fundamental. A tudo

isso se acresce, por outro lado, uma crise profunda, particularmente intensa no caso brasileiro, que afeta os partidos e os regimes representativos.

A era da democracia dos partidos, diz Manin (2012), ficou para trás. A unidade que os ligou por um tempo às suas bases, fenômeno que marcou pelo menos a experiência europeia no contexto das sociedades industriais, foi rompida com a emergência de coletividades humanas altamente individualizadas, tanto do ponto de vista de suas formas de inscrição no mundo do trabalho, quanto de suas formas de consumo, ou ainda do modo como constroem suas relações entre o permitido e o proibido – aquilo que Lipovetsky (1992) chamou, já no título de seu livro, de “a ética indolor dos novos tempos democráticos”. Manin contesta a ideia de uma *crise* dos regimes representativos e eletivos, optando pela hipótese de uma mutação. Sugere que os partidos perderam efetivamente as características do passado, sem ter no entanto desaparecido posto que continuam, em um novo contexto, cumprindo as funções de operadores do sistema eleitoral. Funções, no entanto, que se exercem com novo formato: o das democracias “do público” ou da “opinião pública”, onde partidos de baixa densidade representativa, apoiados em institutos de pesquisa, contribuem para eleger figuras carismáticas e midiáticas, que usam esses mesmos partidos para fins eleitorais, porém mantendo grande margem de autonomia em relação a eles (Manin, 2012, pp. 291-300; pp. 313-314).

Em resposta aos problemas advindos dessa crise – ou dessa mutação – observa-se a emergência de movimentos insurgentes de novo tipo (Brancaleone, 2015), de movimentos de base comunitária e corte autonomista, ou ainda apoiados em uma ampla sensibilidade libertária, que remetem a formas deliberativas de exercício da democracia. Esses movimentos fabricam não uma nova institucionalidade, mas novas práticas. Paralelamente, em escala não menos

significativa, experimentos deliberativos semi-institucionais disseminam-se através do planeta, reatando com formas pré-representativas de exercício da democracia que prevaleceram ao longo da história (Sintomer, 2011).

O interesse dessas formas deliberativas de exercício da democracia, a meu ver, é que elas são potencialmente capazes de fundar uma nova definição do “comum”, capaz de substituir aquela que vigorou no quadro de relações de trabalho e dos conflitos de classes que acompanharam a formação do movimento operário. O confronto de ideias nesses espaços, indica Sintomer (2011), produz uma opinião qualificada, muito diferente da opinião pública intuitiva e instável característica dos regimes representativos. Nesses experimentos, o “comum” pressupõe o reconhecimento da legitimidade das deliberações adotadas através da discussão coletiva, independentemente das divergências entre as partes, que de resto se reduzem ao longo do processo. Há aí talvez uma arquitetura institucional suscetível de permitir tratamento continuado, e mais eficaz, dos grandes conflitos de orientação em jogo na historicidade. A natureza democrática dos espaços deliberativos reconfigura as condições de organização da vida coletiva, em condições de horizontalidade que contrastam com a lógica vertical e hierárquica própria dos regimes representativos.

O alto grau de individualização de nossas sociedades não me parece ser um obstáculo à reinvenção desse novo comum. O movimento operário surge, nas representações do século XX, como uma categoria imediatamente coletiva. Touraine, no entanto, em seus estudos sobre a consciência operária, sugeriu que por trás dessa categoria coletiva existia um sujeito individual. Se admitirmos a pertinência dessa hipótese, como, então, esse sujeito individual transformou-se em categoria coletiva? Várias elementos, provavelmente, explicam tal processo. O primeiro é a existência de uma experiência compartilhada. O segundo, certamente, o caráter performativo dos conflitos, dos debates e das representações que vão

construindo, ao longo do século XIX, em uma Europa em vias de industrialização, a figura da classe operária e do movimento operário. Figuras que, até não muito tempo atrás, no continente europeu, ocuparam um lugar central na estruturação de um imaginário da democracia.

De diversas maneiras a dinâmica histórica, que tornou obsoleto o conflito operário nos termos em que ele se construiu no passado, incidiu também sobre a representação do comum, duplamente associada ao movimento operário e à nação como coletividade imaginada. Ao fazer isso, afetou também, muito diretamente, as condições de funcionamento da democracia, gerando um desequilíbrio brutal das relações de poder. É desse ponto de vista, a meu ver, que a reconfiguração dos espaços institucionais e dos espaços de deliberação coloca-se com urgência extrema. Há algo a reinventar neste momento, em condições tão difíceis ou talvez mais difíceis do que as que se colocaram para um país como a França ao fim do século XIX, no momento da instauração da Terceira República e daquilo que Donzelot (1984) designou como “a invenção do social”. O “social”, como Touraine vem repetindo há vários anos, já não consegue mais ser aquilo que dá liga ao “comum”. Tudo indica que essa liga terá de vir diretamente de uma instância política – ao que tudo indica, de espaços reconfigurados de deliberação.

Nesse sentido, a reinstitucionalização da democracia, tal como prefigurada por movimentos sociais e experimentos das mais diversas naturezas, pelo simples fato de romper com os princípios desacreditados da representação, pode participar de uma reconfiguração do imaginário político e de um reencantamento da política enquanto tal. Essa hipótese implicaria necessariamente uma descentralização radical dos espaços de gestão e poder, que no entanto não seriam necessariamente geradores de localismos irredutíveis, desde que compatíveis com mecanismos mais gerais de solidariedade coletiva. A dificuldade hoje não é a de imaginar uma nova

arquitetura institucional em tais bases, mas a de alcançar esse redesenho em condições extremas de assimetria das relações de poder, tais como aquelas com que hoje nos deparamos.

Angelina Peralva

é socióloga, ex-professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP), professora emérita de sociologia da Universidade de Toulouse 2 e pesquisadora do Laboratoire Interdisciplinaire Solidarités, Sociétés, Territoires (LISST). Também é pesquisadora associada ao Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques (Cadis), laboratório fundado por Alain Touraine na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris.

Bibliografia

- AGAMBEN, Giorgio. 1997. *Homo Sacer: le pouvoir souverain et la vie nue*. Paris: Seuil.
- BARBOT, Janine. 2002. *Les malades en mouvements: la médecine et la science à l'épreuve du sida*. Paris: Balland.
- BATAILLE, Philippe. 2003. *Un cancer et la vie: les malades face à la maladie*. Paris: Balland.
- BAYER, Mats. 2017. *Méga-événements sportifs et politiques urbaines: le conflit de Vila Autódromo et les Jeux Olympiques à Rio de Janeiro*. Mémoire de Master, 2^{ème} année, mention Civilisations, Cultures et Sociétés, parcours Espaces, Sociétés, Cultures dans les Amériques, IPEAT. Toulouse: Université de Toulouse 2.
- BOUDON, Raymond. 1977. *Effets pervers et ordre social*. Paris: PUF.
- BOUDON, Raymond. 1979. *La logique du social*. Paris: Hachette.
- BRANCALEONE, Cassio. 2015. *Teoria social, democracia e autonomia: uma interpretação da experiência de autogoverno zapatista*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial.
- BRINGEL, Breno. 2017. Movimientos sociales y la nueva geopolítica de la indignación global. In: BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (org.). *Protesta e indignación global: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial*. Buenos Aires: CLACSO.
- BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (org.). 2017. *Protesta e indignación global: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial*. Buenos Aires: CLACSO.

- BUTON, François. 2005. Sida et politique: saisir les formes de la lutte. *Revue Française de Science Politique*, v. 5, n. 5, pp. 787-810.
- CASTELAIN-MEUNIER, Christine. 1992. *Cramponnez-vous, les pères! Les hommes face à leur femme et à leurs enfants*. Paris: Albin Michel.
- CASTELAIN-MEUNIER, Christine. 2005. *Les métamorphoses du masculin*. Paris: PUF.
- CASTELLS, Manuel. 1996. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTELLS, Manuel. 1997. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTELLS, Manuel. 1999. *Fim de milênio*. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTELLS, Manuel. 2013. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CROZIER, Michel; FRIEDBERG, Erhard. 1977. *L'acteur et le système*. Paris: Seuil.
- DONZELOT, Jacques. 1984. *L'invention du social: essai sur le déclin des passions politiques*. Paris: Fayard.
- DUBET, François. 1994. *Sociologie de l'expérience*. Paris: Seuil.
- FAVRE, Pierre. 1992. *Sida et politique, les premiers affrontements: 1981-1987*. Paris: L'Harmattan.
- KHOSROKHAVAR, Farhad. 2013. Radicalization in prison: the French case. *Politics, Religion and Ideology*, v. 14, n. 2, pp. 284-306.
- KHOSROKHAVAR, Farhad. 2017. Nuevos perfiles yihadistas en Europa y radicalización en las cárceles francesas. In: BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (org.). *Protesta e indignación global: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial*. Buenos Aires: CLACSO, pp. 167-173.
- LINHART, Robert. 1978. *L'Établi*. Paris: Minuit.
- LIPOVETSKY, Gilles. 1992. *Le crépuscule du devoir: l'éthique indolore des nouveaux temps démocratiques*. Paris: Gallimard.
- LYOTARD, Jean-François. 1979. *La condition postmoderne*. Paris: Minuit.
- MANIN, Bernard. 2012. *Principes du gouvernement représentatif*. Paris: Flammarion.
- MORAES, Vinicius de. 1959. O operário em construção. In: MORAES, Vinicius de. *Novos poemas II*. Rio de Janeiro: São José, pp. 45-51.
- OLSON, Mancur. 1978. *Logique de l'action collective*. Paris: PUF.
- PARSONS, Talcott. 1951. The learning of social-role expectations and the mechanisms of socialization of motivation. In: PARSONS, Talcott. *The Social System*. Glencoe, Illinois: The Free Press, pp. 201-248.
- PERALVA, Angelina. 2015. Globalização por baixo e mercados ilegais. In: PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva (org.). *Illegalismos na globalização. migrações, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

- PERALVA, Angelina. 2016. Globalização, América Latina e os desafios para a democracia. *Revista USP*, n. 109, pp. 31-42.
- PERALVA, Angelina *et al.* 2017a. O legado de 2013: coletivos de ativistas e a agenda política brasileira. Trabalho apresentado no 41º Encontro Anual da Anpocs GT 8: Democracia e Desigualdade, Caxambu, 23 a 27 de outubro.
- PERALVA, Angelina *et al.* 2017b. Resta algo de 2013? *Liinc em Revista*, v. 13, n. 2, pp. 381-400.
- PLEYERS, Geoffrey. 2011. *Alter-globalization: becoming actors in a global age*. Cambridge: Polity Press.
- PORTES, Alejandro. 1997. *Globalization from below: the rise of transnational communities*. Princeton: Princeton University. (Working Papers Series 98-01).
- PORTES, Alejandro. 1999. La mondialisation par le bas: l'émergence des communautés transnationales. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 129, pp. 15-25.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. 2006. *Other globalizations: alter-native transnational processes and agents*. Rio de Janeiro: The Edelstein Center for Social Research. (Working Paper 4).
- RIBEIRO, Gustavo Lins. 2007. El sistema mundial no hegemónico y la globalización popular. *Série Antropologia*, v. 410, pp. 7-23.
- SILVA, Eliana Sousa. 2015. *Testemunhos da Maré*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial.
- SINTOMER, Yves. 2011. *Petite histoire de l'expérimentation démocratique: tirage au sort et politique d'Athènes à nos jours*. Paris: La Découverte.
- TARRIUS, Alain. 1987. L'entrée dans la ville: migrations maghrébines et recomposition des tissus urbains à Tunis et à Marseille. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, v. 3, n. 1-2, pp. 131-148.
- TARRIUS, Alain. 2002. *La mondialisation par le bas: les nouveaux nomades de l'économie souterraine*. Paris: Balland.
- THÂMARA, Thamyra. 2014. Junho preto: favelado ocupando as ruas. In: MORAES, Alana *et al.* (org.). *Junho: potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, pp. 158-175.
- TORTURRA, Bruno. Olho da rua. *Piauí*, São Paulo, ano 7, n. 87, dez. 2013. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/olho-da-rua>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- TOURAINÉ, Alain. 1965. *Sociologie de l'action*. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain. 1966. *La conscience ouvrière*. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain. 1969. *La société postindustrielle*. Paris: Denoël.
- TOURAINÉ, Alain. 1973. *Production de la société*. Paris: Seuil.

- TOURAINÉ, Alain. 1977. *Un désir d'histoire*. Paris: Stock.
- TOURAINÉ, Alain. 1978. *La voix et le regard*. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain. 1981. Une sociologie sans société. *Revue Française de Sociologie*, n. 22, pp. 3-13.
- TOURAINÉ, Alain. 1987. *Actores sociales y sistemas políticos en América Latina*. Santiago: PREALC.
- TOURAINÉ, Alain. 1988. *La parole et le sang*. Paris: Odile Jacob.
- TOURAINÉ, Alain. 1992. *Critique de la modernité*. Paris: Fayard.
- TOURAINÉ, Alain. 1994. *Qu'est-ce que la démocratie?* Paris: Fayard.
- TOURAINÉ, Alain. 1999. *Comment sortir du libéralisme?* Paris: Fayard.
- TOURAINÉ, Alain. 2005. *Un nouveau paradigme: pour comprendre le monde d'aujourd'hui*. Paris: Fayard.
- TOURAINÉ, Alain. 2006. *Le monde des femmes*. Paris: Fayard.
- TOURAINÉ, Alain. 2007. *Penser autrement*. Paris: Fayard.
- TOURAINÉ, Alain. 2013. *La fin des sociétés*. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain. 2015. *Nous, sujets humains*. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain. 2016. *Le nouveau siècle politique*. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain *et al.* 1978. *Lutte étudiante*. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain *et al.* 1980. *La prophétie anti-nucléaire*. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain *et al.* 1981. *Le pays contre l'Etat: luttes occitanes*. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain *et al.* 1982. *Solidarité: analyse d'un mouvement social: Pologne, 1980-1981*. Paris: Fayard.
- TOURAINÉ, Alain *et al.* 1984. *Le mouvement ouvrier*. Paris: Fayard.



SOCIOLOGIA, MODERNIDADE E AMÉRICA LATINA: ENTREVISTA COM ALAIN TOURAINE

Alain Touraine

é sociólogo e diretor de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris,

França. E-mail: <touraine@ehess.fr>

Orcid: 0000-0001-7330-2163

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-195217/106>

Alain Touraine nasceu em 1925, na região da Normandia, na França. Formado em História pela prestigiada École Normale Supérieure, ele adotou a sociologia como vocação ao final dos anos 1940, sob a influência de Georges Friedmann, um pioneiro em pesquisas sobre trabalho e sociedade industrial. Suas numerosas investigações sobre esses temas contribuíram para que ele logo se consolidasse como uma referência intelectual em seu país.

Ao longo de quase setenta anos dedicados à sociologia, Touraine produziu uma obra extensa, marcada por grandes projetos, mas também por crises profundas, reflexos de seu tempo. A longevidade permitiu que o sociólogo vivesse momentos importantes da história, às vezes de muito perto: ele terminou os estudos preparatórios numa Paris ocupada pelos nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial; era professor em Nanterre quando essa universidade tornou-se o berço das manifestações de Maio de 1968; estava no Chile, país de sua primeira esposa, quando um golpe militar derrubou o presidente Salvador Allende, em

1973. Inconformado com o lugar de expectador privilegiado, o sociólogo se dedicou a refletir sobre muitos desses momentos e, sempre que possível, a agir sobre eles.

Com a América Latina o sociólogo estabeleceu uma das mais longas e promissoras relações acadêmicas de um intelectual francês. Ele teve o privilégio de criar esses vínculos num período em que a sociologia vivia o seu mais importante período de criação, desenvolvimento e valorização enquanto ciência social. Viu, ao lado de seus amigos latino-americanos, este mundo desaparecer, como ele mesmo registrou em seu livro de memórias de 1977:

No momento em que escrevo, a América Latina que eu conheci há vinte anos está desaparecendo. Em 1964, o Golpe de Estado brasileiro dispersou (ao menos, provisoriamente) a vida intelectual, suprimiu durante um longo período a vida política e fez aparecer neste continente bastante pacífico a tortura e a repressão sistemáticas.¹ (Touraine, 1977, p. 149, tradução nossa)

196

Nesta entrevista Touraine nos conta boa parte dessa história. Ele nos recebeu em duas oportunidades. Na primeira, no dia 22 de fevereiro de 2017, Ricardo Festi conduziu a conversa, realizada em seu apartamento. Um ano depois, no dia 23 de fevereiro de 2018, ele recebeu Flávio Mendes em seu escritório, na École des Hautes Études en Sciences Sociales I (EHES).

¹ No original em francês: “Au moment où j’écris, l’Amérique latine que j’ai connue depuis vingt ans est en train de disparaître. En 1964, le coup d’État brésilien a dispersé (au moins provisoirement), la vie intellectuelle, supprimé pendant une longue période la vie politique et fait apparaître sur ce continent plutôt pacifique la torture et la répression systématiques”.

RICARDO FESTI – *Em seus seminários na Maison Suger,² você tem feito um balanço da sociologia francesa e europeia desde o fim da Segunda Guerra Mundial e chamado a atenção para a decadência das ideias hoje. Poderíamos começar por essa questão?*

TOURAINÉ – Claro! No período pós-guerra, a ideia de Europa foi centrada no problema do trabalho, do carvão e do aço. Ela se criou sem o poder político ou intelectual. Foi na decisão de Jean Monnet e Robert Schuman,³ ou seja, pela técnica da integração econômica. Portanto, era muito claro que a Europa que se reconstruía não tinha nas ideias uma base para sua integração.

Houve até um período interessante tanto na Itália quanto na França em que se pensavam os problemas sociais de forma criativa. Mas esses processos foram interrompidos ou ultrapassados por um retorno seja a um marxismo muito duro e burocrático, seja a um estruturalismo que teve influência de Lévi-Strauss. Mas, infelizmente, o marxismo que dominou foi a sua versão vulgar e sem grande criação intelectual.

Na França da Libertação, ou seja, durante 15 ou 20 anos de reconstrução, o país tinha um marxismo intelectualmente muito fraco e pouco aplicável. Não havia estudos sobre a classe operária, por exemplo. As preocupações estavam nas questões sobre as colônias e as guerras coloniais. Mas não nos esqueçamos que o Partido Socialista foi quem dirigiu a guerra na Argélia. Não podemos dizer que esta foi uma ideia muito progressista ou aberta.

² A *Maison Suger* é um espaço pertencente à *Fondation Maison des Sciences de l'Homme* (FMSH). Nos anos acadêmicos de 2016-2017 e 2017-2018, Touraine ministrou Seminários que alimentaram as reflexões desenvolvidas em um livro de balanço de sua obra intelectual.

³ Monnet (1888-1979) foi um banqueiro internacional e político francês, encarregado no pós-guerra pelo planejamento econômico do país. Schuman (1886-1963) exerceu os cargos de deputado e de presidente do Conselho de Ministros da França no mesmo período e, mais tarde, tornou-se presidente do Parlamento Europeu.

Então ocorreu este fenômeno que todos nós vivemos na Europa há muito tempo, que é o esgotamento dessas sociedades que não têm ideias, não têm debates.

A sociologia europeia não tinha e ainda não tem consciência da globalização, das transformações, da mundialização, de tudo isso que vimos acontecer. Acabamos por nos tornar muito tradicionalistas, uma sorte de marxismo nacional, digamos, em diferentes países. Fomos, portanto, em direção a uma sociologia mais conservadora. E hoje a sociologia europeia, e mesmo a americana, é muito mais de estudos de detalhes. Houve algumas exceções, evidentemente. Na Alemanha, por conta da tradição da Escola de Frankfurt, tivemos Habermas. Os ingleses tiveram um belo impulso com a *London School of Economics*, pois ela estava muito vinculada a Tony Blair e, por conta disso, teve meios de trabalho importantes. Mas a Inglaterra não se definia como um país europeu. Era um país financeiro. E foi assim que ela se atraiu pelos problemas da globalização.

198

Portanto, o balanço não é positivo. Não se trata de um problema europeu, mas sim intelectual. A sociologia não se impôs como uma disciplina importante. Ela foi muito dominada pela filosofia. Mesmo na América Latina esse problema foi recorrente. Não havia vigor intelectual na análise da sociedade contemporânea. Os filósofos falavam de Marx sem o terem lido e sem conhecerem a economia. No período pós-guerra, só havia uma personalidade que estudava o mundo concreto europeu, como as fábricas etc. Este homem era Georges Friedmann. Ele era um antigo comunista que não queria fazer ideologia. E a sua maneira de escapar do dogmatismo comunista era fazendo trabalho de campo.

No entanto, os problemas relativos ao trabalho rapidamente perderam importância. Isso ocorreu também com outras áreas, como foi o caso da sociologia da religião, apesar de tudo o que está acontecendo agora. O único campo que se manteve ou mesmo se desenvolveu foi a sociologia da

educação, pois ficou um pouco à margem dos grandes debates ideológicos. Mas a sociologia geral foi dominada por uma sociologia de orientação mais política do que sociológica.

Então, eu vivi tudo isso como um período de vazio intelectual. Faltava um meio formador.

RICARDO FESTI – *Mas durante o período pós-guerra, com as políticas modernizadoras, as ciências sociais não ganharam um status especial na França?*

TOURAINÉ – Mais ou menos. No interior, por exemplo, as universidades tinham poucas atividades. Havia um pequeno grupo em Lyon que depois desapareceu e um pequeno grupo em Lille. Strasbourg tornou-se ativo depois. Mesmo nas universidades de Paris, havia pouca coisa. Na Sorbonne, por exemplo, era Georges Gurvitch quem expunha as ideias e ele era um homem da filosofia do direito. Depois tinha Jean Stoetzel, que lançou as pesquisas de opinião. Tudo isso era muito pouca coisa. Em seguida veio Roger Bastide, que era um homem muito importante por ter tido uma experiência no Brasil e por refletir sobre religião. Mas mesmo ele fez muita coisa de forma isolada. Ele era um homem modesto que não tinha muita influência.

Houve grandes criações em muitos domínios, como foi o caso do *Institut National de La Statistique*, grande base para o desenvolvimento da economia. Mas os estudos das ideias e da sociedade tinham pouco apoio das universidades, pois havia poucos professores de sociologia. Tínhamos apenas uma personalidade importante que era Raymond Aron, vinculado ao Charles de Gaulle. Mas, mesmo ele, era muito mais político e filósofo que sociólogo. E quando ele passa ao *Collège de France*, quando se torna uma figura internacional, ele aparece mais como jornalista que sociólogo.

Como eu disse, nessa época Friedmann foi fundamental. Ele tinha razão em incentivar as pessoas a fazerem trabalho de campo. Nós fizemos muita coisa, trabalhamos

muito. Eu mesmo, no fundo, a coisa que mais me interessava em tudo o que fiz durante esta fase era o estudo sobre a consciência da classe operária, que me tomou muitos anos de trabalho de campo. Eu cheguei a fazer quase duas mil entrevistas durante dois ou três anos, em toda a França. E eu cheguei a uma conclusão importante: isso não interessava a ninguém. Muito menos aos comunistas que eram muito fortes nos sindicatos.

No entanto, apesar de termos feito bem o que propunha Friedmann, a pesquisa de campo e a reflexão não foram definidoras em nossa formação. Existia um vazio de ideias, como mencionei. Eu tive uma formação solitária. Não havia debates, nem cursos. Eu jamais fiz uma hora de curso, a exceção dos Seminários de Friedmann no *Centre d'Études Sociologiques* (CES). Eu fui para os Estados Unidos e assisti a algumas horas do curso de Talcott Parsons. Fiquei furioso e não retornei mais. Havia um grupo interessante no CES, mas depois nos separamos: Michel Crozier foi para os estudos de organização, Jean-Daniel Reynaud para as relações trabalhistas e eu para os movimentos sociais. Isso evidenciava uma maturação que eu considerava positiva, mas muito rapidamente nos tornamos pouco visíveis, pois quem dominava era a escola marxista de Louis Althusser.

200

RICARDO FESTI – *E quanto aos financiamentos? Havia vários organismos internacionais e nacionais neste momento auxiliando as pesquisas de ciências sociais...*

TOURAINÉ – Eram poucos os financiamentos. Os historiadores e os filósofos tinham seus meios, mas os geógrafos e sociólogos neste período não eram nada. Havia quatro, cinco ou seis professores de sociologia na França. Um na Inglaterra antes da guerra. Na Itália, o movimento intelectual foi mais forte. Eles tinham muitos marxistas de boa qualidade. Mas na França, a sociologia se reconstrói por completo, porém nos reconstruímos materialmente ao

invés de intelectualmente. O país era dominado por marxistas e gaullistas que não se interessavam pelas ideias. Não tinham intelectuais.

Eu tive o sentimento de ter vivido em um meio desfavorável. Depois, quando houve o movimento estudantil, o Maio de 68, isso virou uma enorme hostilidade. E os professores que eram sociólogos, que sustentaram o movimento, eram poucos. Eu fui considerado um revolucionário que queria criar o caos. Eu paguei muito caro por me posicionar a favor dos estudantes.

A atmosfera da Libertação era muito mais favorável em comparação a hoje. No entanto, de lá para cá, tivemos um aumento significativo do número de estudantes e professores. Hoje há milhares de sociólogos na França. Apesar de muitos, eles estão bastante isolados. Eu mesmo nunca fiz parte de um grupo de verdade. Cada um estava em seu canto com uma liberdade total. Era o *Far West*. Eu sempre fui de um mundo não universitário. A Sorbonne não era nada. Gurvitch não me interessava. Stoetzel, com quem eu tinha uma ótima relação pessoal, também não me interessava.

201

Portanto havia uma espécie de vazio, de fraqueza intelectual. E tinha o fato de a Europa estar dividida em duas, em plena Guerra Fria. E os europeus viviam nesse vazio, entre dois lados, dizendo coisas contraditórias, pois era impossível ser de esquerda e estar no campo americano.

Havia uma fraqueza na formação. Na nossa geração existiam pessoas bastante motivadas. A sociologia foi criada na França por pessoas mais velhas que, por consequência, tiveram uma participação ativa na Resistência.⁴ Foi o caso de Edgar Morin e Friedmann. E havia pessoas como eu e Crozier, muito interessantes, mas muito isoladas. Como éramos isolados, podíamos fazer coisas com muita liberdade, mas com uma pobreza intelectual enorme.

⁴ Movimento de resistência à ocupação nazista da França durante a Segunda Guerra.

RICARDO FESTI – Nesse sentido, poderíamos dizer que sua tese, defendida em 1965, foi uma resposta a essa conjuntura?

TOURAINÉ – Não havia nenhuma formação sociológica, nenhuma. Portanto eu queria criar os meus próprios instrumentos. Por isso me dediquei um bom tempo para escrever um livro que se chama *Sociologie de l'action* (1965), minha tese, onde não tinha grandes coisas teóricas, mas havia mais do que uma análise da sociedade industrial, um pouco de história do presente. Em seguida, escrevi um livro grosso que se chama *Production de la Société*, publicado em 1973. E, logo depois, teve o meu trabalho de campo que foi, durante vinte anos, uma atividade muito importante. Assim que essa fase terminou, procurei inventar um método de trabalho, as intervenções sociológicas, às quais eu me dediquei ao menos sete anos. Por fim, já nos anos 1980, passei um período na América Latina, pois estava insatisfeito com o clima político da França de François Mitterrand.

202

Para ser honesto é necessário dizer que o que existiu de favorável foi o fato de ter vivido a minha juventude em um país que queria agir sobre si mesmo, como todos os países europeus com sucesso, com coragem, trabalhando enormemente e com o sentimento de ressurreição, de libertação. A palavra libertação corresponde fielmente à atmosfera da época. Eu fiquei muito ligado a esse período, mas que durou só dois anos.

Nessa época, o mundo universitário era hostil e foi por isso que eu fui para o *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS). Nele estavam todos os sociólogos, pois as universidades não nos queriam e eu, no caso, não tinha uma Tese de Estado ainda. Eu a defendi muito tempo depois, pois ela me demandou muito trabalho e um isolamento a sua vez institucional e político, ou ideológico. É isso que precisa ser bem compreendido: foi um período materialmente favorável, porque se tratava de pessoas que desejavam reconstruir, fazer as coisas, e havia um Estado aberto e planificador, composto por pessoas abertas; mas foi um período de grande

fraqueza intelectual e institucional e, por isso, não se fez grandes coisas.

Eu trabalhei sob condições desfavoráveis durante toda a minha carreira e, finalmente, o que é muito estranho no meu caso, após a morte da minha segunda esposa, ou seja, há cinco anos, quando eu tinha 86 anos, eu me coloquei a trabalhar como um louco. Escrevi um pequeno livro sobre a crise econômica, seguido por um livro grosso sobre o declínio da sociedade industrial; outro livro grande sobre o nascimento da sociedade pós-industrial, um pequeno sobre a política francesa e, atualmente, escrevo uma conclusão teórica geral.⁵ Bom, trata-se de muita coisa para apenas cinco anos.

RICARDO FESTI – *Queremos fazer algumas perguntas sobre sua relação com a América Latina. Você chegou ao Chile, pela primeira vez, em 1956. Como ocorreu o contato entre a Universidade do Chile e vocês na França?*

TOURAINÉ – Foi o reitor da universidade, uma pessoa muito legal que se chamava Juan Gómez Millas. Ele queria desenvolver a instituição, então se dirigiu ao Friedmann, que era presidente da Associação Internacional de Sociologia. Friedmann me disse: “Eu vou enviá-lo para o Chile”. E, em seguida, veio Jean-Daniel Reynaud e um argentino chamado Torcuato Di Tella, que fez uma bela carreira intelectual na Argentina. Eu cheguei ao Chile sem saber falar uma palavra em espanhol. Havia um pequeno grupo de sociólogos, mas não muito sério. E eu disse aos candidatos a assistente de pesquisa: “Escutem, a única coisa que eu lhes proponho é o que aprendi em minha formação: pesquisa de campo”. E foi então que eu os coloquei imediatamente numa mina de

203

⁵ Os livros ao quais Touraine fez referência são *La fin des sociétés* (2013b), *Après la crise* (2013a), *Nous, sujets humains* (2015), *Le nouveau siècle politique* (2016), todos publicados pela Éditions du Seuil. Também publicou, pela Éditions de l’Aube, *Macron par Touraine* (2018). Quando esta entrevista foi editada ainda não havia sido lançado o livro de balanço teórico prometido pelo autor.

carvão e numa siderúrgica. Foi nesses dois lugares que eu passei o essencial de meu ano, ao longo do qual eu também me casei.

Neste lugar estava o Enzo Faletto, que era chileno e estudante. Ele virou meu amigo e se tornou, anos mais tarde, amigo e assistente de Fernando Henrique Cardoso, e os dois escreveram o famoso livro, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1984), que teve um papel muito importante na sociologia. Eu tenho uma enorme admiração por eles.

RICARDO FESTI – *E houve o golpe no Chile, em 1973. Gostaria que você nos contasse do comitê de ajuda aos refugiados que ajudou a construir na França.*

204 **TOURAINÉ** – No ano do golpe eu estava como professor na Flacso.⁶ Logo após a queda de Allende, nos reunimos com Ricardo Lagos na própria sede da Flacso, e decidimos criar um Comitê de Solidariedade. Na França, minha esposa e eu organizamos a ajuda aos chilenos refugiados. O problema era sempre de encontrar um posto de trabalho, e naquela época era mais fácil do que hoje. Esses incidentes, essas catástrofes históricas têm sempre algo de bom para nos mostrar. Eu vi duas vezes na minha vida a França ter um incrível momento de solidariedade. Uma pelo Chile e outra pela Polônia. Havia realmente um amor, uma solidariedade democrática no sentido genuíno do termo, e isso me deu realmente prazer, pois eu acompanhava de perto a adaptação dos chilenos na França, algo que não era fácil pois é um país totalmente diferente. Os chilenos têm necessidade de contato, de troca e de afetividade.

RICARDO FESTI – *Depois do Chile, você seguiu para São Paulo para ajudar na criação de um novo centro de pesquisa...*

⁶ Flacso, sigla para Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, que aparecerá ao longo do texto.

TOURAINÉ – Sim. Após o Chile, eu fiz o mesmo em São Paulo, criando um instituto de sociologia do trabalho na USP. Nesse momento eu me definiria como um brasileiro. Na verdade, eu não era absolutamente brasileiro, mas paulista. Eu nunca coloquei os pés no Rio de Janeiro. Eu fiquei em São Paulo. E mantive, durante muito tempo, uma ligação com São Paulo. Mas a cidade era de grandes intelectuais. Em boa parte, devido à formação que tiveram com os franceses que lá viveram por um tempo. Eles tiveram como professores Braudel, Lévi-Strauss, Bastide... nada mal! E muitos bons filósofos passaram um tempo na USP. Era “o” meio intelectual da USP, era muito bom. Havia pessoas com grandes qualidades, como o Antônio Candido. Mas depois de um período intelectualmente muito bom veio a ditadura, as guerrilhas, então tudo foi destruído.

FLÁVIO MENDES – *Você chegou a São Paulo em 1960. Como foi feito o convite? Foi através de Fernando de Azevedo?*

TOURAINÉ – Na USP, naquela época, havia duas cadeiras, cadeira I e cadeira II, que nós chamávamos constantemente de cadeira francesa e cadeira americana. A cadeira americana era dirigida por Florestan Fernandes – o que não quer dizer muito, porque ele era bem antiamericano – e a outra cadeira, de Azevedo, nós chamávamos de cadeira francesa. A coisa engraçada foi que quem me convidou foi a cadeira francesa. Eu acabava de criar o centro de pesquisas em Santiago, em 1956-57. Em seguida fui para a França e voltei à Columbia, em Nova York, pela segunda vez, para ser professor lá. Um lugar que eu gostava muito. Onde tinha Paul Lazarsfeld, Merton e alguns alemães de Frankfurt. Depois chegou o convite do Brasil, e eu ainda me inclinava para a sociologia do trabalho. Havia um grande grupo de gente que se definia “sociologia do trabalho”, ou “sociologia da modernização”. Muita gente boa. Um grupo muito bom. No final de minha visita eu fiz meu relatório diante das duas cadeiras e eles me perguntaram: “você tem uma

indicação, uma recomendação a nos fazer, de quem deve se ocupar deste novo centro?”. Havia muitas mulheres, algumas que morreram muito jovens. O nível era muito bom. Gente inteligente. Tinha Octavio Ianni, com quem eu tinha relações muito amigáveis.

FLÁVIO MENDES – *Juarez Brandão Lopes?*

TOURAINÉ – Sim, Juarez. Eu disse: “olha, vocês que devem decidir. Mas eu estou muito impressionado por um assistente, mas um assistente da outra cadeira, a cadeira de Florestan, que se chama Fernando Henrique Cardoso”. Evidentemente foi um drama, porque as pessoas da minha cadeira, em especial Maria Isaura Pereira de Queiroz, ficaram furiosas. Ela não falou mais comigo pelo resto da vida. O que era idiota, porque tanto faz a cadeira I ou a cadeira II, se a gente fazia coisas em São Paulo já estava ótimo. Foi bom, se você olha o que ocorreu depois. Florestan foi muito mais longe na ideologia, mas era um personagem importante intelectualmente. Eu gostei muito de Ianni, que tinha o ar de ser muito militante político, mas era um ótimo intelectual, alguém que trabalhava muito bem. Eu não conheci muito bem as mulheres. Mas enfim: eles aceitaram, eles escolheram Cardoso.

206

FLÁVIO MENDES – *Mas por que você se impressionou tanto com Cardoso?*

TOURAINÉ – A única coisa que posso dizer é que havia essa gente da sociologia do trabalho e gente de quem eu me sentia menos próximo. Era o caso, por exemplo, de Maria Isaura, que era a ideia do Brasil rural, da tradição. Coisa de muito boa qualidade, mas mais distante daquilo de que eu me ocupava, da industrialização, da modernização. E em seguida, durante 30, 40 anos, o grande debate, que dominou completamente a vida latino-americana, foi o da dependência, a partir do livro de Cardoso e Faletto. Mas era evidente

que Cardoso era a cabeça pensante. Faletto era um homem inteligente, complicado, mas ele não tem, de forma alguma, a mesma classe intelectual. Eu tenho uma admiração intelectual muito grande por Cardoso, porque o debate sobre a independência não era apenas brasileiro ou latino-americano, era um debate mundial, terceiro-mundista.

FLÁVIO MENDES – *Você acredita que é a contribuição mais importante da sociologia latino-americana?*

TOURAINE – É a mais importante! O grande debate. Foi o grupo de Cardoso, que teve um raciocínio que eu acho muito simples e muito claro. Não são detalhes, são coisas enormes, mas simples. Quando Cardoso diz: “você falam de dependência, é claro que há dependência. A questão não é essa. A questão é: não há nada além da dependência?”. Ora, a gente não pode dizer isso. Nós somos todos de uma formação marxista. Você sabe que tinha um seminário sobre *O Capital* que era organizado por Cardoso e...

207

FLÁVIO MENDES – *Giannotti.*

TOURAINE – Sim, sim. Outra grande personalidade, amigo íntimo de Cardoso. Como todo o grupo que nós encontramos depois junto de Cardoso na presidência. Enfim, era um tanto genial de sua parte, não esquecer a herança marxista: a luta de classes existe. Os atores locais, atores políticos, têm um espaço de autonomia. Há um espaço propriamente político. Porque não há apenas um determinante, econômico. Há três: econômico, político e social. Ele fez um raciocínio de uma simplicidade formidável. Esse pequeno livro é uma maravilha. Escrito com ar claro, simplicidade, nenhum jargão, nenhum debate pessoal. Direto ao ponto. Os atores políticos têm uma liberdade, eles não são determinados. Veja só! Na escala da sociologia do século XX, que nasceu no final do XIX, este é um dos debates maiores. Um dos debates mais importantes

do século XX, ao lado das questões ligadas ao totalitarismo, que dominaram a Europa.

Mas Cardoso nunca falou só a partir do Brasil. Ele sempre falou a partir do Brasil e do Chile. Quando falo em Chile quero dizer Cepal,⁷ o maior centro intelectual da América Latina. Econômico, sobretudo, mas não só econômico. Eu não acho que houve outra coisa tão importante no plano intelectual. Houve um pensamento, uma intervenção, uma construção intelectual, um raciocínio de valor mundial, não apenas latino-americano. Cardoso é alguém que não foi intelectualmente bem tratado, talvez por causa de sua presidência. Enfim, é complicado de diferenciar. Por exemplo: para mim sua presidência não foi particularmente ruim.

Enfim: a única coisa que teria a mesma dimensão seria, nos Estados Unidos, a criação de uma sociologia negra. A criação de uma sociologia dos problemas étnicos. Em Harvard, na Califórnia, em Chicago, não importa. Os americanos criaram o tema do conflito: quais são as relações entre conflito de classe e conflito étnico? Mas mesmo aí não posso dizer que tenham apresentado um raciocínio da qualidade de Cardoso.

A América Latina de hoje não produz nada. Quando eu digo “não produz nada”, quero dizer: há muita gente inteligente, competente etc. Mas eu diria que os Estados Unidos e a Europa também não produzem nada. Do meu ponto de vista. Exceto se dermos importância ao pós-modernismo e à sociologia líquida de Bauman. O que não é o meu caso.

RICARDO FESTI – *Nos anos 1960, houve pesquisa em comum entre o Cesit⁸ e o Laboratoire de Sociologie Industrielle (LSI)?*

⁷ Cepal, sigla para Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

⁸ Cesit, sigla para Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho.

TOURAINÉ – Não. O LSI foi criado quando eu estava no CNRS. Eu passei oito lá, sendo um ano e meio nos EUA. Depois eu retornei como professor em Columbia e em Santiago. Em seguida eu retornei à França e Braudel me colocou na École Pratique des Hautes Études. Mas o LSI foi criado e funcionou na EPHE, mas desapareceu em 1968, porque a maioria dos pesquisadores, eu mesmo, estávamos dedicando muito esforço, atenção e interesse ao movimento estudantil. Eu tinha o sentimento de que deveríamos abandonar o tema da sociologia industrial porque era geral demais, muito descritiva e eu mesmo queria me concentrar na ideia de movimentos sociais.

FLÁVIO MENDES – *Chegamos aos anos 1970. Eu olhei as teses que você dirigiu sobre o Brasil naquele período. Nas bibliografias, os autores mais citados são Celso Furtado, referência da Cepal, e depois aparecem Fernando Henrique Cardoso, Juarez Brandão Lopes, Ianni, Francisco de Oliveira...*

TOURAINÉ – Sim. Era, sobretudo, o grupo de Cardoso.

FLÁVIO MENDES – *Gente que já tinha relação Cardoso?*

TOURAINÉ – Sim.

FLÁVIO MENDES – *Aspásia Camargo, por exemplo, era do Rio de Janeiro, fez um estudo sobre o mundo rural. Não sei se ela era tão próxima de Cardoso naquela época.*

TOURAINÉ – Aspásia era uma pessoa muito próxima a mim. Mas mesmo assim, eu diria que havia de cinco a dez brasileiros que liam no eixo de Cardoso, se você preferir.

FLÁVIO MENDES – *Você acredita que esses pesquisadores estavam mais próximos da perspectiva de Cardoso do que da sua, por exemplo? Porque você tinha mudado no final dos anos 1960, tinha passado a estudar os movimentos sociais.*

TOURAINÉ – Não, escuta: as coisas são bem simples. Eu acho que o que eu fiz sobre a América Latina, o livro *Les sociétés dépendantes* (1976), por exemplo, foi a aplicação ao mundo latino-americano do que eu pensava. Eu nunca tive a pretensão de ser latino-americanista. Eu queria fazer sociologia geral. A força de Cardoso é que ele tem também uma carreira política, uma enorme influência. Ele passou sua vida pensando sobre o Brasil. Ele nunca escreveu um livro de sociologia geral importante. É suficiente fazer um livro de 200 páginas, direto ao ponto, é suficiente. Eu penso que ninguém foi tão central quanto Cardoso. Eu acho que eu faço parte disso. Eu faço parte de uma corrente de sociologia geral que inspirou, mas era necessário nacionalizar, por assim dizer, esse pensamento, para transformá-lo em algo não apenas brasileiro. A princípio brasileiro, mas também brasileiro-chileno, mais diretamente, porque ele trabalhou essencialmente esses problemas no Chile. Mas é de toda forma o conjunto da América Latina.

FLÁVIO MENDES – *E Ruth Cardoso? Porque depois, quando começaram os novos movimentos sociais na América Latina, os movimentos urbanos no Chile, em São Paulo, Buenos Aires, México, você passou a dialogar com ela. Em La recherche de soi você diz, por exemplo, que a princípio esteve entusiasmado com esses movimentos, que pareciam mais próximos de uma ideia clássica de movimentos sociais. Mas que depois o casal Cardoso, sobretudo Ruth, mostrou que havia um limite.*

TOURAINÉ – Ruth era muito amiga de minha esposa, a gente via muito Ruth. Ela era muito mais europeia, mais à esquerda, enquanto Fernando Henrique se concentrava sobre o político. Não há muita coisa boa a se tirar da esquerda na América Latina. Não rendeu muita coisa a esquerda latino-americana. Ela, Ruth, era mais sobre o social e ele sobre o político. Ele é, sobretudo, político. É cientista político. Ruth ficou muito tempo em funções

administrativas muito importantes, internacionais ou nacionais, as duas. Ela era muito mais engajada. Fernando Henrique é mais intelectual. Ruth é mais europeia, engajada. Cardoso não é tanto.

FLÁVIO MENDES – *Em uma passagem de La parole et le sang você fala de “movimentismo”: no início dos anos 1980 havia entre os sociólogos de esquerda no Brasil uma esperança nos novos movimentos sociais, no PT.*⁹

TOURAINÉ – Mas eu também tinha e continuo. Eu sou um grande defensor dos sem-terra, que conseguiram conservar certa autonomia em relação ao Lula e ao PT.

FLÁVIO MENDES – *Ruth Cardoso questionou a ideia de que os novos movimentos sociais iam construir a Nova República no Brasil. E você diz que você foi convencido por isso, que na América Latina, no Brasil, os movimentos sociais...*

TOURAINÉ – Você toca num assunto que é realmente muito interessante. Porque durante vinte ou trinta anos meu nome foi identificado com movimento social.

211

FLÁVIO MENDES – *Essa é talvez a referência que nós temos no Brasil até hoje.*

TOURAINÉ – Sim, mas sobre os movimentos sociais eu era o único que falava algo inteligente. Mas nos meus livros recentes, os dois grandes livros: *La fin des sociétés* e *Nous, sujets humains*, eu digo muito explicitamente que eu não vou mais falar de movimento social. Eu falo em geral, constantemente, de movimento ético-democrático. No meu próximo livro eu quero insistir em não falar mais de movimento social. Mas você me pergunta de movimentos sociais tal qual eu os definia. Eu era inspirado na verdade pela sociedade industrial, isso é bem claro. Houve, não há mais. Acabou.

⁹ PT, sigla para Partido dos Trabalhadores.

Porque não é mais a sociedade industrial que cria sentido. São problemas muito complicados. De onde vem o sentido? De onde vêm as ideias? De onde vêm o que hoje eu chamo de interpretações? Eu conservo integralmente a ideia de que a conflitualidade social é uma das três dimensões principais da realidade social. O único grande movimento social em sentido clássico foi o movimento antissoviético em Budapeste, em Praga, o Solidariedade, que se voltou contra um regime totalitário. E eu coloco na mesma categoria a Primavera Árabe. Querer chamar de “movimento social” uma greve de uma hora no metrô é um absurdo.

FLÁVIO MENDES – *Precisa colocar em questão a ordem social?*

212

TOURAINÉ – Precisa estar no centro, colocar em questão quem socialmente controla o modelo cultural. No modelo cultural da “sociedade industrial” era o trabalho, o capital, a produção, as relações de trabalho. Então precisava falar disso. Por isso era o movimento operário. Na América Latina não houve pouca gente que quis dizer: “agora estamos maduros, podemos passar ao movimento operário”. Mas não. Hoje a Europa não é mais capaz de ser dominante e, portanto, de fabricar movimentos sociais. Mas a América Latina nunca chegou ao coração do sistema mundial. E o coração do sistema mundial hoje são os Estados Unidos e a China.

FLÁVIO MENDES – *Você diz que a América Latina é um continente de atores sem ação. Você diria que hoje podemos dizer que é assim no mundo inteiro? Não há atores?*

TOURAINÉ – Sim. No próximo mês eu começo a trabalhar numa nova versão de um capítulo em que vou tratar disso: os movimentos sociais do período industrial acabaram. *It's over!* Eu estou extremamente incomodado com o que faz o governo atual na França, pois eu acho que o tema dos refugiados é um tema central. O tema é a defesa de direitos contra

a defesa de identidades. E para mim tem que defender os direitos, o universal, contra tudo que é identidade. Deste lado estão as coisas que eu mais detesto, o que eu chamo de anti-movimentos sociais: os jihadistas, os nacionalistas, a Marine Le Pen.

FLÁVIO MENDES – *Mas quando nós olhamos para o Brasil ou para a América Latina, onde você diz que há atores sem ação social. Aí a gente se pergunta: o que acontece lá? É a estrutura que domina a ação social?*

TOURAINÉ – Na escala mundial o que domina neste momento, eu diria, é a estrutura. O que todo mundo chama de sociedade de consumo não está mais submetida a nenhum controle social. É a sociedade do puro mercado. Não há mais sociedade, só mercado. É isso o que os americanos dizem muito bem: o 0,1% que domina todo o mundo não é uma classe social. É o mercado. E o mercado pode ser dirigido por apenas dez empresas.

213

FLÁVIO MENDES – *E do outro lado, do lado dos dominados, são os excluídos, que você chama de “desfiliados”?*

TOURAINÉ – Por enquanto, eu diria que os movimentos sociais como tais não existem porque eles ou foram fuzilados ou estão na prisão. Na China, na Rússia. Eu acho que o tema de movimento de populações vai, provavelmente por causa do problema ecológico, ganhar centralidade. É isso o que penso. Nós vemos em todos os lugares nos últimos dois ou três anos os casos de migração. Há três formas. Uma que é clássica, provocada por guerras. Há outra que é resultado de perseguição de minorias por uma maioria. Todo o mundo árabe, por exemplo. Porque se você é sunita você é a minoria em relação aos xiitas, se você é xiita você é minoria em relação aos sunitas. E a terceira forma é essa que eu quero sublinhar: a catástrofe ecológica. Todo mundo sabe e diz que nós ainda não chegamos à crise. Ainda não há tanta

gente para que a vida seja impossível. Veja por exemplo o caso em que todos não param de pensar, que é Bangladesh. Um país de cem milhões de habitantes. Isso à beira do mar. Por enquanto eles ainda não tiveram que sair, mas se a água começar a subir será necessário. Por enquanto nós evacuamos as Maldivas, onde não tem ninguém. De onde vêm os refugiados hoje? Tem o drama sírio: a metade da população síria não está mais em casa. Eles estão no Líbano, na Jordânia, na Turquia etc. Tem a África Oriental: não acontece nada por lá do ponto de vista internacional. Mas o Sudão está destruído, a Líbia está destruída. Em particular por causa do senhor Bernard Lévy, que convenceu Nicolas Sarkozy a matar Gaddafi e a não fazer nada depois. A Somália é dominada por uma violência extrema. Está tudo em decomposição. É um fenômeno extraordinário, que não se produz frequentemente. Nos próximos cinquenta anos a África vai mudar de importância demográfica completamente. A África tem hoje, não sei, 800 a 900 milhões de pessoas? E um enorme crescimento demográfico. Como o desenvolvimento econômico e a organização política estão num estado muito ruim, teremos refugiados. Isso vai jogar 300 milhões de pessoas pra fora de seu lugar de residência. E o que nós sabemos do mundo? O mundo de hoje inteiro é vazio. Veja a América Latina, o México, o Brasil, a Argentina, o Chile. Tudo está vazio. Como a França, a Espanha. É vazio. Exceto onde há grandes cidades.

E para onde vão centenas de milhões de pessoas da África? A Europa não é longe, mas de qualquer maneira, há o Mediterrâneo a atravessar. Teremos rupturas, regimes autoritários, totalitários, revoltas, como tem no Curdistão. Veja a situação do Oriente Médio. Nós não aceitamos receber os sírios, pedimos aos turcos para os expulsarem. No plano europeu, a União Europeia – incluindo Polônia, Hungria etc. – chegaram, digamos, cinquenta milhões? É necessário que nossa sociedade reflita. No mês que vem vou encontrar o Emmanuel Macron e vou lhe dizer isso.

FLÁVIO MENDES – *É o retorno da questão da integração social, não?*
TOURAINÉ – Sim, mas a integração social não é suficiente. Quando eu falava de movimentos sociais eram os trabalhadores que faziam o movimento. Hoje nós estamos do lado dos vilões, particularmente os franceses. Porque é um grande país, assim como a Inglaterra. O que é o *Brexit* inglês? Por que a Inglaterra saiu da Europa? Ela saiu da Europa porque não quer mais receber imigrantes poloneses. Foi isso que mobilizou os operários do norte da Inglaterra. Donald Trump foi eleito da mesma forma. O *Brexit* e Trump, os Estados Unidos e a Inglaterra, não são qualquer coisa, são dois países que dirigem.

FLÁVIO MENDES – *E Marine Le Pen aqui na França? É a mesma coisa, não?*

TOURAINÉ – Macron teve a sorte de que Marine Le Pen é mais idiota, estúpida e ignorante do que a gente pensava. Não é comum. Alguém que não entende nada de nada, de um nível tão baixo. O *Front National* vai desmoronar, a gente pode ser otimista.

FLÁVIO MENDES – *Mas quando eu falo de integração não penso no debate europeu do século XIX. Penso no debate latino-americano, por exemplo, o debate que a sociologia em São Paulo fez da integração do negro na sociedade. Porque passa pela questão do estrangeiro, porque o negro era um “estrangeiro” na sociedade brasileira do século XIX. Eu acho que é um debate muito próximo.*

TOURAINÉ – Eu ficaria muito feliz se fosse assim. Mas por enquanto eu não sei se vai ser dessa maneira. Eu estou impressionado com o fracasso. No Brasil, os negros foram integrados pela mistura biológica, o Brasil mestiço. A solução foi a mestiçagem. Há um historiador excelente aqui na França que é um grande defensor da mestiçagem. É um tema importante, mas neste momento, que tem gente por todo lugar, o tema da mestiçagem é bem mais difícil.

Eu acho que a mestiçagem seria uma boa solução. Em todo caso, quando você olha o Quartier Latin, os jovens franceses, as jovens francesas, não se opõem. Isso é bom, mas não acho que dá para generalizar. O grande desafio é a identidade. Por que os franceses, todos os europeus, são anti-refugiados? “Não é meu mundo, não é minha religião, não é minha língua, não é minha cor de pele, não é minha alimentação, não é minha concepção de sexo etc. etc.”. Então as coisas não são tão fáceis. Eu acho que o tema étnico ou cultural vai se tornar um grande choque. Eu não sei de cabeça os números, mas a África do Leste é praticamente do mesmo tamanho que o Oriente Médio, que o Afeganistão ou a Síria. Quando você vê o estado de corrupção lá. Qual será o papel da China na África? São os chineses que controlam a economia africana ou até latino-americana, porque eles estão bem presentes. Eu fiz um livro, que se chama *Un nouveau paradigme*, no qual eu disse que nós passamos do social ao cultural. E isso é evidente, é uma afirmação central.

RICARDO FESTI – *Estamos chegando ao final desta conversa. Você fez um trabalho notável, relacionou-se com instituições e pessoas da Europa, dos EUA e da América Latina. Qual é sua avaliação disso tudo?*

TOURAINÉ – Eu não fiz nada além do que trabalhar. Eu trabalhei sábado, domingo, férias, o tempo todo! Eu tinha motivações interiores fortes quando as minhas desmotivações externas bloqueavam de alguma forma a minha influência. Eu nunca fui vinculado a um governo ou a qualquer outra pessoa. Eu nunca quis fazer algo comercial. Eu não tive muito dinheiro, isso não me interessava. Eu pesquisei com poucos instrumentos, pouca ajuda. Nenhuma ajuda, eu diria. Com alguns amigos ao meu redor. E a América Latina me ajudou muito, pois eu trabalhava exaustivamente. Felizmente a Cepal estava em Santiago, com uma linda biblioteca. Nela pude consultar grossos e bons livros sobre o continente.

Acho que todos estes livros que fiz nestes últimos anos não foram lidos. Ninguém se interessa por um senhor de 90 anos. Então eu escrevo por escrever, porque assim eu deixo os meus vestígios. Mas isso é, evidentemente, um pouco dramático e frustrante. Sou alguém que age em função de suas normas interiores, sem almejar sucesso social. E agora estou escrevendo este livro que será pequeno e uma espécie de conclusão, em torno de duzentas páginas. O que eu quero fazer é uma conclusão teórica, um conjunto de conceitos de base que se formaram pouco a pouco ao longo do meu trabalho. É um livro teórico. Ele não tem uma análise de campo, empírica.¹⁰

Bibliografia

- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- TOURAINÉ, Alain. *Sociologie de l'action*. Paris: Seuil, 1965.
- TOURAINÉ, Alain. *La production de la société*. Paris: Seuil, 1973.
- TOURAINÉ, Alain. *Les sociétés dépendantes: essais sur l'Amérique Latine*. Paris: Duculot, 1976.
- TOURAINÉ, Alain. *Un désir d'histoire*. Paris: Stock, 1977.
- TOURAINÉ, Alain. *Après la crise*. Paris: Seuil, 2013a.
- TOURAINÉ, Alain. *La fin des sociétés*. Paris: Seuil, 2013b.
- TOURAINÉ, Alain. *Nous, sujets humains*. Paris: Seuil, 2015.
- TOURAINÉ, Alain. *Le nouveau siècle politique*. Paris: Seuil, 2016.
- TOURAINÉ, Alain. *Macron par Touraine*. Paris: Éditions de l'Aube, 2018.
- TOURAINÉ, Alain. *Défense de la modernité*. Paris: Seuil, 2018.
- TOURAINÉ, Alain; KHOSROKHAVAR, Farhad. *La recherche de soi : dialogues sur le sujet*. Paris: Fayard, 2000.

217

¹⁰ O título provisório desse novo trabalho, ainda não publicado, é *Em defesa da modernidade*.

ARTIGOS



A QUESTÃO CURDA NA GUERRA DA SÍRIA: DINÂMICAS INTERNAS E IMPACTOS REGIONAIS¹

Reginaldo Mattar Nasser^a

^a é professor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, SP, Brasil. E-mail: <reginaldonasser@gmail.com>

Orcid: 0000-0001-5674-4197

Willian Moraes Roberto^b

^b é mestre em relações internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp-Unicamp-PUC-SP). São Paulo, SP, Brasil. E-mail: <willianmroberto@gmail.com>

Orcid: 0000-0003-1686-4172

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-219246/106>

Introdução

As questões políticas envolvendo a região do Oriente Médio são analisadas, na literatura de relações internacionais, predominantemente pela perspectiva do realismo em suas diferentes vertentes, de modo que os Estados aparecem como os atores determinantes nos conflitos. Porém, é preciso destacar que as questões transnacionais sempre estiveram presentes na história do Oriente Médio, seja pela difusão do nacionalismo árabe, seja pelo islamismo e suas conexões locais e globais (Halliday, 2005). Tais fenômenos voltaram a ocupar posição de destaque nas dinâmicas regionais após a Primavera Árabe, sobretudo na guerra civil da Síria, devido ao fortalecimento progressivo do Estado Islâmico (EI), de um lado, e as ações dos grupos curdos, de outro.

Pela primeira vez na história desde a criação dos Estados modernos da Turquia, Síria e Iraque, os curdos começaram a impactar significativamente a ação política das potências

¹ Este texto baseou-se em informações contidas na dissertação de mestrado *As mudanças na política externa contemporânea da Turquia: as respostas diante das revoltas árabes pós-2011* (Roberto, 2018).

regionais e globais. Com o estabelecimento em 2005 do Governo Regional do Curdistão (GRC), no Iraque, e uma presença mais ativa nas eleições turcas nos últimos anos, os curdos passaram a ganhar mais visibilidade internacional.

Mas a denominada “questão curda” se destacou no cenário geopolítico do Oriente Médio em 2012, quando o Partido da União Democrática (PYD, na sigla original), sírio-curdo, assumiu o controle de três áreas de maioria curda ao longo da fronteira norte da Síria.

Há uma ampla gama de atores envolvidos na guerra civil na Síria, desde potências mundiais e Estados regionais até uma série de redes de combatentes não estatais. Conflitos internos e guerras civis, em geral, tendem a se espalhar pela região devido à forte conexão entre grupos políticos de diferentes Estados; no caso em questão, há forte envolvimento de Iraque, Síria e Turquia devido ao enfrentamento ou aliança desses governos com organizações não estatais (Dal, 2017).

220

O controle territorial e o experimento político de um governo curdo no norte da Síria, que teve início em 2012, passou a ser fator decisivo para os cálculos estratégicos dos Estados Unidos (EUA), Síria, Iraque, Irã e Turquia. Assim, apesar de a questão curda sempre ter estado presente na política externa turca em sua relação com os países vizinhos, que também possuem população curda, suas interações transnacionais não eram levadas tão a sério pelo governo quanto o são atualmente (Halhalli, 2015b).

Por conta do impacto causado pelas ações estratégicas das grandes potências, a ação política dos curdos, em geral, e dos curdos sírios, em particular, vem demandando, cada vez mais, novas investigações para sua compreensão.

Antes da guerra civil na Síria, os curdos desse país raramente apareciam nas pesquisas acadêmicas (Tejel, 2009). São cerca de 1,5 milhão de pessoas, o que representa quase 7% da população total do país. Trata-se do menor número, tanto em termos absolutos quanto relativos, dos quatro

países (Síria, Iraque, Turquia e Irã) com população curda no Oriente Médio (Capitalizing..., 2016). Além disso, os curdos sírios foram considerados na literatura especializada, na maior parte, como um grupo que poderia ser facilmente assimilado a um ambiente de maioria árabe, desempenhando apenas um papel marginal na evolução política da Síria, em contraste com outras “minorias”, como os drusos e os alauítas. Assim, nas raras vezes em que apareciam “demandas de identidade”, essas eram interpretadas apenas como manobras táticas da elite curda devido à perda de poder diante das transformações socioeconômicas do país (Natali, 2005). Mesmo entre aqueles que passaram a olhar com mais atenção a movimentação dos curdos na Síria nos últimos anos, há uma tendência a enquadrar a questão como parte um grande movimento unificado e homogêneo (The Kurds' ..., 2017).

Assim, entendemos que para analisar a questão curda é preciso compreender a forma pela qual essa população se organiza politicamente na região, levando em consideração suas particularidades, e, principalmente, as tensões políticas e disputas internas de seu movimento, que envolvem tanto os grupos sírios quanto os turcos e iraquianos. O fato de esses movimentos terem sido representados por diferentes organizações e razões em variados contextos históricos nos alerta para interpretações equivocadas que se referem a um único movimento nacionalista curdo.

As distintas organizações curdas se desenvolveram em momentos distintos, com lógicas, objetivos e projetos variados (Brubaker, 2004). Segundo a perspectiva de *group-making* (Brubaker, 2004), durante o processo em que grupos são constituídos há sempre uma ideologia política que embasa a estrutura na qual os membros são organizados, interação e concebem seu papel em relação aos outros. Portanto, para analisar os processos de formação de coletivos e o papel que desempenham nas ações políticas, é importante levar em consideração como as ideologias políticas subjacentes

influenciam as interações entre as organizações nacionalistas curdas e os Estados (Wuthrich, 2018).

Nesse sentido, nosso objetivo é contribuir para uma compreensão mais adequada da questão curda e de seus desdobramentos, buscando explorar a complexidade das dinâmicas envolvendo os grupos curdos em geral e, mais especificamente, na guerra civil da Síria. Trata-se de compreender a forma como o experimento curdo se organiza politicamente na região, e, sobretudo, quais são as tensões políticas e disputas internas ao movimento, que envolvem tanto os grupos sírios quanto os turcos e iraquianos. Questiona-se, assim, a narrativa predominante que analisa as ações dos curdos como se fossem um único movimento.

O histórico da questão curda na Síria e a obtenção da autonomia pelo PYD

222

Ao longo dos anos 1960 e 1970, os governos sírio e iraquiano empreenderam uma política de “arabização” das regiões de população curda. Na Síria, por exemplo, as terras férteis foram transformadas em propriedade pública e houve incentivo à migração de populações árabes. Com a consequente perda de suas propriedades rurais, os curdos foram obrigados a se deslocar, e um “cinturão árabe” se formou nas províncias do norte do país. Além disso, tanto a língua quanto quaisquer outros tipos de manifestações culturais curdas foram classificadas como “ameaças” à integridade territorial da Síria (Tejel, 2009).

A situação política para os curdos sírios alterou-se somente durante o período entre 1980 e 1990, quando o governo de Hafez al-Assad passou a se utilizar da questão curda como forma de pressionar o governo da Turquia. Na época, as relações turco-sírias encontravam-se deterioradas devido a disputas territoriais envolvendo a província turca de Hatay, reivindicada por Damasco; ao fortalecimento dos laços militares entre o Estado turco e Israel; e à construção de uma enorme represa,

em 1983, por parte da Turquia, no rio Eufrates, que diminuía o volume de água que corria em direção à Síria. Além disso, desde 1984 o governo turco vinha enfrentando um conflito com a guerrilha do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK, na sigla original), que exigia a independência da região curda de seu território. Hafez al-Assad aproveitou-se do problema interno da Turquia e passou a facilitar o estabelecimento de bases do PKK turco no território curdo da Síria. Em troca dessa concessão do governo de Assad, o movimento curdo se comprometeu a não fazer novas demandas em relação ao território sírio, que serviria apenas como base de lançamento de operações contra a Turquia (Tejel, 2009).

Na década de 1990, o PKK começou a usar suas bases na Síria e, dessa forma, criou laços com a comunidade curda local. Seu líder, Abdullah Öcalan, residia no norte do território sírio, de onde comandava a insurgência contra a Turquia. Somente em 1998, quando o governo turco ameaçou intervir militarmente na Síria, Damasco obrigou o PKK a sair de seu território, passando novamente, então, a reprimir o movimento nacional curdo. Graças às relações criadas durante esse período, em 2003 o PKK estabeleceu clandestinamente o PYD, braço político sírio do grupo. Em 2004, um levante curdo ocorreu no norte da Síria, organizado pelo PYD, que teve como consequência a criação de grupos armados, as Unidades de Proteção Popular (YPG, na sigla original) (International Crisis Group, 2013).

A despeito da prisão de diversos membros e de o partido ter sido oficialmente banido em 1998, o PYD continuou se organizando no norte da Síria, principalmente por meio da criação de Comitês Locais Populares, responsáveis por atividades específicas nas áreas curdas. Os líderes do PYD, entretanto, fugiram para o norte do Iraque, que era dominado pelo GRC desde a derrubada do governo de Saddam Hussein pelas forças dos Estados Unidos. É importante destacar que a criação do GRC no Iraque serviu de base para

abrigar tanto a liderança do PYD, sobretudo seu líder Salih Muslim, solto de uma prisão na Síria em 2010, quanto os guerrilheiros do PKK turco, que seguiam com suas bases nas montanhas de Qandil, no norte do GRC (Barfi, 2016; International Crisis Group, 2013).

Em 2007, os Comitês Locais Populares do PYD se organizaram sob a direção do Comitê de Coordenação Central do partido, que continuava, de maneira clandestina, difundindo suas ideias de autogoverno no território sírio (International Crisis Group, 2013). Quando, em 2011, teve início o levante popular na Síria, a população curda e o PYD se viram diante de um desafio e uma oportunidade. De um lado, aumentava a repressão contra a insurgência, mas, de outro, o enfraquecimento do governo central poderia favorecer o pleito curdo para maior autonomia local e, portanto, aparecia como oportunidade para a causa curda (Lowe, 2016).

224

Com o objetivo de impedir que as minorias étnicas engrossassem as fileiras da oposição ao regime, o governo sírio flexibilizou as regras de concessão de cidadania aos curdos, que sempre tiveram negada sua identidade como sírios. No final de 2011, vários prisioneiros políticos curdos do PYD foram libertados das prisões do país, retornando ao norte da Síria e, desde então, diversos outros curdos sírios que se encontravam no Iraque treinando com o PKK se integraram às fileiras das YPG (International Crisis Group, 2013).

A revolta contra o governo sírio, no entanto, não foi explorada na região curda apenas pelo PYD. Em outubro de 2011 foi constituído um outro partido local de oposição, o denominado Conselho Nacional Curdo (CNC). Essa divisão no movimento curdo sírio, na verdade, passou a refletir a polarização que se construiu entre o GRC no Iraque e o PKK turco (Lowe, 2016).

O PKK, com seu líder Öcalan preso na Turquia e sua força militar espalhada nas montanhas do Iraque e em bases encobertas no território turco, continuava a sustentar a ação de guerrilha, ainda que objetivasse demandar autonomia

política para a região curda na Turquia – e não mais reivindicar independência, como era sua agenda nos anos 1990. Nesse sentido, o PKK ainda representava um caminho de enfrentamento e colisão com o governo turco.

Do outro lado, o GRC no Iraque, representado pelo presidente Massoud Barzani, traçou gradualmente uma estratégia diferente em relação aos governos turco e iraquiano. Como o GRC já se consolidara como entidade com autonomia relativa na federação iraquiana, Barzani se aproveitou de uma postura mais pragmática da Turquia para obter recursos. Ainda em 2009, o governo Erdoan investiu na região do Curdistão, principalmente no setor petrolífero e, em troca, o GRC consentiu que a Turquia realizasse ataques aéreos contra o PKK na região de Qandil, no norte do Iraque. De fato, investimentos turcos foram responsáveis pela criação de um oleoduto que liga os campos petrolíferos no Curdistão e o porto turco de Ceyhan – empreendimento que garantiu a exportação de cerca de 600 mil barris de petróleo/dia ao GRC de Barzani (Capitalizing..., 2016). Desse modo, enquanto o PKK adotava uma postura de confronto, o GRC de Barzani optava por laços de interdependência energética com a Turquia em troca de colaborar com seu governo para conter a militância do PKK e permitir ataques turcos contra esse grupo.

Nesse contexto, o fortalecimento do PYD na Síria poderia fortalecer o PKK na região. Diante dessa perspectiva, que já era vista com preocupação pelo governo turco, Barzani propôs, em outubro de 2011, com incentivo de Ancara, a criação de um outro grupo no norte da Síria: o CNC, composto por 17 facções políticas curdas que não faziam parte do PYD (International Crisis Group, 2013).

Um dos principais trunfos do CNC era seu apoio internacional, pois o fato de ser reconhecido e apoiado pelo GRC de Barzani garantiu que o próprio governo turco dialogasse com o grupo. Em agosto de 2012, o então ministro das relações exteriores da Turquia, Ahmet Davutoğlu, encontrou-se

com representantes do CNC em Erbil, capital do Curdistão, tendo sido acompanhado por membros do Conselho Nacional Sírio, principal órgão da oposição ao regime em Damasco na época e que tinha apoio de Ancara. Na mesma ocasião, Davuto lu negou-se a se encontrar com representantes do PYD devido às suas ligações com o PKK turco. Ou seja, o governo turco parecia indicar que reconheceria o CNC como parte da oposição a Bashar al-Assad, atual presidente da Síria, mas não o PYD (International Crisis Group, 2013).

Mesmo contando com certa legitimidade internacional, o CNC não tinha a base de apoio popular que o PYD criara no norte da Síria e muito menos um corpo político unificado e coeso. Dessa forma, o PYD cresceu no território sírio como o CNC jamais conseguiu (International Crisis Group, 2013). Barzani chegou a tentar forjar uma aliança entre o PYD e o CNC ao longo de 2012, tentando afastar o PYD de seus laços tradicionais com o PKK e aproximá-lo do GRC. A principal tentativa do líder envolvia um acordo em que o PYD abria mão do monopólio sobre a segurança na região curda da Síria e passaria a formar um Comitê de Segurança Conjunto. Segundo essa proposta, a segurança no norte sírio ficaria sob responsabilidade não apenas das YPG, mas também de curdos sírios treinados pelas unidades do GRC no Iraque – as *Peshmerga* iraquianas. Entretanto, o PYD não apenas se recusou a participar dessa ação conjunta, como jamais abriu mão de que o monopólio da segurança dos curdos na Síria ficasse sob responsabilidade das YPG (International Crisis Group, 2013).

O regime sírio, por sua vez, focado na supressão da revolta que gradualmente se espalhava pelo país, deu pouca atenção ao norte, onde os grupos curdos, apesar de protestarem contra Damasco, evitavam se engajar em ações mais radicais (Barfi, 2016). Tensões entre os curdos e a Síria só se tornaram mais visíveis em maio de 2012, quando manifestantes derrubaram cartazes e propagandas de Bashar al-Assad nas cidades do nordeste do país. O grande avanço do PYD

ocorreu, entretanto, em julho de 2012, quando as YPG tomaram as cidades de al-Hasakah, al-Qamishli, Kobane e Afrin. As forças do regime demonstraram pouca resistência e desde então o governo Assad retirou a maior parte de suas tropas do norte do país (Barfi, 2016; International Crisis Group, 2013).

As YPG, representando os interesses do PYD, tomaram os prédios governamentais, bem como as estações de gás e petróleo, de modo a permitir a manutenção dos serviços públicos (International Crisis Group, 2013). Esses grupos também passaram a funcionar como o exército da região curda, controlando as fronteiras das áreas administradas pelo PYD, a fronteira com o Curdistão iraquiano e parte da fronteira com a Turquia. Criaram-se também novas unidades de polícia, responsáveis pelos *checkpoints* urbanos, em estradas e rodovias, e por fornecer segurança aos edifícios públicos (Paasche, 2015).

Desde o momento em que o governo turco se envolveu no conflito sírio, apoiando a oposição militar, Assad optou pela retirada das forças armadas da maior parte do território curdo por saber que um eventual governo nessa região se tornaria um contrapeso à ação turca. Assim como Hafez al-Assad fizera com o PKK, ao longo dos anos 1980 e 1990, Assad instrumentalizou a causa curda contra Ancara (An invigorated..., 2015).

Ainda que o governo turco tenha mantido sua postura de apoio à oposição contra Assad, surgiu uma nova preocupação em como conter a difusão dos ideais do PYD e evitar, sobretudo, que a autonomia do grupo possibilitasse a instalação de bases do PKK na Síria, o que facilitaria possíveis ataques à Turquia (Gunter, 2015). Em julho de 2012, Erdoğan alegou que Assad propositalmente entregara o controle das províncias do norte ao PYD, visto que o regime jamais tomou qualquer ação para tentar recuperá-las, e também afirmou que a Turquia possuía o direito inalienável de intervir militarmente no país caso o PKK estabelecesse bases no território sírio (International Crisis Group, 2013).

O surgimento de Rojava: a expansão territorial curda e a batalha contra o EI

Com a constituição de um governo no norte do país, em julho de 2012, o PYD passou a empreender um esforço de expandir seu controle territorial e consolidar um novo tipo de experimento político, tendo como fundamento teórico as ideias de Öcalan: o confederalismo democrático. Diversos encontros foram realizados durante o ano de 2013, culminando em uma conferência, no dia 12 de novembro, com a participação de mais de 35 organizações diferentes, incluindo as diversas etnias da região, como curdos, árabes, assírios e yazidis. Na ocasião, declarou-se a formação de uma assembleia de sessenta delegados a fim de elaborar uma carta em moldes constitucionais com representantes das três regiões curdas do norte sírio – Afrin, Kobane e Jazira (Hasakah) (Kurdistan National Congress, 2014). Em janeiro de 2014, seguindo os trabalhos realizados pela assembleia constituinte, os curdos declararam oficialmente sua autonomia, proclamando a criação da região de Rojava, composta pelos três cantões. A federação seria baseada em uma gestão descentralizada, no secularismo e na igualdade de gênero (Kurdistan National Congress, 2014).

228

A experiência de Rojava também enfrentou grupos islâmicos radicais. Já em outubro de 2013, as YPG expulsaram a al-Nusra (Frente de Suporte para o Povo da Síria, organização jihadista) das áreas ao redor da cidade de al-Hasakah (Gunter, 2015). Mas foi quando se deu o combate ao EI, em 2014, que a situação de Rojava passou por uma inflexão.

Com a ascensão do EI, que tomou as cidades de Raqqa, na Síria, e Mosul, no Iraque, os Estados Unidos, que até então apoiavam o grupo com armas e suprimentos, passaram a considerá-lo inimigo (Cockburn, 2015). A administração Obama, no entanto, não estava disposta a enviar forças terrestres convencionais para entrar em combate direto contra o EI, optando por ataques aéreos e a incentivar quaisquer grupos que estivessem dispostos a enfrentar os extremistas islâmicos em terra (Cockburn, 2015).

Foi nesse contexto que os Estados Unidos perceberam no PYD um aliado em potencial e uma das forças terrestres mais efetivas na luta contra o EI. Além disso, a própria capital do EI, Raqqa, se localiza nas proximidades de áreas curdas (Gunter, 2015). A crescente parceria entre Washington e as forças curdas se intensificou, materializando-se a partir de setembro de 2014, quando os EUA expandiram as operações da coalizão ocidental no apoio às unidades curdas como decorrência do cerco do EI à cidade síria de Kobane, na fronteira com a Turquia (Gunter, 2015).

A defesa bem-sucedida de Kobane contra o EI, entre 2014 e 2015, demonstrou a importância militar dos curdos e, desde então, os Estados Unidos passaram a prover os curdos sírios com apoio militar, sobretudo em relação ao compartilhamento de inteligência na identificação de alvos estratégicos (Barfi, 2016). Diante do sucesso das YPG, a oposição curda síria, expressa pelo CNC e com apoio do GRC de Barzani, pouco pôde fazer para se impor no cenário político de Rojava, ficando cada vez mais nas sombras do PYD (Lowe, 2016).

Além disso, depois da vitória em Kobane, as YPG empreenderam novas campanhas militares pelo norte da Síria, conseguindo, entre maio e julho de 2015, tomar uma série de cidades. Esse sucesso militar permitiu que dois cantões, Kobane e Jazira, antes separados fisicamente pela presença de grupos extremistas como o EI, fossem unificados, criando uma faixa contínua de território controlado pelo PYD na fronteira turca (Lowe, 2016).

Desde que concretizou a vitória sobre o EI, em Kobane, e sua expansão territorial em 2015, o PYD construiu uma narrativa que enfatizava o esforço curdo como uma “resistência heroica” pela sobrevivência de seu povo contra extremistas islâmicos. Em um Oriente Médio cada vez mais tomado por ações de extremismo, o PYD procurou constituir-se como uma alternativa democrática, popular

e secular, tendo como modelo o autogoverno de Rojava (Lowe, 2016).

Para o governo turco, essa articulação consolidou uma de suas grandes preocupações: os curdos na Síria demonstravam força ao combater o EI e, assim, recebiam apoio político e material de Washington e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Temia-se que, como consequência, a derrota do EI facilitasse o reconhecimento por parte dos Estados Unidos do PYD e seus ganhos territoriais.

Apesar de as unidades curdas serem uma força importante no combate ao EI, a Otan não poderia deixar de levar em consideração as demandas da Turquia, seu membro, em relação ao PYD. Os Estados Unidos passaram, assim, a criticar o unilateralismo do PYD em relação aos demais grupos políticos curdos da Síria, além de reafirmar que as linhas de fronteira estatais deveriam ser mantidas. Uma das táticas empregadas por Washington para poder canalizar apoio às unidades curdas foi pressionar o PYD a formar uma força conjunta com outros grupos árabes sunitas (Barfi, 2016). Tal ação desdobrou-se em outubro de 2015 na criação das Forças Democráticas Sírias (FDS), uma coalizão de combatentes envolvendo tanto grupos árabes quanto as YPG – embora estas permanecessem a força dominante em número absoluto e relativo. A administração Obama seguiu apoiando as FDS durante o ano de 2016, apontando o grupo como uma das possíveis forças a se envolverem na eventual operação para tomar Raqqa, a capital do EI (Barfi, 2016).

A conquista pelas FDS lideradas pelas YPG da cidade síria de Manbij, localizada a oeste do rio Eufrates, em agosto de 2016, que estava sob controle do EI, foi vista como uma ameaça pelo governo da Turquia, o qual já havia afirmado anteriormente que não aceitaria que as forças curdas cruzassem o rio Eufrates. Isso porque tal avanço poderia significar uma continuada investida a fim de tentar unificar os cantões do leste com o cantão restante no oeste, Afrin, criando uma

zona unificada curda no norte sírio. Portanto, a tomada de Manbij tornou-se fator decisivo para a primeira intervenção militar direta da Turquia na Síria (Dal, 2017).

Rojava: ideias políticas e gestão de território

Além de ser um enclave curdo no Oriente Médio, reavivando a utopia de se criar uma região curda autônoma, Rojava chamou a atenção internacional também por ser um laboratório para as ideias de democracia apregoadas pelo líder curdo, Öcalan. Uma das questões centrais dessa proposta é a superação do modelo de Estado-nação, que seria, segundo Öcalan, uma das principais fontes de divisões sociopolíticas no Oriente Médio – principalmente em relação a minorias étnicas que têm problemas relacionados ao reconhecimento por governos nacionais (Kurdistan National Congress, 2014).

Mas Öcalan advertia que não se deveria negar o Estado sírio em sua totalidade, desrespeitando as fronteiras reconhecidas, sem dúvida uma diferença marcante em relação às posturas anteriores do PKK quando pregava claramente a criação de um Estado curdo completamente independente (Kurdistan National Congress, 2014). O objetivo principal seria o de repensar as estruturas e as instituições estatais existentes, buscando novas formas de organização política não mais baseadas em critérios étnicos ou religiosos e que trabalhassem em conjunto com a ideia de autogoverno de modo a equilibrar democracia participativa e democracia representativa (Kurdistan National Congress, 2014).

A viabilidade de Rojava como uma entidade autônoma e sustentável, no longo prazo, envolveria, no entanto, outros fatores além das questões políticas internas, como as relações com os Estados vizinhos e fatores estruturais, como recursos naturais, água e petróleo (Balanche, 2016).

A expansão territorial ocorrida depois das vitórias sobre o EI em Kobane e Tell Abyad, ligando os cantões do leste, garantiu ao PYD uma região com mais recursos e população

mais numerosa a ser governada. Nesse sentido, à medida que Rojava se expandia, a população deixava de ser homogênea, tornando-se mais heterogênea em termos étnicos (Balanche, 2016). Atualmente, nos cantões orientais de Jazira e Kobane, a população curda está em torno de 55%. Em Afrin, por outro lado, no cantão mais afastado, a população é majoritariamente curda. Entretanto, cabe destacar que os mapas oficiais do PYD indicam que o cantão de Afrin poderia incorporar, eventualmente, outras cidades, o que diminuiria a porcentagem de curdos para apenas 30% (Balanche, 2016).

Pode-se dizer que, após o início da guerra civil na Síria, a escassez de água tem se tornado o principal problema enfrentado por Rojava, porque a agricultura é a principal fonte de renda da população local. O alto consumo de água no lado turco da fronteira reduziu consideravelmente o abastecimento no norte da Síria, e o regime de Assad não fez nenhum esforço para resolver o problema. Nos anos que antecederam a guerra, a seca e o alto preço do combustível para irrigação causaram uma redução significativa nas áreas cultivadas, tendo como consequência ondas migratórias curdas para grandes centros urbanos, diferentemente do que aconteceu no Vale do Eufrates, onde os agricultores receberam água subsidiada e abundante devido aos projetos de irrigação do Estado. O controle curdo da Barragem de Tishrin, no Eufrates, poderia apresentar novas perspectivas para o desenvolvimento da irrigação a oeste de Rojava, que também sofria de escassez. No entanto, tais esforços provavelmente criariam problemas com os agricultores árabes que vivem na parte mais baixa do rio (Balanche, 2016).

No que se refere aos recursos petrolíferos, cabe mencionar que, antes do início da guerra, os campos de al-Malikiyah e al-Shadadi, sob controle curdo no cantão de Jazira, produziam cerca de um terço de todo o petróleo bruto do país. Depois de iniciado o conflito, esses números caíram, dada a falta de manutenção de oleodutos, mas sobretudo pela dificuldade

de exportar o combustível. Por conta do não reconhecimento de Rojava pelo governo em Ancara, é praticamente impossível passar pelo território turco. Se tentasse, por outro lado, exportar pelo antigo oleoduto que leva ao terminal de Banias, na costa Mediterrânea, os curdos teriam de vender ao governo sírio, visto que o cantão de Afrin não possui saída para o mar. Nesse caso, Damasco poderia ou não reconhecer a autonomia curda ou ainda não querer pagar por um recurso que está dentro de seu próprio território. Caso tente exportar via Iraque, seria necessário um entendimento com o GRC de Barzani, que, entretanto, tem problemas com o PYD (Balanche, 2016).

O papel do território na coalizão contra o EI que funcionou, inicialmente, de modo favorável aos curdos sírios em seu embate militar, tornou-se, ao mesmo tempo, sua limitação quando teve início a fase de realizar propriamente seu experimento social.

Desdobramentos regionais: a Turquia diante da expansão curda

233

Como vimos, a primeira reação do governo turco à obtenção de autonomia por parte do PYD foi incentivar que Barzani, por intermédio do GRC, buscasse influenciar o rumo dos grupos curdos na Síria, da mesma forma que a Turquia já vinha fazendo em relação ao Curdistão iraquiano. Entretanto, os esforços de mediação de Barzani entre o PYD e o CNC não tiveram sucesso e o GRC não conseguiu afastar o principal grupo de curdos da Síria do PKK. Diante do insucesso de Barzani, o governo turco tentou, em vão, em julho de 2013, dissuadir o PYD de declarar Rojava como região autônoma, exigindo: que não cooperassem com o regime de Assad; que não formassem uma entidade política com bases étnicas ou religiosas; e que não se engajassem em atividades que colocariam em risco a segurança da fronteira turca (Gunter, 2015).

Entre março e abril de 2014, o comandante das YPG passou a conclamar os curdos da Turquia a colaborar para o esforço de

combate contra grupos radicais islâmicos. Ao ver as YPG flertarem com a ideia de um movimento curdo transfronteiriço, o governo turco passou a preocupar-se ainda mais com Rojava (Gunter, 2015). Sua resposta foi a de manter o apoio dado à oposição síria, que incluía grupos islâmicos mais radicais que enfrentavam as YPG. Essa anuência turca para a proliferação de jihadistas foi reconhecida pelo próprio vice-presidente dos EUA, Joe Biden, em 2014 (Cockburn, 2015; Gunter, 2015).

Foi, porém, com a ascensão do EI que a Turquia percebeu que a situação estava se agravando, haja vista que o combate ao grupo fez com que os curdos sírios se aproximassem dos EUA, principalmente depois do cerco de Kobane em 2014 (Cockburn, 2015). O governo turco declarou que não poderia participar da coalizão das potências ocidentais, pois desde junho de 2014, quando o EI havia tomado Mosul, diplomatas turcos estavam sendo mantidos reféns pelo grupo. Entretanto, mesmo com a libertação dos reféns, em setembro do mesmo ano, a Turquia continuou a não tomar parte na coalizão (Cockburn, 2015).

234

Durante a decisiva batalha de Kobane, Erdo an não apenas declarou que o PKK era semelhante ao EI (Park, 2015), mas também que a Turquia só apoiaria uma ação militar se os Estados Unidos sustentassem a ideia da criação de uma “zona tampão” dentro do território sírio nos limites da fronteira turca, a qual serviria para garantir que nem os curdos nem o EI ali permanecessem (Kanat e Ustun, 2015).

O atrito entre os aliados ocidentais e o governo turco cresceu na medida em que divergiam quanto à principal ameaça a ser combatida na Síria: para Ancara, preocupava o poder crescente dos curdos, e, para os aliados, a expansão de forças consideradas extremistas (Cockburn, 2015; Park, 2015). Essa diferença de percepções de ameaças do governo turco e dos membros da Otan gerou grandes tensões na relação entre Turquia e seus aliados.

A situação veio a mudar somente em julho de 2015, quando a Turquia assumiu uma nova tática: enfrentar simultaneamente

o PKK e o EI. Tal mudança, entretanto, pareceu não ter sido fruto direto da tensão com as potências ocidentais, mas sim de uma derrota sofrida pelo Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP, na sigla original) nas eleições turcas em junho de 2015 (Yavuz e Öscan, 2015). Pela primeira vez desde que chegara ao poder em 2002, o governo do AKP perdeu a maioria parlamentar, conseguindo 40,9% dos votos totais. Além disso, também pela primeira vez, o Partido Democrático dos Povos (HDP, na sigla original), ligado ao movimento curdo turco, conseguiu passar da barreira de 10% de votos necessários para entrar no parlamento, recebendo 13,1% (Yavuz e Öscan, 2015). A eleição representou uma derrota significativa para Erdoğan e o AKP, sobretudo depois de Kobane. Não apenas os curdos na Síria haviam pleiteado aos EUA um espaço legítimo na luta contra o EI como também o partido curdo turco chegara ao parlamento.

Um governo de coalizão foi negado por parte do AKP e, portanto, novas eleições tiveram de ser convocadas para novembro de 2015. Para vencer o novo pleito e consolidar a posição doméstica, o governo AKP optou por uma nova estratégia, empregando uma abordagem mais nacionalista e assertiva. Para tanto, colocou-se definitivamente contra o EI, mas também retomou o combate ao PKK internamente (Yavuz e Öscan, 2015). Menos de um mês após a derrota do governo na eleição, a Turquia finalmente cedia à pressão dos Estados Unidos, juntando-se à coalizão contra o EI. Paralelamente, decretou o fim do cessar-fogo que tinha sido estabelecido com o PKK desde 2013, retomando a guerra contra o grupo (An invigorated..., 2015).

A postura do HDP no parlamento acabou facilitando a estratégia do AKP. Desde o fim do cerco em Kobane em 2014, o PKK já havia reiniciado alguns atentados contra alvos policiais e de lideranças curdas contrárias ao grupo no sudeste da Turquia. Após sua vitória, o HDP, entretanto, foi reticente e recusou-se a repudiar as ações violentas cada vez mais recorrentes realizadas pelo PKK em território turco (Yavuz e Öscan, 2015). Em

meio ao aumento do clima de insegurança, o governo do AKP alardeava a piora na situação do país, culpando principalmente o HDP por não conseguir controlar o PKK, taxando-o como “braço político do terrorismo” (Yavuz e Öscan, 2015).

Quando ocorreram as eleições, em novembro de 2015, a Turquia se encontrava marcada por uma dupla guerra contra o EI e o PKK. Os grupos nacionalistas, que antes votavam no Partido de Ação Nacionalista (MHP, na sigla original), migraram para o AKP, bem como os votos de grupos liberais e de esquerda que, tendo antes votado no HDP, passaram a desconfiar de sua ligação com o PKK (Yavuz e Öscan 2015). Como resultado, o AKP obteve novamente a maioria, 49,49%, e o HDP caiu para apenas 10,75% dos votos (Yavuz e Öscan, 2015).

A vitória do AKP nas eleições indicou que havia uma percepção predominante entre os turcos de que os curdos eram a principal ameaça ao Estado. Nesse sentido, o governo turco tomou duas iniciativas: primeiro, reivindicou, na Otan, a implementação de uma “zona tampão” na Síria a fim de agrupar a oposição contra Assad e reassentar os refugiados do conflito; depois, empreendeu ação militar terrestre em solo sírio para frear os avanços do PYD.

As forças armadas turcas seriam as responsáveis pela criação e manutenção da zona, desde que a Otan as apoiasse com a imposição de uma zona de exclusão aérea sobre o território (Bernard, Gordon e Schmitt, 2015). A despeito da explicação oficial, a escolha do traçado para a imposição dessa área, entre Afrin e Kobane, mostra que também serviria ao propósito de conter a expansão curda, uma vez que a presença de forças turcas seria um empecilho concreto para o surgimento de uma região curda unificada.

O plano turco, entretanto, não recebeu apoio da Otan, visto que essa também teria que tomar parte na aplicação da zona aérea, o que poderia ser visto pela Rússia como uma demonstração de força das potências ocidentais. Além disso, em setembro de 2015, menos de dois meses após a entrada

da Turquia na coalizão e de a ideia da zona tampão voltar a ser debatida, o governo russo, aliado de Assad, iniciou ataques aéreos na Síria – o que poderia envolver a Otan em sérios problemas com Moscou (Mufti, 2017).

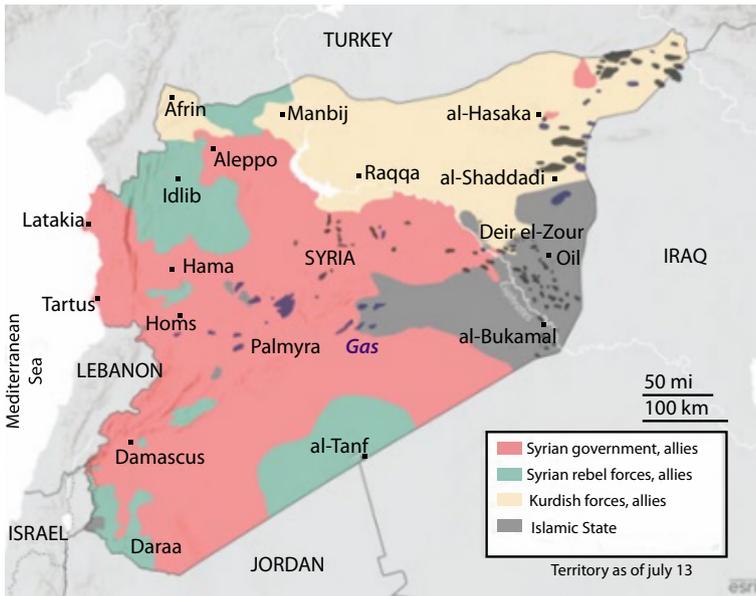
Apesar da não aplicação da zona tampão e do envolvimento russo mais direto no conflito sírio, o governo turco manteve a mesma estratégia e, em 24 de agosto de 2016, em resposta aos avanços do PYD nesse território, realizou sua primeira intervenção militar terrestre na Síria, a Operação Escudo do Eufrates. Utilizando forças especiais e veículos blindados, com o auxílio de unidades do Exército Sírio Livre (ESL), o governo turco expulsou unidades de combate do EI da cidade síria de Jarabulus, na fronteira da Turquia. Com a operação militar, o grupo radical islâmico perdeu a última cidade que ainda estava sob seu controle ao longo da fronteira turca.

A estratégia de combate ao EI empregada pela Turquia estava, mais uma vez, diretamente ligada às suas posições em relação ao PYD. Jarabulus estava dominada pelo EI há muito tempo, mas a Operação Escudo do Eufrates ocorreu somente depois de o PYD atravessar o rio Eufrates e tomar a cidade síria de Manbij (Dicle, 2016; Gurcan, 2016). O governo AKP considerava a presença do PYD a leste do Eufrates como a linha que não poderia ser atravessada pelos curdos sírios. Nesse sentido, a operação foi uma ação militar não apenas para expulsar o EI da fronteira turca, mas também para dissuadir as unidades curdas de se expandir (Gurcan, 2016).

A operação turca avançou até a tomada de A'zaz, no início de 2015, criando uma barreira concreta entre os cantões curdos e Afrin, no oeste, e Kobane, no leste (Gurcan, 2016). Após o controle das primeiras cidades no norte sírio, a Operação se moveu para capturar a cidade de al-Bab, então ainda sob controle do EI, localizada entre os cantões de Kobane e Afrin, lugar estratégico para que a Turquia prevenisse a conexão curda. Paralelamente a isso, em 22 de novembro de 2016, uma corte turca emitiu um mandado de prisão contra Salih Muslim, o líder do PYD (Mufti, 2017).

Os acontecimentos do ano de 2017 apenas corroboraram a crescente interação entre a questão curda e a política externa da Turquia. O grande fator decisivo nesse ano foi a decisão do governo Trump de armar os curdos sírios a fim de utilizar essas forças na investida final contra a capital do EI, Raqqa, dada sua proximidade com os cantões curdos de Rojava. Com o novo armamento, a operação contra Raqqa iniciou-se em junho e foi encerrada em outubro de 2017, com a expulsão do grupo radical islâmico de lá (Kayaoglu, 2017). Conforme a Figura 1, resulta que, naquele mês, as forças curdas já haviam consolidado uma expansão bastante significativa na Síria e seu poder de barganha aumentava cada vez mais.

Figura 1
Controle territorial na guerra Síria, em outubro de 2017

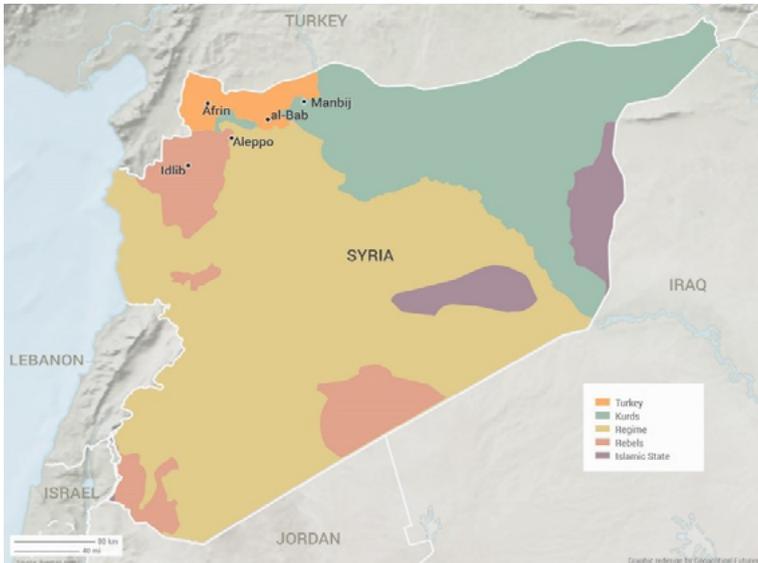


Nota: Em rosa, governo sírio e aliados; em verde, rebeldes sírios e aliados; em amarelo, forças curdas; em cinza, EI.

Fonte: Syria... (2017).

O governo turco revidou, no início de 2018, aos ganhos curdos depois da tomada de Raqqa. Já que as forças do PYD haviam consolidado um território expressivo, do nordeste sírio até a cidade de Raqqa (Figura 1), o AKP optou por iniciar uma nova operação militar no cantão curdo de Afrin, mais exposto e ainda desconectado do resto do território curdo. A Operação Ramo de Oliveira teve início no dia 20 de janeiro de 2018 e se encerrou no dia 24 de março do mesmo ano após a tomada da cidade de Afrin, que saiu do controle do PYD (Karam, 2018). A Figura 2 mostra a configuração política do território sírio com os recentes avanços turcos no noroeste em relação ao território curdo consolidado no leste e nordeste.

Figura 2
Controle territorial na guerra Síria, em maio de 2018



Nota: Em laranja, Turquia; em verde, curdos; em amarelo, regime sírio; em rosa, forças rebeldes da Síria; em roxo, EI.

Fonte: Gauging... (2018).

Conclusão

Como pudemos constatar, o movimento curdo não é único, e muito menos homogêneo. O CNC foi formado para se contrapor ao PYD e representou uma ingerência direta do movimento curdo iraquiano sobre os grupos curdos sírios. Na verdade, a divisão do movimento curdo sírio reflete divergências já existentes no movimento curdo de modo geral, principalmente entre o PKK e o GRC. Assim como o CNC foi apoiado pelo GRC, o PYD e as YPG estão ligadas ao PKK turco.

Não apenas o PYD foi formado como braço do PKK na Síria depois de este grupo ter sido expulso do território no final dos anos 1990, como também grande parte das YPG treinaram ao lado dos guerrilheiros do PKK no Iraque. Nesse sentido, há uma forte ligação ideológica entre os dois grupos, o que é reforçado pelo fato de o PYD se inspirar nos escritos de Öcalan. Porém, cabe destacar que, a despeito dos laços existentes entre o PKK e o PYD, o grupo sírio é uma entidade diferente e busca se distanciar do grupo turco, principalmente ao afirmar sua autonomia sobre um determinado território.

Por ter laços com o PKK e ter conseguido certa autonomia dentro da Síria, no contexto da guerra civil, a expansão curda fez com que o governo turco ficasse em alerta, já que temia, por um lado, o transbordamento das mesmas ideias autonomistas para curdos que moram na Turquia e, por outro, que o território controlado pelo PYD se tornasse uma base logística para o PKK.

Inicialmente, o governo turco mostrou cautela, preferindo buscar influenciar o PYD com a mediação de Barzani, líder do GRC, e do CNC. No entanto, na medida em que o PYD se recusou a ceder aos outros grupos e se tornou uma das principais forças terrestres de combate ao EI, aproximando-se dos Estados Unidos, o governo turco passou a ser mais assertivo. A Turquia recusou-se, inicialmente, a

participar da coalizão montada pelos Estados Unidos, em 2014, e apenas se engajou nessa luta, ao mesmo tempo que declarava guerra ao PKK, após o resultado das eleições de 2015, quando assumiu novo tom nacionalista de enfrentamento. Desde então, o governo turco pleiteou a imposição de uma zona tampão no norte sírio – o que foi efetivado pelas próprias forças turcas e seus parceiros locais com a Operação Escudo do Eufrates, em agosto de 2016, quando as YPG tomaram Manbij.

As teorias mais amplamente difundidas sobre identidades sociais, etnias e nacionalismo são incapazes de explicar as constantes mudanças e redefinições envolvendo os grupos políticos. É importante buscar compreender por que um grupo de curdos tem um status favorecido em relação a outros, ou, ainda, por que grupos nacionalistas curdos hesitariam em trabalhar uns com os outros e ter relações tão divergentes com um Estado vizinho. Se fossem levadas em consideração apenas questões de identidade e de nacionalismo, como base para o irredentismo, os curdos iraquianos seriam uma ameaça muito maior para a Turquia devido ao tamanho comparativo de sua população em seus territórios de origem. Além disso, se avaliarmos o comportamento da Turquia em relação aos territórios curdos no Iraque e na Síria, segundo a perspectiva das teorias neorrealistas nas relações internacionais, também chegaremos a um impasse, pois se o poder é o critério para se configurar como maior ameaça, o GRC deveria ser a maior preocupação da Turquia, em vez do PYD (Wuthrich, 2018).

É inegável que o movimento curdo na Síria conquistou diversas vitórias tanto em termos políticos, ao implementar um governo democrático, quanto nos combates militares. Entretanto, sua sobrevivência em Rojava depende de fatores de ordem política e econômica. O movimento encontra dificuldades para vender petróleo, sua principal fonte de receita, visto ser necessário dialogar com o GRC, a Turquia

ou o governo em Damasco, o que remete, por sua vez, às relações externas. Isso é, o futuro de Rojava depende, de certa forma, do posicionamento dos Estados Unidos e da Turquia em relação ao poderio militar que possuem. Enquanto é improvável que Washington entre no conflito apenas pela questão curda, o governo turco, por sua vez, está decidido a não permitir sob nenhuma condição a existência de uma região curda unificada.

Embora não seja possível desconsiderar as variáveis de capacidades concretas como recursos para projetar poder, também é preciso levar em consideração que as ideologias possuem um papel fundamental na ação dos Estados e das organizações políticas. A percepção da ameaça que outros grupos possam representar aos interesses domésticos e internacionais de um Estado é sempre filtrada por uma lente ideológica que baliza as relações de afinidade ou antagonismo, influenciando a determinação de quem é considerado “amigo” e “inimigo”.

242

Um fator crítico, subjacente às relações extracomunais e entre comunidades curdas, são as percepções de similaridade ou divergência da perspectiva ideológica das lideranças das organizações nacionalistas curdas, bem como seus relacionamentos com os Estados vizinhos. No que se refere às relações interestatais e às rivalidades entre as organizações, aproximações e distanciamentos ideológicos se constituem critérios mais precisos para avaliar as interações entre as organizações curdas do que as alternativas teóricas construídas exclusivamente sobre análises de identidades étnicas (Brubaker, 2004).

O caráter fragmentado da identidade política curda, embora certamente reflita realidades provenientes da complexidade das respectivas sociedades da qual fazem parte, também deve ser levado em consideração na análise das relações transnacionais dessas organizações. Os Estados que contêm população curda tentam deliberadamente aumentar as divisões entre as organizações que os representam,

enquanto estas, na busca do apoio de um desses Estados, na maior parte reforçam e não transcendem o caráter fragmentado da identidade política curda. Vale ressaltar que o PKK, uma das organizações curdas mais bem-sucedidas e influentes na história dos movimentos nacionalistas curdos, abandonou sua demanda por independência e seu discurso político de base marxista por reivindicações centradas em direitos linguísticos e culturais para seu povo dentro dos limites da Turquia desde 1993.

Em outras palavras, as características que qualificam a identidade curda existem e são reconhecidas entre seus membros há muito tempo, mas a capacidade de constituir grupos organizados politicamente entre essas populações tem variado, embora essa tendência tenha aumentado imensamente nas últimas décadas. Além disso, o agrupamento político requer esforço e, portanto, é necessário entender como se constitui um grupo a partir de um projeto político, rastreando as formas sociais, culturais e políticas pelas quais as categorias identitárias são elementos importantes para gerar grupos.

243

Reginaldo Mattar Nasser

é professor do departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp-Unicamp-PUC-SP). Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (Ineu) e líder do Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (Geci), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foi organizador e autor de capítulos nos livros *Novas perspectivas sobre os conflitos internacionais* e *Conflitos internacionais em múltiplas dimensões*, ambos publicados pela Editora Unesp. Coorganizou livros com André de Mello e Souza e Rodrigo Moraes e escreveu capítulos do livro *Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror: reflexões sobre o terrorismo no século XXI*,

publicado pelo Ipea. Tem se dedicado a pesquisar temas relacionados a violência organizada nas relações internacionais, em geral, e em particular no Oriente Médio.

Willian Moraes Roberto

é mestre em relações internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp-Unicamp-PUC-SP) e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (Ineu) e do Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (Geci), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Bibliografia

AN INVIGORATED Turkey lashes out. 2015. *Stratfor*, 28 jul. 2015. Reflections.

Disponível em: <https://bit.ly/2GEISO4>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BALANCHE, Fabrice. 2016. Rojava's sustainability and the PKK's regional strategy. *The Washington Institute*, 24 ago. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2hR4rLk>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BARFI, Barak. 2016. Ascent of the PYD and the SDF. *Research Notes*, n. 32. Disponível em: <https://bit.ly/2SjblfF>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BARNARD, Anne; GORDON, Michael R.; SCHMITT, Eric. 2015. Turkey and U.S. plan to create Syria 'safe zone' free of ISIS. *The New York Times*, 27 jul. 2015. Disponível em: <https://nyti.ms/2SjbTaf>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BRUBAKER, Rogers. 2004. *Ethnicity without groups*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

CAPITALIZING on the Kurds. 2016. *Stratfor*, 17 fev. 2016. Assessments. Disponível em: <https://bit.ly/2E59XX7>. Acesso em: 22 fev. 2019.

COCKBURN, Patrick. 2015. *The rise of Islamic State: ISIS and the new Sunni revolution*. Londres: Verso.

DAL, Emel Parlar. 2017. Impact of the transnationalization of the Syrian civil war on Turkey: conflict spillover cases of ISIS and PYD-YPG/PKK. *Cambridge Review of International Affairs*, v. 29, n. 4, pp. 1396-1420.

DEYOUNG, Karen. 2016. Biden warns Kurds not to seek separate enclave on Turkish-Syrian border. *The Washington Post*, 24 ago. 2016. Disponível em: <https://wapo.st/2bC5nV3>. Acesso em: 22 fev. 2019.

DICLE, Amed. 2016. Will Turkey's Jarablus win lead to showdown with Kurds? *Al-Monitor*, 25 ago. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2GCnIQR>. Acesso em: 22 fev. 2019.

- GAUGING the strength of the Turkish military. 2018. *Geopolitical Futures*, 10 maio 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2U0hb1O>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- Gunter, Michael M. 2008. *The Kurds ascending: the evolving solution to the Kurdish problem in Iraq and Turkey*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- GUNTER, Michael M. 2015. Iraq, Syria, ISIS and the Kurds: geostrategic concerns for the U.S. and Turkey. *Middle East Policy*, v. 22, n. 1.
- GURCAN, Metin. 2016. What's Turkey really up to in Syria? *Al-Monitor*, 25 ago. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2T38biP>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- HAAS, Mark. 2005. *The ideological origins of great power politics, 1789-1989*. Ithaca: Cornell University.
- HALHALLI, Bekir. 2015a. Turkey's Rojava Dilemma. *Research Turkey*, v. 4, n. 3, pp. 94-100. Disponível em: <http://bit.ly/2TgjAYi>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- HALHALLI, Bekir. 2015b. Turkish policy towards the Kurds in Syria. *IDEAZ*, v. 13, pp. 39-58.
- HALHALLI, Bekir. 2018. Kurdish political parties in Syria: past struggles and future expectations. In: TUGDAR, Emel Elif; AL, Serhun (eds.). *Comparative Kurdish politics in the Middle East*. Londres: Palgrave Macmillan. pp. 27-53.
- HALLIDAY, Fred. 2005. *The Middle East in International Relations: power, politics and ideology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOW TURKEY will change the war in Syria. 2015. *Stratfor*, 28 jul. 2015. Graphics. Disponível em: <https://bit.ly/2U1IT1v>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- HUNTINGTON, Samuel. 1996. *O choque de civilizações*. Rio de Janeiro: Ponto de Leitura.
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP. 2013. *Syria's Kurds: a struggle within a struggle*. Bruxelas: International Crisis Group. (Middle East Report n. 136). Disponível: <https://bit.ly/2EpGubb>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- KANAT, Kilic; USTUN, Kadir. 2015. U.S.-Turkey realignment on Syria. *Middle East Policy*, v. 22, n. 4, pp. 88-97.
- KARAM, Zeina. 2018. AP explains: what's next after Turkey seizes Syria's Afrin. *AP News*, 19 mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2VkB00r>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- KAYA OGLU, Barin. 2017. Can US calm Turkish nerves over arming Syrian Kurds? *Al-Monitor*, 11 maio 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2GIQzTs>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- KHAZAN, Olga. 2012. Who's fighting whom in Syria? *The Washington Post*, 18 out. 2012. Disponível em: <https://wapo.st/2BYu8Wz>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- KURDISTAN NATIONAL CONGRESS. 2014. *Canton based democratic autonomy of Rojava: a transformation process from dictatorship to democracy*. Bruxelas: KNK. Disponível em: <https://bit.ly/2EpiNQT>. Acesso em: 22 fev. 2019.

- LEWIS, Martin W. 2014. Michael Izady's amazingly detailed map of ethnicity in Syria (and the Syrian Armenians). *GeoCurrents*, 26 out. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2NkRUjF>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- LOWE, Robert. 2016. Rojava at 4: examining the experiment in Western Kurdistan. *Middle East Centre*. Disponível em: <https://bit.ly/2GEE636>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- MUFTI, Malik. 2017. Turkey's choice. *Insight Turkey*, v. 19, n. 1, pp. 71-87.
- NATALI, Denise. 2005. *The Kurds and the State: evolving national identity in Iraq, Turkey, and Iran*. Syracuse: Syracuse University Press.
- PAASCHE, Till F. 2015. Syrian and Iraqi Kurds: conflict and cooperation. *Middle East Policy*, v. 22, n. 1.
- PARK, Bill. 2015. Turkey's isolated stance: an ally no more, or just the usual turbulence? *International Affairs*, v. 91, n. 3, pp. 581-600.
- RETAKEING Ramadi is only a small victory. 2015. *Stratfor*, 28 dez. 2015. Assessments. Disponível em: <https://bit.ly/2NmKjkP>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- ROBERTO, Willian Moraes. 2018. *As mudanças na política externa contemporânea da Turquia: as respostas diante das revoltas árabes pós-2011*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. São Paulo: Unesp: Unicamp: PUC-SP.
- RUSSIA leaves Syria with loyalists on the offensive. 2016. *Stratfor*, 15 mar. 2016. Assessments. Disponível em: <https://bit.ly/2SVrI5q>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- SHAPIRO, Jacob. 2016. The Islamic State strikes back. *Geopolitical Futures*, 14 dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2H2iPQt>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- SYRIA: U.S.-backed forces take Raqqa from the Islamic State. 2017. *Stratfor*, 17 out. 2017. Snapshots. Disponível em: <https://bit.ly/2TaLxop>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- TEJEL, Jordi. 2009. *Syria's Kurds: history, politics and society*. New York: Routledge.
- THE KURDS' precarious balancing act in Syria. 2017. *Strategic Comments*, v. 23, n. 4, pp. v-vi.
- WUTHRICH, F. Michael. 2018. Kurdish nationalist organizations, neighboring states, and "ideological distance". In: TUGDAR, Emel Elif; AL, Serhun (eds.). *Comparative Kurdish politics in the Middle East*. Londres: Palgrave Macmillan. pp. 85-112.
- YAVUZ, M. Hakan; ÖZCAN, Nihat Ali. Turkish Democracy and the Kurdish Question. *Middle East Policy*, v. XXII, n. 4, 2015.



CAMINHOS CRUZADOS: MARXISMO E NACIONALISMO NO BRASIL E NO PERU (1928-1964)

André Kaysel

é professor na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, SP, Brasil. E-mail:

<andrekaysel@gmail.com>

Orcid: 0000-0003-2467-5363

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-247275/106>

Introdução

Se fosse preciso escolher um traço característico do século XX na América Latina, este seria o ingresso definitivo das massas populares na vida política da região, as quais se chocaram contra as instituições liberal-oligárquicas legadas pelo século anterior (Aggio, 2003, pp. 137-138). Dentre as várias questões daí decorrentes está a de que formas ideológicas a presença popular na política deveria assumir. Afinal, quais as ideologias ou formas discursivas que disputaram e ganharam a adesão dos grupos sociais que ascendiam à cidadania política?

As correntes ideológicas que procuraram exprimir as reivindicações das massas trabalhadoras podem ser agrupadas em dois grandes ramos: de um lado, os discursos que procuraram constituir a identidade dos grupos subalternos enfatizando a noção de “classe” e, de outro, aqueles que o fizeram por meio das noções de “povo” e “nação”. O primeiro caso seria representado pelas correntes de esquerda de orientação marxista (socialistas e comunistas) e, o segundo, pelas vertentes nacionalistas populares ou, como frequentemente são chamadas, “populistas”.

A história das ideologias que, na América Latina, procuraram organizar e representar o universo das classes subalternas na região é, em grande medida, a história da disputa entre essas duas vertentes. Ao longo de décadas, marxistas e nacionalistas populares alternaram momentos de conflito ou, mais raramente, de aproximação. O maior sucesso do nacionalismo popular em organizar política e culturalmente os trabalhadores na América Latina se deveu, em grande medida, à incapacidade dos marxistas de entender a especificidade da questão nacional na região, qual seja: o bloqueio da formação de nações modernas pela não incorporação política e social das camadas populares, ou ainda o que já se denominou como “comunidades imaginadas inacabadas” (Itzigson e Von Hau, 2006).¹

248 O intuito deste trabalho é o de aprofundar a compreensão dessas relações contraditórias entre o marxismo de matriz comunista e o nacionalismo popular. Pelo primeiro termo entendo as vertentes do marxismo tributárias da cultura política da III Internacional e vinculadas ao marxismo-leninismo (Brandão, 1997). Privilegio essa corrente ideológica, pois, dos anos 1920 ao início dos 1960, a história do marxismo na região quase se confunde com a dos comunistas (Aricó, 1987; Portantiero, 1990).² Já pelo segundo, uma corrente ideológica de contornos mais amplos e menos autoconsciente, que se caracteriza pela combinação de posturas anti-imperialistas – oposição à dominação econômica estrangeira – e antioligárquicas, a defesa de reformas democratizantes que incorporassem os trabalhadores à cidadania política e social. Para tanto adotarei a perspectiva comparada, contrapondo as relações entre comunistas

¹ A referência aqui é, obviamente, à definição da nação como “comunidade imaginada”, proposta por Anderson (1993).

² Os trotskistas, via de regra, eram grupos minoritários em relação aos PCs (partidos comunistas), com a notável exceção da Bolívia onde o Partido Obrero Revolucionário (POR), vinculado à Quarta Internacional, surgiu antes do Partido de Izquierda Revolucionaria (PIR), de orientação stalinista. Cf. (Löwy, 2006).

e nacionalistas no Brasil, entre os anos 1950 e 1960, e no Peru, entre as décadas de 1920 e 1930.

Em um texto recente, de publicação póstuma, Benedict Anderson, partindo de uma reflexão acerca de sua própria trajetória intelectual, faz os seguintes apontamentos com o intuito de subsidiar um quadro de referências para estudos comparados: a necessidade de optar entre enfatizar a semelhança ou a diferença entre os casos; a conveniência de estabelecer as comparações ao longo de períodos de tempo relativamente longos; a distância entre os casos como algo que enriquece o esforço comparativo; e o efeito, resultante da comparação, de pôr em questão as pressuposições correntes do próprio investigador sobre seu contexto de origem (Anderson, 2016). Nesse sentido, optei por concentrar-me sobretudo nas diferenças entre dois contextos nacionais durante um período relativamente longo de tempo. Além disso, o contraste com o caso peruano pode ajudar a pôr em questão algumas interpretações usuais acerca do brasileiro.

249

A escolha do Peru se deve ao fato, apontado por alguns autores (Aricó, 1987, 1985; Godio, 1983; Portantiero, 1985, 1990; Portantiero e De Ipola, 1981), de que foi nesse país, por volta de 1928, que se deu – em torno das figuras de José Carlos Mariátegui e Victor Raúl Haya de La Torre – o primeiro grande embate ideológico entre socialistas, principalmente aqueles simpáticos à Internacional Comunista (IC), e nacionalistas populares, pela hegemonia no campo da esquerda latino-americana. Ainda segundo essa bibliografia, a cisão entre comunistas e nacionalistas populares, a qual marcaria a história da esquerda na região até pelo menos a Revolução Cubana (1959), teria obstaculizado a construção de forças sociais com vocação hegemônica.

Minha principal hipótese é de que essa relação seguiu, nos dois casos aqui selecionados, padrões opostos. Enquanto no Brasil verificou-se uma convergência a partir de posições antagônicas, no país andino sucedeu o contrário, a

hostilidade evoluindo a partir de uma origem comum. Por meio dessa comparação procurarei demonstrar que, ao invés de indicar a fraqueza do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sua aproximação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e sua busca de inserção em um campo nacionalista mais amplo seriam indicativos de sua disposição de afirmar-se de modo positivo nos cenários político e cultural do país, nos quais a “questão nacional” ocupava um lugar central no período aberto pelo retorno de Getúlio Vargas ao poder em 1950 e encerrado com a queda de João Goulart em 1964.

Caberia ainda a pergunta de por que comparar os dois países em dois períodos históricos distintos e não em um mesmo. Minha resposta é a de que as épocas acima assinaladas representam, nos dois casos nacionais, os momentos nos quais a relação entre o marxismo de matriz comunista e o nacionalismo popular ganhou centralidade na vida intelectual e política. Trataram-se também de momentos de profunda crise das duas sociedades, podendo ser considerados períodos de “crise orgânica” (Gramsci, 2006, pp. 36-37), ou “conjunturas críticas” (Colier e Colier, 2002, p. 32), nos quais as estruturas de dominação foram postas em questão, com a entrada de atores subalternos na vida política e a emergência de novas formações ideológicas.

250

Caminhos bifurcados: comunistas e nacionalistas no Peru

No Peru a crise da dominação oligárquica foi relativamente precoce, datando do biênio entre 1918-1919. Naqueles anos, a confluência em Lima de uma série de mobilizações operárias – pela jornada de oito horas e contra a carestia – e estudantis – pela reforma universitária –, acabaram levando à derrocada do governo do presidente José Pardo, cujo partido, o Partido Civil ou civilista, hegemônizava a vida política do país desde 1895, no período que ficou conhecido como “República aristocrática” (Galindo e Burga, 1994). Ascenderia então ao poder uma figura deslocada do

círculo oligárquico civilista, Augusto B. Leguía, quem instaura uma ditadura pessoal que duraria até 1930, período que passaria à história peruana como “oncenio”.

No plano ideológico, as mobilizações operário-estudantis assinalaram a emergência de uma nova geração no seio da intelectualidade peruana. Segundo o historiador Alberto Flores Galindo, a geração de intelectuais do decênio de 1920 teria sido uma geração “antiacadêmica”, formada nas redações jornalísticas, as quais teriam funcionado como uma “greta” no monopólio cultural exercido pela oligarquia, por meio da qual se destacaram muitos jovens oriundos das classes médias e com ideias radicais (Galindo, 1994, p. 445).³

Cabe destacar também que a vida intelectual peruana nos anos 1920 expandiu-se para além de Lima. A existência de órgãos como *La Sierra*, editado pelo grupo “Resurgimiento” de Cuzco, e *Boletín Titicaca*, publicada pelo grupo “Orkopata” de Puno, mostra que os departamentos do altiplano começaram a tomar parte de modo autônomo no debate nacional. Isso é importante para que se entenda a difusão no período do ideário indigenista. No Peru, ao longo dos anos 1920, estabeleceu-se uma rede de conexões entre Lima e as capitais provinciais que envolvia a associação Pró-Índigena e os assinantes de revistas como *Amauta* ou *La Sierra*, por meio da qual os simpatizantes da causa indígena na capital se conectaram a diversos grupos de provincianos e vice-versa.

Assim, essa rede “indigenista” pôde exercer pressão dentro e fora do Estado e erigir-se em “porta-voz” e defensora das comunidades indígenas oprimidas pelos *gamonales* (Bourricaud, 1972, p. 111).⁴ Esse conjunto de inovações

251

³ Todas as citações que estão originalmente em língua estrangeira foram por mim traduzidas ao português.

⁴ O termo *gamonal* se refere ao membro da camada senhorial do altiplano andino que mantinha com os indígenas relações de tipo servil e patriarcal. Para uma discussão do perfil desta camada senhorial e suas relações com o campesinato, veja-se (Galindo e Burga, 1994, cap. 2).

indicam como as manifestações de 1918-1919 assinalaram, no plano intelectual, uma profunda ruptura geracional no país andino. De um lado estava a chamada “geração do centenário” – em alusão ao centenário da independência peruana (1921) – e, do outro, a “geração de 1900” (Klaren, 2004, pp. 289-290). Enquanto os membros da primeira eram, via de regra, oriundos das classes médias provincianas e, não raro mestiços, os da segunda, como José de La Riva Agüero, Francisco e Ventura García Calderón e Victor Andrés Belaúnde, tinham origens mais aristocráticas, em geral limenhas e brancas. Além disso, enquanto a “geração do centenário” tinha um perfil político mais radical e indigenista, os adeptos da “geração de 1900”, eram mais conservadores, de formação católica ou positivista e inclinações iberistas.

252

Entre os diversos nomes que constituem a “geração do centenário”, aqueles que mais se destacaram foram, sem dúvida, Haya de La Torre e Mariátegui. Estes dois intelectuais e líderes políticos são os pontos de referência das duas principais correntes que polarizariam a esquerda peruana até o final do século XX (Renique, 2009, p. 19). Além disso, ambos tiveram relevo no panorama continental, ultrapassando as fronteiras nacionais. Por fim, os fundadores da Aliança Popular Revolucionária Americana (Apra) e do socialismo peruano inauguram um novo modo de pensar os problemas de seu país. Nas palavras de Julio Cotler:

É com Mariátegui e Haya de La Torre que se iniciam no Peru novas correntes de interpretação do problema peruano que, desde distintas perspectivas e projeções políticas, buscarão compreendê-lo a partir de suas condições materiais de existência e suas relações com o passado colonial, a estrutura de classes resultante, sua implantação no Estado e sua repercussão na definição da nação peruana. (Cotler, 2009, p. 49)

É verdade que a “geração do centenário” não era homogênea e que as obras de Mariátegui e Haya de La Torre tampouco constituíram suas únicas duas alternativas. Porém, os traços comuns acima apontados permitem falar em uma “geração” que, ao se contrapor a seus predecessores, introduziu novas formas de pensar o país. Aqui cabe destacar a nova modalidade de nacionalismo que partia, não de uma “essência” acabada do que seria o Peru, mas sim do reconhecimento do caráter incompleto e inacabado da identidade nacional. Tal leitura pode ser bem exemplificada pela seguinte passagem de um dos mais conhecidos membros da geração dos anos 1920:

O passado peruano não é algo acabado e admirável e o Peru segue sendo uma série de compartimentos estanques, de extratos superpostos ou coincidentes e com solução de continuidade. Por tudo isso, o nacionalismo, que em outras partes não é necessário ou fatalmente está superado, urge aqui. Em outras partes o nacionalismo é algo destruidor, aqui, deve ser construtor. Construtor de consciência e de soluções. Em outras partes é ofensivo, aqui necessita ser defensivo. Defensivo contra o absentismo e defensivo contra a pretensão estrangeira de absorção material e mental. (Bazadre, 1931, pp. 6-7)

253

A formulação de Bazadre, a qual veio a público em 1931, parece ecoar o título de uma coluna, publicada por Mariátegui na revista *Mundial* de Lima, entre 11 de setembro de 1925 e 19 de maio de 1929, intitulada “Peruanicemos Al Peru” da qual saiu parte de sua obra maior, publicada em 1928, *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana* (Mariátegui, 2008). Em um artigo de polêmica com os intelectuais conservadores, os quais rejeitavam as ideias radicais por serem alheias à “peruanidade”, o autor marxista foi categórico: “o Peru é ainda uma

nacionalidade em formação. O estão construindo, sobre os inertes estratos indígenas, os aluviões da civilização ocidental.” (Mariátegui, 1995, p. 289).

Em um texto posterior, Mariátegui explicita qual seria o obstáculo fundamental à construção da nação:

O índio é o cimento de nossa nacionalidade em formação. A opressão afasta o índio da civilidade. O anula, praticamente, como elemento de progresso. Os que empobrecem e deprimem o índio, empobrecem e deprimem a nação. [...] Somente quando o índio obtiver o rendimento de seu trabalho adquirirá a qualidade de consumidor e produtor que a economia de uma nação moderna necessita em todos os indivíduos. Quando se fala da peruanidade, haveria que se perguntar se essa peruanidade compreende o índio. Sem o índio não há peruanidade possível. (Mariátegui, 1995, p. 292)

254

Daí que o nacionalismo conservador e iberista, ou, como preferia o autor, o “nacionalismo à *ultransa*”, seria “a única ideia verdadeiramente estrangeira” no país e, por isso mesmo, sem enraizamento real nas camadas populares (Mariátegui, 1995, p. 291).

Essa equação entre indigenismo e nacionalismo radical, a bem da verdade, não era nova no país andino. Nesse sentido, o precursor da “geração do centenário” foi o poeta e ensaísta Manuel Gonzalez Prada, quem, em seu *Discurso en el politeama* (1888), declarava: “Não formam o verdadeiro Peru as agrupações de *criollos* e estrangeiros que habitam a faixa de terra situada entre o Pacífico e os Andes. A nação está formada pelas multidões de índios disseminadas na banda oriental da cordilheira” (Prada, 1987, pp. 45-46).

Desse modo, resgatando o legado de Gonzalez Prada, as passagens acima citadas de “Peruanicemos al Peru” esboçam os contornos de um projeto revolucionário que articula indigenismo, nacionalismo e modernidade, o qual unificava

aquilo que, no vocabulário latino-americano da época, se denominava como a “vanguarda” do país.

A associação, por exemplo, entre o “peruano” e o “indígena” como fundamento da nacionalidade pode ser identificada no seguinte trecho do mais conhecido discurso de Haya de La Torre, pronunciado em 1931, durante sua primeira campanha presidencial:

O Estado não representa esses interesses (das maiorias) porque, nem na ordem material, nem na espiritual, cooperou para desenvolver aquilo que há de verdadeiramente peruano no Peru; porque depois de 110 anos de vida independente temos ainda esquecida a população herdeira dos verdadeiros donos deste solo que são os três milhões de indígenas que não sabem ler nem escrever [...]. (Haya de La Torre, 2008, p. 34)

Dessa situação de exclusão das maiorias indígenas e de ausência de representatividade do Estado junto às massas populares, o então candidato à presidência derivava o núcleo da reivindicação política de sua agremiação:

255

Por isso é que nós temos que lutar pela peruanização do Estado e pela incorporação econômica e política das maiorias nacionais que constituem a força vital da nação e que são também as que democraticamente, por seu número e sua qualidade, têm o direito de intervir nos destinos nacionais. (Haya de La Torre, 2008, p. 35)

Em que pese essa unidade de pontos de vista mais gerais sobre o país e seus problemas, Mariátegui e Haya de La Torre desenvolveriam importantes discrepâncias que acabariam por conduzi-los à ruptura em 1928, com importantes consequências para a trajetória posterior da esquerda peruana. Ainda que reivindicasse o marxismo como uma das

bases de seu pensamento, Haya afirmava que seu uso seria insuficiente para compreender a especificidade histórica do Peru e da América Latina (Montesinos, 2002, p. 26). Essa inaplicabilidade do materialismo histórico à realidade latino-americana era sustentável na medida em que o autor o reduzia a uma filosofia da história, decalcada do desenvolvimento do capitalismo europeu (Ferreira, 1971, p. 275-277).

Para Haya, o emprego do materialismo histórico pela intelectualidade do subcontinente seria mais uma manifestação de seu arraigado colonialismo mental:

Nossos ambientes e nossas transplantadas culturas modernas não saíram ainda da etapa prístina do transplante. Com ardor fanático, tornamos nossos, sem nenhum espírito crítico, apotegmas e vozes de ordem que nos chegam da Europa. Assim, agitamos fervorosos, há mais de um século, os lemas da Revolução Francesa. E assim podemos agitar hoje as palavras de ordem da Revolução Russa ou as inflamadas consignas do fascismo. Vivemos em busca de um padrão mental que nos libere de pensar por nós mesmos. (Haya de La Torre, 2002, p. 49)

256

Já Mariátegui, em vez de opor às pretensões de universalidade do marxismo à singularidade da realidade latino-americana, procurava empreender uma síntese entre o universal e o particular. Ao contrário de seu compatriota, o autor dos *Siete Ensayos...* negava que o materialismo histórico fosse uma filosofia da história, mas sim um método histórico de interpretação da sociedade (Mariátegui, 1991b, p. 15). Essa divergência fica clara na seguinte passagem de um de seus mais conhecidos textos, claramente endereçado a Haya de La Torre:

O socialismo não é, certamente, uma doutrina indo-americana. Porém, nenhuma doutrina, nenhum sistema contemporâneo o é, nem pode sê-lo. E o socialismo,

ainda que tenha nascido na Europa, como o capitalismo, não é tampouco específica nem particularmente europeu. É um movimento mundial ao qual não se subtrai nenhum dos países que se movem dentro da órbita da civilização ocidental. Esta civilização conduz, com forças e meios dos quais nenhuma dispôs anteriormente, à universalidade. Nesta ordem mundial, a Indo-América pode e deve ter individualidade e estilo, mas não uma cultura e um destino particulares. (Mariátegui, 1991a, p. 127)

Após a ruptura dos dois intelectuais, seus seguidores se dividiram em duas correntes político-partidárias. Enquanto os vinculados a Haya fundariam em 1931 o Partido Aprista Peruano (PAP)⁵ – o qual se converteria no principal partido de massas do país – aqueles ligados a Mariátegui criariam em 1928 o Partido Socialista Peruano (PSP), rebatizado em 1930 como Partido Comunista do Peru (PCP).⁶ Sintetizando a situação de ambas as correntes em inícios dos anos 30, o historiador José Luis Renique afirma:

257

Em um tempo incrivelmente breve, os apristas conseguiriam construir uma estrutura capaz de seguir a onda social desencadeada pela crise econômica: um verdadeiro partido de massas, com quadros completos, com agitadores, com meios de comunicação e propaganda capazes de infundir temor às próprias forças armadas. Aos socialistas, por outro lado, as mobilizações

⁵ A Aliança Popular Revolucionária Americana (Apra) foi fundada por Haya de La Torre em 1924, em seu exílio no México, como “frente única” continental contra o imperialismo. Em 1931, após o retorno de Haya ao Peru, é organizado o PAP como partido nacional. Contudo, é habitual, tanto entre adeptos como entre antagonistas, referir-se à agremiação como Apra.

⁶ Mariátegui, em que pese sua declarada adesão ao comunismo, foi duramente criticado pelos representantes da IC por diversos motivos, os quais podem ser sintetizados em sua tentativa de produzir um marxismo adaptado às condições peruanas e latino-americanas (Cf. Galindo, 1994).

suscitadas pela crise econômica e pela queda de Leguía, surpreendiam com um projeto partidário ainda incipiente. (Renique, 2009, p. 67)

No entanto, nenhuma das duas correntes nas quais se subdividiu a esquerda peruana foi capaz de levar adiante um programa de reforma ou revolução da sociedade. Os comunistas, após a morte de Mariátegui em 1930, acabaram aderindo ao sectarismo obreirista que caracterizava a linha política da IC naquele período, isolando-se da massa popular. Já a Apra, ainda que se tenha convertido na principal força popular do país, enfrentou uma decidida oposição da oligarquia e dos militares, vivenciando longos períodos de proscricção. Dessa maneira, ainda que o Peru tenha vivido uma crise precoce da dominação oligárquica, esta não se resolveu por meio da criação de um novo regime capaz de incorporar as massas indígenas e promover um programa de desenvolvimento autônomo, conduzindo a vida política do país a um impasse que duraria décadas (Manrique, 2009, p. 53).

258

Uma aproximação conflitiva: comunistas e nacionalistas no Brasil

Já no Brasil, o processo de crise da dominação oligárquica se deu de modo completamente diferente e com resultados marcadamente distintos. A assim chamada Revolução de 1930 representou o deslocamento da fração oligárquica primário-exportadora – especialmente da burguesia cafeeira paulista – por uma heterogênea coalizão, na qual confluíram as frações oligárquicas não-exportadoras e as classes médias urbanas (Vianna, 1976, pp. 102-103). Esse processo pode ser entendido como uma “revolução sem revolução”, conduzida pelo alto por um Estado autoritário e preservando-se a estrutura fundiária anterior, nos moldes do que Lenin denominou como “via

prussiana” e Gramsci como “revolução passiva” (Vianna, 1976, pp. 139-140).⁷

Após um período de instabilidade e indefinição, o novo pacto se estabiliza no regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945). Contudo, no momento da transição democrática de 1945, revelaram-se importantes tensões no interior do próprio bloco dirigente que se havia consolidado no período anterior. Tais divergências eram fruto de contradições internas ao processo de desenvolvimento capitalista que o Brasil vivia desde 1930. Seguiria o país em um processo de industrialização capitaneada pelo Estado, ou deveria retornar a um padrão agroexportador pautado pelo livre comércio? Prevalecendo a opção industrializante, deveria o país apostar na formação de capitais próprios, ou necessitaria recorrer aos estrangeiros? Isso para não falar nos problemas derivados da incorporação de novas classes sociais ao Estado, como os trabalhadores urbanos: que papel poderiam ter em um contexto de abertura democrática?

259

As divergências entre as diferentes frações das classes dominantes em torno dessas questões acabariam por impedir um retorno a pactos oligárquicos, abrindo caminho para uma participação, ainda que limitada, a princípio, dos grupos subalternos, como ficaria claro com o retorno de Vargas ao poder de modo democrático pelo PTB em 1950, não apenas contra os setores agrupados na União Democrática Nacional (UDN), mas contra o próprio governo Dutra do Partido Social Democrático (PSD), agremiação oriunda do Estado Novo.

Nessa nova conjuntura, os temas do nacionalismo e do desenvolvimento ganhariam centralidade na vida intelectual brasileira, polarizando as posições no espectro ideológico. Dentre os que assumiam posições nacionalistas e

⁷ Sei que a leitura da Revolução de 1930 como revolução burguesa, da qual provém o argumento de Vianna, é no mínimo polêmica na historiografia brasileira (Fausto, 1997). Contudo, me parece que ela faz sentido nos termos da argumentação aqui desenvolvida.

desenvolvimentistas, ganhou importância crucial um grupo de intelectuais que, a partir de 1952, passou a se reunir no Parque Nacional de Itatiaia para refletir sobre os grandes problemas nacionais à luz das principais questões do mundo de então. O chamado “grupo de Itatiaia” daria origem, no ano seguinte, ao Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp) e à revista *Cadernos do Nosso Tempo*, os quais foram o ponto de partida da criação, em 1955, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), órgão de pesquisa e ensino de pós-graduação vinculado ao Ministério da Educação (Almeida, 2005; Jaguaribe, 2005). Para entender como os isebianos viam o nacionalismo, é útil recorrer a uma citação do sociólogo baiano Alberto Guerreiro Ramos. Após rejeitar a identificação do nacionalismo com atitudes xenófobas ou com “modismos”, este autor sustentava que: “O nacionalismo, na fase atual da vida brasileira, se me permitem, é algo ontológico, é um verdadeiro processo, é um princípio que permeia a vida do povo, é, em suma, a expressão da emergência do ser nacional” (Ramos, 1956, p. 32).

Assim, o nacionalismo era visto como uma verdadeira “necessidade histórica”, ditada pelo próprio processo de desenvolvimento econômico e de afirmação popular na vida política do país. Aliás, ambos processos – o do desenvolvimento e o da democratização – eram vistos como íntima e reciprocamente imbricados. Nessa chave, o desenvolvimento econômico daria às massas a possibilidade de passar de uma condição de alienação à de sujeito histórico, como transparece na seguinte passagem da aula inaugural do primeiro ano letivo do Iseb:

Quando o processo do desenvolvimento nacional, em todos os seus setores, dá a indivíduos existentes no seio das massas sua oportunidade de superação, ocorre a súbita tomada de consciência de sua situação e, através dela, da realidade

brasileira em geral. Esse indivíduo converte-se de ser meramente sensitivo [...] em ser expressivo, em centro de forças vivas, em exigência consciente. (Pinto, 1956, p. 15)

Formulações como estas, de Álvaro Vieira Pinto e Guerreiro Ramos, procuravam dar resposta, no plano teórico, a processos políticos concretos, notadamente, a radicalização das demandas populares, as quais encontravam no nacionalismo e no trabalhismo varguista as linguagens por meio das quais se expressar. No caso do trabalhismo, como demonstrou Lucília Neves de Almeida Delgado, ao longo da experiência democrática de 1945-1964, o trabalhismo definiu um ideário característico formado pelo nacionalismo desenvolvimentista, bem representado por Getúlio Vargas em seus últimos anos, e pela defesa de políticas de reforma e bem-estar social, cujo principal expoente foi o ideólogo e político gaúcho Alberto Pasqualini (Delgado, 2001). Essas duas influências foram sintetizadas pela geração de dirigentes que comandariam o partido após a morte de seu fundador, em especial João Goulart e Leonel Brizola.

O PCB esteve, em um primeiro momento, não apenas alheio, mas mesmo em franca oposição a essa efervescência nacionalista. Sua resposta à cassação de seu registro, ocorrida em 1947, foi uma política sectária que procurava aplicar mecanicamente ao Brasil os esquemas e consignas da Revolução Chinesa, o que pode ser verificado no *Manifesto de Prestes à nação* (conhecido como *Manifesto de agosto*), publicado por Luís Carlos Prestes em agosto de 1950, em pleno processo eleitoral, o qual condenava todas as candidaturas presidenciais como sendo pró-imperialistas e pregava a insurreição armada das massas operárias e camponesas (Prestes, 1950).

A oposição do Partido Comunista (PC) ao segundo governo Vargas, no mesmo momento em que este sofria o

assédio dos liberal-conservadores, levou os nacionalistas a considerá-lo como força antinacional. Assim, um artigo não assinado, publicado em *Cadernos do Nosso Tempo*, concluía que:

Em suma, por motivos opostos, mas igualmente antinacionalistas, os comunistas brasileiros e os moralistas são companheiros de viagem por uma trilha que conduz, segundo eles esperam, a derrubada do atual governo do Sr. Getúlio Vargas. (*Cadernos de Nosso Tempo*, 1997, p. 16)

Essa hostilidade recíproca seria reduzida, à medida em que o PC se envolveria, na prática, em campanhas nacionalistas, como a da criação da Petrobrás. Nessa direção também contribuiu o duplo impacto sobre os comunistas da reação popular ao suicídio de Vargas, em 1954, e da denúncia dos crimes de Stalin por Krushev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em 1956.

262

Porém, uma nova linha política só viria a ser elaborada em 1958, com a chamada *Declaração de março* do Comitê Central (CC), a qual reconhecia o caráter progressista do desenvolvimento capitalista então em curso no país e se dispunha a integrar uma ampla frente “nacional-democrática” em prol das reformas estruturais necessárias à consecução da revolução burguesa:

As forças novas que crescem no seio da sociedade brasileira, principalmente o proletariado e a burguesia, vêm impondo um novo curso ao desenvolvimento político do país, com o declínio da tradicional influência conservadora dos latifundiários. Este novo curso se realiza no sentido da democratização, da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas. (PCB, 1958)⁸

⁸ A “Declaração...” foi originalmente publicada no jornal partidário *A Voz Operária*, de 22/03/1958.

O novo clima de ideias inaugurado com a *Declaração de março* abriu espaço para tentativas de sínteses entre marxismo e nacionalismo. Possivelmente, o intelectual mais representativo desse esforço foi o historiador Nelson Werneck Sodré, professor do Iseb e o principal agitador cultural do PCB nesse período (Brandão, 1997, pp. 212-213). Em sua brochura *Quem é o povo no Brasil* (1962), Sodré sustenta que:

Em política, como em cultura, só é nacional o que é popular. A política da classe dominante não é nacional, nem a sua cultura. Povo e nação não são a mesma coisa na fase atual da vida brasileira, mas esta é uma situação histórica apenas, diferente de outras, uma situação que se caracteriza pelo fato de que as classes que determinam politicamente os destinos do país e lhe traçam os rumos, tomam as decisões em nome da nação, mas não pertencem ao povo, não fazem parte do povo. (Sodré, 1962, p. 17)

263

Em outro trabalho, o historiador defendia a adesão ao nacionalismo nos seguintes termos:

Por que nacionalismo? Porque, agora, são as forças econômicas externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento e seus aliados internos declinam em resistência, já não tutelam o país. [...] O nacionalismo apresenta-se, assim, como libertação. [...] Nesse cenário, o nacionalismo representa o ideal democrático, só esposado pelas classes em ascensão que necessitam da liberdade como o organismo humano de oxigênio, que vivem do esclarecimento da opinião, que precisam discutir, colocar de público os problemas nacionais, precisam, mais do que tudo, do apoio popular, e só isso revela o caráter democrático, essencial, da posição nacionalista. (Sodré, 1967, p. 180)

Contudo, ainda que a nova orientação do partido o tenha tornado um participante efetivo no movimento nacionalista que, em inícios dos anos 1960 se mobilizou pelas “reformas de base”, as tensões no plano ideológico entre o marxismo-leninismo da agremiação e o nacionalismo popular não desapareceram de todo. Isso fica claro se se observa uma polêmica travada entre o já citado Guerreiro Ramos e Jacob Gorender, então membro do CC do PCB e um dos responsáveis pela redação da *Declaração de março*. Ao comentar o livro de Ramos, *A redução sociológica* (1957), o dirigente comunista, ainda que elogie a obra, critica a ideia de uma “ideologia do desenvolvimento”, então defendida pelos isebianos: “A aspiração a formular, pretensamente acima das classes, a ideologia global para uma nação, dividida em classes, constitui, consciente ou inconscientemente, genuína aspiração burguesa” (Gorender, 1965, p. 226).

264

Em sua resposta, Ramos acusa seu interlocutor, em que pese suas qualidades, de ser vítima da “estreiteza específica” que a militância comunista imporia aos intelectuais (Ramos, 1965, p. 39). Em seguida, critica o marxismo-leninismo por negar as contribuições de autores ou correntes teóricas não marxistas:

O solipsismo marxista-leninista nega a herança docente do conhecimento, o *continuum* teórico da comunidade dos pensadores por vício sectário e conspirativo. Traz para o domínio do conhecimento, indebitamente, o princípio de luta pelo poder. (Ramos, 1965, p. 41)

Após negar que sua obra assumiria um ponto de vista burguês, Ramos afirma que o conceito fundamental do materialismo histórico não seria a “classe operária”, mas sim o de “totalidade”, razão pela qual seu caráter revolucionário não estaria em um conceito particular, mas no próprio método (Ramos, 1965, p. 49).

O que interessa aqui é apontar como os termos e problemas de fundo da polêmica entre Gorender e Ramos são análogos àqueles que subjaziam à controvérsia que opôs no Peru, cerca de três décadas antes, Haya de La Torre e Mariátegui.⁹ Em ambos os casos, a questão fundamental que dividia os contendores era a dos alcances e das limitações de uma teoria – o materialismo histórico – que se pretendia universal para dar conta das singularidades de realidades históricas muito distintas de seu contexto de origem.

Porém, cessam aí as semelhanças. Além dos dois brasileiros não ocuparem em seu contexto político-intelectual a posição central dos peruanos, a própria polêmica não teve, nem de longe, a mesma importância histórica, sendo uma nota marginal em um quadro de aliança entre comunistas e nacionalistas. A comparação se justifica para demonstrar como, não apenas a aproximação entre o marxismo de matriz comunista e o nacionalismo popular no Brasil não tinha nada de automática, como também que subjaziam a ela muitas das tensões que, no Peru dos anos 1920 e 1930, conduziram os dois polos à ruptura.

265

Como então explicar a convergência entre comunistas e nacionalistas no Brasil? Para alguns, como Leôncio Martins Rodrigues, a permeabilidade do PCB ao nacionalismo se deveria à composição pequeno-burguesa e militar que suas fileiras adquiriram com a entrada de Prestes em meados dos anos 1930 (Rodrigues, 2007, pp 441-442). Porém, a presença destacada de quadros pequeno-burgueses em nada diferencia o PCB de outros partidos comunistas (Brandão, 1997, p. 199). Já a presença de militares, ainda que seja de fato a grande peculiaridade sociológica do PC brasileiro, já existia desde a década de 1930, sendo que a orientação simpática ao nacionalismo só emergiria no final dos anos 1950.

⁹ No entanto, não deixa de ser curioso assinalar que ainda que Ramos ocupe, esquematicamente, uma posição análoga à de Haya de La Torre, enquanto Gorender à de Mariátegui, suas posições me parecem estar invertidas no que diz respeito ao entendimento do que seria o marxismo: sistema ou método.

A meu ver as razões do encontro devem ser buscadas tanto na especificidade da conjuntura interna, como também na externa. No primeiro caso, as contradições acima aludidas do processo de desenvolvimento capitalista pelo qual passava o Brasil, davam ao nacionalismo um papel ambíguo: por um lado, a ideologia nacionalista propugnava a conciliação das classes em nome do desenvolvimento e, por outro, funcionava como vetor de polarização da sociedade e de radicalização dos setores subalternos.

Já no plano externo, merece destaque a transformação sofrida pelo movimento comunista. Se entre os anos 1920 e 1930, período no qual atuou Mariátegui, a IC promovia uma política de alinhamento automático dos PCs com suas diretrizes, nos anos 1950, não apenas a organização já não existia mais, como a União Soviética, como parte de sua política de “coexistência pacífica” com os Estados Unidos, estimulava os PCs a buscarem uma inserção legal na vida política de seus países.

266

Entre teoria e realidade?

A derrota sofrida pelas esquerdas brasileiras com o golpe de abril de 1964 abriu um período de ásperez debates acerca dos motivos que teriam levado àquela derrota. Sendo o PCB a principal organização da esquerda naquele momento, seria de se esperar que a estratégia política proposta pelos comunistas, bem como as bases teóricas que lhe deram suporte, caíssem sob ataque. Dentre os mais conhecidos críticos das formulações comunistas sobre o Brasil e a linha política que delas se derivava, acabariam se destacando os adeptos da chamada “escola sociológica paulista”, nucleada em torno da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP). É bom lembrar que a escola sociológica paulista foi muito influenciada por um campo ideológico mais amplo no qual convergiam trotskistas, luxemburguistas e a chamada “esquerda democrática”. Além da comum oposição

ao stalinismo e ao PC, Gildo Marçal Brandão elenca outros traços distintivos dessa corrente ideológica: a visão da formação social brasileira como tendencialmente capitalista; uma leitura do conflito social que o reduziria à contradição capital/trabalho e esperaria aí a reprodução de uma estrutura de classes semelhante às europeias; a recusa sistemática da política de alianças e o antivarguismo. Estes dois últimos elementos teriam retardado, em um primeiro momento, e acelerado em um segundo a ascensão da corrente ao “pódio ideológico” (Brandão, 1997, p. 218).

O divisor de águas que separa a marginalidade de uma posição política e intelectual de destaque dos acadêmicos paulistas, claro está, foi o golpe civil-militar de 1964. Aliás, essa foi a leitura feita por um de seus mais importantes membros. Refletindo sobre a trajetória dos participantes do grupo de estudos de *O capital*, Roberto Schwarz afirmou que:

Como é sabido, a vida intelectual carioca evoluía em torno de redações de jornal, editoras, partidos políticos, ministérios, ou seja, organismos com repercussão nacional e saída para o debate público, sem falar em praias, boemia e mundanidades; bem o contrário da nossa Escola da rua Maria Antônia, ambiciosa e caipira, sofrendo da falta de eco nacional e tendo como bandeira o padrão científico por oposição à ideologia. Além disso, é possível que a aposta marxista pura, voltada para a dinâmica autônoma da luta de classes, tivesse mais verossimilhança no quadro do capitalismo paulista, ao passo que no Rio, com as verbas e brechas oferecidas à esquerda pela promiscuidade do nacional-populismo, não havia como dizer não ao Estado, cuja ambiguidade no conflito em parte era efetiva. No essencial, no entanto, a facilidade com que em 64 a direita iria desbaratar a esquerda, em aparência tão aguerrida, demonstrou o infundado das alianças desta, acabando por dar razão aos paulistas. (Schwarz, 1999, p. 92)”

Assim, as passagens de Brandão e Schwarz sublinham, como um dos pontos centrais de crítica da escola sociológica paulista aos comunistas, a aliança que estes últimos haviam mantido com os nacionalistas, em particular com o trabalhismo, no período que antecedeu ao golpe. A importância da crítica ao vínculo entre a esquerda e o nacionalismo pode ser melhor aquilatada observando-se algumas passagens de dois outros membros dessa corrente intelectual: o cientista político Francisco Weffort e o sociólogo Octávio Ianni.

Procurando explicar, por exemplo, a aceitação por parte da esquerda da estrutura sindical herdada do Estado Novo, Weffort aponta os seguintes fatores:

A aliança política da esquerda com Goulart, o desenvolvimento de uma estrutura dual do sindicalismo em que as organizações paralelas passam a complementar a organização oficial, a expansão da ideologia nacionalista que, depois da criação do Iseb, deveria orientar tanto os movimentos anti-imperialistas do período quanto a subordinação do movimento operário aos grupos populistas [...]. (Weffort, 1978/1979, p. 4)

Dessa maneira, ao invés de entender a polarização política e social daquele momento em termos de luta de classes, o PC teria aceito a versão nacionalista, segundo a qual o conflito fundamental se daria entre a “nação” e a “antinação”, isto é, o imperialismo e seus representantes no Brasil. Seguindo esse argumento, o PC teria deixado de lado a teoria marxista, em favor de uma aceitação acrítica dos marcos ideológicos do nacionalismo “populista”, como sustenta a seguinte passagem de Octávio Ianni:

A esquerda brasileira flutuou sempre entre dois polos: o marxismo-leninismo e a democracia populista. Todavia, entre o fascínio abstrato da teoria e o fascínio efetivo da prática,

esta sempre levou a vantagem. Neste sentido, a cultura política da esquerda no Brasil não conseguiu libertar-se da cultura da democracia populista. (Ianni, 1968, p. 112)

Daí que o partido, além de emprestar seu apoio ao governo “populista” de João Goulart, defenderia a tese da aliança da classe operária com a “burguesia nacional”, no exato momento em que esta se associava ao imperialismo contra a primeira.

Para ambos os autores, a incorporação do nacionalismo ao ideário comunista seria o elo ideológico que os teria vinculado ao que ambos denominam como “populismo”. Para Weffort, o “populismo” exprimiria um “estado de compromisso”, no qual o Estado, diante da ausência de uma classe ou fração de classe hegemônica, se erigiria em árbitro do conflito de classes (Weffort, 2003). Já para Ianni, o termo se referiria especificamente a uma aliança bonapartista entre a classe operária, a pequena-burguesia urbana e a burguesia industrial, em oposição às antigas oligarquias e os capitais imperialistas (Ianni, 1968, 1991). Seja como for, em ambas as versões, a aliança do PCB com movimentos pluriclassistas de ideário nacionalista e anti-imperialista teria representado uma autêntica “capitulação” ideológica, responsável em grande medida pelo malogro de 1964.

Todavia, cabe perguntar qual seria o espaço, fora do campo nacionalista, possível para o PCB, então uma agremiação ilegal, para ampliar seu enraizamento político na sociedade? Como bem anota Jacob Gorender, foi no período entre a *Declaração de março* de 1958 e o golpe militar de 1964 que o partido atingiu seu período de maior influência política efetiva (Gorender, 1987, p. 45). Além disso, Gildo Marçal Brandão destaca que, por mais pobre que fosse, o marxismo-leninismo do PCB acabaria por fornecer, ao lado do estruturalismo da Cepal e das formulações do Iseb, uma teoria capaz de fundamentar a necessidade do desenvolvimento (Brandão, 1997, pp. 231-233).

Como afirmei de saída, as relações entre o marxismo de matriz comunista e o nacionalismo popular seguiriam, no Brasil e no Peru, trajetórias opostas: indo da hostilidade à aliança em um caso e de uma origem comum ao antagonismo no outro. Mais do que isso, no Peru houve um projeto de formulação de um marxismo local ou nacional, bem expresso na obra de Mariátegui, tido por uma ampla literatura como principal nome do marxismo latino-americano (Löwy, 2006; Melis, 1978; Munk, 2007; Therborn, 1995). Porém, o projeto mariateguiano de um marxismo criativo, nacionalmente enraizado, não encontrou condições históricas de se viabilizar politicamente, premido entre o “localismo” da Apra e o “cosmopolitismo” da IC (Löwy, 2006, pp. 9-10). Já no Brasil, ainda que não tenha havido algo comparável à empreitada de Mariátegui no plano intelectual, condições históricas favoráveis, tanto interna como externamente, propiciaram uma aproximação que facultou aos comunistas brasileiros um enraizamento na cultura política de seu país que de outro modo não teriam.

Assim sendo, as formulações de Weffort e Ianni a respeito de uma suposta “capitulação ideológica” do PC ao nacionalismo “populista” não levam em consideração as alternativas históricas postas diante dos atores concretos, como também falham no que se propõem a fazer, já que o fracasso das esquerdas em 1964 não pode ser creditado à sua adoção de um ideário nacionalista. Afinal, poucos anos antes, uma revolução socialista vitoriosa em Cuba não partira de uma plataforma nacionalista e anti-imperialista? Como conclui o historiador Daniel Aarão Reis Filho, ao utilizarem o conceito de “populismo” para estigmatizar a convergência entre trabalhistas e comunistas, autores como Weffort e Ianni acabaram contribuindo para apagar a memória do período pré-1964 (Reis Filho, 2001, pp. 375-377).

Além disso, o enfoque proposto pelos cientistas sociais paulistas desconhece o problema, a meu ver crucial, das

tensões entre o marxismo como cultura intelectual, por um lado, e a nação e o nacionalismo, por outro. Como lembra o historiador peruano Alberto Flores Galindo, o marxismo e a nação mantiveram uma relação tensa que, por vezes, se transformou em disjuntiva. Se nas revoluções vitoriosas no século XX, como a russa, a chinesa ou a cubana, foi possível encontrar alguma acomodação entre ambos, esses momentos constituíram exceções (Galindo, 1994, p. 385).

No caso da América Latina, essa tensão entre marxismo e nação se expressou de modo mais nítido no conflito entre marxistas de matriz comunista e nacionalistas populares que, como sugerem as obras de Aricó, Portantiero e Godio, citadas na introdução, tencionaram a história da esquerda na região por um longo período. Dessa maneira, ao invés de opor o “fascínio da teoria” ao da “realidade”, se deveria indagar os motivos que conduziram a seu desencontro.

271

André Kaysel

é bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) (2008), mestre em Ciência Política (2010) e doutor em Ciência Política (2014) pela mesma instituição. Foi professor do curso de Ciência Política e Sociologia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) (2013-2017). Atualmente é professor do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e coordenador do Laboratório de Pensamento Político (Pepol), vinculado ao Centro de Estudos Marxistas (Cemarx). Autor dos livros *Dois encontros entre o marxismo e a América Latina* (2012) e *Entre a nação e a revolução: marxismo e nacionalismo no Peru e no Brasil (1928-1964)* (2018).

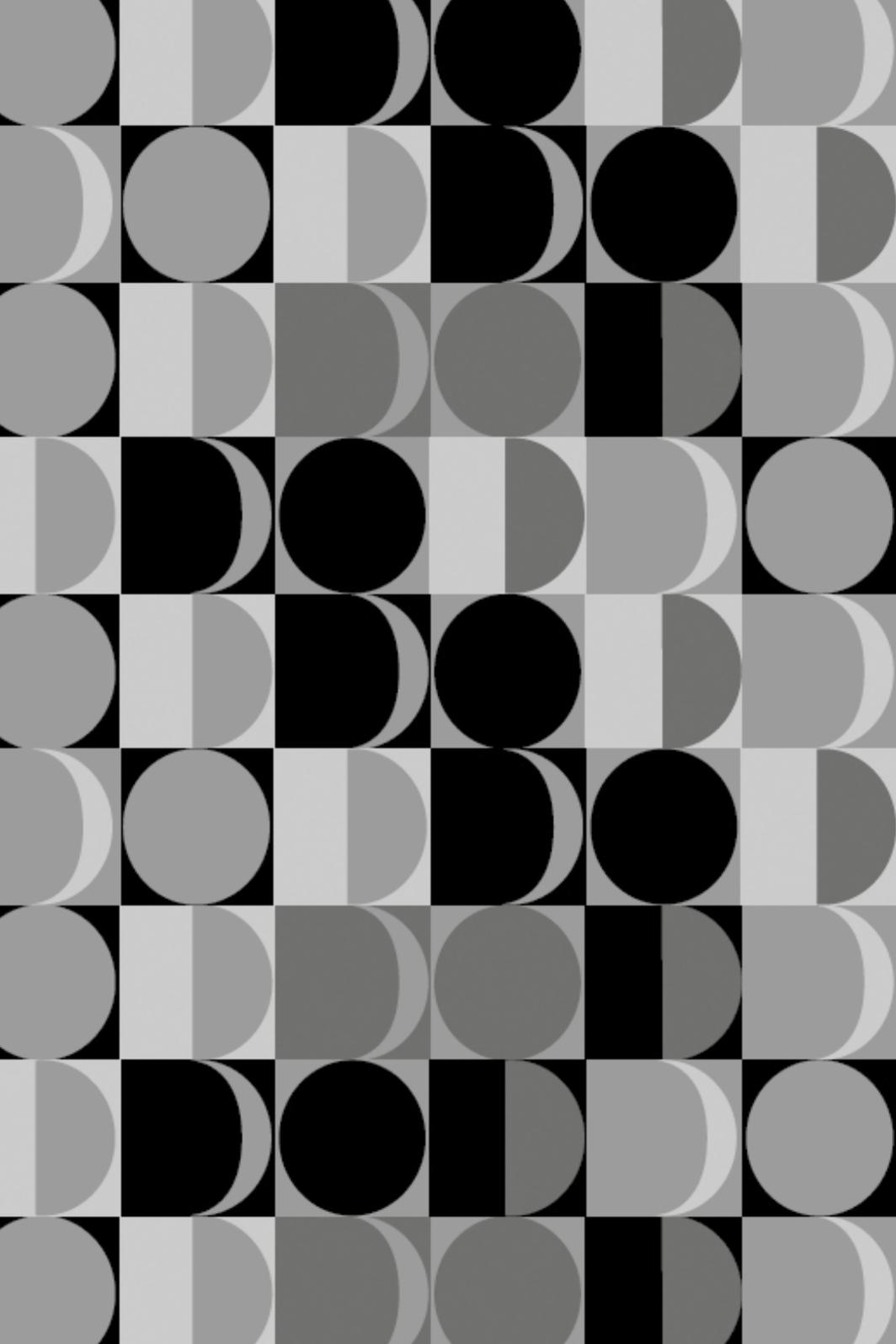
Bibliografia

- AGGIO, Alberto. 2003. A emergência das massas e a teoria do populismo na América Latina. In: AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton (org.). *Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina*. São Paulo: Editora Unesp.
- ALMEIDA, Cândido Mendes de. 2005. Iseb: fundação e ruptura. In: TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb*. Rio de Janeiro: Revan.
- ANDERSON, Benedict. 1993. *Comunidades imaginadas*. Lisboa: Edições 70.
- ANDERSON, Benedict. 2016. Frameworks of comparison. *The London Review of Books*, v. 38, n. 2, pp. 15-18. Disponível em: <https://bit.ly/2G6RgSn>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- ARICÓ, José. 1987. O marxismo latino-americano nos anos da III. Internacional. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. v. 8.
- ARICÓ, José. 1985. Uma geografia de Gramsci na América Latina. In: NOGUEIRA, Marco Aurélio; COUTINHO, Carlos Nelson (org.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BAZADRE, Jorge. 1931. *Peru: problema y posibilidad*. Lima: Casa Editorial Rosay.
- BOURRICAUD, François. 1972. The adventures of Ariel. *Daedalus*, v. 101, n. 3, pp. 109-136.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. 1997. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964)*. São Paulo: Hucitec.
- CADERNOS DE NOSSO TEMPO. 1997. Três etapas do comunismo brasileiro. In: SCHWARTZMANN, Simon (org.). *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados/Ed. UnB. pp. 9-21.
- COLIER, David; COLIER, Ruth. 2002. *Shaping the political arena: critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America*. Notre Dame: University of Notre Dame Press.
- COTLER, Julio. 2009. *Clases, Estado y nación en el Peru*. Lima: IEP.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 2001. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FAUSTO, Boris. 1997. *A revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FERREIRA, Oliveiros da Silva. 1971. *Nossa América, Indoamérica: ordem e revolução no pensamento de Haya de La Torre*. São Paulo: Pioneira/Edusp.

- GALINDO, Alberto Flores. 1994. La agonía de Mariátegui: la polémica com la Komintern. In: GALINDO, Alberto Flores. *Obras completas*. Lima: Fundación Andina. v. 1.
- GALINDO, Alberto Flores; BURGA, Manuel. 1994. *Apogeu y crisis de la República Aristocrática*. In: GALINDO, Alberto Flores. *Obras Completas*. Lima: Fundación Andina. v. 1.
- GODIO, Julio. 1983. *Historia del movimiento obrero latinoamericano: nacionalismo y comunismo (1918-1930)*. México DF/Caracas/ Buenos Aires: Nueva Sociedad/Nueva Imagen.
- GORENDER, Jacob. 1965. Corrientes sociológicas no Brasil. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: TBM.
- GORENDER, Jacob. 1987. *O combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática.
- GRAMSCI, Antonio. 2006. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 3. caderno 13.
- HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. 2008. Discurso/Programa. In: *Obras escogidas*. Lima: Instituto Victor Raúl Haya de La Torre. v. 4.
- HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. 2002. El aprismo es una doctrina completa y un método de acción realista. In: MONTESINOS, Jorge Nieto (org.). *Haya de La Torre o la política como misión civilizadora*. México D. F.: FCE.
- IANNI, Octavio. 1991. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- IANNI, Octavio. 1968. *O colapso do populismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ITZIGSOHN, José; VON HAU, Matthias. 2006. Unfinished imagined communities: State, social movements and nationalism in Latin America. *Theory and Society*, v. 35, n. 2, pp. 193-212.
- JAGUARIBE. Hélio. 2005. Iseb e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb*. Rio de Janeiro. Revan.
- LÖWY, Michael (org.). 2006. *O marxismo na América Latina*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- KLAREN, Peter. 2004. *Nación y sociedad en la historia del Peru*. Lima: IEP.
- MANRIQUE, Nelson. 2009. *¡Usted fue aprista!: bases para una historia crítica del Apra*. Lima: PUC/CLACSO.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. 1991a. Aniversario y balance. In: QUIJANO, Anibal (org.). *Textos básicos*. México DF: FCE.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. 1991b. La filosofía moderna y el marxismo. In: QUIJANO, Anibal (org.). *Textos básicos*. México DF: FCE.

- MARIÁTEGUI, José Carlos. 1995. *Peruanicemos Al Peru*.
In: MARIÁTEGUI, José Carlos. Mariátegui total. Lima: Amauta. v. 1.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. 2008. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Biblioteca Ayacucho.
- MELIS, Antonio. 1978. Mariátegui: el primer marxista de América. *In: ARICÓ, José (org.). Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México, DF: Pasado y Presente.
- MONTESINOS, Jorge Nieto. 2002. Estudio introductorio. *In: MONTESINOS, Jorge Nieto (org.). Haya de La Torre o la política como misión civilizadora*. México, DF: FCE.
- MUNK, Ronaldo. 2007. Marxism in Latin America/Latin American Marxism? *In: GLASER, Daryl; WALKER, David M. (org.). Twentieth century Marxism: A global introduction*. London/New York: Routledge. pp. 154-176.
- PCB – PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. 1958. *Declaração sobre a política do PCB*. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.marxists.org/arquivostematicos/documentos/novidades/>. Acesso em: 27 abr 2014. [link não mais disponível em 9 abr. 2019]
- PINTO, Álvaro Vieira. 1956. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Iseb.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. 1990. O Marxismo latino-americano. *In: HOBBSBAWM, Eric J. (org.). História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. v. 11.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. 1985. O nacional-popular: Gramsci em chave latino-americana. *In: NOGUEIRA, Marco Aurelio; COUTINHO, Carlos Nelson (org.). Gramsci e A América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PORTANTIERO, Juan Carlos; De IPOLA, Emilio. 1981. Lo nacional-popular y los populismos realmente existentes. *Nueva Sociedad*, n. 54, pp. 7-18.
- PRADA, Manuel González. 1987. Discurso en el politeama. *In: PRADA, Manuel González. Páginas libres. Horas de lucha*. Caracas: Biblioteca Ayacucho.
- PRESTES, Luís Carlos. 1950. *Manifesto de Prestes à nação: ao povo brasileiro! A todos os patriotas e democratas! Concidadãos! Trabalhadores!* Rio de Janeiro: [s. n.]. Disponível em <http://www.brasilrepublicano.org.br/>. Acesso em: 29 abr. 2014. [link não mais disponível em 9 abr. 2019]
- RAMOS, Alberto Guerreiro. 1965. *A redução sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: TBM.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. 1956. *Introdução crítica a sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes.

- REIS FILHO, Daniel Aarão. 2001. O colapso do colapso do populismo: a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 319-377.
- RENIQUE, José Luís. 2009. *A revolução peruana*. São Paulo: Ed. Unesp.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. 2007. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. v. 10, t. 3.
- SCHWARZ, Roberto. 1999. Um seminário de Marx. In: SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SODRÉ, Nelson Werneck. 1967. *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SODRÉ, Nelson Werneck. 1962. *Quem é o povo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- THERBORN, Goran. 1995. Dialética da modernidade: a teoria crítica e o legado do marxismo no século XX. *Dados*, v. 38, n. 2, pp. 237-275.
- VIANNA, Luiz Werneck. 1976. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- WEFFORT, Francisco Correia. 1978/1979. A democracia e o movimento operário. *Revista de Cultura Contemporânea*, v. x, n. 1;2, pp. 7-13.
- WEFFORT, Francisco Correia. 2003. *O populismo na política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.



RESUMOS | *ABSTRACTS*



TOURAINÉ: LE SUJET CONTRE LE SYSTEME

FRANÇOIS DUBET

Résumé: Malgré son ampleur et la multitude des objets qu'elle aborde, l'œuvre de Touraine est conduite par une thèse centrale: la tension entre l'acteur social et le système. Cette idée s'est déployée sur plusieurs thèmes: le travail, la société post-industrielle, les mouvements sociaux et l'idée de sujet. Dans tous les cas, Touraine oppose le sujet, ses droits et sa subjectivité, aux logiques de la domination et du fonctionnement de la société. Intellectuel de gauche, Touraine n'est cependant pas l'intellectuel organique des partis et des mouvements sociaux dont il soutient les combats, car tout son travail scientifique vise à mettre en lumière ce qui oppose le travail du sujet aux idéologies constituées.

Mots-clés: Intervention Sociologique; Mouvement Social; Sujet Historique.

283

TOURAINÉ: O SUJEITO CONTRA O SISTEMA

Resumo: Apesar de sua grande amplitude e multiplicidade dos objetos que aborda, a obra de Touraine é conduzida por uma tese central: a tensão entre o ator social e o sistema. Esta ideia se espalhou por diversos temas: o trabalho, a sociedade pós-industrial, os movimentos sociais e a ideia de sujeito. Em todos os casos, Touraine opõe o sujeito, seus direitos e sua subjetividade às lógicas de dominação e do funcionamento da sociedade. Intelectual de esquerda, Touraine não é, no entanto, o intelectual orgânico dos partidos e movimentos sociais cujas lutas ele apoia, pois todo seu trabalho científico visa destacar o que opõe o trabalho do sujeito a ideologias constituídas.

Palavras-chave: Intervenção Sociológica; Movimento Social; Sujeito Histórico.

TOURAINÉ: THE SUBJECT AGAINST THE SYSTEM

Abstract: *Despite its large scope and the multitude of objects it addresses, Touraine's work is driven by a central thesis, i.e. the existing tension between the social actor and the system. He has developed this argument on several themes: work, post-industrial society, social movements and the idea of subject. In all cases, Touraine opposes the subject - its rights and its subjectivity – to the logics of domination and of the functioning of society. Being a left-wing intellectual, Touraine, however, is not an organic intellectual of the political parties and social movements that he supports. The whole of his scientific work aims at highlighting the opposition between the subject's work and the established ideologies.*

Keywords: *Sociological Intervention; Social Movement; Historical Subject.*

Recebido: 06/07/2018

Aprovado: 25/02/2019



ALAIN TOURAINE Y LA HISTORIA

DANILO MARTUCCELLI

Resumen: El presente artículo propondrá una lectura transversal de la obra de Alain Touraine tomando como eje la problemática de la historia y su importancia en su trabajo. En efecto, pocos autores poseen la capacidad que tiene Touraine de pensar el presente desde una visión amplia de la historia y es a la historia que remiten sus principales categorías de análisis (historicidad, tipos de sociedad). Se distinguen tres grandes momentos interpretativos en su obra. Primero, el movimiento obrero y la sociedad industrial. Segundo, los nuevos movimientos sociales y la sociedad programada. Tercero, el sujeto y la nueva modernidad. En cada uno de ellos, el artículo analiza las maneras como la representación de la historia y el proyecto de hacer la historia estructura su trabajo.

Palabras clave: Historia; Historicidad; Movimientos Sociales; Modernidad; Sujeto.

285

ALAIN TOURAINE E A HISTÓRIA

Resumo: *O presente artigo propõe uma leitura transversal da obra de Alain Touraine, baseando-se na problemática da história e sua importância em seu trabalho. De fato, poucos autores possuem a capacidade de Touraine de pensar no presente a partir de uma visão ampla da história, e é a história a que se referem suas principais categorias de análise (historicidade, tipos de sociedade). Distinguem-se três grandes momentos interpretativos em sua obra. Primeiro, o movimento trabalhador e a sociedade industrial. Segundo, os novos movimentos sociais e a sociedade programada. Terceiro, o sujeito e a nova modernidade. Em cada um desses, o artigo analisa as maneiras como a representação da história e o projeto de fazer história estruturam seu trabalho.*

Palavras-chave: *História; Historicidade; Movimentos Sociais; Modernidade; Sujeito.*

ALAIN TOURAINE AND HISTORY

Abstract: *This article proposes a transversal reading of Touraine's work, based on the problematic of history and its importance in his work. In fact, few authors have the Touraine's ability to think about the present from a broad view of history, and it is to history that they refer their main categories of analysis (historicity, types of society). There are three major interpretive moments in his work. First, the workers' movement and the industrial society. Second: the new social movements and the programmed society. Third: the subject and the new modernity. In each of them, this article analyzes the ways in which the representation of history and the project of making history a structure of their work.*

Keywords: *History; Historicity; Social Movements; Modernity; Subject.*

Recebido: 06/04/2018

Aprovado: 25/02/2019



UM DESEJO DE HISTÓRIA: A SOCIOLOGIA DO TRABALHO DE ALAIN TOURAINE (1948-1973)

RICARDO COLTURATO FESTI

Resumo: Este artigo buscará problematizar a primeira fase da produção teórica de Alain Touraine, que estende-se do seu estudo sobre as fábricas Renault (1948) à publicação de *Production de la Société* (1973). Durante essa fase, o autor desenvolveu inúmeros e extensos programas de pesquisas empíricas sobre o mundo da indústria e do trabalho tendo como uma de suas preocupações centrais a problemática da consciência operária. Destacaremos a importância dessas pesquisas, pouco conhecidas pelo público acadêmico, assim como a relação que Touraine estabeleceu com a América Latina – em particular o Brasil e o Chile – na formação de sua teoria sociológica. Visa-se mostrar que a teoria que o autor produziu nessa fase buscou responder à necessidade de uma suposta modernização da sociedade ocidental, fosse ela o centro ou a periferia.

Palavras-chave: Sociologia do Trabalho Francesa; Sociologia do Trabalho Brasileira; Alain Touraine.

A DESIRE FOR HISTORY: ALAIN TOURAINE'S SOCIOLOGY OF WORK (1948-1973)

Abstract: *This article will seek to problematize the first phase of Alain Touraine's theoretical production, from his study on the Renault factories (1948) to the publication of *Production de la Société* (1973). During this phase, the author developed numerous and extensive empirical research programs on the world of industry and work, and had the problem of worker consciousness as one of his central concerns. We will emphasize the importance of these studies, little known by the academic public, as well as the relationship that Touraine established with Latin America, in particular Brazil and*

Chile, in the formation of his sociological theory. We will try to show that the theory that the author produced in this phase sought to respond the need for a supposed modernization of Western society, whether the center or the periphery.

Keywords: *French Sociology of Work; Brazilian Sociology of Work; Alain Touraine.*

Recebido: 06/04/2018

Aprovado: 25/02/2019



ALAIN TOURAINE E O BRASIL: ATORES SOCIAIS E DEPENDÊNCIA EM DIÁLOGOS DOS ANOS 1970

FLÁVIO DA SILVA MENDES

Resumo: Este artigo apresenta uma parte dos diálogos de Alain Touraine com autores brasileiros. Concentro-me sobre a década de 1970, período em que o sociólogo francês orientou nove teses sobre o Brasil em universidades da região parisiense, todas dedicadas ao estudo de atores sociais no contexto de sociedades dependentes. Antes de analisar o conteúdo dessas pesquisas, apresento de forma breve alguns fundamentos da teoria social tourainiana, o contexto de seus primeiros contatos com a sociologia brasileira e os elementos que compõem o “modelo de desenvolvimento dependente”, que Touraine elaborou para pensar a América Latina. A seguir, discuto a presença deste modelo nas teses de seus orientandos e alguns limites dessa abordagem.

Palavras-chave: Alain Touraine; Atores Sociais; Dependência; Sociologia Brasileira.

ALAIN TOURAINE AND BRAZIL: SOCIAL ACTORS AND DEPENDENCY IN DIALOGUES OF THE 1970S

Abstract: *This article shows part of the dialogues of Alain Touraine with Brazilian authors. I focus on the 1970s, when the French sociologist supervised nine theses on Brazil in universities in the Paris region, all dedicated to the study of social actors in the context of dependent societies. Before analyzing the content of these researches, I briefly present some fundamentals of Touraine’s social theory, the context of his early contacts with Brazilian sociology, and the elements that compose the “model of dependent development” that he elaborated to think of Latin America. Next,*

I discuss the presence of this model in the theses of its students and some limits of this approach.

Keywords: *Alain Touraine; Social Actors; Dependency, Brazilian Sociology.*

Recebido: 06/04/2018

Aprovado: 25/02/2019



ENTRE A AMÉRICA LATINA E UMA PROPOSTA DE EMANCIPAÇÃO: OS CONCEITOS DE *CULTURA DEMOCRÁTICA* E *SUJEITO* NA OBRA DA ALAIN TOURAINE

RUBIA DE ARAÚJO RAMOS

Resumo: Este artigo busca analisar contribuições de Alain Touraine para o debate amplo da democracia no contexto da modernidade radicalizada, marcada pela diversidade de movimentos sociais organizados em torno de questões identitárias. Considerando que a preocupação com a emancipação humana e com a democracia perpassa por toda a obra do autor, sua proposta de “cultura democrática”, centrada no “sujeito”, resulta de sua perspectiva em relação aos processos de modernização ocidental, que inclui seus estudos sobre América Latina e o conflito entre as duas faces opostas da modernidade – o mundo objetivo, instrumental, e o mundo subjetivo de conteúdos simbólicos. Centrado na chamada “terceira fase” do autor, o artigo busca mostrar contribuições e limites, dos dois conceitos destacados, para pensar a complexidade democrática dos dias atuais, passando pela trama existente entre a construção desses dois conceitos e as concepções do autor sobre as experiências democráticas sul-americanas.

Palavras-chave: Cultura Democrática; Sujeito; Movimentos Sociais; América Latina; Democracia.

BETWEEN LATIN AMERICA AND AN EMANCIPATION PROPOSAL: THE CONCEPTS OF “DEMOCRATIC CULTURE” AND “SUBJECT” IN THE WORK OF ALAIN TOURAINE

Abstract: *This study analyzes the Alain Touraine’s contributions on the broad debate on democracy in the context of radicalized modernity, marked by the diversity of social movements related to identity issues. Considering that the concern about both the human emancipation and democracy pervades the whole work of the author,*

his proposal of “democratic culture”, centered on the “subject”, results from Touraine’s perspective on Western modernization processes, which includes his studies on Latin America and the conflict between the two opposing faces of modernity — the objective world (instrumental) and the subjective one of symbolic contents. Focused in the author’s third phase, this article seeks to show both the contributions and limits of the two mentioned concepts in order to reflect on the current democracy, addressing the connections between the construction of those two concepts and the author’s perspective on South American democratic experiences.

Keywords: *Democratic Culture; Subject; Social Movements; Latin America; Democracy.*

Recebido: 06/04/2018

Aprovado: 25/02/2019



CONFLITO E MOVIMENTOS SOCIAIS NO ACIONALISMO DE ALAIN TOURAINE

ANGELINA PERALVA

Resumo: Este artigo discute as bases do acionalismo de Alain Touraine. Revisita o percurso teórico empreendido pelo autor, desde suas primeiras investigações sobre a consciência operária até um período mais recente, em que Touraine parece optar pelo abandono da sociologia em prol de uma ciência moral reinventada. Termina com uma interrogação sobre a pertinência e os limites de uma remobilização do aparelho sociológico tourainiano para analisar a segunda onda do movimento global. A partir da ideia de um conflito democrático que caracterizaria esse movimento, indica os aportes e os limites da sociologia tourainiana para responder a esse desafio.

Palavras-chave: Acionalismo; Historicidade; Conflito; Movimentos Sociais; Movimentos Globais.

293

CONFLICT AND SOCIAL MOVEMENTS IN THE ACTIONALISM OF ALAIN TOURAINE

Abstract: *This study discusses the theoretical grounds of Alain Touraine's actionalism. It revisits the theoretical course taken by the author from his first researches on the worker's consciousness in the 1950's to a more recent period, when Touraine intends to abandon sociology and move to a reinvented moral science. The study ends with a question on the pertinence and the limits of a remobilization of Touraine's sociological device to analyse the second wave of the global movement. From the idea of a democratic conflict that characterizes this movement, it indicates the contributions and limits of Touraine's sociology to respond to this challenge.*

Keywords: *Actionalism; Historicity; Conflict; Social Movements; Global Movements.*

Recebido: 06/04/2018 **Aprovado:** 25/02/2019



SOCIOLOGIA, MODERNIDADE E AMÉRICA LATINA: ENTREVISTA COM ALAIN TOURAINE

ALAIN TOURAINE

Resumo: Este texto apresenta ao leitor o conteúdo de duas entrevistas que Alain Touraine concedeu a Ricardo Festi e Flávio Mendes, em Paris, em 2017 e 2018. O sociólogo relembra sua trajetória no ambiente acadêmico francês, no qual ingressou na década de 1950, em meio às disputas em torno da refundação da disciplina no pós-guerra. Touraine também relata sua longa relação com a América Latina, região que desde suas passagens por Santiago e São Paulo – em 1956 e 1959, respectivamente – inspirou a elaboração de livros e artigos, todos com expressões de intensos diálogos teóricos e políticos. Por fim, o autor expõe sua opinião sobre temas contemporâneos, abordados em trabalhos mais recentes.

Palavras-chave: Alain Touraine; Sociologia Francesa; Sociologia Latino-Americana; Movimentos Sociais.

295

SOCIOLOGY, MODERNITY AND LATIN AMERICA: INTERVIEW WITH ALAIN TOURAINE

Abstract: *This text presents the content of two interviews given by Alain Touraine to Ricardo Festi and Flávio Mendes in Paris, in 2017 and 2018. The sociologist recalls his trajectory in the French academic environment, which he joined in the 1950s, in the midst of disputes over the re-foundation of the discipline in the post-war period. Touraine also recounts his long relationship with Latin America, a region that, since his travels to Santiago in 1956 and São Paulo in 1959, has inspired books and articles, all of them with expressions of intense theoretical and political dialogues. Finally, the gives his opinion about contemporary themes, addressed in more recent works.*

Keywords: *Alain Touraine; French Sociology; Latin American Sociology; Social Movements.*

Recebido: 27/06/2018

Aprovado: 25/02/2019



A QUESTÃO CURDA NA GUERRA DA SÍRIA: DINÂMICAS INTERNAS E IMPACTOS REGIONAIS

REGINALDO MATTAR

WILLIAM ROBERTO

Resumo: As características que qualificam a identidade curda são reconhecidas entre seus membros há muito tempo, mas a capacidade de constituir grupos politicamente organizados entre essa população variou ao longo da história. Para compreender a complexidade da questão curda no Oriente Médio, é preciso analisar a forma pela qual eles se organizam politicamente, levando em consideração suas ideologias, particularidades do Estado em que se encontram, e, principalmente, as tensões políticas e disputas internas de seus movimentos. Além disso, é fundamental inserir a reivindicação de autonomia dos curdos no contexto da evolução da guerra civil na Síria de modo mais amplo, por ser esse um dos principais motivos do crescente envolvimento da Turquia e das grandes potências na região.

Palavras-chave: Curdos; Guerra Civil na Síria; Turquia; Oriente Médio.

THE KURDISH QUESTION IN SYRIAN WAR: DOMESTIC DYNAMICS AND REGIONAL IMPACTS

Abstract: *The characteristics that qualify the Kurdish identity have long been recognized among its members, but the ability to form politically organized groups among them has varied throughout history. In order to understand the complexity of the Kurdish question in the Middle East, it is necessary to analyze the way in which they organize themselves politically, taking into account their ideologies, particularities of the State in which they find themselves, and, most of all, the political tensions and internal disputes of their movements. In addition to that, it is essential to insert Kurds' claim*

on autonomy in the context of the evolution of the civil war in Syria in a broader sense, as this is one of the main reasons for the growing involvement of Turkey and the great powers in the region.

Keywords: *Kurdish; Syrian Civil War; Turkey; Middle East.*

Recebido: 07/04/2018

Aprovado: 24/02/2019



CAMINHOS CRUZADOS: MARXISMO E NACIONALISMO NO BRASIL E NO PERU (1928-1964)

ANDRÉ KAYSEL

Resumo: Este artigo aborda as relações entre o marxismo de matriz comunista e o nacionalismo popular em dois contextos: o Brasil, entre as décadas de 1950 e 1960, e o Peru, entre 1920 e 1930. Parto da hipótese de que foram essas duas correntes ideológicas concorrentes que, no período que vai do final dos anos 1920 até a Revolução Cubana, plasmaram o universo ideológico das esquerdas latino-americanas. Procurarei demonstrar como a relação entre comunistas e nacionalistas seguiu padrões opostos nos dois casos: do conflito à aliança, no contexto brasileiro, e de uma origem comum ao antagonismo, no peruano. Explicarei esses padrões divergentes, tanto pelas diferenças entre os contextos nacionais, como pelo distinto contexto internacional, em particular no que se refere ao movimento comunista. Com essa pesquisa comparada, procuro submeter à crítica as formulações da chamada “teoria do populismo”, que procurou explicar a derrota da esquerda brasileira em 1964 pela convergência entre comunistas e nacionalistas.

Palavras-chave: Marxismo; Nacionalismo; Populismo; Brasil; Peru.

CROSSED PATHS: MARXISM AND NATIONALISM IN BRAZIL AND PERU (1928-1964)

Abstract: *This article addresses the relationship between communist-oriented marxism and popular nationalism in two contexts: Brazil, between the 1950s and the 1960s, and Peru, between the 1920s and the 1930s. I start from the hypothesis that this two concurrent ideological tendencies shaped the Latin American leftist imaginary, from the late 1920s to the Cuban Revolution. I shall demonstrate*

how the relationship between communists and nationalists followed opposite patterns in both cases: going from hostility to alliance in the Brazilian context, and evolving from a common origin to antagonism in Peru. I will explain this crossed paths appealing to both internal and external differences in conjunctures, especially concerning the communist movement. With this comparison, I seek to question the “theory of populism”, which sought to explain the defeat of Brazil’s left in 1964 because of the convergence between communists and nationalists.

Keywords: *Marxism; Nationalism; Populism; Brazil; Peru.*

Recebido: 24/08/2019

Aprovado: 28/03/2019

